

A TRAIÇÃO **DAS PALAVRAS**

**RETÓRICA DO PODER E
SUSCETIBILIDADE DA LINGUAGEM**

COORDENAÇÃO

GILLIAN MOREIRA

ISABEL CRISTINA RODRIGUES

INÊS COSTA

EMANUEL MADALENA

LUÍS CARLOS S. BRANCO

A TRAIÇÃO DAS PALAVRAS

**RETÓRICA DO PODER E
SUSCETIBILIDADE DA LINGUAGEM**

COORDENAÇÃO

GILLIAN MOREIRA

ISABEL CRISTINA RODRIGUES

INÊS COSTA

EMANUEL MADALENA

LUÍS CARLOS S. BRANCO

hnmus

A TRAIÇÃO DAS PALAVRAS

COORDENAÇÃO

Gillian Moreira, Isabel Cristina Rodrigues, Inês Costa,
Emanuel Madalena, Luís Carlos S. Branco

CAPA: SAL Studio

PAGINAÇÃO: Margarida Baldaia

© Edições Húmus, Lda., 2022

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

IMPRESSÃO: Papelmunde

1.ª EDIÇÃO: Abril de 2022

DEPÓSITO LEGAL: 495030/22

ISBN: 978-989-755-727-9

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/04188/2020.

ÍNDICE

- 7 Apresentação
- 11 A volúvel História
HELDER MACEDO
- 19 Fake news and the transformation of public discourse:
a study from Turkey
BAHAR ŞAHINSOY
- 39 Silvio Berlusconi: a sedução populista, o consenso
e a “língua dos afectos”
GASPARI TRAPANI
- 55 *Rolling Thunder Revue*: verdade e mentira no documentário
de Martin Scorsese sobre Bob Dylan
LUÍS CARLOS S. BRANCO
- 75 You’re cancelled! A brief analysis of traditional
media information vs online cancel culture
NOÉMIA BÁRBARA | MÓNICA DIAS
- 99 Sete não ditos sobre migração internacional no espaço público francês
SARAH OLIVEIRA CARNEIRO
- 115 Da escrita enquanto prática de resistência aos discursos
hegemônicos: um olhar a partir dos estudos culturais
FRANCISCO WELLIGTON DE SOUSA BARBOSA JUNIOR
MARIA MANUEL ROCHA TEIXEIRA BAPTISTA
- 133 Ousar desafiar o *statu quo*: Marcuse e as palavras de ordem
do movimento estudantil de 1968
INÊS GAMELAS
- 153 As tabernas no Estado Novo como espaço transformador
de indizível em dizível
ANTÓNIO PERNAS

- 169 O casmurro português de Teolinda Gersão em *A cidade de Ulisses*
AUDREY CASTAÑÓN DE MATTOS
- 187 A censura em *Dinossauro Excelentíssimo* (1972), de José Cardoso Pires
DANIELA CÔRTEZ MADURO
- 205 Oralidade e resistência no romance *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa
EDUARDO IVÁN VIVEROS MORALES
- 227 Como se diz o indizível? O tabu da morte na Língua Portuguesa
MAFALDA FRADE
- 259 Os autores

APRESENTAÇÃO

Quando, no seu conhecido ensaio “Cultural Criticism and Society” (1951), Theodor Adorno assume que, depois de Auschwitz, a poesia deixaria de ser possível (“to write poetry after Auschwitz is barbaric” [Adorno, 1983 [1951], p. 34]), a controvérsia gerada pelo referido *dictum* do filósofo alemão parece ter negligenciado a razão maior da sugerida impossibilidade que, em realidade, o autor não chegou nunca a designar como tal: a poesia não passou a ser impossível por ter deixado de ser possível escrevê-la, mas porque o admissível exercício da sua verbalização não deixaria de corresponder a um gesto bárbaro, pelo que nele haveria de ardilosa estetização de um horror tornado naturalmente irrepresentável pelo desígnio formal da palavra. Deste modo, longe de pretender impor o silenciamento da poesia enquanto forma privilegiada de comunicação, Adorno, socorrendo-se para o efeito da radicalidade expressiva do poema, trata de expor à luz da nossa consciência crítica a congénita insuficiência da linguagem para promover a dizibilidade plena do real, insuficiência essa que, por outro lado, não deixa igualmente de se produzir por via da suscetibilidade ética das palavras.

Ora o ato de silenciamento (que decorre de uma gestão política do silêncio, a que Adorno de facto não fez apelo) e o movimento de retração do dizer, decorrente este de um desempenho verbal consciente da sua própria insuficiência ou mesmo eticamente suscetível, correspondem a procedimentos de natureza bem distinta, como se depreende das considerações expendidas pela investigadora brasileira Eni Puccinelli Orlandi (entre outros autores que têm sabido pensar estas questões), a propósito dos muitos *não-ditos* que sustentam o nosso dizer comum:

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio significante, (...) aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar. (Orlandi, 2002, pp. 23-24)

Pelo contrário, a política do silêncio – entendida, portanto, como forma de poder – institui procedimentos como a interdição do dizer, de que a retórica do poder se tem ocasionalmente servido enquanto dispositivo de implementação da censura. Sucede que o gesto censório, como bem observa Orlandi, não corresponde ao reconhecimento individual da existência de certos sentidos cuja verbalização se assume como proibida, porquanto é certo que este particular mecanismo interditivo progride no contexto de um processo desenvolvido pela História. A censura consiste, pois, num processo de silenciamento que reprime a liberdade de movimento do sujeito no percurso dos sentidos, perturbando *ipso facto* o desenvolvimento da sua própria identidade, como alerta a linguista brasileira com inegável pertinência:

ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível do discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o lugar que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito. (*Ibidem*, p. 81)

Alguns dos ensaios que integram o presente volume procuram justamente dilucidar o modo como a censura consubstancia um expediente discursivo assente na traição das palavras, esse modo sempre oblíquo de estabelecer a circulação dos sujeitos no movimento discursivo do sentido. Helder Macedo, por exemplo, inspirando-se no princípio de volubilidade da História colhido em Machado de Assis, reflete sobre os conceitos de verosimilhança e de verdade (ou de versão e facto), para concluir que a verosimilhança da História não pode nunca deixar de ser ideológica, equiparando o princípio de contrainformação instituído pela retórica política de Trump a um dispositivo discursivo eminentemente censório.

Por seu turno, Noémia Bárbara e Mónica Dias mostram como, na era da pós-verdade que parece ser a nossa, os factos que anteriormente procuravam sustentar o discurso da opinião pública foram substituídos pela volatilidade das emoções ou das crenças pessoais, que veio auxiliar a instituição do fenómeno da *online cancel culture*, com óbvias remissões para o universo das *fake news* de que se ocupam tanto Gaspari Trapani como Bahar Şahinsoy. Em realidade, a prevalência, no discurso público, dos códigos emocionais sobre os racionais transforma a mentira e mesmo a vacuidade discursiva numa estratégia argumentativa comum, como tão bem ilustra a retórica de Trump e de Berlusconi evocadas nos textos de Şahinsoy e Trapani.

Numa outra ordem de ideias, Daniela Côrtes Maduro empreende uma justa e iluminadora análise da fábula satírica *Dinossauro Excelentíssimo* (1972), de José Cardoso Pires, com particular enfoque no fenómeno da censura nela representado, essa *câmara de torturar palavras* em palavras do próprio José Cardoso Pires. Por último, Luís Carlos Branco, a propósito de *Rolling Thunder Revue*, ajuíza sobre a ficcionalização da lógica do documentário produzida por Martin Scorsese a propósito da célebre turné de Bob Dylan, em 1975.

No entanto, é igualmente certo que “em face dessa sua dimensão política”, o silêncio é passível de ser considerado “tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (Orlandi, 2002, p. 31). Estas palavras de Eni Puccinelli dirigem a nossa atenção para a ingente mobilidade das palavras censuradas, as quais, encontrando-se impossibilitadas de significar num determinado lugar, mudam inevitavelmente de direção para poderem significar mais além. Num contexto de censura político-social, as palavras silenciadas conseguem impor o seu dizer por entre as restrições enunciativas que lhes são impostas. Em face da resistência à interdição instala-se, assim, uma política alternativa do sentido no interdiscurso político-social, de modo a fazer significar o que, num determinado contexto, lhe é proibido significar. Consequentemente, pelo menos em alguns casos, a interdição do dizer não gera obrigatoriamente o silenciamento sem mais, mas o desvio do dizer de um contexto eminentemente desfavorável para outro que permita a significação e a livre circulação do sentido: “o sentido não para, ele muda de caminho” (*Ibidem*, p. 13), assegurando assim o princípio do movimento que subjaz à constituição de qualquer formulação discursiva.

Ainda que de modo distinto, os textos de Inês Gamelas, Eduardo Morales e António Pernas, bem como o de Francisco Welligton e Maria Manuel Baptista dão conta desta retórica de resistência que normalmente se desenvolve na sequência de processos discursivos notoriamente censórios ou hegemónicos. E se Inês Gamelas entendeu ocupar-se do estudo das palavras de ordem (ou de resistência) que, no quadro do movimento estudantil de 1968, procuravam instituir uma nova ordem política na Europa do ocidente, António Pernas pretendeu analisar de que modo, em pleno Estado Novo, o espaço social da taberna era (ou não) propício à discussão das notícias filtradas pela censura. Francisco Welligton e Maria Manuel Baptista, por seu lado, desenvolveram uma análise dos chamados discursos hegemónicos, procurando colocar em relevo o processo de catequização política das massas por eles empreendido. Por último, Eduardo Morales problematiza no seu texto os meandros

da retórica da resistência no particular contexto do romance *Ualalapi* (1987), de Ungulani Ba Ka Khosa.

Num sentido mais consentâneo ao de insuficiência e de suscetibilidade ética da linguagem, que não raro se socorre da operacionalização de expedientes discursivos como o *implícito* ou o *não-dito*, as considerações de Mafalda Frade acolhem uma aturada análise do tabu da morte na língua portuguesa, quer dizer, do seu silenciamento através de um processo de *eufemização*, em oblíquo paralelo com o estudo de Sarah Oliveira Carneiro, que entendeu ocupar-se do ajuizamento sobre os *não-ditos* no discurso jornalístico sobre o fenómeno da migração em França. Audrey Castañón de Mattos, por último, desenvolve uma esclarecedora análise sobre a relevância assumida pela sonegação de certas informações empreendida pelo narrador do romance *A cidade de Ulisses* (2011), de Teolinda Gersão, enquanto forma de captação da benevolência do leitor, procurando assim o referido narrador promover nos seus leitores uma imagem assente na figura de uma certa *eufemização* diegética, sem necessidade de recorrer, para o efeito, ao corpo explícito da palavra.

Os ensaios que integram o presente volume tiveram a sua origem nas intervenções realizadas pelos seus autores no *Congresso Internacional Palavras traiçoeiras: fake news, censura e o indizível*, que decorreu no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro entre 23 e 25 de outubro de 2019.

A todos eles agradecemos a generosa contribuição.

Aveiro, fevereiro de 2022

Os Coordenadores

Referências bibliográficas

- Adorno, T. W. (1983 [1951]). *Cultural Criticism and Society*. In *Prisms* (pp. 17–34). Cambridge, MA: MIT Press.
- Orlandi, E. P. (2002). *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. 5.^a ed. Campinas: Unicamp.

A VOLÚVEL HISTÓRIA

HELDER MACEDO*

O meu título – “a volúvel História” – é citação parcial de um comentário irónico do escritor brasileiro Machado de Assis. A frase completa é “a história, a volúvel história, que dá para tudo”. Vem inserida num capítulo significativamente intitulado “A ideia fixa”, no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em que um “defunto autor” procura dar sentido retrospectivo à sua vida sem sentido. Nenhum escritor, em qualquer língua, indicou tão claramente a arbitrariedade da História como Machado de Assis. E quando também escreveu, em sucinta formulação epigramática, “ao vencedor as batatas”, está a significar não apenas que os bens materiais – “as batatas” – se tornam propriedade dos vencedores, mas a sugerir a consequente marginalização dos vencidos na narrativa da História. É o que ele próprio demonstra, com subtil mestria, na sua obra prima literária, *Dom Casmuro*, onde a história é contada na voz de uma personagem masculina (o senhorial Bento Santiago), que acusa de traição a mulher que teria amado (a inconformista Capitu). Mas a própria narrativa torna implícita, através das suas omissões e inconsistências, uma significação diferente, quando não oposta, dos mesmos factos narrados. Ou, também em termos machadianos, a possível diferença entre “verosimilhança” e “verdade”. Quando o narrador declara que “a verosimilhança é muita vez toda a verdade” está igualmente a sugerir que, outras vezes, pode não ser. Machado de Assis, um mulato descendente de escravos, usou a literatura para demonstrar a volubilidade da História de que a História é feita.

Hoje em dia ninguém aceita como verdadeira a verosímil narrativa de Bento Santiago sobre a culpabilidade de Capitu. Os factos são os mesmos, as percepções mudaram. Mas, ainda em 1969, lia-se o seguinte verbete na segunda edição de um justamente celebrado *Dicionário de Literatura Portuguesa, Galega e Brasileira*:

* University of London, King’s College.

Capitu. Personagem do Dom Casmurro de Machado de Assis. O seu feitio ambicioso e perverso deixa-se adivinhar nas entrelinhas da primeira parte do romance para, na segunda parte, se revelar em plena luz. Ainda menina, os seus “olhos de ressaca” faziam pensar. “Você já reparou nos olhos dela” – perguntava José Dias a Bentinho, – São assim de cigana oblíqua e dissimulada”. Mas Bentinho não reparava, era ingénuo e confiante; amava. Capitu vem a casar-se com ele, trai-o com Escobar, e no dia em que este é enterrado mais uma vez exerce a sua arte de fingir, enxugando rapidamente duas lágrimas, “consolando” a pobre viúva... [J.P.C.]

Pois é, Camões – que Machado de Assis tanto admirava – já tinha avisado os incautos, quando comentou a diversidade das “vontades”: “E sabeis que, segundo o amor tiverdes, / tereis o entendimento de meus versos”. O mesmo pode ser dito sobre a História. Porque, na verdade – ou com inteira veracidade – não há História. Há o entendimento da História, por um lado através da selecção de alguns factos considerados significativos e da consequente exclusão de outros factos, e, por outro lado, através da sua recepção, “segundo o amor tiverdes”. Mas isso também significa que a verosimilhança da História é sempre volúvel, porque é circunstancial e, consciente ou inconscientemente, ideológica. Ou, noutras palavras, que o entendimento do passado varia consoante o entendimento do presente.

Nas actuais democracias, alguns vazios da História têm sido preenchidos da perspectiva ideológica de novas circunstâncias sociais, culturais e económicas. Um mais alargado acesso à educação, à informação, a condições materiais melhoradas – ou, em suma, do que justamente se entende como progresso – levaram à gradual inclusão de classes sociais anteriormente marginalizadas, de etnias anteriormente perseguidas e, é claro, das mulheres, essas “ciganas oblíquas e dissimuladas” que desde sempre haviam constituído pelo menos metade das populações em todo o mundo. O progresso tecnológico – a *internet*, o *twitter*, o *youtube* e equivalentes – facilitou a comunicação directa entre cidadãos, retirando aos poderes estabelecidos o controle da informação. A Censura – nos moldes até recentemente utilizados, em maior ou menor grau, por todos os regimes, incluindo os democráticos – deixou de ser possível. Está, portanto, a haver também um crescente alargamento democrático da informação, manifestado numa justificável desconfiança em relação aos detentores do poder. Acontece, no entanto, que essa salutar desconfiança e esse indubitável alargamento estão indo de par com uma insalubre rejeição – ou perversão – dos processos políticos e sociais

democráticos que os tornaram possíveis e desejáveis. Refiro-me, é claro, às diversas formas de populismo que proliferam por toda a parte.

A democracia – e, muito especificamente, a democracia representativa – é uma filtragem da diversidade social, uma mediação das diversas vontades populares. Por isso tem conseguido ser o sistema político mais adaptável a novas circunstâncias, o mais abrangente e o mais capaz de preencher os vazios da História. Os diversos representantes das diversas vontades têm de dialogar uns com os outros, num processo dinâmico e pluralista. Mesmo que não cheguem a um consenso, as diferentes perspectivas são equacionadas, discutidas e, por isso, relativizadas. O triunfo de qualquer delas é, por definição, parcial e transitório. Os representantes eleitos podem ser deseitos, e uma vontade diferente vir a prevalecer, também transitoriamente. É um sistema político, por definição, imperfeito, e que, por isso mesmo, manifesta um processo dinâmico da História. Mas quando as instituições democráticas deixam de funcionar, abrem as portas ao populismo.

Os populismos, independentemente dos seus rótulos de “esquerda” ou de “direita”, antagonizam o progresso social. São sectários, excluem as minorias e hostilizam as diferenças. As suas “veracidades” tendem a manifestar-se em impostas generalizações que visam à imutabilidade. A mais das vezes, quando desejam uma mudança, a mudança que desejam é a perpetuação dessa mudança. O seu projecto comum seria, portanto, o desacontecer da História. Por isso os ditadores sempre foram populistas e sempre tiveram um conceito de “povo” baseado não na coexistência de diferenças mas na imposição de uma diferença sobre todas as outras, como se de uma veracidade permanente se tratasse: as diferenças de raça, de nacionalidade, de sexo.

As grandes mudanças sociais do nosso tempo começaram por não ser consensuais ou mesmo populares e raras vezes foram “populistas”. Muitas delas resultaram de ideais antigos que foram sendo gradualmente implementados, em sucessivos avanços e recuos, em crises e contra-crisis. É esse o caso dos conceitos de cidadania cristalizados ou, pelo menos, tornados implícitos, nos ideais pluralistas da Revolução Francesa e da constituição americana. Liberdade, Igualdade, Fraternidade. É certo que a igualdade não incluía as mulheres e que a fraternidade excluía, entre muitos outros, os homossexuais. A liberdade era de quem, portanto? Mas o ideal ético abrangente estava lá expresso. E também o amplo conceito de humanidade consagrado na constituição americana era uma “evidência” universal que, factualmente, não se pode dizer que tivesse abrangido os negros. Aconteceu, além do mais, que os ideais libertários da Revolução Francesa tiveram logo a sua oposta manifestação populista no Terror,

que por sua vez terá sido um equivalente laico do fanatismo religioso dos autos-de-fé inquisitoriais em que, por exemplo, o bom povo português ia todo contente ao Terreiro do Paço ver os judeus relapsos serem queimados vivos. E quanto mais o sentenciado berrava de dores mais o nosso povo unido daquele tempo aplaudia, como se a selecção nacional de futebol tivesse metido um golo.

O multibilionário Donald Trump, actual líder da nação mais poderosa do mundo – os Estados Unidos da América – é produto de um sistema político, social e económico que, antes dele, tinha produzido pela primeira vez nesse país um presidente negro e se preparava para elevar à presidência, também pela primeira vez, uma mulher. Ambos, a despeito de todas as limitações que pudessem ter, representavam um alargamento democrático. Mas Donald Trump foi eleito usando uma retórica populista contrária ao mesmo sistema democrático que possibilitou a sua própria eleição. E continua a usá-la enquanto presidente, como se em permanente campanha contra os poderes instituídos de que ele agora é o topo. Comunicando directamente com a população através de “*tweets*” que hostilizam os meios tradicionais de comunicação. Caracterizando notícias factuais como “*fake news*”, notícias falsas. Contrapondo, a factos comprovados, incongruentes “factos alternativos”. Usando a desinformação – ou contra-informação – com um propósito equivalente ao que, em regimes ditatoriais, havia sido o controle da informação pela Censura. Tradicionalmente, a Censura exercia-se por carência de informações. Donald Trump exerce-a por excesso. Implementando o controle da opinião pública como se fosse uma livre expressão da dissidência popular.

A sua não menos agressiva política internacional, que inclui a recusa da cooperação ecológica, vai de par com o proteccionismo económico de indústrias que o progresso tecnológico tornou obsoletas no seu país. Isto tem-lhe criado uma base de apoio entre os trabalhadores industriais a quem esse mesmo progresso tecnológico retirara o anterior estatuto de dinamismo político e social. Por isso é também parte de uma política socialmente regressiva, que ao mesmo tempo visa a retirar a sectores tradicionalmente discriminados da população os novos direitos entretanto adquiridos. Donald Trump é xenófobo, racista e sexista. E tem por hábito caracterizar os seus oponentes como “losers”, ou seja, os “vencidos” sem direito às “batatas”, os “perdedores” que impedem o país de se tornar de novo grande. “*Make America great again*” é um potente *slogan* populista, que remete às ideologias ditatoriais dos anos 30 do século passado. No entanto, de par com os supremacistas raciais do Ku Klux Klan e os fundamentalistas religiosos cristãos, mais de 50% de mulheres brancas e uma percentagem considerável de “perdedores” socialmente marginalizados votaram

nele. E tencionam votar de novo, nas próximas eleições. Muitas delas e muitos deles favorecendo a legalidade das armas recorrentemente usadas em terrorismo interno de que são vítimas potenciais. Ou opondo-se à criação de um serviço nacional de saúde de que seriam os principais beneficiários.

O caricatural equivalente brasileiro de Donald Trump – o também democraticamente eleito Jair Bolsonaro – declarou em tempos que o problema da pobreza se resolverá facilmente, porque esses “marginais” vão morrendo muito e assim deixará de haver pobres. Ambos são, em versão grotescamente “pós-moderna”, líderes políticos da exclusão da diferença num tempo de crescente pluralismo e internacionalismo.

Embora, por enquanto, em menor grau, qualquer coisa de semelhante está a acontecer na mais antiga e mais durável democracia representativa, o Reino Unido. O principal argumento contra a permanência do Reino Unido na União Europeia foi a restauração da soberania do Parlamento britânico em relação aos “burocratas de Bruxelas”. E terá sido essa a principal razão pela qual o próprio Parlamento autorizou o referendo que levaria ao chamado “Brexit”, delegando no povo os seus poderes constitucionais. Mas, algo paradoxalmente, tanto o então governo quanto a maioria do próprio Parlamento esperavam e desejavam que o Reino Unido não saísse da União Europeia. Da sua perspectiva, o referendo teria sido apenas uma corroboração cosmética de uma política de continuidade. O inesperado aconteceu: após uma campanha eficientemente populista baseada em falaciosas “verdades alternativas” e em factos comprovadamente falsos, o voto foi maioritariamente a favor da saída. Criando complexos problemas na sua implementação e levando ao impasse constitucional em que o país se debate há mais de três anos. Um Parlamento fragmentado levou à substituição de uma primeira-ministra algo confusa por um que visa incondicionalmente a implementar a saída da Europa a despeito das graves consequências para o país. O actual primeiro-ministro, Boris Johnson (que é uma espécie de Trump letrado e galhofeiro, mas não menos aldrabão), já começou a preparar uma futura campanha eleitoral baseada no conceito populista de “o povo contra o Parlamento”. E entretanto, em nome da soberania democrática do povo inglês contra a supostamente antidemocrática União Europeia, conseguiu suspender ilegalmente por uns tempos esse mesmo Parlamento democraticamente eleito. Tendo rotulado os deputados pró-europeus de “colaboracionistas”, e invocando, algo obscenamente, como um heróico precedente patriótico, a grandeza da Inglaterra manifestada durante os bombardeamentos nazis na guerra de 1939-45, quando a Inglaterra estava só e era mais inglesa do que é agora. Como se não tivesse também havido o heroísmo russo

em Estalinegrado, a decisiva intervenção americana nessa guerra, e a resistência na Europa ocupada. E como se agora os próprios ingleses fossem os inimigos que estão a autobombardear-se...

Quaisquer que sejam os méritos ou deméritos dos argumentos a favor ou contra a saída do Reino Unido da União Europeia, criou-se na democrática Inglaterra um clima de desconfiança e de antagonismo em relação à diferença. Residentes estrangeiros são atacados nos transportes públicos por estarem a conversar na sua língua e não em inglês. Os crimes de motivação racial aumentaram. A Inglaterra tem a percentagem mais alta de prisioneiros na Europa e, tal como nas cadeias dos Estados Unidos da América, a maioria dos prisioneiros são negros. Mas a solução recentemente proposta pelo actual governo “brexista” não é tentar prevenir as causas sociais dos crimes, é aumentar a capacidade das prisões. O que aliás é uma medida perfeitamente popular. Também é um facto muitas vezes comentado que a maioria da população inglesa favoreceria, num referendo, a restauração da pena de morte, em boa hora abolida pelos seus representantes democráticos. O que é popular nem sempre é democrático.

Veja-se o que também está a acontecer, por exemplo, na Hungria, na Rússia, e no crescente neonazismo e anti-semitismo em França e na Alemanha. E recorde-se que na Alemanha dos anos 1930 os nazis foram democraticamente eleitos e que depois suspenderam as instituições democráticas que haviam permitido a sua subida ao poder. E que também eles, baseados numa supostamente legitimadora vontade popular, tinham como programa tornarem a Alemanha de novo grande e mais alemã. E não se julgue que o regime nazi, com o seu programa exterminador da diferença, não fosse popular. Excepto, é claro, entre os “perdedores”. Muitos dos quais, aliás, só perceberam que o eram tarde demais. Os judeus – muitos deles – estavam tão integrados na sociedade alemã que os seus perseguidores impuseram a todos o uso de estrelas amarelas no peito, para os poderem distinguir dos “verdadeiros” alemães. Nem a retórica anti-semita era apenas racial ou, menos ainda, religiosa. Era também anti-internacionalista quando não anticapitalista, baseada na presunção de que os judeus controlavam, ou visavam a controlar, o capitalismo internacional. O partido Nazi, não por acaso, autodesignou-se como “nacional-socialista”. O que, de uma perspectiva marxista – “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!” – deveria ser um oxímoro. Mas, também por esse tempo, a União Soviética “nacionalizou” o comunismo internacional.

Os actuais – e crescentes – surtos de anti-semitismo nas sociedades ocidentais derivam de equivalentes ideologias populistas e nacionalistas. O anti-semitismo – a doença mais antiga das sociedades ocidentais – é a pedra de toque de todas as tendências

discriminatórias. A sua recorrência vai tomando novas aparências e usando novos pretextos, que, portanto, requerem renovada atenção. Acontece agora que, como parte e sintoma da generalizada crise das instituições democráticas, está a haver uma insalubre confusão entre a legítima existência do Estado de Israel e as nefastas políticas do actual governo israelita em relação à não menos legítima existência da Palestina como nação autónoma. É uma ratoeira ideológica em que muitos dos espíritos mais genuinamente progressivos têm caído. No entanto, mesmo nos Estados Unidos da América, com uma política veementemente favorável aos piores excessos do governo de Israel, tem havido um crescimento de anti-semitismo, de par com o anti-islamismo e todas as outras manifestações discriminatórias da diferença. Importa por isso acentuar que os principais opositores da política do governo de Israel incluem os cidadãos israelitas que, actuando democraticamente dentro de Israel, são porventura os que melhor poderão contribuir para a pacífica sobrevivência do seu país. Como também as forças democráticas terão de actuar dentro das outras democracias ameaçadas, para que a História, a volúvel História, afinal não dê para tudo.

E assim regresso à minha citação inicial de Machado de Assis, um escritor que sabia, por experiência, que a verosimilhança nem sempre coincide com a verdade. Mencionei depois Luís de Camões, para sugerir que é necessário saber escolher, “conforme o amor tiverdes”. Terminarei, em nota que desejo mais optimística, com uma citação de outro escritor que também muito admiro e que ao longo da sua vida soube escolher, Almeida Garrett. Analisando os conflitos ideológicos do seu tempo – que, na sua essência, são semelhantes aos do nosso – caracterizou a “marcha do progresso social” em função de dois princípios contraditórios, cuja alternância constitui “a crónica do passado, a história do presente e o programa do futuro”. Esses dois princípios (simbolizados em Sancho Pança em Dom Quixote) são o que designou como “materialismo” e como “espiritualismo” (ou, talvez de uma perspectiva mais abrangente, “idealismo”). Embora “tão avessos”, diz Garrett, “tão descontraídos, andam contudo juntos sempre: ora um mais atrás, ora outro mais adiante, empecendo-se muitas vezes, coadjuvando-se poucas, mas progredindo sempre”.

Neste nosso tempo tão contrário a si próprio, só posso desejar que ele tenha razão. Mas entretanto é preciso saber escolher.

FAKE NEWS AND THE TRANSFORMATION OF PUBLIC DISCOURSE: A STUDY FROM TURKEY

BAHAR ŞAHINSOY*

Introduction

The news is, by its very nature, a secular text. What distinguishes the news from literary texts is that it is written in a form which is based on truth, being secular, rational and narrative. News is a constituent of the public sphere, and what makes it public are the values and norms on which it is based. Being a secular text based on rationality, news is an output of the press that is articulated with the public sphere. In the framework of the principles of objectivity, impartiality, balance, and factuality attributed to the news by liberal paradigms, the field of journalism is accepted as a professional performance. The indisputable point that the critical and liberal paradigms accept is that the news is factual, and it has not been necessary up to now to debate the idea that the news reflects what is actually happening. Principles of ethical journalism were first developed in the 1850s, and rules of journalism were adopted in the 1930s. The first of the universal ethical rules of the professional principles adopted by the International Federation of Journalists (FIJ) is “reporting based on truth and facts” (White, 2016, p. 241). Accordingly, although journalists cannot always guarantee “truth”, reporting the events accurately and completely is one of the basic principles of journalism.

Nowadays, the normative values accepted as inherent in the news have started to erode. This situation is closely related to the rise of individualisation and the disappearance of the public mind in the age of neoliberalism, when the sharp line between the public and private spheres has begun to dissolve. In the world where individualisation is on the rise, the rules of the private sphere are affecting the public sphere, resulting in the disappearance of the aim of reaching a consensus for the benefit of plurality, and the prioritising of the desires and convictions of individuals. Sennett (2012) described this as “the fall of public man”, as the way of making sense of the

* Hacettepe University, Department of Communication Sciences, Ph.D. student. Turkey.
baharsahinsoy89@gmail.com

world evolves from rational mind to narcissism. Now, notions such as pluralism, secularity, rationality, openness, and publicity, which belong to the public sphere and to publicness, have begun to lose the capacity to interest people. Instead, individuals have started to ask themselves the question “what do I feel?”. In this age, when society’s understanding of pluralism is transformed from “us” to the world of the “self” [I/me] and emotions, the forms of public discourse are also impacted by the language of emotions. News discourse, which claims to belong to the public sphere, is affected by this transformation. The main purpose of this study is to examine the transformation of the public sphere, tracing how news, which was public discourse, has been transformed into what it is today, a discourse that permeates every corner of the public sphere and is inundated with emotional codes. The news, which should be written in public language, is constructed with the language of emotions, and its discourses are associated with the language of the intimate.

Nowadays, the spread of fake news and the collapse of the truth are problems that not only Turkey has encountered. It is a global problem. The abandonment of truth in news discourses is associated with the transformation of the public sphere, and, in this so-called post-truth era, truth has lost its importance in favour of emotions. In this respect, the questions we will try to answer are formulated as follows: what is public discourse and what does it cover? In what ways are professional forms of journalism eroded? And what are the rupture points of the truth? To reveal the transformation which has taken place in news discourse, reflections of the Gezi Park Protests in Turkish mainstream media are examined. These protests took place in Turkey in 2013 and involved different groups, such as nationalists, feminists, LGQBTIA+, Islamists, environmentalists, coming together and engaging in mass protest actions. Forms of erosion of public elements in the news, which were confirmed as fake during the protests, such as “drinking alcohol in the mosque” and “a woman wearing a headscarf is attacked by protesters in Kabataş”, are revealed.

Theoretical approaches to public and private spaces

News is a product of the press which is articulated with the public sphere. In this context, there is a need to delve deeper into the debates around the public sphere and take a closer look at what it is, and what its components and dynamics are. The views of Habermas (2001, 2002, 2004), Young (1998), Arendt (2013), Sennett (2010) and Illouz (2013) have an important place in the literature of the public sphere. Habermas’s theory offers important arguments for understanding normative and

modern publicness. The fact that the ideal of the public sphere is the search for consensus and that it reveals a democratic motif based on negotiation norms are important points in this study. Young's (1998) views on deliberative democracy were included in the discussion in the critique of Habermasian communicative action. Young (1998) offers propositions to fill the missing gaps in deliberative democracy. Arendt (2013) emphasises the drawbacks of the erosion of the boundaries of the public and private spheres by considering the public sphere as a sphere in which the individual creates him/herself politically.

Sennett's (2010) thesis on the *Fall of the Public Man* in the 19th Century and Illouz's (2013) discussions on modernisation constitute key points of study in terms of understanding the effects of psychology, individualisation and emotions on discourses. The sharp line drawn between the public and the private spheres in the liberal period have tended to be blurred by neoliberalism. Sennett (2010) argues that in the advanced capitalist era, the public is no longer of interest, the question of "what do I feel?" is central and individualism is on the rise. He discusses the reflections of individualisation in public discourse by arguing that narcissism and communitarianism underlie the reasons for the transformation of the social structure. Illouz (2013), on the other hand, outlines a framework to reveal the effects of the world of emotions on public discourses and the subsequent transformation of the intimate.

Habermas (2004) describes the public sphere as a common discussion space where citizens come together and communicate. In this sense, a realm similar to the public sphere is formed in social life (2004, p. 95). According to Habermas, such a public sphere guarantees citizens' freedom to express and publish their views on matters of general interest. In modern society, communication can be provided by means such as newspapers, magazines, television and radio (2004, p. 95). In this sense, the relationship between the media and the public sphere is revealed and the media emerges as a part of the public sphere. The press, which undertakes the role of mediating public debates, has become a part of the public sphere by articulating it (2004, p. 99).

The public idealised by Habermas is the bourgeois public, and the bourgeois public sphere, which underwent a social transformation, started to be mentioned at the end of the eighteenth century (2004, p. 98-102). While Habermas deals with this transformation trend historically in his work entitled *The Structural Transformation of the Public Space* (2002), he mentions that the communication form in the public sphere in today's world is communicative action. Norms belonging to the public sphere such as openness, publicity and rationality come to the fore in communicative action. Because

this type of communication emphasises a communication field in which individuals are not dominated and ideas do not humiliate each other, the parties involved should convey what they wish to express, not implicitly, but in the way they mean and based on the truth (Habermas, 2001, p. 127). Language is an important tool in communicative action and public language is taken as its basis.

Taking Habermas's communicative action theory as the basis of deliberative democracy, Young (1998) makes various contributions to this ideal. The model of deliberative democracy requires the equal participation of all citizens, and the process of political debate is based on arguments made by reason (1998, p. 177). It aims to ensure the public good by negotiating public decisions taken in an environment of equal and free discussion. What the deliberative model of democracy sets forth idealises the attainment of public interests rather than the interests of the participants themselves. This model also emphasises the transformative aspect in order to preserve the differences in perspective regardless of the social position of the participants. Different perspectives offer the individual a cultural encounter that allows them to understand that their experience is being reflected from a particular point of view. It forces the individual to transform their self-interest and desires. At the same time, expressing, questioning or opposing different perspectives contributes to the social knowledge of the participants. It paves the way for attention to difference and increases the effort to reach fair solutions for collective problems (Young, 1998, p. 186-187). Negotiation norms adopt a formal and general language and prioritise a speech style that is free from emotional flashes and bodily exuberance. In this sense, objectivity is expressed as a lack of emotional expression (Young, 1998, p. 180-181). The ideal for news discourse is the existence of a language and form of expression based on negotiation norms, and the language of the news is thus expected to be objective, impartial, and accurate, in the form attributed to liberalism.

Habermas (2002) discusses both the unification and separation of the public and private spheres from a historical perspective. He argues that, from the end of the nineteenth century, public power began to mediate the exchange between private persons, and the state's intervention in the social sphere was realised through the transfer of relations based on self-interest to the political sphere. With this intervention, public authorities were transferred to special units and their authority expanded to cover the private sphere. As a result, the state as a public authority has replaced social power. As society gradually became a state, the state that has the authority became social and the distinction between the private and the public became blurred and a new politicised

social sphere emerged. The politicised social sphere expressed by Habermas eliminates the liberal public sphere (Habermas, 2002, pp. 256-257)¹, and does not treat the private and public spaces as sharply divided.

When we look at Arendt (2013), the emphasis on the political aspect of the public sphere comes to the fore. Arendt, who has a philosophical understanding that characterises humans as political animals, considers plurality as the basic condition of human existence. Publicity is a state of togetherness defined by plurality, and is characterised as open, intimate and above all private (2013, pp. 37-74). Concepts such as plurality, difference, dialogue, and freedom form the cornerstones of Arendt's understanding of publicity. Freedom is closely related to being able to act in the public sphere. Her analysis advises the separation of violence from political action (Berkday, 2004, p. 707). According to Arendt, public and private spheres are intermingled from time to time in the modern world. She finds the inclusion of the private sphere in the public sphere inconvenient and deals with both spheres from an ethical perspective (Arendt, 2013, p. 71). By associating the private sphere with property, she substitutes private and intimate spaces with each other. She sees issues such as religion, ethnic identity, and sexuality as issues of the private sphere, while work and labour belong in the public sphere. In the public sphere, rationality and the public mind come to the fore in the approaches of both Arendt and Habermas.

When we look at Sennett's analysis of the public sphere, he offers different arguments for understanding today's societies. He states that the individual's self identity has become his/her main concern and that self-knowledge is a goal rather than a tool to know the world. In the late modern period, individuals have started to make sense of the world through their own psyche. This situation creates confusion between public life and intimate life. Individuals have started to approach public problems with their personal feelings (Sennett, 2010, p. 16-18), and this situation causes the intermingling of the public and the private spheres, and the fall of the public one. In this period when individuals are drawn to their personal worlds and their interest in the self has increased, their encounters in the public sphere have decreased (Sennett, 2010, p. 26). Sennett describes an intimate society in which there is no public person. In such a

1 Habermas associates the liberal public sphere with communicative action. The liberal public sphere allows individuals to express their thoughts freely, exactly as expressed in the form of communicative action. The disappearance of such a space points to the elimination of the free communication environment and the domination of the state (Habermas, 2002, p. 257).

society, even impersonal social phenomena are transformed into personality problems in order to gain meaning (Sennett, 2010, p. 285). The principles upon which such a society is based are narcissism and community (Gemeinschaft)² (Sennett, 2010, p. 86). While these principles transform the public sphere into a dead public sphere, they also carry private life into every corner of society, a sign of the disappearance of rationality and rational individuals from an emotional community (Dacheux, 2012, p. 20).

For instance, it became logical for people to think of those who could actively display their emotions in public, whether as artists or politicians, as being men of a special and superior personality. These men were to control, rather than interact with, the audience in front of whom they appeared. Gradually the audience lost faith in itself to judge them; it became a spectator rather than a witness. The audience thus lost a sense of itself as an active force, as a “public”. Again, personality in public destroyed the public by making people fearful of betraying their emotions to others involuntarily. The result was more and more an attempt to withdraw from contact with others, to be shielded by silence, even to attempt to stop feeling in order for the feelings not to show. The public was emptied of people who wanted to be expressive in it, as the terms of expression moved from the presentation of a mask to the revelation of one’s personality, of one’s face, in the mask one wore in the world. (Sennett, 2002, p. 261)

A psychological analysis conducted by Sennett through the psyche of individuals in the late modern period is similar to Illouz’s in many aspects. It would be extremely useful to observe the effects of neoliberalism on today’s society through Sennett’s and Illouz’s analyses. Illouz states that public discourse evolved into therapeutic discourse in the twentieth century by associating the transformation of the public sphere with the transformation of the intimate (2011, p. 25). During this period, psychology, which could make sense of the transformations of the capitalist world, began to influence the dominant language and discourse. Autonomy, authenticity and independence

2 Narcissism is the pursuit of self-satisfaction, and it is the individual’s focus on ‘what do I feel?’ rather than ‘we’. The community (Gemeinschaft) that emerges in a society where the public sphere has disappeared are communities that tend to marginalise and segregate the non-self. Sennett mentions that when groups congregate, people need to know each other personally in order to be able to act together. However, individuals lose their desire to act together, as this situation is restricted to inactivating processes based on mutual disclosure (2010, p. 26).

are the core values emphasised by therapeutic discourse, and Illouz emphasises that the therapeutic discourse approach leads to over-rationalisation and mechanistic egocentrism. It has turned the emotional experience into a matter of procedural and reflexive self-monitoring. According to Illouz, the unintended consequence of this approach is that it makes intimate relationships “cold”, because therapeutic discourse focuses on people, and is therefore individualistic. By obliging women and men to put themselves at the centre of their life plans, it has weakened devotion to the traditional family on the basis of sacrifice (Musial, 2013, pp. 124-125). Illouz takes a more micro level approach to framing the public space with the language of emotions. Under the aegis of the psychological model of “communication”, emotions have become objects to be thought of, expressed, talked about, argued over, negotiated and justified, both in the corporation and in the family. While some argue that television and radio have been responsible for the sentimentalisation of the public sphere, Illouz suggests rather that it is therapy – together with the language of economic accountability and with feminism – which has made emotions into micro public spheres, that is, domains of action submitted to a public gaze, regulated by procedures of speech, and the values of equality and fairness (Illouz, 2013, pp. 36-37).

Therapeutic discourse has become so widespread not just because it addresses the interests of various institutions or groups, but also because it can activate the cultural dimensions of the self and regulate social relations in the modern period (Illouz, 2011, p. 106). In other words, therapeutic discourse somehow defines life. The thinkers that we have used in the literature of the public and private spheres are very important for this study. The definition of the public sphere, which Habermas defines as normative, includes pluralism, rationality, the public mind and secularism, is useful in understanding the erosion of the normative today. Young’s criticisms and contributions to deliberative democracy also help to understand the transformation of public discourse. It is possible to say that in today’s political life, in the discussion environment of intellectuals, public language has begun to disappear in the way news is constructed, and instead, personal convictions predominate.

Journalism as professional performance

Thought rooted in the liberal narrative links the rise of journalism with emancipation. This idea has placed journalism as a fourth power alongside the legislative, the executive and the judiciary powers. The reason for this is to supervise those administrators who only get closer to their voters during election periods but become invisible after

they are elected. The press, which, like a watchdog, oversees what is happening and has the task of informing the public, has also become an important tool for different interest and pressure groups to make their voices heard. The period when professional reporting norms began to emerge is also the beginning of the emergence of objectivity (İnal, 1994). The “supervisor” role attributed to the media makes it the “guarantor” of the continuation of the democratic system. Therefore, with this aspect, it becomes an integral part of pluralist democracies (İnal, 1996). This approach, which articulates the media with political power, defends the view that “media is a reflection of reality” by stating that media professionals can objectively reflect reality (Curran et al., 1991, p. 242). The values that liberal theory attributes to the news distinguish it from other media outlets. News presents the facts objectively and in a balanced way and distinguishes itself from other media products (İnal, 1996). According to Tuchman (1978), impartiality and objectivity mark the separation of journalists’ subjective thoughts from the fact that they produce news. The norm of objectivity is accepted as the most important among other principles, and many critical discussions are conducted around the importance of ensuring objectivity. The important point underlined by this study is the erosion of the principle of accuracy in the news, since both liberal and critical paradigms in news studies do not bring the issue of factuality into the discussion, assuming that the news is factual.

In the 20th century, the principle of “realism” started to become prominent in journalism, and the doctrine that news should focus on observable phenomena formed the ethical foundations of journalism at this time. The news is shaped around an ethical perspective based on secular, scientific, factual, loyal to reality, information and should be strictly separated from interpretation (İnal, 2010, p. 36). Nowadays, it is possible to talk about the transformation of journalism as a professional field, organised around both national and international ethical principles. This transformation of professional journalism as well as the transformation of media ownership, the emergence of the Internet as a common means of receiving the news, and the removal of various rights from journalists all contribute to the discreditation of the profession. The erosion of public items in the news is an indication that professionalism has also been broken. Let’s take a closer look at real examples of how public principles have been eroded in the news.

The erosion of public items in the news

The main problem that this study explores is the erosion of public values in the news, which is supposed to be a form of public discourse, based on facts and reason, and shaped around pluralist, ethical and legal foundations, from which imposition and manipulation are eliminated. According to the definition of public discourse we outlined based on Habermas's conception of the public sphere, pluralism, rationality, secularity and factuality are among the basic components of publicness. In this part of our study, within the framework of these four concepts, the fictional reports about a woman with a baby, and wearing a headscarf, being attacked by the protesters in Kabataş, and protesters drinking alcohol in a mosque are analysed.

The Gezi Park protests, which began as a protest against the removal of the trees in Taksim Gezi Park in Istanbul in May 2013 soon turned into mass protests that were critical of the policies of the government with the coming together of different social and political groups. These protests, in which social media were extensively used, occurred at a very important moment in Turkish political life, and in a period when the inundation of fake news was most common. The spread of fake news did not occur solely through the Internet channels. False information was also spread through the manipulative news of media organisations known for their closeness to the government. News items about the false events mentioned above in the *Millî Gazete*, *Zaman*, *Yeni Şafak*, *Takvim*, *Yeni Akit*, *Sabah*, and *Star*³ newspapers are analysed. Until this point, various components of public discourse have been discussed. In the following sections, we will examine the news under four headings, truth, pluralism, rationality, and secularism, four principles which are accepted as components of public discourse, in order to reveal how the public narrative is violated in the news.

Truth

According to Ralph Keyes (2004), lies (as well as lying) have ceased to be an exception and started to be seen as the norm nowadays. With the lie becoming a commonplace discourse, ways are sought of covering up the truth without feeling guilty by moving away from ethical concerns. Ralph Keyes calls this period post-truth. This concept,

3 These newspapers are known for their closeness to the party of government. *Sabah* and *Star* Newspapers changed hands and were bought by capital groups close to the government after the Justice and Development Party (AKP) came to power in 2002. It would be more convenient to call these newspapers central media rather than mainstream.

which became widespread with the publication of Keyes' book, *The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life* (2004), is defined as "relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief". As such, the concept points to a quite problematic period in terms of ethics. According to Keyes, the reason why the post-truth era is considered a separate age is the way of telling the lie rather than the existence of a multiplicity of lying in this period. Lying is no longer a phenomenon that is told with hesitation or with embarrassment. In this case, alternative morals are sought which permit us to invent the lies, and because we do not want it to be referred to as lying, we resort to new forms or ethical understandings where this behaviour is not considered false (2017, p. 22).

In the post-truth era, there is a third category besides lies and truth: ambiguity. Ambiguous statements do not reflect the truth, nor can they be said to be lies. Many concepts can be used for these expressions that soften the act of lying. *Enriched truth*, *neo-truth*, *artificial truth*, *nuanced truth*, *incomplete disclosure* are some of these concepts (Keyes, 2017, pp. 25-26). What we call a lie is generally regarded as the opposite of the truth. According to Aytaç (2017), the reason why we are interested in lies is that they allow us to glorify the truth.

During the Gezi Park protests, the news that many protesters took refuge in the Bezm-i Alem Valide Sultan Mosque after the intervention of the police on June 2, 2013, and that they drank alcohol there, was reported in the media. Based on this allegation, government officials of the period also stated that alcohol was consumed in the mosque. In a photograph taken in the mosque, a can of drink held by one of the protesters is shown to be beer. Afterwards, photographs of empty alcohol bottles taken inside the mosque appeared in the press. The newspapers, *Millî Gazete*, *Yeni Şafak*, *Yeni Akit*, *Takvim* and *Star*, which include related news, are known for their conservative Islamist tendencies and their closeness to the government. The *Zaman Newspaper*, on the other hand, followed the Islamist Conservative ideological path, like other newspapers, but belonged to the Gülen Community⁴ at that time. After the Justice and Development Party (AKP) came to power, property relations in the

4 *Zaman* newspaper was removed from the Gülen Congregation with the appointment of a trustee in May 2016. In July 2016, *Zaman Newspaper* and Today's Zaman, which is its English version, were closed according to the "Decree-Law on Measures to be Taken Under the State of Emergency and Arrangements Made on Certain Institutions and Organisations".

mainstream media were also transformed, and a large part of it is now owned by capital groups close to political power. As a result of this transformation, the state has become a more powerful determinant than capital, and the media has been structured around a new economic-political axis. Therefore, this transformation makes it more convenient to use the concept of “central media” instead of “mainstream” or “main vein” (Depeli, 2013, p. 40-41). The central media newspapers, which displayed a pro-government stance against the anti-government actions during the Gezi Park protests, carried news that was not proven to be true and that was constructed in violation of the many rules of journalism, discussed above.

Looking at the headlines in the news, the *Yeni Akit* newspaper announced: “Camide içki içmişler! [*They drank in the mosque!*]” (03.06.2013); *Yeni Şafak*: “Sığındıkları camide içki içtiler! [*They drank in the mosque where they took refuge!*]” (03.06.2013); the *Millî Gazete*: “Göstericiler camide bira ve sigara içmiş [*Protesters smoked and drank beer in the mosque*]” (04.06.2013); and *Takvim* used: “Valide Sultan Camii’nde Rezaletin Görüntüleri [*Images of Disgrace in the Valide Sultan Mosque*]” (28.06.2013)⁵. In these headlines, it is possible to say that the event is presented in strong, direct language that presents it as the truth itself rather than as a claim. *Yeni Akit*, with the exclamation mark it uses in the title, and *Takvim*, by referring to the events as a “disgrace”, emphasise and reinforce the situation. When we look at the content of the news, we observe that the claims are presented in the form of the truth. *Takvim*, for example, based its allegations on photographs of a crushed beer can in the mosque and images taken by city surveillance cameras. The footage shows images of the mosque’s door being kicked, a doctor wearing an apron with a crucifix on it, and young people kissing. However, when looking at the photographs used in the news, no people are kissing. There is no image of the door being kicked in. *Yeni Şafak*, on the other hand, uses the photograph of a person holding a can of drink in the mosque. While it is not clearly understood that this image, marked with a red ring, is beer, it is clearly stated in the news that it is beer.

Among the news, where the truth was abandoned and unreal events were handled in a fictional way, there are allegations that a group of activists attacked and battered a woman wearing a headscarf and carrying a baby in Kabataş. According to Aytaç (2017), state lies “*devlet yalanları*” constitute one of the areas where the relationship between politics and lies is most visible. The allegations reported as “the Kabataş incident” primarily spread from the higher levels of the state, and were expanded

5 All extracts from Turkish newspapers cited in this article have been translated by the author.

to include the press, academia and relevant judicial institutions. According to Aytaç (2017), the Kabataş incident, which we can characterise as the institutionalisation of lies, is one of the lies that the governors tell the governed and aim at reconstructing the factual reality in the political sphere. According to Gambetti (2014), the practice of state lies does not destroy the truth but covers it up. Even if the evidence is destroyed, the truth can emerge from factual gaps and inconsistencies. In the news about the drinking of alcohol in the mosque and attacking a woman wearing a headscarf in Kabataş during the Gezi Park protests, the facts emerge through factual gaps and inconsistencies. In addition to this news, the fictional events in Kabataş were presented in the form of truth by some journalists and columnists claiming that they had watched the recordings of the events.

According to Kıvanç (2017), the columnists are trying to take sides in the political sphere they are engaged in, undertaking their mission to intervene, in news, facts, reality, truth, in order to distort and direct our view and perception (Kıvanç, 2017, p. 88). The piece of news we mentioned above is an example of the embodiment of this thought. According to Candansayar (2017), lies like Kabataş have a distinctive feature from other lies. Those who defend what allegedly happened in Kabataş say that they watched the footage and claim that “the situation is dire” at every given opportunity, and argue that the journalists and columnists are educated and knowledgeable people. At the same time, these are the same people who are not affected by the revealing of the lie and can easily say “I was wrong”. The most important reason for this is that those who defend the untrue are not sanctioned. The power they possess is provided by the mechanisms of power, which not only nurtures them but also protects them.

If we take a look at the headlines, the *Star* newspaper, which carries Elif Çakır’s⁶ interview with Zehra Develioğlu, who was allegedly attacked by the protesters, runs the headline: “Kadınlar küfrediyor Erkekler Vuruyordu [*Women were cursing, men were hitting*]” (13.06.2013); *Yeni Şafak*: “Önce tekmelediler sonra taciz ettiler [*First they kicked and then they harassed them*]” (14.02.2014); *Zaman*: “Kadınlar küfrediyor erkekler vuruyordu [*Women were cursing, men were hitting*]” (13.06.2013), and “Darp edilen annenin 6 aylık bebeği süttten kesildi [*The 6 month old baby of the battered mother was weaned*]” (14.06.2013); *Sabah*: “Kabataş saldırısı 52 saniyede gerçekleşti [*The Kabataş attack happened in 52 seconds*]” (11.03.2015); and *Takvim* covered the news under the headline: “İste karartılmak istenen Kabataş gerçeği [*The Kabataş reality*”

6 Journalist and columnist in the *Star* Newspaper.

they want to obscure” (11.03.2015). In the headlines, the idea that it is the truth that is being reported rather than a claim to the truth is emphasised. In the *Star*, *Yeni Şafak* and *Zaman* newspapers, Develioğlu’s statements are carried to the headlines without quotation marks and the opinion of the newspaper is reflected.

Truth in the news can be abandoned not only in written discourse but also in the visual material used. The photographs used by the *Sabah* and *Takvim* newspapers are presented as images taken at the moment of the event by city surveillance cameras. However, by making changes to the images using Photoshop graphics editing software, the image of a crowded group circling a woman walking on the road with a stroller was created. In the reports of both newspapers, it is claimed that the images of the moment when the incident was seen more clearly were manipulated. According to Aytaç (2017), the lie is determined by the quality of the emotional and mental bond with the information we have. Ideological, emotional and mental partnerships constitute most of the fake news that newspapers share.

Pluralism

The main values that underpin the news are the principles of neutrality and objectivity. It is possible to identify these values with pluralism, which is an element of publicness. Public pluralism refers to the way in which particular social or political groups are not excluded and everyone is addressed. Objectivity and impartiality, which are among the norms of journalism, require not making biased news and appealing to everyone. This part of the research focuses on who the actors are and whose opinions are included in the news.

The actors in the news about alcoholic drinking in the mosque are the protesters. While the protesters are described as the perpetrators of the incident, the mosque muezzin⁷ is described as a “kurban [victim]”. *Yeni Şafak* and *Millî Gazete* used the expressions “göstericiler [demonstrators]”, *Takvim*, “demonstrators and agitators”, while *Yeni Akit* referred to “provokatörler [provocateurs]”, “marjinal guruplar [marginal organisations]” and “militant örgütler [militant groups]” for the actors in the incident. In news items in which a form of discourse excluding certain political communities and groups is used, we find such statements as: “provokatörler camiyi üs olarak kullandı [provocateurs used the mosque as a base]”, “camiyi işgal eden eylemciler camiye büyü zarar verdi [protesters who occupied the mosque caused great damage to the mosque]”,

7 A religious worker at the mosque, who recites the *adhan* to report the prayer times.

“Göstericiler camiyi ameliyathaneye çevirdi [*Demonstrators turned the mosque into an operating theatre*]”, “Taksim provokatörleri camiye ayakkabı ile girdi, caminin içerisinde sigara ve içki içtikleri ortaya çıktı [*Taksim provocateurs entered the mosque with shoes, smoking and drinking in the mosque*]”⁸.

Kıvanç (2017) underlines that the main job of the journalist is to report, and it is not the journalist’s job to determine how the issue will be evaluated and to present the details by interpreting the news. Because this form of discourse is not suitable for publicity, it moves the news away from being public and approaches it as a propaganda tool (Kıvanç, 2017). The news does not mention that the protest actions are directed at the government and their neoliberal policies. While *Yeni Şafak* and *Millî Gazete* pointed to the removal of trees in Taksim Gezi Park as the reason for the protests, *Takvim* did not give a reason. *Yeni Akit*, on the other hand, refers to “Taksim Gezi Parkı’nda ağaçların sökülmesini protesto bahanesi ile ortaya çıkan militan bir grubun provokasyonu [*The removal of trees in Taksim Gezi Park as the provocation of a militant group*]” that emerged under the pretext of protest. While using expressions that marginalise the protesters, “militan bir grup [*a militant group*]”, for example, it emphasises the shortage of protesters in terms of quantity. Thus the events take place not as the opinion of the majority, but as the actions of a small, marginal group. However, the Gezi Park protests constituted a large mass of different ethnic, nationalist, feminist, LGQBTIA+, Islamist, environmentalist and socialist groups engaged in mass protests in different provinces. The protest actions that began as a movement against the removal of the trees in Gezi Park continued in the form of criticising government policies and expressing their political and social demands.

Rationality

Under this heading, forms of erosion related to the rational mind, one of the most important components of public discourse, are discussed. The rationality of the news is based on reason, and the validity of the discourse is only confirmed through rational reasoning. The rationality must be validated by the reader who is exposed to the news, as well as by the journalist who conveys the news. In addition to the fact that the news items we are dealing with do not reflect the truth, the closeness of the discourses used to the fictional and irrational elements are indicative of the ways of

8 It is religiously forbidden to enter the mosque, which is the place of worship of the Islamic faith and considered sacred, with shoes. According to Islam, smoking and alcohol consumption is considered *haram*.

breaking rationality. It is not possible to say that it is rational to claim that there are people who drink, smoke and kiss in an area where protesters took shelter in the mosque as a result of the police attack, where the injured, including people who tried to fight against the tear gas, are being treated by doctors. Based on the photographs used, the statement that the drink which was carried by one of the protesters was actually beer, as claimed by the *Yeni Şafak* newspaper, is not clearly supported. This is an example of the abandonment of rationality in the news with the use of the visual. In the reporting of the news that protesters attacked a woman wearing a headscarf in Kabataş, the events were written in a language far removed from the rational. The use of images obtained using Photoshop reveals that the news is constructed in a manipulative way. The journalist's use of a photograph that shows an incident that has been manipulated and has not actually happened destroys rationality, but also undermines trust in media organisations.

Secularism

Taylor asserts that one meaning of secularity is related to the public sphere, underlining that public spaces are places that are supposedly purified from any reference to God or absolute existence (Taylor, 2007, p. 1). Anık defines secularism as follows:

While the concept of secularism incorporates the concept of laicism, representing the separation of religious affairs and state work and the government's impartial attitude towards religious beliefs, on the one hand, it also has a broader content on the other hand. For despite the fact that this concept is perceived as laicism in a strict sense, in a broader sense, it is directly related to modernization because it also encapsulates the replacement of spiritual and religious values as well as those lifestyles based on these values with modern earthly ideals and objectives and the transformation experienced in practical terms. (Anık, 2012, p. 10)

Secularism predicts that various fields of activity are based on rationality. The fact that the news is a secular text is a feature that distinguishes it from other literary genres. The news is a text that is constructed with an official and general language and does not include emotional expressions. In the news items analysed here, by going beyond the official and general language, the discourses are related to the language of the intimate. At this point, it is necessary to remember what the language of emotion and the intimate refers to. The phenomenon of privacy refers to private life, a world specific to

the individual, and the individual can decide with whom to share the details of her/his personal life. It is possible to evaluate the concept of privacy in three ways. The first is spatial privacy that encompasses the individual's physical space. The second is individual intimacy, which involves protecting the individual from unfair interference. The third includes the individual's personal data and it is about their collection, storage and distribution (Eralp, as cited in Çetin, 2015, p. 781). The individual's right to privacy refers to the right to determine with whom s/he will share her/his private life (Yüksel, 2003, p. 182). Nowadays, with the transfer of situations that are considered to be private to the public sphere, we also encounter the news written in the language of the intimate. Public discourse has no excessive, competitive and emotional aspects, nor does it allow the free use of ideological and rhetorical tools. When we look at news discourse, even the use of an exclamation mark is an indicator of excess. The news items we analysed establish their content through religious and moral discourses. Although we do not adopt a democratic and rights-based approach, we encounter the reflections of the views and attitudes of the government in the media. The fact that the woman who was attacked in Kabataş wears a headscarf and the protesters are referred to as people who are "trying to make a revolution" establishes a conflict between Islam and secularism. Moreover, the protesters are presented in the form of marginal groups that provoke the state rather than as claimants for rights.

The following sentence, which is found in *Takvim* newspaper, claiming that young people are kissing in the mosque, is one of the examples of the way news language is related to the language of the intimate: "Diğer bir görüntüde ise caminin içerisindeki rezaletlere sonuncusu ekleniyor. Sarhoş olduğu tahmin edilen genç sırtını duvara yaslayarak oturan kız arkadaşını dudağından öpüyor. [*In another image, the last of the series of disgraceful situations inside the mosque. The young man, presumed to be drunk, kisses his girlfriend, who is sitting with her back against the wall, on the lips.*]" (Takvim, 6/28/2013). Rumours, such as: the protesters were drunk, they could not stand up, the doctor trying to help the injured wore an apron with a crucifix printed on it, the section reserved for women in the mosque's congregation area was kicked down, relate the news to the language of the intimate. In the reporting of the Kabataş incident, almost all of the discourse is constructed with the language of the intimate. That the woman was attacked because she was wearing a headscarf and that the protesters are identified with anti-Islamism are emphasised. That the person alleged to have been beaten "had her headscarf removed", that "protesters peed on her", that "she was sexually harassed" reinforce the intimate nature of the news reporting.

Conclusion

This study has tried to reveal the rupture points of the truth by examining the transformation of public discourses through the news. In the era of neoliberalism, the blurring of the distinction between public and private spheres and the emergence of rising individualism in the discourses of power have transformed every sphere of public life. The reflections of these discourses in news texts are realised through a kind of ambiguity. Thus, as the space between lies and reality decreases, and a process emerges in which emotions have an effect on the truth, the attitudes of the mechanisms of power find their way into the conservative Islamist press and leak into public discourses. During the Gezi Park protests, the allegations that alcohol was drunk in the mosque and that protesters attacked a woman wearing a headscarf in Kabataş are exactly the result of the expropriation of the ruling mentality through the press. While discourses of power penetrate the public sphere, they also erode the normative by relating to the language of the intimate.

Constant exposure to lies transforms our perception of truth. In our age, being exposed to so many lies, as Arendt said, “shifts the ground under our feet and prevents any ground from being replaced by it” (Arendt, as cited in Berktaş, 2012, p. 138). This situation endangers the public sphere as well as public life. It tries to destroy trust by shaking the belief of individuals who do not have any basis or solid ground to stand on in society, as well as notions such as pluralism, democracy, openness and publicity, which are the conditions of living together.

Bibliographical references

- Anık, M. (2012). Two Axes Revolving Around the Discussions of Secularism in Turkey: Şerif Mardin and İsmail Kara. *Journal of Humanity and Society* (insan & toplum), December 2012, Issue: 4, pp. 9-34.
- Arendt, H. (2013). İnsanlık Durumu [*Human Condition*]. (B.S. Şener, Trans.). İstanbul: İletişim Yayınları.
- Aytaç, A. M., Hakikatin kendinden menkul bir enerjisi yoktur, hakikati savunmak gerekir [Truth has no self-evident energy, truth must be defended]. Interview with A. Murat Aytaç. *Ayrıntı Dergi*, 2017, Issue: 19 Ankara. Access: <http://ayrintidergi.com.tr/ahmet-murat-aytac-hakikatin-kendinden-menkul-bir-enerjisi-yoktur-hakikati-savunmak-gerekir/> Date of access: 03.03.2018.
- Berktaş, F. (2004). Çoğulluk Yeryüzünün Yasasıdır [Plurality is the Law of the Earth]. In M. Özbek (Ed.) *Kamusal Alan*. İstanbul: Hil Yayınları, pp. 551-556.

- _____ (2012). *Dünyayı Bugünde Sevmek: Hannah Arendt'in Politika Anlayışı* [*Loving the World Today: Hannah Arendt's Policy Understanding*]. İstanbul: Metis.
- Candansayar, S. (2017) Pseudologia Fantastica: Günümüzün Yalanları ve Yalancıları [Pseudologica Fantastica: Lies and Liars of Today]. *Ayrıntı Dergi*, 2017, Issue: 19 Ankara. Access: <http://ayrintidergi.com.tr/pseudologia-fantastica-gunumuzun-yalanlari-ve-yalancilari/>. Date of Access: 05.03.2018.
- Çetin, E. (2015). Sosyal Paylaşım Ağlarında Fotoğraf, Yer/Mekân Bildirim Paylaşımları Ve Mahremiyet: Facebook Örneği. *The Journal of International Social Research*, December 2015, Volume: 8 Issue: 41, pp. 779-788.
- Curran, C. et al. (1991). İletişim Araçları Üzerine Çalışma: Kuramsal Yaklaşımlar [*Study on Communication Tools: Theoretical Approaches*]. (M. Özbek, Trans.). Ankara: İLEF Journal (pp. 228-253).
- Dacheux, E. (2012). Kamusal Alan: Demokrasinin Anahtar Bir Kavramı, in H. Köse (Ed. & Trans.), *Kamusal Alan* [*Public Sphere*]. İstanbul: Ayrıntı Yayınları, pp. 13-27.
- Depeli, G. (2013), Anayasa Yazım Sürecine LGBT Müdahilliğinin Merkez Medyadaki Görünümü [The Appearance of LGBT Involvement during the Constitution Writing Process in the Mainstream Media], *Galatasaray University Faculty of Communication Journal*, 18: 38-60.
- Habermas, J. (2001). İletişimsel Eylem Kuramı [The Theory of Communicative Action]. (M. Tüzel, Trans.). İstanbul: Kabalcı Yayınları.
- _____ (2002). *Kamusallığın Yapısal Dönüşümü* [*The Structural Transformation of the Public Sphere*]. (T. Bora & M. Sancar, Trans.), İstanbul: İletişim Yayınları.
- _____ (2004). Kamusal Alan [Public Sphere]. in M. Özbek (Ed. & Trans.). *Kamusal Alan* [*Public Sphere*]. İstanbul: Hil, pp. 95-102.
- Illouz, E. (2013). *Cold Intimacies: The Making of Emotional Capitalism*. Cambridge: Polity Press.
- İnal, A. (1994). Haber Metinlerine Eleştirel Bir Bakış: Temel Sorunlar ve Örnek Çalışmalar [A Critical Perspective on News Texts: Main Problems and Case Studies]. *A.Ü. İLEF Journal-94*, pp. 135-165.
- _____ (1995). Yazılı Basın Haberlerinde 'Yapısal' Yanlılık Sorunu [The 'Structural' Bias Problem in Written Press News]. *Toplum ve Bilim*. N. 67 (Autumn), pp. 111-135.
- _____ (1996). *Haber Okumak* [*Reading the News*]. İstanbul: Temuçin Yayınları.
- _____ (2010). Tarihsel Gelişimi İçinden Gazetecilik Etiğini Yeniden Düşünmek. [Rethinking Journalism Ethics within its Historical Development. In B. Çaplı & H. Tuncel (Eds.) *Televizyon Haberciliğinde Etik* [*Ethics in Television Journalism*]. Ankara: Fersa Matbaacılık, pp. 27-44.
- Keane, J. (1991). *Medya ve Demokrasi* [*Media and Democracy*]. (H. Şahin, Trans.). İstanbul: Ayrıntı Yayınları.

- Keyes, R. (2017). *Hakikat Sonrası Çağ: Günümüz Dünyasında Yalancılık ve Aldatma* [*The Post-Truth Era: Dishonesty and Deception in Contemporary Life*] (D. Özçetin, Trans.). Istanbul: Delidolu Yay.
- Kıvanç, Ü. (2017). *O Meslek Bunalımda: Gazeteciliğin Kendine, Neoliberalizm ve Sanal Alemin Basına Ettikleri* [*That Job is in Crisis: What Journalism did to Itself, Neoliberalism and Virtual World*]. Istanbul: P24 Medya Kitaplığı.
- Musiał, M. (2013). Richard Sennett and Eva Illouz on tyranny of Intimacy. Intimacy tyrannized and intimacy as a tyrant. *Lingua Ac Communitas*. ISSN 1230-3143, Vol. 23, pp. 119-133.
- Schudson, M. (1994). Haber Üretimini Sosyolojisi [The Sociology of News]. (A. Altun & M. A. Gevrek, Trans.). İLEF Journal 94, pp. 307-325.
- Sennett, R. (2002). *The Fall of Public Man*. London: Penguin.
- _____ (2010). *Kamusal İnsanın Çöküşü* [*The Fall of Public Man*]. (S. Durak and A. Yılmaz, Trans.), Istanbul: Ayrıntı Yayınları.
- Taylor, C. (2007). *A Secular Age*. Cambridge: Harvard University Press.
- White, A. (2016). Etik Gazetecilik: Avrupa'da Sorumlu Habercilik İçin Bir Esin Kaynağı [Ethical journalism: an inspiration for responsible communications in Europe]. In O. Andreotti (Ed.). *Tehlike Altında Gazetecilik* [*Journalism at Risk*]. Istanbul: Bilgi Yayınları, pp. 233-272.
- Young, I. M. (1998). İletişim ve Öteki: Müzakereci Demokrasinin Ötesinde. [*Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy*. In S Benhabib (Ed.), *Demokrasi ve Farklılık: Siyasal Düzenin Sınırlarının Tartışmaya Açılması* [*Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*]. (Z. Gürata & C. Gürsel, Trans.) Istanbul: Demokrasi Kitaplığı.
- Yüksel, M. (2003). Mahremiyet Hakkı ve Sosyo-Tarihsel Gelişimi [Right to Privacy and its Socio-Historical Development]. *Ankara Üniversitesi SBF Journal*, 58-1, pp. 181-213.

ANALYSED NEWS

- Millî Gazete*, “Göstericiler Camide Bira ve Sigara İçmiş [*Protesters smoked and drank beer in the mosque*]”, 04.06.2013.
- Sabah*, “Kabataş Saldırısı 52 Saniyede Oldu [*The Kabataş Attack happened in 52 seconds*]”, 11.03.2015.
- Star*, “Kadınlar Küfrediyor Erkekler Vuruyordu [*Women were cursing, men were hitting*]”, 13.06.2013.
- Takvim*, “Valide Sultan Camii’ndeki Rezaletin Görüntüleri [*Images of Disgrace in the Valide Sultan Mosque*]”, 28.03.2013.
- _____, “İşte Karartılmak İstenen Kabataş Gerçeği [*The Kabataş reality they want to obscure*]”, 11.03.2015.

Yeni Şafak, “Sığındıkları Camide İçki İçtiler! [*They drank in the mosque where they took refuge!*]”, 03.06.2013.

_____, “Önce Tekmelediler Sonra Taciz Ettiler [*First they kicked and then they harassed them!*]”, 14.02.2014.

Yeni Akit, “Camide İçki İçmişler! [*They drank in the mosque!*]”, 03.06.2013.

Zaman, “Kadınlar Küfrediyor Erkekler Vuruyordu [*Women were cursing, men were hitting!*]”, 13.06.2013.

_____, “Darp Edilen Genç Annenin 6 Aylık Bebeği Sütten Kesildi [*6-month-old baby of the battered young mother was weaned!*]”, 14.06.2013.

SILVIO BERLUSCONI: A SEDUÇÃO POPULISTA, O CONSENSO E A “LÍNGUA DOS AFECTOS”

GASPARI TRAPANI*

*A eloquência é a arte de aumentar
as coisas pequenas e diminuir as grandes.*
Sócrates

Quando Silvio Berlusconi, no dia 26 de Janeiro de 1994, apresenta, através da sua mensagem televisiva, *Forza Italia*, o seu novo movimento político, um dos aspectos que o *Cavaliere* faz questão de relevar é a linguagem e a imagem que quer projectar de si e da sua nova força política. E ele está tão preocupado com isso que, desde o primeiro dia, no seu discurso de estreia na política, aborda a questão da linguagem como um dos temas de propaganda, afirmando, de forma eficaz e peremptória, “que é possível acabar com uma política de conversas incompreensíveis”.

Acusa, dessa forma, a velha política e os seus politicantes de produzir discursos incompreensíveis para a maioria das pessoas, entabulando, paralelamente à sua entrada na política, uma forte crítica à linguagem dos seus antecessores políticos, em relação aos quais não hesita em distanciar-se:

havia um grande desejo de mudança, um desejo de renovação moral, um desejo pela forma de expressar a política de uma maneira diferente. Não mais o idioma dos Templários que ninguém entendia: sentia-se a necessidade de uma linguagem simples, compreensível e concreta. (Berlusconi, 2000, p. 38)

Refere-se à linguagem extremamente técnica e burocrática dos políticos da chamada Primeira República Italiana (1946-1993), em que mínima era a incidência do

* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

vocabulário de base, privilegiando, através do uso de elementos de estilo mais alto, um código linguístico que, se por um lado, parecia mais pomposo e áulico, por outro, apresentava-se perante os interlocutores mais tortuoso e indirecto, ganhando, não por acaso, a designação depreciativa de “politiquês”.

Silvio Berlusconi está perfeitamente consciente disso e irrompe na cena política em 1994, perspectivando um elemento de novidade, não somente em termos de conteúdos e personagens políticas, mas também em termos de linguagem. Define, assim, um conjunto de acções e intenções cujo objectivo é a profunda inovação dos códigos de comunicação, tendo por base novas técnicas de persuasão e novas aplicações dos conceitos e de métodos de *marketing* eleitoral.

Ser o homem novo da nova política italiana implicava, para o *Cavaliere*, apresentar-se perante os eleitores também e, sobretudo, expressando-se numa linguagem com características novas. O Berlusconismo representa, assim, não só uma mudança profunda na maneira de fazer política, mas também na abordagem ao conjunto dos votantes.

Desde o início do seu percurso político, a atenção de Berlusconi aos factores de comunicação foi sempre nuclear, marcando sempre pontos a seu favor contra uma esquerda que, ao dar-lhe um papel marginal, continuou a usar códigos semiológicos bastante antiquados e, frequentemente, enigmáticos. É por isso que, nas várias competições eleitorais, a linguagem utilizada sempre constituiu, para *Forza Italia* e o seu líder, um crucial elemento de força e sucesso. Não é por acaso que Nora Galli de' Paratesi, docente de Linguagem e Comunicação na American University de Roma, num artigo dedicado à relação entre a política e a linguagem, publicado em 2004 pela revista *MicroMega*, fala, referindo-se ao código linguístico do *Cavaliere*, de uma “língua dos afectos” contraposta a uma “língua dos raciocínios frios”, usada tradicionalmente pelos velhos políticos e burocratas (Galli de' Paratesi, 2004, p. 85-98).

A sua nova abordagem, portanto, parece marcar uma autêntica revolução cultural contra a obscuridade e a complexidade sintáctico-lexical da linguagem política, jornalística e burocrática existente. Silvio Berlusconi, de facto, intuindo que a renovação política não podia deixar de passar também por uma renovação comunicativa e, mais especificamente, pela linguagem verbal, insiste sistematicamente na necessidade de uma refundação linguística, fazendo disso um ponto constitutivo e fundamental do seu programa político, considerando-o como um ulterior sinal de ruptura com a velha política do passado e espelho da novidade que ele quer encarnar:

Tudo no desejo de Berlusconi e dos seus colaboradores deve ser separado do passado, construído de forma diferente [...] *Forza Italia* não é um partido, mas sim um movimento, os seus locais são clubes, os comícios são apresentados como discursos de abertura em congressos ou eventos com novos nomes como “Tax Day” e “Security Day” [...] Ele e o seu staff são homens de fazer as coisas, não políticos, têm a cabeça no lugar e decidem agir por carinho e senso de responsabilidade em relação ao país [...] São homens novos: o novo, a palavra-chave nascida em 1992-93 perante a desilusão geral após os escândalos políticos, é apresentado e oferecido para tudo, inclusive para a linguagem. (Galli de’ Paratesi, 2004, p. 91-92).

Dessa forma, contrariamente a uma rápida revisitação por parte do centro-esquerda de alguns instrumentos eleitorais – por exemplo, os cartazes – sem nunca desenvolver uma abordagem conceptual e linguística eficazmente inovadora para a comunicação dos seus valores e programas, Silvio Berlusconi enfatizou a centralidade da linguagem no seu sistema de propaganda eleitoral, considerando-a como um precioso elemento de diferenciação em relação ao passado e parte da revolução política que iria introduzir.

Opondo-se, portanto, a uma linguagem extremamente complexa e rebuscada, utilizada pela oposição, o objectivo primário do *Cavaliere* é: “uma clareza transparente usando uma linguagem simples mas solene no tom, o mais possível longe dos estereótipos e da retórica da política dos velhos políticos” (Berlusconi, 2001, p. 12). Não é por acaso que uma das preocupações de *Forza Italia* e do seu líder, no momento da elaboração do programa a apresentar aos eleitores, foi que este pudesse ser entendido na sua totalidade. Para esses fins foram redigidos vários tópicos simples que, depois, remetiam para secções mais específicas de aprofundamento para satisfazer um público mais atento e rebuscado, interessado em analisar os diferentes pontos programáticos. Essa estratégia consentia diferentes níveis de leitura, de forma flexível e pronta a adaptar-se à tipologia do interlocutor.

Para além disso, afirma-se uma linguagem sintacticamente e lexicalmente simples que lhe permite produzir textos e discursos de fácil interpretação e compreensão. Na comparação com os discursos e textos dos anteriores políticos, emerge, de facto, que as orações não são tão tortuosas e, pelo contrário, são constituídas por um número exíguo de subordinadas, aparecem breves e sucintas, recorrendo frequentemente a expressões lacónicas; os termos usados são claros ou então, no caso de utilização necessária de palavras complexas, Silvio Berlusconi apressa-se a esclarecer o seu

significado, acima de tudo se for relacionado com uma linguagem estritamente técnica, da política ou da economia.

Outro objectivo do *Cavaliere* é tornar a sua mensagem mais “sedutora”, recorrendo a um corte emocionalmente rico e, por vezes, até vagamente místico, quase como se procurasse estabelecer com o seu eleitorado uma relação messiânica. Não são só a palavra e o conteúdo que são importantes nos discursos do *Cavaliere*, mas também a expressividade e um certo optimismo de base, que inspiram, motivam e justificam as palavras e os discursos. Concorrem para o mesmo fim o uso frequente e sapiente do humor e da piada que, rompendo o gelo, por um lado, criam empatia com o público e, por outro, preparam o terreno para introduzir assuntos mais “sérios” de cariz político.

Dessa forma, o consenso recebido aparece-lhe como uma merecida gratificação reconhecida ao “homem do fazer”. Estabelece-se, assim, uma ligação directa entre o optimismo, o “homem do fazer” e o consenso. De facto, o recurso a formas e a termos estimuladores de emoções, que alternam o uso de uma linguagem por vezes radical e provocatória e, em outras ocasiões, pacata e tranquilizadora, induz no público um sentimento de marcada partilha emocional – o chamado *emotional sharing* – que, afastando-se do excesso das frias elaborações “culturalmente cultas” do centro-esquerda, tem como objectivo o envolvimento imediato e participe do eleitor. Observa o psicólogo e escritor Alessandro Amadori relativamente à novidade representada por Berlusconi: “Enquanto os outros políticos são frios, distantes, longe da sensibilidade do homem comum, o líder de *Forza Italia* é caloroso, acessível, próximo das sensações das pessoas comuns que diariamente ganham a própria vida” (Amadori, 2009, p. 22).

É aqui, mais uma vez, que se revela a experiência do seu passado de grande *entertainer*, de hábil conversador que, também no seu elóquio político, adopta a sua provada técnica de vendedor de profissão, de representante de comércio de sucesso que precisa de “vender” as suas “mercadorias”, sublinhando, de modo atraente e insinuante, as suas qualidades e superioridade, servindo-se, assim, de uma linguagem fantasiosa, típica do publicitário que tem de propor ideias, imagens e *slogans* eficazes e aliciantes. Daí a sua predilecção pelo monólogo ou pelo comício.

Dialéctica e propaganda caracterizam o discurso de Silvio Berlusconi que, desprovido de pausas e sob o impulso de asserções e incitações, não poupa nem na acumulação de termos nem num número elevado de redundâncias. Consciente do valor de cada palavra, através de um estilo comunicativo essencial, o *Cavaliere* tem como objectivo principal captar a atenção do ouvinte: daí o gosto pela repetição – por vezes, insistente – da mesma palavra, o uso de locuções, expressões e frases

feitas e, ainda, o emprego de palavras diferentes para reiterar os mesmos conceitos, na tentativa de manter activa a atenção do interlocutor, com a intenção de o atrair, convencer e conquistar.

No vetusto panorama da linguagem política italiana dos anos 1990, Silvio Berlusconi, favorecido pela notoriedade televisiva, aparece como um pioneiro: graças, de facto, à sua extracção empresarial, do homem que se fez sozinho, primeiro no mundo dos negócios imobiliários, depois naquele das comunicações e da publicidade, o seu mérito é ter imposto a todos os políticos – aliados e adversários – um novo código semântico, uma autêntica neo-língua que mudou completamente a comunicação política italiana.

Pela primeira vez em Itália afirma-se na política um novo estilo comunicativo que resulta da colaboração com sociedades de consultoria de direcção e formação em gestão. Aparece, dessa forma, no cenário político italiano, a figura do *ghost writer*, um escritor fantasma cuja tarefa é de fornecer as palavras certas no momento certo e do *trainer public speaker*, especializado na formação sobre como falar em público, tendo em conta também os diferentes tipos de público (congressos, comícios, televisão, etc.). De uma forma geral, contra a linguagem altissonante e incompreensível dos velhos políticos, os conselheiros do *Cavaliere*, partindo de uma análise crítica ao estilo comunicativo corrente, perspectivam uma linguagem mais simples e plana, inspirada na linguagem diária das pessoas.

Daí, por exemplo, o uso da metáfora do futebol que se torna um símbolo à volta do qual Berlusconi organiza o seu consenso político, criando um sugestivo paralelismo entre os adeptos do futebol e a base social do seu partido. É o próprio *Cavaliere* a falar da inspiração futebolística como ponto de partida para a sua experiência política, para a sua visão dos negócios, para a vida:

Penso no futebol como uma metáfora universal para a vida. Não só em Itália é a paixão nacional, mas em grande parte do mundo. É praticamente um contraste entre o bem e o mal, entre amigos e inimigos, e há um árbitro que deve ser imparcial. Assim como na vida. Há um adversário a enfrentar, e é necessário ser melhor do que ele, e vencê-lo com elegância e estilo, é preciso jogar bem e não à toa. Devemos convencer aqueles que nos olham de que somos o melhor de todos, assim como devemos fazer na vida. (Friedman, 2015, p. 125)

Assim, no seu duplo papel de presidente de uma prestigiada equipa de futebol – o A.C. Milan – e de político de primeiro plano, Silvio Berlusconi estabelece

uma ponte que tem o seu relevo na comunicação, procurando evidentes efeitos de hibridação da linguagem, que visam “chegar” mais facilmente às várias camadas do seu público-alvo.

É do conhecimento geral que a metáfora consiste em utilizar uma palavra ou uma expressão em lugar de outra sem que haja, entre ambas, uma relação real, mas, em virtude da circunstância de o nosso espírito associar e depreender entre elas certas semelhanças. Dito de outra forma, uma palavra ou expressão produz sentidos figurados por meio de comparações implícitas, que podem conferir um duplo sentido à frase, à palavra ou à expressão em questão.

Intuitivamente, os desportos – e o futebol, entre eles, por ser o mais popular em Itália – e a política têm alguns aspectos em comum: a ideia do confronto, a vitória numa competição, algumas regras, um ou mais vencedores. A associação entre o futebol e a política revela-se como uma espécie de disfarce, isto é, a dissimulação da realidade política num universo lúdico e combativo, prevalentemente masculino (o que explica, como veremos, o pouco espaço dado às mulheres dentro de *Forza Italia* e as diferentes metáforas usadas para a elas fazer referência).

E é servindo-se do mundo do futebol, que Silvio Berlusconi conhece bem, que algumas expressões são utilizadas pelo *Cavaliere*: assim, por exemplo, a sua estreia no mundo da política não é uma simples candidatura, mas sim uma “discesa in campo”, uma entrada no estádio, à semelhança do que acontece com os futebolistas antes da partida; os seus ministros não formam um gabinete de governo, mas sim uma “squadra”, uma equipa, tal como no futebol. A mesma designação – equipa – é reservada também para indicar grupos de políticos que trabalham dentro do seu partido em áreas específicas – económica, cultural, dentre outras – ou para os candidatos: “Actualmente estamos a preparar uma equipa para a Europa” (Berlusconi, 2001, p. 161).

A vantagem do uso da metáfora desportiva consiste em diminuir o significado político das afirmações, consideradas como algo obscuro e tortuoso pelas pessoas: se, de facto, a finalidade é estabelecer um diálogo com o povo, sendo por ele plenamente compreendido, a linguagem do desporto, e, mais especificamente, do futebol, aparece como a metáfora mais adequada ao espírito popular. A redução do universo político ao do futebol permite a Berlusconi simplificar os conceitos e as ideias, tornando-as mais acessíveis, isto é, ele entende que a complexidade da política pode ser abordada através de formas metafóricas simples. Para além disso, a associação com uma actividade lúdica tão popular confere, do ponto de vista emocional, uma conotação positiva ao discurso político, tentando vencer a desilusão e a desconfiança do

eleitorado italiano, após o escândalo *Mani pulite*, que tinha tornado pública a corrupção dos velhos partidos.

Podemos até afirmar que, especialmente no início da carreira política de Silvio Berlusconi, o futebol, para além das televisões, constituía o seu *totem*, algo com que ele se identifica(va), o segundo cenário, depois das televisões, do seu sucesso. Em 1994, portanto, não tendo ainda nenhum mérito político, o *Cavaliere* procurou numa área extra-política a sua legitimação, apresentando-se, por um lado, como o criador da nova televisão, e, por outro, como o magnata desportivo de sucesso.

Não é por acaso que o movimento político por ele fundado – *Forza Italia* – reproduz o *slogan* com que os italianos incitam os jogadores da equipa nacional de futebol, um dos principais, e talvez raros, momentos em que o país se sente verdadeiramente unido. Tal como anteriormente indicado, os centros de acção periférica do movimento são denominados *clubes*, exactamente como acontece com as equipas de futebol; a cor azul do material propagandístico e os relativos adjectivos *Azzurri* e *Azzurre* são utilizados para fazer referência aos eleitores e aos deputados, senadores e candidatos, respectivamente de sexo masculino e feminino de *Forza Italia*, derivando os termos da designação da “squadra azzurra”, ou seja, a selecção nacional de futebol.

Mas a metáfora desportiva do futebol não é a única e Silvio Berlusconi, para atingir uma maior eficácia comunicativa, usa também a metáfora da guerra, definindo como “guerreiros” os seus apoiantes e utilizando imagens derivadas do mundo bélico: “É por isso que estamos aqui, que respondemos a essa chamada às armas” (Berlusconi, 2001, p. 21). De forma semelhante, frequente é o emprego de metáforas que se referem ao mundo religioso: os seus eleitores são frequentemente denominados de “apóstolos” ou “missionários”, aludindo, portanto, a uma identificação entre ele e Jesus: “Dirijo-vos a exortação evangélica do dia de Pentecostes: vá e pregue a todas as pessoas – convença aqueles que ainda estão incertos, que ainda não estão convencidos, em nome da Itália, em nome de *Forza Italia*, em nome da liberdade” (Berlusconi, 2001, p. 242).

O objectivo do uso das metáforas é, portanto, claro: eliminar a obscuridade e a tortuosidade que tornavam inacessíveis os discursos dos velhos políticos. O código linguístico do *Cavaliere*, dessa forma, distancia-se da tradicional linguagem política, procurando aproximar-se o mais possível do italiano corrente, sendo, por isso, menos técnico.

A novidade do estilo coloquial dos discursos do *Cavaliere*, contudo, não reside unicamente na procura de um léxico simples, muito próximo daquele usado pelas pessoas em normais situações da vida diária, mas também na sua particular configuração estrutural. Amedeo Benedetti, perito em comunicação, no seu livro de 2004,

Il linguaggio e la retorica della nuova politica italiana: Silvio Berlusconi e Forza Italia, revela e discute a estrutura dos discursos berlusconianos. Eles começam normalmente por uma *captatio animis*, uma técnica cuja finalidade é sensibilizar a audiência, mostrando emoção e agradecimento. É este o momento em que não faltam as invocações ao afecto, que suscitam nos ouvintes uma resposta emocional imediata e uma relação directa com o orador, Silvio Berlusconi:

Senti o abraço daqueles que sofreram tanto e que hoje se encontram a viver o que a história nos propõe: ainda tem que lutar para defender o seu bem-estar, o futuro dos seus filhos e netos, para defender a liberdade. Estamos aqui hoje, neste abraço caloroso, forte e entusiasmado. Antes de começar... depois do entusiasmo, depois da alegria, depois do sorriso que marcou o nosso começo... (Berlusconi, 2001, p. 132-133)

Trata-se, normalmente, do momento da praça ou do comício, da propaganda eleitoral ou da apresentação dos programas e dos objectivos perante um vasto público, que está presente e participa através de aplausos, ovações e *slogans*. Geralmente é o momento para discursos argumentativos de tipo assertivo para sustentar e/ou justificar o seu ponto de vista ou contrariar o dos adversários. O público é parte activa dessa estratégia: com a mesma habilidade de um apresentador da televisão, dirigindo-se directamente aos interlocutores, Berlusconi dialoga com eles, envolvendo-os numa espécie de troca virtual, colocando frequentes perguntas e solicitando possíveis respostas corais, para capturar e manter a atenção, criar e alimentar a sua concentração. Mas o objectivo é também outro: fixar de forma simples, quase por unidades temáticas (impostos, criminalidade, desemprego, etc.), como numa espécie de síntese por tópicos, o conteúdo dos discursos e as questões principais. É o mesmo processo que se utiliza no ensino escolar básico ou na narração de fábulas para crianças, quando, para averiguar a compreensão da história ou da lição, são colocadas perguntas, muitas vezes retóricas, para fazer quase um balanço. O objectivo é manter constante a atenção, quase a acompanhar pela mão o ouvinte/eleitor, diminuindo o nível de formalidade e estabelecendo, pelo contrário, através de um diálogo mais informal e afectivo, típico da narração oral ou até popular, uma relação de proximidade quase pessoal.

Para as mesmas finalidades, seguindo os modelos aprendidos ao longo da sua carreira no âmbito publicitário, frequente é o uso de *slogans* e módulos assertivos. Estes, ao eliminarem qualquer dúvida ou hesitação, impressionam directamente

a imaginação das pessoas, não só permanecendo na sua memória, mas também ganhando a sua confiança.

É também com esse intuito que, para agradar aos vários tipos de interlocutores que constituem o seu eleitorado, o *Cavaliere* não hesita em adequar a sua linguagem, usando, por um lado, termos eruditos – frequentemente palavras ou ditos em latim – e, por outro, expressões em dialecto milanês, mais populares, para se aproximar da língua falada pelas pessoas comuns na rua. Alternando, portanto, as anedotas humorísticas com as referências cultas, Silvio Berlusconi parece celebrar, por um lado, a nobilitação de quem fala e do seu público, e, por outro, pelo contrário, coloca uma certa distância em relação aos seus apoiantes, o que lhe permite situar-se num nível superior ao deles, numa posição de quem os lidera, os chefia e ensina algo que aparentemente só ele sabe. Ao mesmo tempo, contudo, a linguagem de Berlusconi apresenta-se como profundamente irracional, evidenciando não só as diferenças – nós e os outros, nós e os adversários, nós e os comunistas – mas envolvendo e incitando directamente o seu público, o que fica patente quando ridiculariza as instituições através de uma linguagem agressiva e desdenhosa que provoca um mecanismo de imitação junto dos seus apoiantes. Desse modo, Silvio Berlusconi não hesita em utilizar palavras ou expressões depreciativas sobre o Estado e as instituições, atacando o parlamento – para o qual, porém, foi eleito – considerando-o um aparato burocrático, cujos membros são descritos como personagens sem uma autêntica profissão de vida. É este o outro recurso típico dos seus discursos: a demonização dos adversários; a esquerda, ou melhor, os comunistas, como ele prefere defini-los, e os magistrados, acusados de serem comunistas e de obstaculizarem o seu percurso político.

É assim que o *Cavaliere* evoca perigos, fantasmas e ameaças, não para os exorcizar, mas sim para impressionar a sensibilidade das pessoas, alimentando, através de autênticas cruzadas, medos e receios que requerem o aparecimento de um salvador, um defensor absoluto da liberdade e da democracia, que facilmente, num espírito de auto-exaltação, se identifica com ele, exemplar modelo credível de confiança.

Com efeito, Silvio Berlusconi recorre cada vez mais frequentemente, acima de tudo durante situações que implicam a presença de um público, à imagem do “Berlusconi-herói”, protagonista de uma história, que enfrenta todos os obstáculos que impedem o conseguimento do seu objectivo. Desse modo, no fim dos seus discursos públicos, apresenta as suas próprias soluções através de propostas concretas e de auspiciosos anúncios que remetem para o sonho e para a possibilidade de concretizá-lo através dele. Cria-se, assim, o cenário, a expectativa, o mito.

O *Cavaliere* utiliza, portanto, uma estrutura discursiva simples e linear sem desistir do gosto pela expressão incisiva à semelhança do que acontece nas conversas de rua: expressa-se de modo sequencial e directo, identificando imediatamente o âmago da questão, exactamente como numa negociação de trabalho. Muitas vezes, para reforçar as suas ideias, distribui dados estatísticos, sondagens e percentagens que, independentemente de serem ou não verificados, atribuem autoridade às suas palavras. Profissional da comunicação, no seu elóquio torrencial, desprovido de pausas e cheio de nexos argumentativos, Berlusconi, para aumentar o seu prestígio, não hesita em evocar os seus passados papéis, não só no âmbito político mas também empresarial, exibindo publicamente as suas relações pessoais com outras personalidades internacionais – Obama e Putin, *in primis* – dando a entender aos outros que existe uma intimidade e familiaridade que, de facto, não é, naquele contexto, requerida.

Anteriormente referimos o optimismo como um ingrediente considerado contagioso e criativo que caracteriza todos os discursos de Berlusconi. Expressivo da profissão pública do optimismo, é o emprego recorrente de superlativos e de hipérbolos, uma figura de retórica que corresponde ao exagero com efeitos enfáticos no sentido das palavras ou das frases. O objectivo é evidente: por um lado, magnificar a sua actividade, por outro, mostrar segurança e tranquilidade, sobretudo no que diz respeito a questões adversas, circunstâncias de factos ou notícias politicamente desfavoráveis ou perigosas, como, por exemplo, a crise económica ou episódios de criminalidade.

A escolha das palavras, portanto, não parece casual, mostrando-se, muitas vezes, sintomática de certas atitudes e pressupostos que caracterizam o Berlusconismo. Assim, por exemplo, no momento da sua entrada na política, a já mencionada frase “*scendere in campo*”, ou seja, na política, para além de conter uma clara alusão ao mundo desportivo, evidencia outro aspecto que reside no verbo utilizado: *scendere* – descer – implica, de facto, um nível mais alto de onde se vem e um nível mais baixo para onde se vai; passar, portanto, de um plano superior a um inferior. A política, dessa forma, interpretando o pensamento do homem comum, é vista como algo inferior em direcção ao qual se desce. A partir desta perspectiva, Silvio Berlusconi coloca-se numa posição superior e a sua tarefa é tornar tudo novo, porque, chegando do alto, ele apresenta-se como o portador de virtudes, pureza, competência, todas as qualidades que se reencontram na sua história pessoal e de empresário de sucesso. É a partir desta posição superior de guia que o *Cavaliere* fala, procurando transmitir a imagem de um homem forte, custódio de certezas e seguranças que

depois utilizará, através do envolvimento dos ouvintes, para construir uma identidade colectiva, um projecto comum, frisando incessantemente a partilha de finalidades e experiências. É desse modo que o “eu” do líder político se transforma num “nós” colectivo, de quem sabe construir e, por conseguinte, chefiar uma comunidade pública, elemento fundamental para exercer o poder e dar solenidade às suas declarações e discursos.

Silvio Berlusconi, de facto, sabe que a partilha de valores e ideais, como núcleo de uma ideologia, revela-se crucial para a construção de uma identidade colectiva: o acordo sobre esses valores é um pressuposto indispensável para uma acção comum, tendo como objectivo final o de dar um conteúdo universal e de amplo fôlego à realização das várias etapas políticas.

É por isso que grande parte dos seus discursos gira em torno do conceito de liberdade e Silvio Berlusconi não hesita em usá-lo quase como uma marca pessoal, desde a sua entrada na política: não é por acaso que foi atribuída à primeira coligação liderada pelo *Cavaliere* o nome de *Polo della Libertà*, e que foi chamado *Popolo della Libertà* o partido que ele chefiou entre 2009 e 2013. Nos seus discursos, portanto, o tema da liberdade é central: enumera, por exemplo, uma série de formas de liberdade – de pensamento, de opinião, de culto, de associação, de educação, etc. – todas liberdades fundamentais e direitos naturais que estão na base da civilização ocidental e sobre as quais o consenso dos outros é, ou deveria ser, unânime. Quem nega essas formas fica automaticamente fora da sociedade civil, como esta é entendida no Ocidente. O apelo, portanto, a este valor indiscutível, forte e absoluto da nossa cultura civil, reconhecido também pela Constituição, mesmo aparecendo como óbvio, constitui, de facto, uma armadilha que visa suscitar, junto dos ouvintes, uma reacção emocional positiva, como se este valor, na verdade, não existisse. Com efeito, a menção explícita, nos seus programas e discursos, a essas liberdades implica e subentende que os anteriores governos que o precederam não as tutelavam nem as garantiam, mas que só a luta pessoal de Silvio Berlusconi as poderia conquistar.

O mesmo acontece com outros direitos e valores como a solidariedade, a instrução, a família, a fé, o desenvolvimento, o trabalho, a saúde, a segurança, a democracia, a justiça, a propriedade, todos bens imateriais supremos dos cidadãos, apresentados, contudo, como um conjunto de ideias em que ele se inspira e que são indicados como fundamentais a perseguir pela acção política do *Cavaliere*. Essa estratégia permite-lhe autoproclamar-se portador e defensor de todos estes valores, produzindo no seu público um estado de espírito de demonstração de estima e reconhecimento civil em

relação a algo que, na realidade, para além de estar na base das democracias ocidentais, consta na Constituição italiana.

Numa visão de género tão peculiar, um lugar muito importante é ocupado também pela linguagem que Silvio Berlusconi usa, dirigindo-se ao público feminino que integra os seus eleitores:

nel '94 quando scendemmo in campo, il nostro linguaggio fu quello di tutti i giorni, comprensibile, chiaro a tutti, e venne rappresentato da chi mi stava, da chi stava vicino a coloro che, con me cominciarono quell'avventura, dalle nostri mogli, dalle nostri madri, dalle nostre figlie. Fin dall'inizio abbiamo ancorato la politica – qualcuno disse la politica declinata al femminile – ai problemi concreti della gente, ai problemi della famiglia, delle madri, dei figli.¹

Trata-se de uma parte de um discurso pronunciado em 1998 e dirigido a uma audiência unicamente feminina, na ocasião da primeira assembleia nacional da *Azzurro Donna*, a associação das mulheres do partido de Berlusconi, *Forza Italia*.

É interessante reparar que, nestas palavras, a referência às mulheres não é feita enquanto seres humanos, indivíduos, mas sim pelo papel que desempenham dentro da chamada sociedade tradicional. Elas, antes de serem mulheres, são esposas, mães e filhas. Desse modo, incapazes de elaborar uma linguagem própria, sofrem uma nova linguagem, mas que parece ter sido concebida e moldada por homens. O contributo feminino parece limitar-se à sensibilidade e ao espírito de abnegação e de sacrifício:

Da voi, dalle azzurre, dal mondo femminile, Forza Italia ha ricevuto, riceve e riceverà quella sensibilità che è soltanto vostra, di chi capisce i problemi prima ancora di fare un approfondimento razionale, per istinto, quella vostra capacità di sacrificarvi, quella vostra capacità di dedizione, di amore, di dono verso gli altri.²

Às mulheres, portanto, o *Cavaliere* reconhece como virtudes enraizadas nelas a sensibilidade, a compreensão afectiva, uma certa intuição e dedicação, consideradas

1 Prima Assemblea nazionale di Azzurro Donna, 28 de Março de 1998, http://www.forzaitaliagiovani.it/primo_sito/berlusconi/donne.pdf (consultado a 8 de Novembro de 2018).

2 *Ibidem* (consultado a 8 de Novembro de 2018).

como alternativa ou substituto da racionalidade, qualidade evidentemente masculina. Tende, assim, a identificar aptidões e talentos diferentes para cada género, não reconhecendo as mesmas competências.

Desse modo, as metáforas do futebol e da guerra, especificamente adequadas a um público masculino, são substituídas por metáforas que dizem respeito à vida doméstica e pessoal. Assim, por exemplo, o programa eleitoral e os objectivos do partido são “receitas” para “missionárias”: “È la nostra ricetta ricordiamocelo sempre, perché tutte quante siete e dovete essere missionarie di convincimento nei confronti di tutti gli altri”³. Da mesma forma, os partidos são comparados às famílias: “Faccio una parentesi per chiarire le cose, ove ve ne fosse bisogno. In Europa si confrontano due famiglie parlamentari: la famiglia dei Popolari e la famiglia dei Socialisti”⁴. O estado supõe-se igual a um condomínio: “Nella nostra concezione liberale dello Stato, esso altro non è, per usare un’immagine semplice, che un condominio. I padroni del condominio, i condomini, siamo tutti noi”⁵.

No imaginário de Berlusconi, se, por um lado, estas metáforas conduzem a uma redução da complexidade dos problemas e dos assuntos políticos, por outro, consideram aprioristicamente o interlocutor, ou seja, as eleitoras do seu partido, como dotadas de uma linguagem modesta que exige, por conseguinte, um código linguístico simples. Ao público feminino não é, portanto, reconhecida nem uma adequada competência política, nem um apropriado domínio da linguagem, tendendo a considerar o trabalho doméstico o melhor meio para induzir a compreensão de questões políticas. As frases do *Cavaliere* “per chiarire le cose” ou “per usare un’immagine semplice” são reveladoras deste facto.

A consideração de Berlusconi relativamente à política e à linguagem usada para com elas tem uma inédita consequência no que diz, mais uma vez, respeito à visão de género: a Itália é um dos países que tem menos participação activa das mulheres na vida política.

Um dos partidos que conta com uma das mais baixas presenças de mulheres é o partido *Forza Italia*. A explicação de Berlusconi não deixa dúvidas e vem reiterar o que temos vindo a referir:

3 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

4 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

5 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

Nella nostra squadra ci sarà una forte presenza di Azzurre. Purtroppo non ci saranno tante candidate donna quante ne vorremmo. Non perché ci sia una chiusura da parte nostra, ma perché è difficile avere candidature che rispondano a quei criteri di merito, di preparazione, di professionalità che sono necessarie non solo per competere, ma per avere anche la speranza di essere eletti.⁶

O papel das mulheres, portanto, desprovidas de preparação e profissionalismo, parece restringir-se à função de missionar, divulgar e propagandar a “doutrina” do partido junto da sociedade civil: “Ci sono poi da tenere i rapporti con le associazioni del volontariato, con le associazioni del *non profit*, con i parroci, con i vescovi di ogni città”⁷. Outra possibilidade que lhes está destinada é desempenhar, assim como nas televisões, um papel decorativo. Confirma-se, neste caso, mesmo nos discursos oficiais, a referência à mulher como sujeito sexualmente determinado que, com tons de alusiva galantaria, realiza a sua plenitude na procura de um noivo:

Avete sentito qui questa mattina il nostro splendido coro azzurro che viene dal Veneto. Far parte di un coro è bellissimo: si canta, si sta insieme, si parla dei problemi di tutti i giorni e quindi anche, il nostro modo concreto di fare politica, dei problemi della politica. Magari ci si trova pure un fidanzato!⁸

Em primeiro lugar, na televisão, e, em seguida, na política, as mulheres são reduzidas a objectos do desejo ou, pelo contrário, objectos de subjugação familiar, quase sem excepção, consolidando, assim, velhos clichês e tornando mais difícil o sucesso das mulheres na sociedade. No início do século XXI, se, de facto, a mulher ainda não conseguiu romper com o modelo tradicional, caracterizado principalmente pelo cumprimento das tarefas domésticas, nos anos em que Silvio Berlusconi governou, este modelo agravou-se ulteriormente.

6 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

7 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

8 *Ibidem* (consultado a 10 de Novembro de 2018).

Referências bibliográficas

- Amadori, A. (2009). *Silvio tu uccidi una sinistra morta. Perché Berlusconi ha vinto e continuerà a vincere*. Reggio Emilia: Aliberti.
- Benedetti, A. (2004). *Il linguaggio e la retorica della nuova politica italiana: Silvio Berlusconi e Forza Italia*. Genova: Erga.
- Berlusconi, S. (2000). *L'Italia che ho in mente: i discorsi a braccio*. Milano: Mondadori.
- _____ (2001). *Una Storia Italiana*. Milano: Mondadori.
- Friedman, A. (2015). *My Way. Berlusconi si racconta a Friedman*. Milano: Rizzoli.
- Galli de' Paratesi, N. (2004). La lingua di Berlusconi. *MicroMega*, 1, 85-98.
- Gibelli, A. (2018). *26 Gennaio 1994*. Bari: Laterza.
- Trapani, G. (2017). Thus spoke the *Cavaliere*: Silvio Berlusconi and the role of gender. In *Comunicação e Transformações Sociais* (pp. 287-296). Coimbra: Sopcom.

ROLLING THUNDER REVUE

VERDADE E MENTIRA NO DOCUMENTÁRIO DE MARTIN SCORSESE SOBRE BOB DYLAN

LUÍS CARLOS S. BRANCO*

Todo o espírito profundo necessita de uma máscara
Friedrich Nietzsche, 1886

I'm only Bob Dylan when I have to be
Bob Dylan

Em junho de 2019, o cineasta Martin Scorsese lançou um documentário sobre uma mítica turné, organizada e idealizada por Bob Dylan, em 1975-76, intitulado *Rolling Thunder Revue*. Nessa digressão, o cantautor foi acompanhado por outros artistas, entre eles Joni Mitchell, o guitarrista Mick Ronson e o poeta Allen Ginsberg. Como uma trupe circense, percorreram o interior da América do Norte e atuaram em recintos pequenos de cidades rurais. À semelhança do seu outro documentário sobre Dylan, *No Direction Home*, de 2005, também neste, o realizador alterna imagens de arquivo com o testemunho oral de vários intervenientes, mas, note-se, onde aquele era um exercício cinematográfico de grande rigor documentarista, este, pelo contrário, introduz, de modo não casual, elementos puramente ficcionais. Essa inusitada mistura de factos comprovados e testemunhos verídicos com outros inventados não só destabiliza e esbate as fronteiras do género documental, como tem o propósito de nos interrogar sobre qual América e época é que estão, afinal, Scorsese e Dylan, a retratar. Será a América dos *hippies* e dos *beatnicks*, será a América de Nixon ou a de Trump? Ou a de todos estes? Poderá a mentira, paradoxalmente, servir para veicular a verdade? Pretendo dilucidar estas e outras questões correlatas nos pontos seguintes.

* CLLC/Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Este trabalho foi realizado com o apoio de Bolsa de Doutoramento da Universidade de Aveiro (BD/REITORIA/9316/2020).

Bob Dylan sempre em contracorrente¹

Bob Dylan é um sobrevivente a si próprio, pois conseguiu sair ileso, embora não incólume, ao seu próprio Mito. É, no meu entender, um dos artistas mais íntegros da história do *pop-rock*.

Quando alguém atinge os níveis de estrelato que ele alcançou, criando obras canônicas, numa idade tão jovem como foi o seu caso, usualmente segue a via da autoimolação, seja através de drogas e/ou suicídio, ou então desiste de correr riscos artísticos e passa a fazer obras vulgares, dirigidas às grandes massas e ao lucro. Foi o que sucedeu, por exemplo, com David Bowie, um talentosíssimo escritor de canções da mesma estirpe camaleónica que Dylan, mas que, a partir dos anos 80 e décadas seguintes, comprometeu a sua arte em nome do estrelato global. Se, por um lado, o cantor britânico alcançou um inegável sucesso comercial nessas décadas, por outro, os seus frágeis trabalhos dessa época não ficam certamente nos anais da história crítica do *rock'n'roll*. Nos anos 70, Bowie estava à frente do seu tempo; nos anos 80, 90 e 2000, ele estava desesperadamente a tentar agarrá-lo, sem nunca o conseguir. Somente no derradeiro trabalho, *Black Star*, recuperou o seu estatuto de inovador e fez um álbum perdurável, este sim, de grande qualidade estética (Bowie, 2016).

Tal com Dylan nunca sucedeu. Embora desiguais, os seus discos foram sempre intensos, relevantes, e geraram sempre discussões e diatribes. O cantor norte-americano nunca deixou ninguém indiferente: ao contrário de muitos dos seus pares, nunca foi inócuo. E isso deveu-se, em grande parte, ao facto de ele recusar deixar-se aprisionar à imagem que os média e o público lhe foram tentando colar à pele, ao longo da sua carreira. Destruiu amiúde as várias imagens mitológicas onde a indústria cultural e musical o tentou encaixar. Ele parece importar-se muito pouco com o que os outros pensam sobre ele e, por isso, fez sempre o que muito bem lhe apeteceu e não se deixou condicionar nem pelos fãs, nem pela crítica. Ele é “someone who’s still moving forward—and resisting the mythology and the pull of his past glories, even as they’re still being celebrated, packaged, and commercialized” (Brody, 2019), o que não deixa de ser algo, a todos os títulos, notável.

A sua fase cristã, por exemplo, foi extremamente eficaz, pois, mais uma vez, não permitiu a cristalização duma figuração mitológica anterior; pelo contrário, serviu de contraimagem. Um Dylan cristão era aquilo que o público não queria, mas era

1 Todas as retroversões de Inglês para Português, que se vão encontrando ao longo deste artigo, foram feitas por mim.

o que ele, na altura, queria, e, portanto, gravou os seus discos de temática religiosa sem se preocupar com o que pudessem pensar, nem se os discos venderiam muito ou pouco². E, como é seu apanágio, não deixou de ser verdadeiro e de colocar questões difíceis e desconfortáveis a quem o ouvia, como é o caso de “Gotta Serve Somebody” (Dylan, 1979), uma canção que, como tantas outras da sua autoria, foi bastante incómoda e polémica para muitas pessoas, mas que impele, sem dúvida, o ouvinte a questionar-se.

Dylan poderia ter-se tornado um cadáver eterno, como Jim Morrison e Kurt Cobain, ou derivar para uma autoria inane, com intuítos, sobretudo, comerciais como David Bowie ou Freddie Mercury, nos anos 80, porém ele nunca optou por esse caminho. Nunca o vimos, pelo menos publicamente, tornar-se heroinómano ou fazer canções fáceis, tendo em vista as tabelas de venda. Permaneceu quase sempre com os pés na terra, fiel a si próprio, tentando criar sem condicionamentos exteriores. Só assim conseguiu escrever álbuns marcantes em décadas tão díspares: o *High-Way 61 Revisited*, nos anos 60, o *Blood on the Tracks*, em meados de 70, ou o *Modern Times* e o *Tempest*, já em pleno século XXI (Dylan, 1965, 1975, 2006, 2012). Experimentou vários estilos e fez experiências artísticas diversas. Nunca sossegou, nunca se deitou à sombra do seu passado, foi sempre um criador inquieto e questionador³. A crítica e até alguns amigos próximos consideraram-no, muitas vezes, como um *has-been*. Hogan refere que “Throughout this time Dylan struggled to make music that lived up to his best work of the ‘60s. He kinda seemed like a has-been. Sam Shepard’s Rolling Thunder Logbook begins with a conversation about how

2 A fase cristã de Dylan, correspondente aos álbuns *Slow Train Coming*, *Saved* e *Shot of Love*, de 1979, 1980 e 1981, respetivamente, foi criticada por vários críticos, entre eles Greil Marcus que diz o seguinte: “What we’re faced with here is really very ugly. What is new is Dylan’s use of religious imagery not to discover and shape a vision of what’s at stake in the world but to sell a prepackaged doctrine he’s received from someone else [...] Jesus is the answer and if you don’t believe it, you’re fucked” (2010, p. 96). Eu estou em total desacordo com esta opinião por uma razão muito simples: quer concordemos ou não com o seu conteúdo, Dylan, nessa fase, continuou a escrever canções de grande qualidade estética. “Gotta Serve Somebody” ou “A Satisfied Mind” tornaram-se parte do cânone do *pop-rock*. Lou Reed, que também teve uma fase cristã, não conseguiu transformar a sua conversão em material estético relevante; mas Dylan, sim. Por exemplo, ele foi muito influente no movimento *punk* protestante português, que se consubstanciou na editora independente Flor Caveira, que foi muito inspirado por essa fase cristã de Dylan (vd. Branco, 2018).

3 Simmons faz esta análise, que me parece bastante assertiva: “Throughout Dylan’s career, he’s moved backwards in order to move forward, as if time is fluid” (2019, p. 75).

Dylan had lost it” (2019, s/p). Mas Dylan teve sempre o condão de ressuscitar das próprias cinzas⁴.

Esta breve introdução, que aqui faço, parece-me importante para percebermos o espírito da obra em análise, o documentário *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan Story by Martin Scorsese*⁵. Sem entendermos quem é e o que move Bob Dylan, não captaremos a essência deste excelente trabalho coassinado por ele e pelo realizador Martin Scorsese.

Martin Scorsese e a sua relação próxima com o universo *rock* e com Dylan

Martin Scorsese sempre se interessou pelo universo *pop-rock*. Recorde-se que ele fez parte, como editor, da equipa que filmou o célebre Festival de Woodstock, que ocorreu em 1969. A sua relação umbilical com a música *rock* continuou até aos dias de hoje. Em 2008, ele lançou *Rolling Stones: Shine a Light*, que consiste no registo fílmico de um concerto histórico dos icónicos Rolling Stones, em 2006, e, em 2011, saiu o muito celebrado e premiado documentário *George Harrison: Living in the Material World*, com três horas e trinta minutos de duração.

A sua relação profissional com Dylan iniciou-se com o histórico *The Last Waltz*, que Scorsese realizou em 1976, no qual registou os derradeiros concertos da mítica banda canadiana The Band⁶. Vários convidados atuaram com este célebre grupo, entre eles o bardo norte-americano⁷. Este documentário musical está intrinsecamente relacionado com o objeto deste artigo, a *Rolling Thunder Revue*, pois, em 1974, Dylan fizera uma turné e o respetivo disco, acompanhado pela The Band. Este registo sonoro foi

4 Sobre a ressurreição criativa, em meados dos anos 70, operada por Dylan com *Rolling Thunder Revue*, Hogan afirma o seguinte: “With a little help from his friends. He picked up the pieces of his own broken legend, and found a new way to put them back together” (2019, s/p).

5 A par deste documentário, foi lançada uma edição sonora das gravações musicais correspondentes: *The Rolling Thunder Revue: The 1975 Live Recordings* (Dylan, 2019).

6 Esclareça-se que Scorsese é amigo pessoal de Robbie Robertson, vocalista e guitarrista da The Band, com quem chegou a partilhar um apartamento. O músico da The Band está encarregado da banda sonora do mais recente filme de Scorsese, intitulado *The Irishman*.

7 Dylan gravou com os The Band uma das suas mais celebradas obras, *The Basement Tapes*, onde o grupo e o cantautor, a recuperar de um nefasto acidente de mota, recriaram temas tradicionais e compuseram canções novas, a partir desse universo sonoro. Este trabalho foi gravado em 1967, mas só foi lançado em 1975. O título deve-se ao facto de ter sido gravado numa cave. Esta obra tem vindo a ser relançada, ao longo do tempo, revelando novas canções. Por exemplo, em 2014, foram editadas as *The Basement Tapes Complete* e as *The Basement Tapes Raw*.

a primeira gravação oficial ao vivo de Dylan e intitula-se *Before the Flood*. Nele, ficou patente o início de algo que se veio a tornar, mais tarde, uma das imagens de marca da obra dyliana: a completa transformação das suas canções ao vivo, que, muitas vezes, guardavam da versão inicial, gravada em disco, apenas a letra.

Assinale-se que, por esta época, o cantautor encetou uma completa transfiguração do seu cancionero: mudou melodias, harmonias, criou novos arranjos, contratou novos músicos, etc. Este processo criativo perpetuou-se até aos dias de hoje (Dylan recusa-se a ser canónico). Quem assistir a dois concertos de Dylan sabe que ele toca sempre diferentes versões da mesma canção⁸. Brody coloca esta questão do seguinte modo:

Dylan set a theme that continues in his concerts to this day: he pulverized the familiar original arrangements and moods of his songs and made each performance seem like a musical re-creation. In the process, he made live performance itself seem like a radical act of self-reinvention. (2019, s/p)

Por essa mesma altura, Dylan iniciara a filmagem dum filme, coescrito por ele e pelo dramaturgo Sam Shepard, intitulado *Renaldo and Clara*, que foi lançado em 1978⁹. Nele, é espelhada a relação conturbada com a sua mulher de então, Sara, de quem o cantor se divorciou em 1977. Nesta película, Dylan encarnou o papel de Renaldo, a sua mulher Sara, o de Clara, e, por seu lado, Joan Baez, o da *Woman in White*, formando um bizarro triângulo amoroso. Allen Ginsberg interpretou *The Father*. Esta longa metragem, de mais de quatro horas de duração, contém também atuações ao vivo de Dylan e cenas de bastidores, ocorridas em 1975, aquando da turné *Rolling Thunder Revue*. Devido a este seu projeto fílmico, Dylan impôs regras muito limitadoras a Scorsese para *The Last Waltz*, permitindo-lhe apenas que ele utilizasse duas atuações suas com a *The Band*: “Baby, Let Me Follow You Down” e “Forever Young”. Passados 41 anos, em 2019, como veremos, Scorsese e Dylan voltaram aos materiais fílmicos de *Renaldo and Clara* deixados para trás.

8 Veja-se em *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan's Story By Martin Scorsese* a radical transformação que ele incute a uma das mais icónicas canções *folk* do seu segundo álbum, *The Free Wheelin' Bob Dylan* (1963), a famosa “A Hard Rain's A-Gonna Fall”, tornando-a num feroz *blues* elétrico, *up-tempo*.

9 Tal como nos é relatado nas suas crónicas, Dylan é um cinéfilo apaixonado. Entre os seus realizadores de eleição, encontram-se Godard, Tarkovsky e Fellini (com quem compartilha, na minha opinião, um lastro inquiridor autocentrado e iconoclasta), mas também Ford e Wells. O bardo, ao chegar a Nova Iorque, visionou desde *westerns* a filmes *avant-garde*.

A *Rolling Thunder Revue* de 1975-1976 enquanto reinvenção de Dylan

No ano imediatamente a seguir à sua *tour* conjunta com a The Band, ou seja, em 1975, Dylan criou um conceito de turné original, que batizou com o nome de *Rolling Thunder Revue*, que decorreu em 1975 e 1976¹⁰. Esta foi uma época crucial, quer para o renascimento artístico do próprio Dylan, quer para a própria América, que estava a tentar reerguer-se e encontrar uma nova direção após a presidência de Nixon e o final do sonho *hippie*.

Assim, num tempo em que a indústria musical começava a apostar em concertos de grandes dimensões, de preferência estádios ou outros espaços similares, que permitissem a entrada de um número elevado de espectadores, e consequentemente de maiores dividendos, Dylan, em contracorrente, optou por fazer uma longa digressão em espaços pequenos e íntimos¹¹. Em vez de atuar nos grandes centros urbanos, o bardo rumou para as pequenas cidades do interior rural dos Estados Unidos e do Canadá, em especial do Midwest e da Nova Inglaterra. A digressão passou por cidades como Plymouth, Burlington, North Dartmouth, Niagara Falls, New Haven, Quebec, Springfield, Rochester, Clinton, Toronto, etc. Brody refere que o cantor “In the process, he made live performance itself seem like a radical act of self-reinvention. [...] This time, Dylan didn’t just reconfigure his music – he reconceived the very nature of a concert tour” (2019, s/p).

Dylan concebeu esta incursão como se fosse uma trupe de circo, ou caravana cigana, atravessando o território norte-americano. Ele pretendia, deste modo, mimetizar, de *motu proprio*, os circos carnavalescos ambulantes que viu passar na sua cidade natal, Hibbing, em Minnesota¹²:

10 A *Rolling Thunder Revue* dividiu-se em duas partes. A primeira, em 1975, concentrou-se nos Estados Unidos, em especial na Nova Inglaterra. A segunda, no ano seguinte, no território canadiano. Em 1976, devido ao seu divórcio de Sara, Dylan não estava em tão boa forma, nem era tão dado aos outros músicos, como na primeira parte da turné. Isolava-se muitas vezes (cf. Simmons, 2019, p. 81).

11 O crítico e jornalista Larry “Ratso” Sloman, que acompanhou a *Rolling Thunder Revue*, testemunha o seguinte acerca de Dylan: “Performing has always been his passion, but getting back on the road with the band wasn’t satisfying. It was an alienating experience, going from stadium to stadium, not knowing what city they were in. He’d always been connected to the street – there’s a part of him that’s a street guy” (*apud* Simmons, 2019, p. 75).

12 Hogan refere que “Rolling Thunder was Dylan’s effort to re-create the old-timey atmosphere of a traveling carnival or medicine show, like the ones that would visit his hometown of Hibbing, Minnesota, when he was a kid” (2019, s/p).

He recounted memories of carnival acts he was drawn to in the mid-century Minnesota: “The side show performers – bluegrass singers, the black cowboy with chaps and a lariat doing rope tricks. Miss Europe, Quasimodo, The Bearded Lady, the half-man half-woman... I remember it like it was yesterday”. (*apud* Simmons, 2019, p. 75)

Com este conceito em mente, encarregou o encenador de teatro Jacques Levy de conceber o *design* do palco¹³. Convidou uma série de músicos ilustres e heteróclitos a juntarem-se-lhe, formando, assim, uma espécie de grupo, de comuna artística itinerante. Entre eles, estava a sua companheira de rota de sempre, Joan Baez¹⁴, o carismático líder dos The Byrds, Roger McGuinn, a cantautora Joni Mitchell, que se juntou a eles a meio da turné¹⁵, Mick Ronson, o competentíssimo guitarrista e diretor artístico do projeto bowiano *Ziggy Stardust and the Spiders from Mars*, e também outro exímio guitarrista, T-Bone Burnett, o baixista e cantor Rob Stoner, que foi muito importante para a definição da sonoridade das canções de Dylan nesta turné, e ainda Ronee Blakley e o cantor *country* Ramblin’ Jack Elliott. Uma violinista carismática, Scarlet Rivera, que enriqueceu bastante os arranjos das criações musicais de Dylan, e com quem ele estabeleceu uma relação especial, foi igualmente um elemento relevante nesta digressão.

Para além dos músicos, uma das figuras tutelares de Dylan, o poeta *beat* Allen Ginsberg, e o discípulo e protegido deste¹⁶, o poeta Peter Orlovsky, e a poetisa Anne Waldman participaram também na *Rolling Thunder Revue*. Os concertos incluíam uma parte destinada à declamação poética e eram organizadas sessões de poesia nas

13 Jacques Levy tornou-se um parceiro criativo de Dylan, coescrevendo com ele canções incluídas em *Desire*, como as célebres “Isis” e “Hurricane” (Dylan, 1976).

14 Em *Renaldo and Clara*, Joan Baez figura como parte dum triângulo amoroso, formado com Dylan e Sara, a mulher do cantautor. No entanto, em *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan’s Story By Martin Scorsese*, a relação de Dylan e Sara, e o seu posterior divórcio, é omitida. Vemos, no entanto, uma grande proximidade entre Dylan e Baez em várias cenas. O aedo chega a dizer a Baez que talvez tivessem continuado juntos se ela não se tivesse casado. Ela, com quem ele acabou a relação após uma turné em Inglaterra em 1965, lembra-o de que foi ele que se casou antes dela. Será esta cena ficcional ou verdadeira? Não sabemos.

15 Podemos ver, no documentário, uma das primeiras versões da icónica canção de Joni Mitchell “Coyote”, acompanhada por um duo de luxo: Dylan e Roger McGuinn.

16 A geração *beat*, entre eles Allen Ginsberg, foi muito influente para Dylan. No seu livro de prosa poética, *Tarântula* (Dylan, 1994), o bardo recorre a uma escrita estilisticamente tangente aos fautores do movimento *beat*. No documentário há uma cena paradigmática. Nela, Dylan e Ginsberg visitam a campa de Jack Kerouac, o célebre autor de *On the Road*, prestando-lhe homenagem. No seu livro de memórias, Dylan diz que *On the Road* “tinha sido como uma Bíblia para mim” (2005, p. 49).

localidades por onde a trupe passava, em pequenos sítios, como salões paroquiais e outros espaços afins. O dramaturgo Sam Shepard e a poeta e cantora Patti Smith, por seu turno, não fazendo parte da *tour*, cruzaram-se com ela, fazendo pequenas e assinaláveis aparições. Dylan foi amiúde o condutor do autocarro da digressão, onde seguiam os artistas referidos.

Para a complexa organização logística, Dylan convidou um amigo de infância, Louie Kemp, o qual, aliás, se tornou *manager* do cantor¹⁷. Simultaneamente, um jornalista afeto à revista *Rolling Stone*, chamado Larry “Ratso” Sloman, cobriu toda a turnê, que, a pedido de Dylan, foi inteiramente filmada por uma equipa liderada pelo documentarista Howard Alk. Muitas destas filmagens, que incluíam não só os concertos e os recitais poéticos, mas também cenas de bastidores e entrevistas, foram utilizadas por Dylan em *Renaldo and Clara*.

Economicamente, esta épica digressão foi um fracasso e, talvez por isso, o cantor não voltou a idealizar mais nenhuma nos mesmos moldes. No entanto, foi uma plataforma artística fundamental para a sua reinvenção. Aliás, segundo Louie Kemp, o cantor ter-lhe-á dito que “I don’t care if we make a profit as long as we break even” (*apud* Simmons, 2019, p. 76).

Se, por um lado, a ideia de uma trupe moderna de artistas se mostrou incompatível com as exigências duma indústria musical em plena expansão, ávida e sedenta de lucro imediato, por outro, algumas das experiências que Dylan iniciou nela vieram a revelar-se, um pouco mais tarde, fundamentais no seu percurso e ajudaram-no a reinventar-se artisticamente. Por exemplo, a *Never Ending Tour* teve, certamente, na *Rolling Thunder Revue*, a sua predecessora. A ideia de interminável itinerância, sem paragens, adveio, em princípio, daí. Também a constante retransformação e desfiguração interpretativa das canções, com múltiplas e antitéticas versões, teve início na colaboração anterior com os The Band, mas tornou-se efetiva e habitual na *Rolling Thunder Revue*¹⁸:

17 Louie Kemp era um amigo de infância de Dylan, do Minnesota, que assistiu à estreia ao vivo de Dylan, com 13 anos, onde ele interpretou, numa noite de *open-mic* para talentos locais, “Annie Had a Baby”. Kemp tornou-se um bem-sucedido homem de negócios numa empresa de venda de peixe a retalho. Dylan convidou-o para organizar a *Rolling Thunder Revue*, em 1975-76, mas ele, devido à sua falta de experiência, mostrou-se reticente. No entanto, Dylan argumentou que se ele conseguia vender peixe, certamente também conseguiria vender bilhetes. Kemp tornou-se então, e assim permaneceu até 1989, empresário de Dylan. Em 2019, lançou um livro onde relata o que vivenciou junto de Dylan (Kemp, 2019).

18 Rob Stoner, um dos músicos da *Rolling Thunder Revue*, testemunha: “Bob was enamoured of arrangements that would stop and start, that would intentionally get out of tempo” (*apud* Simmons, 2019, p. 79).

The shows reflected the carnivalesque tumult that surrounded them, and the musical reinvention was even more extreme than that of *Before the Flood*. The collaborations add distinctive new flavors to Dylan's music (Rivera's violin seems, all by itself, to turn the large group into an orchestra), and the musical reunion with Baez displays their exalted sense of shared artistic purpose. (Brody, 2019, s/p)

Assinale-se também que Dylan, após as suas fases *folk* e elétrica, começou nesta época, logo após a sua paragem de oito anos afastado dos concertos, devido a um acidente de mota, um novo e fecundo ciclo de *songwriting*, patente na *Rolling Thunder Revue*, que se consubstanciou nos excelentes e revigorados álbuns *Blood on the Tracks*, de 1975, e *Desire*, de 1976.

O documentário *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan Story by Martin Scorsese* como um exercício de arqueologia cinematográfica

Após o término do *biopic* bem-sucedido *No Direction Home*, Scorsese e Dylan começaram a trocar ideias e a congeminar a feitura de *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan Story by Martin Scorsese*. A conjugação de dois fatores direcionou-os para a época da digressão de 1975-76. Por um lado, Scorsese estava particularmente interessado na fase de Dylan correspondente ao seu *The Last Waltz*, pois a participação de Dylan nele, ao contrário do que pretendia o realizador, fora, como vimos, muito limitada. Por outro, Dylan nunca conseguiu alcançar o que se propusera aquando da realização de *Renaldo and Clara*, que tinha sido um projeto gorado, arrasado pela crítica e pelo público. Assim, o documentário, aqui em apreço, começou a ser conceptualizado em 2005, num trabalho minudente, que teve também de se coordenar com a agenda preenchidíssima de ambos os autores e que foi evoluindo organicamente ao longo de 14 anos. As primeiras filmagens efetivas datam, segundo o cineasta ítalo-americano, de 2008.

Scorsese quis aceder ao material édito e inédito de *Renaldo and Clara*, que incluía filmagens *in loco* da referida digressão de Dylan com a trupe artística. No entanto, o realizador deparou-se com um inesperado revés. Depois de ambos os autores chegarem a acordo sobre as bases deste novo projeto, Dylan incumbiu a sua equipa de proceder à recolha, no seu arquivo, desse material filmico de 1975-76. Porém, os negativos dessas filmagens tinham desaparecido. Deste modo, o que chegou às mãos de Scorsese não foram os negativos, mas sim uma cópia já com trabalho de edição e

remendos na própria fita. Esta cópia, aliás, foi a única encontrada no acervo de Dylan, pelo que o seu manuseamento requereu especial cuidado (cf. Dylanesco, 2019). Além disso, estava já muito deteriorada e exigiu, da parte do cineasta e da sua equipa, um cuidadoso trabalho de restauro, *frame a frame*, numa delicada operação de arqueologia filmica. Uma das características de Scorsese, enquanto autor, é essa sua vocação de arqueólogo cinematográfico, quase de historiador; lembremo-nos, por exemplo, da série documental televisiva *Martin Scorsese: My Voyage to Italy* (1999), que protagonizou sobre o neorealismo italiano.

A partir de 2009, o cineasta e a sua equipa começaram a fazer entrevistas aos que participaram na digressão de 1975-76, interrogando-os sobre as memórias que tinham desse evento. Recolheram-se, entre outros, os depoimentos de Joan Baez, T-Bone Burnett, Sam Shepard e Rubin Carter¹⁹. Contudo, a mais relevante de todas as entrevistas é, sem dúvida, a do próprio Dylan, pois é uma peça central no documentário. Foi conduzida pelo atual empresário do cantautor, Jeff Rosen, e as afirmações do cantautor nela são muito esclarecedoras e mereciam *per se* um estudo à parte.

Em suma, a obra de Scorsese baseia-se nas filmagens da época, ocorridas no contexto de *Renaldo and Clara*, e nas entrevistas aos intervenientes na digressão, em especial ao próprio Dylan. Além disso, o realizador complementa os registos fílmicos da digressão com imagens de arquivo da televisão norte-americana, que ajudam a enquadrar o importante contexto epocal da turné dyliana.

Estes materiais de arquivo poderiam tornar-se estáticos e não prender o espectador, ou terem um interesse meramente histórico, mas não é nada disso que sucede em *Rolling Thunder Revue: a Bob Dylan's Story by Martin Scorsese*. O realizador ítalo-americano imprime-lhe um ritmo narrativo muito forte e conjuga sabiamente os materiais fílmicos, mantendo, do princípio ao fim, o espectador interessado.

19 Rubin Carter foi um pugilista, conhecido como The Hurricane, que foi preso, em 1966, acusado de um triplo homicídio, ocorrido em Paterson, New Jersey. Ele clamou sempre a sua inocência e, mais tarde, a justiça deu-lhe razão, anulando o processo, em 1985. Enquanto esteve preso, Dylan visitou-o e apoiou-o publicamente. Escreveu uma canção sobre ele, intitulada “Hurricane”, inclusa no álbum *Desire*, de 1976. Existe também um filme, protagonizado por Denzel Washington, sobre o malgrado pugilista.

Encenação ficcional em *Rolling Thunder Revue*

Há um elemento distintivo que separa este filme do anterior realizado por Scorsese, *No Direction Home*, e que, em grande medida, perverte a lógica do documentário, enquanto género. Em conluio com Dylan, o cineasta decidiu incluir cenas ficcionais, combinando-as com as outras verdadeiras e factuais. Quem não estiver atento, ou não tiver sido alertado para isso, julga que esses apontamentos fílmicos inventados são verdadeiros.

Assinalemos, então, algumas dessas invenções cinematográficas. Stefan Van Dorp é entrevistado na qualidade de responsável pelas filmagens de arquivo utilizadas por Scorsese. Chega a acusar o realizador de não lhe pagar pelos direitos de autor. Ora, esta personagem nunca existiu; é ficcional e foi interpretada pelo ator Martin Von Haselberg, marido de Bette Midler. Esta impostura chegou ao ponto de ter sido ele, encarnando a personagem, a apresentar Scorsese, na estreia do documentário, em Nova Iorque. Por seu turno, Jim Gianopulos surge como ele próprio, mas como se tivesse sido ele o *manager* por detrás da digressão de Dylan, em 1975, o que não foi verdade, pois essa função coube a Louie Kemp. Supostamente, devido a dificuldades financeiras, os poetas Allen Ginsberg e Peter Orlovsky teriam sido rebaixados à categoria de *roadies*, carregando o material da digressão, o que também não sucedeu. A violinista Scarlet Rivera, ao contrário do que é veiculado no filme, nunca namorou com Paul Stanley dos Kiss, nem Dylan começou a maquilhar o rosto de branco influenciado pelos Kiss (cf. Dylanesco, 2019).

A mais fascinante cena ficcional é a invenção da participação de Sharon Stone, na *Rolling Thunder Revue*, em 1975, como adolescente, fã de Dylan. Este tê-la-á convidado para trocar impressões e ter-lhe-á perguntado acerca da *t-shirt* que ela usava, com uma estampagem dos Kiss. Note-se que a atriz surge, num dispositivo fílmico assaz usado pelo realizador nestas ficções, inserida, como adolescente, nas imagens a preto e branco de arquivo. Ela teria sido a musa inspiradora para o cantautor compor “Just Like a Woman”, e é sugerido um *flirt* entre ela e Dylan. Porém, como sabemos, essa canção foi lançada pelo cantautor, em 1966, no marcante *Blonde on Blonde*, e não em 1975-76.

Contudo, não se julgue que Dylan e Scorsese pretendem enganar os espectadores. Eles estão interessados na verdade, mas não na verdade meramente factual. Sobre este ponto, Hogan diz-nos que:

The Rolling Thunder tour represented a breakthrough in Dylan’s understanding of how manufactured chaos and enforced spontaneity could enable him to pierce the

bubble of wealth, power, and fame that had enveloped him over a decade earlier, so he could make some music with a genuine spark of life. And this documentary represents a new effort, by Dylan and Scorsese, to confound those seeking for anything as mundane as the objective truth. (2019, s/p)

São-nos, aliás, deixadas várias pistas, no documentário, para que percebamos que muitos factos são incoincidentes. Por exemplo, a abertura do filme consiste numa imagem de arquivo de 1896, filmada por Georges Méliès, um dos primeiros cinematógrafos a introduzirem efeitos especiais e a relacionarem o cinema com o ilusionismo e o mundo circense, que funciona logo como um alerta para o espectador. A intenção de Scorsese e Dylan, como veremos melhor nos pontos seguintes, é outra. Pretendem que o espectador não tenha um papel meramente passivo e que se interrogue e investigue o que não lhe parecer factualmente correto no filme.

Um toque dylanescos

Esta mistura de factualidade e ficção não foi bem recebida em muitos setores da crítica e do público, que se sentiram desorientados e ludibriados. Mesmo alguns dos mais indefetíveis admiradores de Dylan teceram duras críticas ao documentário, considerando-o um logro. Por exemplo, Brody não tem dúvidas em afirmar que o filme “collapses under the weight of its contradictory goals and its scattershot strategies to meet them” (2019, s/p). Na mesma senda, Dehó (2019) afirma que Scorsese quis fazer troça dos espectadores.

Martin Scorsese justifica a sua opção estética, tão contrastante com o trabalho de rigor e atenção factual em *No Direction Home*, dizendo que a mistura entre mentira e verdade foi uma forma de homenagear Bob Dylan, no seu estatuto mítico²⁰. O cineasta quis, deste modo, incutir no filme uma vertente labiríntica, passível de esbater as fronteiras entre o ficcional e o factual. Pretendeu, assim, replicar cinematograficamente o universo dylanescos, pois essa porosidade é uma característica nodal da obra do bardo norte-americano. Muitas vezes, nas canções de Dylan, a realidade

20 Dehó tem um entendimento semelhante. Ele afirma que: “Dylan tem toda uma mitologia em torno do seu nome. Scorsese aparentemente só tomou a liberdade de ampliá-la, distorcendo a realidade e criando passagens fabricadas para isso” (Dehó, 2019, s/p). Aquando da estreia do documentário, Scorsese afirmou o seguinte: “A razão pela qual temos mitos é porque eles são atemporais e falam sobre a nossa condição humana. Pode ser um mito da Grécia ou de Roma, mas significa algo para quem somos como seres humanos. E eu acho que as palavras do Dylan nos tocam de maneira semelhante” (*apud* S/A, 2019, s/p).

é também impregnada de ficção. Quando se usa o adjetivo dylanescos, que se tornou hoje parte do léxico da comunidade crítica internacional, é precisamente este género de inquietante fusão a que se pretende aludir.

A elucidativa entrevista de Dylan, no documentário, é, a esse título, particularmente esclarecedora. Invertendo os pressupostos da lógica, ele afirma que só através de máscaras se pode chegar à verdade, e que quem não usa máscaras mente²¹. Igualmente de modo categórico, diz que o objetivo da vida não é encontrarmo-nos, mas sim criarmo-nos. Sobre isto, Hogan tece o seguinte comentário:

It's equal parts maddening and reassuring to see that Dylan's enthusiasm for manufacturing chaos remains undimmed. If thought will fuck you up, he seems to believe, not knowing what the hell to think will set you free. That belief is manifested now in his willingness to blur fact and fiction, and then in a stubborn refusal to ever explain anything. He wouldn't tell Shepard what he'd hired him to write, and he never even spoke to Mick Ronson. (2019, s/p)

Portanto, a verdade factual e a verdade poética não têm necessariamente de estar em conflito, nem apartadas. Apesar de serem antitéticas entre si, podem estar fundidas. Para Dylan e Scorsese a verdade dos factos não tem necessariamente de corresponder à “verdade”, pois esta é subjetiva. Conclua-se então que, de modo extremamente hábil, Scorsese inculcou no documentário o espírito libertário e exploratório com o qual Dylan, 40 anos antes, concebeu a digressão *Rolling Thunder Revue*, que teve tanto de sonho, como de realidade, tanto de afirmativo como de inquietantemente interrogador.

Claro que tudo isto nos põe perante uma questão fundamental. Será que, ao proceder assim, ao pôr no mesmo patamar o que é da ordem do comprovável e o que pertence ao campo da subjetividade, eles não estão, no fundo, a fazer o mesmo que, por exemplo, Trump ao fabricar *fake news*?

21 Dylan, na entrevista feita para o documentário, afirma categoricamente que “When somebody's wearing a mask, he's gonna tell the truth.” Em *Rolling Thunder Revue*, pintou a cara clownescamente de branco, e chegou mesmo a usar uma máscara. Scobie comparou-o a um ator da Grécia clássica, que, através de várias máscaras, desempenhava as personagens todas numa peça. Assim, Dylan multiplica a sua identidade e, deste modo, “identity itself become an artistic construct” (Scobie, 2003, p. 47). Esta temática das máscaras em Dylan tem também muito a ver com a influência de Nietzsche, de quem ele é um admirador, como se pode comprovar em algumas passagens das suas crónicas memorialistas (cf. Dylan, 2005, p. 60).

Tornar a América maravilhosa outra vez: a criação como instrumento político²²

Por um lado, logo após os seus primeiros tempos enquanto artista, Dylan fugiu a um intervencionismo político militante, recusando qualquer forma de proselitismo, por outro, ele foi sempre muito atento ao desenrolar histórico do seu país e nunca se coíbiu de participar civicamente, sempre que tal lhe pareceu pertinente. Se a fantasia e os mundos imaginários são fundacionais para o cantor, não o é menos o real. Sublinhe-se que a criação de universos fictícios pode ser uma forma de intervenção na realidade, quando a representa criticamente²³. Nesse sentido, quer o filme, quer a turné de 1975-76 que lhe deu origem, são profunda e vincadamente obras políticas:

Scorsese's implied thesis is that this effort by a burned-out singer-songwriter to recapture his muse had a larger meaning. It was a quest on the eve of the Bicentennial to resuscitate the optimistic, can-do spirit of America, which had run aground on the twin shoals of Vietnam and Watergate. (Hogan, 2019, s/p)

Foi nessa fase que o cantor se despediu, em definitivo, da utopia do *Flower Power*. Os seus álbuns *Desire* e *Blood on the Tracks* e a turné *Rolling Thunder Revue* foram criados na ressaca dos anos 60, que o assassinato dos irmãos Kennedy e o terror instaurado por Charles Manson e os seus acólitos anunciaram. Por essa altura, o sonho de amor livre e paz, cantado em Woodstock, estava moribundo, com Altamont e a carnificina perpetrada pelos Hell's Angels a mancharem os ideais de toda uma geração. O escândalo de Watergate aconteceu somente um ano antes de se iniciar a digressão da trupe de Dylan. Como se depreende, os Estados Unidos estavam em convulsão interna e a tensão entre as pessoas era notória. As insanáveis divisões entre as duas Américas, uma, interior, racista e conservadora, e outra, litoral e liberal, irrompiam pelas frestas do idealismo para se confrontarem, frente a frente.

22 Numa das cenas do documentário, ouvimos alguém pedir-lhe “make America wonderful again”.

23 A América de Dylan é inclusiva e plural: “The landscape and mythology of the wild west and of the Texan, Arizonan and New Mexican deserts, Dylan's singing may re-discover age-old links between the Hebraic, the Moorish and the Spanish, and may also reveal affinities with the starker music of Red Indians” (Mellers, 1984, p. 221). Greil Marcus (1997), por seu turno, invoca, a propósito das *The Basement Tapes*, aquilo que designa por a República Invisível de Dylan, que consiste na galeria de personagens que perpassam nas canções do rapsodo e que, de algum modo, fornecem uma espécie de história subterrânea e alternativa dos Estados Unidos.

Com acerto, Sérgio Luz diz que a digressão e o filme são “quase um resumo dos EUA de então” (2019, s/p).

Portanto, o cunho político estava bem presente na digressão original e perpassou para o documentário realizado por Scorsese²⁴. Nele, vemos Dylan de máscara e chapéu de *cowboy* decorado com flores, e vislumbramos a sua trupe artística percorrer as pequenas cidades do *Midwest* e do interior rural dos Estados Unidos, e não podemos deixar de pensar no seu timoneiro, conduzindo resolutamente o autocarro da digressão, como um descrente arauto *hippie*. É possível que ele ainda tivesse a ilusão de contagiar a América conservadora com os novos valores de tolerância e aceitação do Outro. De modo altruísta e com evidentes prejuízos financeiros, ele dispôs-se a levar a sua mundivisão, com o auxílio da comuna artística da *Rolling Thunder Revue*, mas o revés da medalha foi o tirar o pulso a um país em carne viva, com muitos conflitos por resolver, e que não estava particularmente interessado naquilo que estes artistas e intelectuais tinham para lhe oferecer²⁵.

O filme é exímio em documentar as barreiras de mentalidade com que a dylanescas digressão esbarrou. Vemos Dylan atuar e ser bem recebido numa reserva de índios²⁶; vemo-lo apoiar a libertação do pugilista negro Rubin The Hurricane Carter, para o qual compôs uma canção que se tornou um dos *hits* do seu cânone²⁷; assistimos a uma fantástica versão elétrica de “The Lonesome Death of Hattie Carroll”; mas

24 Sobre este aspeto, Sérgio Luz afirma que “Assim como a *turnê* que aborda, o diretor mergulha um pouco na alucinação daquela década, mesclando ficção e realidade” (2019, s/p). Chamo também a atenção para o facto de os concertos da *Rolling Thunder Revue* terminarem sempre com todos os músicos e poetas em palco, cantando em conjunto “This Land Is Your Land”, de Woody Guthrie, que é uma canção com evidente conotação político-ideológica.

25 Hogan tem a seguinte posição, da qual eu discordo: “Along the way he entertained thousands of people, and gave them hope that the dream of the ‘60s didn’t have to die with Kennedy or Watergate or Altamont or whatever” (2019, s/p). Dylan foi sempre muito lúcido quanto à impossibilidade de realização da utopia do *Flower Power*. Antes de tudo, ele estava interessado em recriar-se. Esteve sempre muito pouco interessado no papel de profeta. No seu livro memorialista, referindo-se aos movimentos de protesto, ele chega a afirmar que já há muito pressentira “a porcaria” que aí vinha. Um pouco mais adiante, reitera: “não me via como um cantor de protesto [...] tinha havido um grande engano” (Dylan, 2005, p. 67).

26 Oliveira diz o seguinte, que me parece correto: “O filme de Scorsese vai descobrir na *Rolling Thunder Revue* um discurso que continua ou ainda é mais válido quarenta anos e tal passados: uma espécie de reencontro heteróclito das Américas, aquela profunda miscigenação cultural que Dylan sempre achou maravilhosa” (2019, p. 3).

27 “Hurricane” foi a primeira canção de protesto escrita por Dylan, em mais de dez anos, desde meados dos anos 60. Na *Rolling Thunder Revue*, ele fez uma ligação entre esta e outras mais antigas, que foram reinterpretadas nessa *turnê*, como “The Lonesome Death of Hattie Carroll”, que versava sobre o assassinato

somos também confrontados com a triste e profunda desolação que pairava sobre uma América rural, esquecida e sombria. Numa das cenas, uma religiosa, ao receber o *flyer* anunciando o concerto na sua cidade, diz que não tem tempo para aquelas coisas. Noutra, Ginsberg recita os seus metafóricos poemas *beat* perante uma plateia de velhas senhoras, visivelmente escandalizadas com o uso do termo “vagina” num dos versos. Mais constrangedor ainda são os jovens de ar apático numa pequena cidade, encostados às esquinas das paredes, que ficam contentes ao saberem que a digressão estava na sua cidade, onde, segundo eles, nunca nada acontecia. Ao perguntarem-lhes o que é que eles faziam para se divertir nos fins de semana a resposta é assaz reveladora: “embebedamo-nos”. Aparentemente, a cultura e o livre pensamento não chegavam ao interior profundo da América. O mundo podia estar em rápida mutação, mas ali tudo continuava suspenso no tempo, como se a guerra civil tivesse acontecido há dois dias. As mentalidades não pareciam ter mudado tanto quanto seria desejável.

Uma autópsia das cinzas

O documentário lançado agora, ao expor esta América esquecida e contraditória, e a incursão de Dylan e da sua trupe nela, oferece-nos uma chave preciosa para compreender a América de hoje. Neste sentido, Lopes diz que “*A Rolling Thunder Revue* não é um documentário. É o registo de um momento histórico manipulado para fazer eco com o presente, polvilhado de mentiras para se aproximar da verdade – o que consegue de forma hábil, convincente” (2019, p. 9).

As pessoas que aparecem nas paisagens desoladas do filme poderiam perfeitamente ser as mesmas que puseram, na contemporaneidade, o *redneck* endinheirado Trump aos comandos da Sala Oval e que querem, a todo o custo, que ele permaneça lá *ad aeternum*. Afinal, nada nesta obra fílmica, onde o signo do carnavalesco e do onírico estão tão presentes, é inocente ou feito sem intenção. Não é por acaso que Scorsese introduz a personagem inventada dum senador, Jack Tanner, supostamente amigo de Jimmy Carter, que seria um fervoroso fã de Dylan²⁸. Aliás, o uso dos dispositivos ficcionais, no âmbito dum documentário, por parte do cineasta, é também um modo

cruel e racista de um homem negro em 1963, ou a “A Hard Rain’s Gonna A-Fall”. Podemos, por isso, inferir que Dylan achou que fazia todo o sentido voltar a cantar estas canções na América dos anos 70.

28 Esta personagem é interpretada por Michael Murphy e foi inspirada no *mockumentary Tanner 88* (Altman, 1988).

de nos chamar a atenção e denunciar a forma como se podem manipular as imagens e os discursos. E isso é algo que muitos políticos têm vindo a fazer de modo recursivo.

É muito significativa, por parte de Scorsese, a inclusão de imagens de arquivo res- peitantes à comemoração do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos, que teve lugar em 1976, ano final da *tour*. Há uma cena particularmente chocante; ouvi- mos um discurso humanista de Richard Nixon, a favor da inclusão dos emigrantes, o que nos leva imediatamente a equacionar o passado político recente dos Estados Unidos. Nixon diz: “A América não pugna apenas por si, mas por toda a humani- dade e zela pelos que cá nasceram e pelos que para cá querem vir viver”. Fazemos a comparação entre o que dizia Nixon e as ideias xenófobas propaladas por Trump, e pelos seus apoiantes, e a conclusão é muito preocupante. Scorsese e Dylan parecem querer dizer-nos que, em comparação com Trump, até Nixon, o corrupto, parece ter qualidades positivas. E isso é assustador para a América e para o mundo.

Quando interrogado, na película, sobre o que resta hoje da *Rolling Thunder Revue*, Dylan é perentório a responder: “Restam apenas cinzas”. Mas foi sobre elas, sobre o seu crepitar, arreigadamente americano, que ele criou a sua obra, que constitui uma verdadeira autópsia das cinzas da América, em forma de arte. Em suma, sendo um documentário cheio de mentiras, *Rolling Thunder Revue: A Bob Dylan Story by Martin Scorsese* é extraordinariamente verdadeiro.

Referências bibliográficas

- Branco, L. C. S. (2018). Punk Rock cantado em Português e a mensagem salvífica do protes- tantismo: as obras de Samuel Úria e Tiago Cavaco. In A. M. Ferreira (ed.), *Forma Breve: Revista de Literatura* (pp. 455-478), n. 15 (Em busca da Terra prometida: Mitos de salva- ção). Aveiro: UA Editora.
- Brody, R. (2019). “‘Rolling Thunder Review’ reviewed: Martin Scorsese’s slippery chronicle of Bob Dylan in concert”. *The New Yorker*, 14 de junho. Acedido a 5 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.newyorker.com/culture/the-front-row/rolling-thunder-revue- -reviewed-martin-scorseses-slippery-chronicle-of-bob-dylan-in-concert>
- Dehó, M. (2019). “Como Martin Scorsese ‘trolla’ audiência em documentário sobre Bob Dylan”. *UOL: Filmes e Séries* (sítio na rede), 19 de junho. Acedido a 3 de agosto de 2020. Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/19/documentario-como- -martin-scorsese-trolla-audiencia-em-filme-sobre-bob-bylan.htm>
- Dylan, B. (1994). *Tarântula*. Trad. de Vasco Gato. Lisboa: Relógio D’Água Editores. [1966]

- _____. (2005). *Crônicas - volume 1*. Lisboa: Ulisseia. [2004]
- DylanESCO (2019). “Resenha: Rolling Thunder Review, o filme”. *DylanESCO* (Blogue), 12 de junho. Acedido a 3 de agosto de 2020. Disponível em: <http://dylanESCO.com/resenha-rolling-thunder-revue-o-filme/>
- Hogan, M. (2019). “Scorsese’s new Dylan documentary is the rebirth myth America needs”. *The New Yorker*, 10 de junho. Acedido em 2 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.vanityfair.com/hollywood/2019/06/martin-scorsese-bob-dylan-documentary>
- Kemp, L. (2019). *Dylan and Me: 50 Years of Adventures*. Los Angeles, California: Westrose Press.
- Lopes, M. (2019). “Dylan por Scorsese: os Ilusionistas”. *Público (suplemento Y)*, 21 de junho, 5-8.
- Luz, S. (2019). “Martin Scorsese mistura documentário e alucinação em filme sobre Bob Dylan”. *O Globo*, 14 de junho. Acedido a 4 de agosto de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/martin-scorsese-mistura-documentario-alucinacao-em-filme-sobre-bob-dylan-23738918>
- Marcus, G. (1997). *Invisible Republic: Bob Dylan’s Basement Tapes*. London: Picador.
- _____. (2010). *Bob Dylan’s Writings: 1968-2010*. New York: Public Affairs.
- Mellers, W. (1984). *A Darker Shade of Pale: a Backdrop to Bob Dylan*. New York: Oxford University Press.
- Oliveira, L. M. (2019). “Quando Bob Dylan quis tornar a América maravilhosa outra vez...”. *Público (suplemento Y)*, 14 de junho, 2.
- S/A (2019). “‘Bob Dylan é como um escultor e um pintor’, diz Martin Scorsese”. *Rolling Stone* (Brasil), 11 de junho. Acedido a 3 de agosto de 2020. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/bob-dylan-e-como-um-escultor-e-um-pintor-diz-martin-scorsese/>
- Scobie, S. (2003). *Alias Bob Dylan Revisited*. Calgary: Red Deer Press.
- Simmons, M. (2019). “Rolling Thunder Revue: the greatest show on earth”. *Mojo*, junho, 70-82.

REFERÊNCIAS FÍLMICAS

- Altman, R. (1988). *Tanner 88*. (série de televisão). Robert Altman/Gary Trudeau.
- Dylan, B. (1978). *Renaldo and Clara*. Mel Howard (prod.).
- Scorsese, M. (1978). *The Last Waltz*. Robbie Robertson, Jonathan Taplin, Joel Chernoff (prod.).
- _____. (1999). *Martin Scorsese: My Voyage to Italy*. Cappa Production *et al*.
- _____. (2005). *No Direction Home*. Paramount Pictures (dist.), Susan Lacy *et al* (prod.).
- _____. (2008). *Shine A Light*. Steve Bing, Michael Cohl (prod.).
- _____. (2011). *George Harrison: Living in The Material World*. Grove Street Pictures *et al*.
- _____. (2019) *Rolling Thunder Review: a Bob Dylan Story by Martin Scorsese*. Netflix (dist.), Grey Water Park Productions/Sikelia Productions (prod.).

REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS

Bowie, D. (2016). *Black Star*. Columbia Records.

Dylan, B. (1963). *The Free Wheelin' Bob Dylan*. Columbia Records.

_____ (1965). *Highway 61 Revisited*. Columbia Records.

_____ (1974). *Before the Flood (Live)*. Columbia Records.

_____ (1975). *Blood on the Tracks*. Columbia Records.

_____ (with The Band) (1975). *The Basement Tapes*. Columbia Records.

_____ (1976). *Desire*. Columbia Records.

_____ (1979). *Slow Train Coming*. Columbia Records.

_____ (1980). *Saved*. Columbia Records.

_____ (2006). *Modern Times*. Columbia Records.

_____ (2012). *Tempest*. Columbia Records.

_____ (2019). *The Rolling Thunder Revue: The 1975 Live Recordings*. (edição especial de 14 CDs). Columbia Records/Legacy recordings.

YOU'RE CANCELLED!

A BRIEF ANALYSIS OF TRADITIONAL MEDIA INFORMATION VS ONLINE CANCEL CULTURE

NOÉMIA BÁRBARA* | MÓNICA DIAS**

Living in a world of transition

“Life is pleasant. Death is peaceful.
It's the transition that's troublesome.”

Isaac Azimov (2002)

More often than not, generations living on the cusp of centuries witness unprecedented acceleration of change at global level. If we compare the end of the 19th with the end of the 20th century, it is clear that in both periods people stood on the brink of technological revolutions that have changed the way individuals live, work, and relate to one another. However, the great difference between the two periods is that in the latter, the speed of change has no parallel in the history of humankind (Schwab, 2017).

The changes experienced at the millennium are associated to what has been designated the Fourth Industrial Revolution. Whereas the First Industrial Revolution was dependent on water and steam to mechanise production, and the Second used electric power to create mass production, the Third used electronics and information technology to automate production and initiate the digital revolution that has been occurring since the middle of the last century (*idem*). Now the Fourth Industrial Revolution, characterised by a fusion of technologies that is blurring the lines between the physical, digital, and biological spheres (Schmidt & Cohen, 2013; Floridi, 2014; Schwab, 2017; Schwab & Davies, 2018), is building on the Third. It is not simply an extension of the Third but a clearly distinct revolution as far as velocity, scope, and systemic impact are concerned. When considering all previous industrial revolutions,

* Adjunct Professor at the Escola Superior Agrária – Instituto Politécnico de Coimbra.

** Master Student at the Faculty of Letters of the University of Coimbra.

the Fourth is evolving at an exponential rather than a linear pace and it is disrupting almost every industry in every country. Moreover, the breadth and depth of these changes announce the transformation of entire systems of production, management, and governance (Schwab, 2017).

Living in a time of rapid transition where change seems to be the only constant, our daily lives at times feel close to the science fiction narratives of Jules Verne, Arthur C. Clarke, and, particularly, Isaac Azimov, who acutely highlighted how ephemeral human life is. What is more, and taking into account the fact that the future of later generations is unforeseeable, we are most likely only at the beginning of an epochal change (Floridi, 2014).

The Fourth Revolution is blooming, with its Internet of Things (IoT), robotics, autonomous vehicles, virtual reality (VR), Artificial Intelligence (AI), among others, pushing human beings to embrace new realities, indeed, to adapt to new technology or perish. In a globalised capitalist economy, the toll on human beings is intense. The pressure to constantly update generates stress and anxiety, a so-called contemporary plague (Weisinger, 2015). The pressure and anxiety we feel in relation to our work is different from that of our ancestors because it is non-stop. Global competition, increased longevity, and 24/7 technologies are a few of the factors that foster feelings of anxiety with computers allowing people to work non-stop, at home, in airports, in coffee shops, anywhere and everywhere, abandoning the eight-hour day, five-day week of the past. Indeed, the technology conundrum makes work easier but also makes us work longer hours. In addition to technology 'enslavement', job insecurity, expensive housing, inequality, and discrimination lead to the building up of uncertainty and anxiety.

In the age of knowledge, or the information age, technology has brought us 24-hour connectivity and faster mobile internet speeds, transforming the way we live and the way information is accessed by revolutionising the world of communications. The agents of AI have already arrived in soft forms, such as apps, web bots, algorithms and diverse software. With 5G technology it will be possible to connect circa 50 billion IoT devices, from mobiles to equipment sensors, video cameras to smart street lights (BBC, 2020).

The aim of this chapter is to give account of how technology has disrupted the truth (Viner, 2016), engulfing it and ushering in the world of post-truth, in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief. We will focus on two current distinct realms of information

provision: on the one hand, the traditional, authoritative, mainstream media, such as newspapers, T.V., and radio; and on the other hand, the non-regulated realm of digital media, inhabited by bloggers, vloggers, and youtubers, among others. Regarding the alternative digital media, we will analyse the importance of influencers in modern society, culture, and health. We will also probe into the controversy of 'cancel culture', examining it both as a tool for treating the world of celebrities as a commodity liable to obliteration, and as an extension of black civil rights activists struggling for a voice. Lastly, we will explore the linguistic outburst of slang and neologisms used by 'cancel culture', changing faster than most of us can keep up with, emulating the speed of change in society.

Traditional 'mainstream' mass media: newspapers' struggle for survival

“The press is called the Fourth State. It is definitely a power,
but to misuse that power is criminal.”

Mahatma Gandhi (1968)

To understand history, society, and culture, and how the press has contributed to shaping them, it is important to acknowledge that newspapers have always produced readers, not news, as their primary goal (Conboy & Steel, 2008). The four-page handwritten *Gazzettes* were a Venetian phenomenon whose format and distribution were copied by Portugal, Germany, and Holland. In Portugal, the *Gazeta da Restauração*, in 1641, helped the new king, D. João IV, to consolidate his power and was used as 'an excellent instrument of propaganda' (Expresso *online* 1-12-2017).

We can pinpoint the emergence of newspapers in Britain with the regular production of the proceedings of Parliament in the 1640s, first to report the latest political developments and second to generate a community of political preference (Conboy & Steel, 2008). From 1650 onwards, printing technology allowed editors to carry out cultural experiments where readerships covered the lifestyle, taste, and the emergent identity of 17th century readers. In the 19th century, rising circulations were made possible by increased literacy and by technological advances in mechanical typesetting, in high-speed printing (rotary press), in communications (telegraph and telephone), and in transport, namely with the arrival of the railway. Daily newspapers, although still rudimentary, drove a new relationship between newspapers and their audience, fashioning their voice for a particular readership identified by its political persuasion

and social identity. As literacy increased, circulations rose and prices lowered both in Europe and the United States. By the mid-19th century, there were 400 dailies and 3,000 weekly papers in the United States (Conboy & Steel, 2008).

The narrative conventions of newspapers have always been cautious in their claims to truth and reliability (Toolan, 1998); in reality, the narrative of a given version of events was tailored for a particular audience in terms of class and political orientation. The monopoly on the version of the truth was lost to the radio at the beginning of the 20th century. Indeed, the advent of radio broadcast news and entertainment with an immediacy never before thought possible announced the first death of the press (Novak, 2014). From about 1920 to 1945, radio developed into the first electronic mass medium, monopolising “the airwaves” and defining, along with newspapers, magazines, and motion pictures, an entire generation of mass culture (*idem*).

As the radio consolidated its influence on communities of listeners who tuned in for the latest news, newspapers had to find innovative ideas to monetise their product and present a different medium in order to retain their readerships (Conboy & Steel, 2008). After WWII, television, using the model of radio, brought the allure of moving images, together with sound and colour, and was perceived as a superior medium for education and interpersonal communication. For some, it was the second announcement of the death of the press. In the 1980's, suburban T.V. cable subscribers with high incomes in the U.S. boosted the choice of media content and thus forced newspapers to experiment in order to survive, seeking new audiences, especially among the elite. Subsequently, all newspapers had to redefine their place in the media ecology. In the UK, these experiments saw the rise, for example, of feminised content, especially in the *Daily Mail*, together with developments in lifestyle and consumer journalism in the *Guardian* (Toolan, 1998; Lievrouw & Livingstone, 2002; Conboy & Steel, 2008).

In Portugal, newspapers had a central role after the 1974 revolution and the political and social struggles that ensued. Although newspaper readership in Portugal is traditionally low, newspaper reading became a part of living in democracy. After 48 years of dictatorship, people were eager to read news without the previous redaction, and particularly opinion pieces. Hence, journalism was a dynamic force in the political debate, even as a weaponised tool used by all parties in the political turmoil (Costa e Silva, 2017).

In the early 1990s, it became clear that news organisations would only survive if they adapted to new technologies, and truth be told, with the turn of the millennium and the arrival of the digital revolution, *all* media would only thrive if adapted to the

new technologies, and fast. At the beginning of the 21st century, newspapers were replaced as the primary source of news and people quickly resorted to mobile phones for information. Society became *smart*: smartphones, smart cars, smart cities, but the level of complex readership dwindled. The press began once again to be challenged, and its demise was announced worldwide (Preston, 2004; Picard, 2008; Meyer, 2009). Many were the voices that considered the transition from paper to online news mandatory due to the breakdown of its business model. Indeed, the loss of interest in news, the diminishing effectiveness of the mass media model, the lingering effects of the economic crisis together with the impact of digital competitors menaced news organisations (Picard, 2014).

The eventual death of newspapers implied that the model on which it was founded and how people got informed was doomed:

With technology fostering the increasing fragmentation of audiences and the dispersal of advertising revenues to other platforms, newspapers are faced with new actors disputing their role to inform, to gather audiences and to provide new *fora* for civic debate. (Costa e Silva, 2017, p. 33)

The need for reinvention compelled products traditionally provided by newspapers and broadcasts to be transformed into services that media groups could stream online across a variety of platforms connected to computer terminals, tablets, and smartphones, increasingly relying on commentary, on content provided by the public (Picard, 2014). Due to the over-abundance of information coming from a miscellany of players in society, misinformation settled in and fake news¹ soared.

Although there is a general concept that news online is free, therefore everybody can have access to information by the minute, *ergo* the information age, around 2010, newspapers installed the paywall², restricting access to content via purchased or paid subscription as a means to stop the drain of resources and staff in newsrooms

1 The term fake news is not new, but contemporary discourse, particularly media coverage, seems to define fake news as referring to viral posts based on fictitious accounts made to look like news reports. The two motivations underlining the production of fake news are financial and ideological. Outrageous fake stories that go viral provide content producers with clicks that are converted to advertising revenue (Tandoc, Lim & Ling, 2017).

2 Three high level models of paywall have emerged: hard paywalls that allow no free content and prompt the user straight away to pay in order to read, listen or watch the content; soft paywalls that allow some

(Costa e Silva, 2017). For example, the *New York Times* has a soft paywall which allows 10 free articles a month, keeping the premium content behind a hard paywall. In addition, the content available in softwalls is usually produced by junior staff, and the more noble content in hardwalls is written by senior staff (Doyle, 2014). Some newspapers around the world created two different contents for two different sites online: one for those who understand that journalism must be paid, and the other, for those who are not willing to pay (Costa e Silva, 2017). Due to the fact that some newspaper groups still value print, the preferred approach to technological change has been to adopt a multiplatform management, combining both newspaper and digital news (Doyle, 2014).

In Portugal, the *Expresso* in print provides a QR code to be accessed by smartphone that will allow admission to exclusive digital content. Furthermore, the online reader of the *Expresso* may receive a pop-up of a piece of news almost every minute. This alternative way of delivering news, through a pop-up generated by a short story, resonates also with the accelerated rhythm of the production of online news of less reliable press, but it constitutes a *signature bait*³ for the online reader. In another example, in order to attract new readers, the *Público* newspaper provides content targeted to a specific, online, demographic profile, the 'P3', mainly intended for younger digital natives.

With the advent of online news came a new reader used to shorter stories, often accessed on a smartphone, produced by the minute with little contextualisation, presenting sensationalist headlines, simple vocabulary, punctuated with pop-up ads and links to attract *clickbaits*⁴. Experts in journalism have considered the coverage provided by online news as “anecdotal, narrow, shallow and self-interested, witnessing the twilight of an age in which journalism informed and ensured democracy” (Picard, 2014).

Yet, the coronavirus pandemic of 2020 disrupted this *status quo*. The need to be informed by reliable media has shown the value of local news, boosted audiences and increased subscriptions, even though many outlets dropped their paywalls for pandemic coverage, illustrating the essential role news plays in our communities

free content, such as an abstract or summary; and metered paywalls that allow a set number of free articles as a means of encouraging users to subscribe for access to premium content.

3 After a certain number of free popup news items, the reader will only have access to the service after subscribing to the newspaper.

4 The main purpose of a clickbait is to attract attention and encourage visitors to click on links that lead, for the most part, to pages with typically deceptive or sensationalist content, punctuated with advertisements.

(Jakob, 2020). Established online newspapers witnessed a boost in readership of more than 100%, in the case of the *Seattle Times* and the *Boston Globe*, and more than 50% of the *New York Times* News Media organisation (Koeze & Popper, 2020). In Portugal, the *Expresso* reached 100,000 print copies in April 2020, the highest in the previous three years, and, due to the quarantine and emergency measures, adapted to the 'new normal' by seeking a distribution partner in Uber Food Customer Service (Expresso, 2020).

The downside of the current unpredicted exponential increase in newspaper sales comes with the loss of advertising revenue due to the economic crisis. Struggling to keep afloat, many well-known newspapers have launched regular appeals for sponsorship directly to the reader. With the coronavirus crisis, binge-watching went viral. T.V., newspapers, the Internet, the radio, became sources for facts and correct information; in a turning point in an era of misinformation, facts mattered most for the first time in decades.

Communication through fact checking vs sensationalism

“In a time of uncertainty, facts provide clarity. In a time of anxiety, facts comfort. In a time of misinformation, facts correct. In a time of division, facts unite. In a time of crisis, facts matter most. Facts first.”

CNN “Facts first” campaign during the coronavirus coverage (2002)⁵

Imagine a world that has had enough of experts, that considers knowledge to be elitist. Imagine a world in which it is not expert knowledge but an opinion maker on Twitter that determines whether a newly emergent strain of avian flu is really contagious to humans, or whether greenhouse gas emissions do in fact cause global warming, as 97% of experts in the field say they do (Lewandowsky, Eckers & Cook, 2017). In this dystopian world, power lies with those who have a strong and

⁵ The first “Facts First” CNN campaign was launched in 2017 presenting a stark picture of an apple on the screen while the narrator says “This is an apple. Some people might try to tell you that it’s a banana. They might scream ‘Banana. Banana. Banana.’ over and over and over again. They might put ‘banana’ in all caps. You might even start to believe that this is a banana. But it’s not,” counsels the voice. “This is an apple.” Allison Gollust, chief marketing executive of CNN in 2017, responsible for the campaign with the intent of pushing back against critics and Trump, highlighting the importance of facts while people “seem to play fast and loose with the truth”. Since 2016 Donald Trump has accused CNN of being fake and of presenting only fake news.

influential voice on social media and are now called influencers. They can be celebrities, or micro-celebrities (social media influencers), big corporations, fake online personas/avatars who mobilise large numbers of people with their commentaries, and who share sensational news on crimes, catastrophes or entertainment scandals that immediately go viral. Online avatars also use web robots that feed on our current yellow journalism, generating fake events and distributing misinformation to millions of ill-informed readers (Esteves & Sampaio, 2019). These fake followings of web robots can be bought to enlarge the number of social media followers, thus heightening one's social media credibility. Ironically, in the knowledge age there are large numbers of people who consider knowledge to be 'elitist' (Lewandowsky, Eckers & Cook, 2017), and disregard medical and scientific knowledge in favour of free-for-all opinion (Oliveira da Silva, 2019).

For those dependent on technology who do not have the time to visit the millions of available news pages, a news aggregator app will combine syndicated web content from, for example, online newspapers, blogs, vlogs, in one location for easily accessed and regularly updated views. While facilitating the search for content, accelerated aggregators together with the Attention Profiling Mark-up Language (APML), a mark-up online language that documents a person's interests and dislikes, contribute to creating a *filter bubble*⁶ universe where readers live. They will only find news they agree with, living in an echo chamber where their beliefs are amplified or reinforced by communication and repetition inside a closed system (Viner, 2017).

It goes without saying that democracy relies on a well-informed public, and the greater the crisis, the greater the need to know the facts. The dissemination of lies represents a threat for the pillars of democracy, for it injects people with fear, leading to disastrous consequences. Conspiracy theorists, or truthers, appeared in newspapers in the late 19th century, but with the advent of the Internet, they have gained a new intensity. At the start of the Coronavirus pandemic, online conversations linking the virus to 5G technology travelled fast from the fringes of news to the mainstream

6 The filter bubble refers to the results of the algorithms that dictate what we encounter online. According to Eli Pariser, who coined the expression, those algorithms create "a unique universe of information for each of us which fundamentally alters the way we encounter ideas and information" (Library Guides, 2021). Our computer monitor is a kind of one-way mirror, reflecting our interests while algorithmic observers watch what we click. Google Search and Facebook newsfeeds provide content consistent with our own values generating a self-confirming feedback effect. However only the most passionate conspiracy theorists seem confined to such bubbles (Chandler & Munday, 2020).

of news distribution. According to Ryan Fox, Chief Innovation Officer at Yonder, an AI company that monitors online conversations, the initiators of this narrative were small groups of hyper passionate individuals connected to factions like QAnon, the 4chan *forum* or Anti-vaxxers (Hatmaker, 2020). While it normally took 6 to 8 months for a fringe narrative to make its way from the edges of the Internet into the mainstream, at the beginning of 2020, it took approximately 14 days for truthers to spread their ideas. Indeed, in January 2020, taking advantage of the dearth of information on the virus, QAnon, an American far-right group of Trump supporters and conspiracy-driven extremists, described the virus as a lab product manufactured by China and the Democrats as part of a secret plot to bring Trump down. QAnon, the 4chan *forum* and Anti-vaxxers believe global elites to be responsible for all the evil in the world. Besides downplaying the severity of the crisis, QAnon promoted a miracle mineral supplement as a way of preventing Covid-19, a toxic product sold for US \$45 by the Texas-based Genesis II Church of Health and Healing (Argentino, 2020).

In the midst of the infodemic, as the President of the World Health Organisation (WHO), Tedros Adhanom, labelled it, people under strict quarantine turned to renowned print newspapers and T.V. news to understand the pandemic. Independent fact checkers, *PolitiFact* and *Snopes*, became two of the online platforms people resorted to in order to distinguish the truth from nonsense (Chandler & Munday, 2020). In Portugal, the online newspaper *Polígrafo* together with SIC news exposed the latest fake news through fact checking, distinguishing rumour and lies from the truth, and fighting misinformation on social platforms and in mainstream media. Two of the giant US T.V. broadcasters, CNN and Fox News, reported two completely different worlds under the pandemic. Fox News supported the ideas the American President put forward during the daily POTUS briefings, whereas CNN took great care to interview experts from around the globe. The President's daily briefings laid bare how unprepared he was for his job, let alone the pandemic crisis, going to such lengths as to suggest the virus could be killed by injecting disinfectant. Uncertainty in a period of transition requires flexibility to adapt to new situations and to new knowledge; ill-informed leadership has brought a heavy toll across the world.

Alternative media: bloggers, vloggers, and youtubers

“We are living in an environment where people are blind [...].
So now ignorance is the new normal! In fact, ignorance is the new excellence!”

Widows (film), 2018

The aforementioned Fourth Industrial Revolution has brought about change in our identity and way of life, impacting, among other aspects, our sense of privacy, our notions of ownership, our consumption patterns, the time we devote to work and leisure, and how we develop our careers, cultivate our skills, meet people, and nurture relationships (Schwab, 2017). Twenty-nine years after the launch of the first website, diverse social media have brought a change in terms of reach, interactivity, usability and ubiquity (Baccarella, Wagner, Kietzmann & McCarthy, 2018). Globally, the average time spent daily on social networks and messaging in 2019 was 2 hours and 24 minutes, 24 minutes more than in 2017 (Statista, 2020). Constant connection to smartphones, tablets and computers deprives us of time to pause, reflect, and engage in meaningful conversation (Schwab, 2017).

Around 3 billion internet users connect to social networks and these figures are still expected to grow as mobile device usage and mobile social networks increasingly gain power (Clement, 2020). Different generations live in different universes. Whereas Millennials, those born in the 1980s and 90s, prefer to connect through Instagram and Twitter, Generation Z, consisting of people born between 1995 and 2009, is informed mostly through youtubers (Chandler & Munday, 2020). Facebook is where most people meet having 2.5 billion subscribers (Statista, 2020).

Given the number of people who use social media, marketing companies have progressively abandoned traditional mainstream media to endorse celebrities and micro-celebrities, the social media influencers, such as vloggers and Instafamous personalities (Schouten, Janssen & Verspaget, 2020). Since influencers are considered a credible source by their followers, marketeers have embraced them as spokespersons for their brands and advertisers invest large budgets on influencer endorsements (*idem*).

Influencers can range from would-be or unknown actors, models, fitness trainers, friends of celebrities, wealthy people who love luxury brands or just pretty high-school girls (Chae, 2018). Regardless of who they are, they exhibit their personal daily lives through blogs, vlogs or selfies to a wide number of followers. In order to keep the number of their ‘herd’ high, they display their sense of humour, their

quirkiness, but above all, they flaunt what the followers do not have but wish to have (*idem*). The more influencers reveal to their followers, the more attention they gain and thus improve their online status. These practices can be understood in the light of the so-called attention economy, a marketing perspective assigning value according to the capacity to attract 'eyeballs' in a media-saturated, information-rich world (Fairchild, 2007; Franck, 2018).

Influencers and the Instafamous are people unknown to the public in general who have built their careers online, becoming major earners of attention. They usually have an extensive network of contacts and play an active role in shaping the opinion of others, usually with regard to fashion, makeup, eating habits, lifestyle, etc. The problem arises when they influence an audience of millions on such important matters as healthcare, including, for example, vaccination habits.

Anti-vaxxers, a strange controversy

One of the worrying effects the media have on people, and particularly the alternative media, is to prevent them from thinking for themselves. In fact, the phenomenon of 'herd mentality' tends to dominate people for whom social acceptance is important and they adopt a widespread pattern of behaviour just because 'everyone is doing it'. Anti-vaccination activists have taken advantage of this 'herd mentality' to persuade their followers that they should mistrust vaccines, pointing when convenient to 'scientific evidence', for example, that establishing the correlation between vaccination and autism⁷. As Hoffman argues:

Though the situation may seem improbable to some, anti-vaccine sentiment has been building for decades, a by-product of an internet humming with rumour and misinformation; the backlash against Big Pharma; an infatuation with celebrities that gives special credence to the anti-immunization statements from actors like Jenny McCarthy, Jim Carrey and Alicia Silverstone, the rapper Kevin Gates and Robert F. Kennedy Jr. And now, the Trump administration's anti-science rhetoric. (Hoffman, 2019)

⁷ In 1998 an article published in the prestigious British journal *The Lancet* admitted the link between autism and the triple viral vaccine against measles, rubella and mumps. Other studies have since proven methodology flaws and lack of accuracy in the paper, which was eliminated from the journal in 2010 (Oliveira da Silva, 2019).

Anti-vaxxers come from disparate groups, including anti-government libertarians, apostles of the all-natural, and parents who believe that doctors should not dictate medical decisions about children (*idem*). Mainstream discourse usually presents anti-vaccinators as ignorant, ill-informed and selfish. Still, many parents reject vaccination due to the side effects they or their children have experienced.

Anti-vaxxers defend free will, have a general mistrust for science, hold on to the fact that no medicine is 100% safe, vaccines included, mistrust the lobby of the pharmaceutical industry and believe doctors have sinister purposes against the public good. As a group they tend to believe an individual's anecdotal narrative over abstract numbers (Oliveira da Silva, 2019). The great challenge resides in the fact that nowadays the responsibility to avoid health risks is placed on the individual, whereas the vaccination benefits will only occur if the whole society, 'the herd', the community, value the benefits over the risks.

The influence of the Digital Mob - 'Cancel culture'

“If I had a world of my own, everything would be nonsense. Nothing would be what is, because everything would be what isn't. And contrary wise, what is, it wouldn't be. And what it wouldn't be it would. You see?”

Lewis Carroll (1865)

On social media, every mundane thing we do is breaking news and can be published in a second. We, our friends and acquaintances, post whatever comes to mind, and so do celebrities, influencers, people who gain their livelihood from attention seeking. The culture of alternative media tends to promote 'shallow' information processing and rapid attention shifting. Just as the invention and spread of writing gave rise to the literate mind, the development and growth of social media has ushered in the distracted mind (Carr, 2008). The blogging platform Twitter is the epitome of how the Internet is changing the way we assimilate small bits of information and process them. Its messages consist typically of short content such as phrases, quick comments, images or links to videos, with a limit of 280 characters, thus promoting a public discourse that is simple, impetuous, and often uncivil.

Twitter is appropriate for narcissists to post messages relating to themselves or their thoughts, which represents about 80% of Twitter activity, but the remaining 20% relates to the fostering of fanaticism, and is denigrating and dehumanising (Ott, 2018). In the

Twitter 'bubble' the odd idea that a person can be cancelled, i.e. culturally blocked from having a public platform, or career, has escalated during the last five years (Romano, 2019). Wiktionary defines the neologism 'cancel culture' as "the cultural phenomenon of publicly shaming, rejecting, and ceasing to provide support to people deemed unacceptable, and calling on others to boycott them" (Dennis, 2019). This act of no longer supporting people financially or digitally usually stems from some form of wrongdoing on their part, for example: abusing someone, joking about paedophilia, being openly racist, ableist, homophobic, sexist, misogynist or other.

According to Romano (2019), the first reference to cancelling someone comes from a joke in the 1991 film *New Jack City*, but the term got its first boost in the 2014 reality show *Love and Hip-Hop* and began to appear on social media after the episode aired. From there, the idea of cancelling began to disseminate from Black Twitter throughout 2015, being used as a reaction to someone you disapproved of, either jokingly or seriously. However, the term began to evolve from friends and acquaintances to celebrities or entities whose behaviour was regarded as offensive (Bromwich, 2018; Susarla, 2020). Cancel culture has been confused with call-out culture, yet the latter has its online roots in Tumblr blogs such as *Your Fave is Problematic*, where fans deployed criticism of popular culture or public figures and humiliated them by calling attention to their behaviour. Cancel culture went a step further, moving beyond humiliation and calling for the total boycott of someone (Angus, 2019; Romano, 2019).

Many famous people have been cancelled, from Bill Gates to Taylor Swift; however, the story of the actor Kevin Hart is used as the perfect example of how cancel culture works. Hart was invited by the Hollywood Academy to host the 2019 Oscar ceremony. His homophobic tweets surfaced almost immediately, and millions of Twitter users, including celebrities, started to call him out for his behaviour. Eventually the whole imbroglio caught the attention of the Academy who asked Hart to apologise. Not only did Hart not apologise, but he stepped down from his hosting duties and then he apologised (Mahan, 2019). Then the cancellations began to spread like wildfire, and after this episode, no other celebrity accepted to host the Oscars. The alternative has been to have many celebrities participating with equal prevalence. No one dared to have their digital lives scrutinised and their flaws laid bare.

Hart accused the digital mob of only seeing the negative side of the story when he was a person who tried to do something positive, asserting that he would not change anything of what he had written because: "you live and you learn & you grow & you mature" (Hart, cited in Mahan, 2019). The cancel culture movement is accused of

not allowing people the benefit of growing up and changing their mindsets, in some cases, being forever bound to declarations posted years ago. It fails to recognise that people are neither born good or bad and are able to develop new ideologies over time and shed ones that they have outgrown (Luu, 2019).

When Kanye West suggested slavery was ‘a choice’, millions boycotted his songs, clothes, reality show news, but again, cancellation had a short-lasting effect and West was only slightly blemished, his career rapidly picked up and his life of glamour continued. Hart lost a contract or two, had a bad year, but then returned to Netflix movies more famous than ever. This elevation of a cancelled celebrity took advantage of the fact that, because he had been cancelled, he was much more appealing (Susarla, 2020). Few entertainers have truly been cancelled, that is, they have not had their careers totally shut down by negative criticism on the Internet (Romano, 2019). According to Albas (2020), there is a long list of cancel culture victims, but there are also many examples where the opposite is true. In fact, many writers, critics, artists, and controversialists have profited from being cancelled. Attempts at cancellation made them far more successful than they could ever have imagined.

However, the cathartic anger of online reprimands can bring about material consequences in the lives of victims, especially when the victims are low-level employees and the reprimand informs on them to their employers. Though being one of the best paid pop singers, Taylor Swift warns about the dehumanising aspect of equating someone to merchandise:

I don't think there are many people who can actually understand what it's like to have millions of people hate you very loudly. When you say someone is cancelled it's not a T.V. show. It's a human being. You're sending mass amounts of messaging to this person to either shut up, disappear, or it could also be perceived as “*kill yourself*”. (Swift, cited in Mahan, 2019)

The cancel culture movement promotes this dichotomy. On the one hand, it is noxious because it can destroy or lessen a celebrity's career; yet, on the other hand, it can elevate the status of the cancelled. Conversely, it is also providing a service to the community when it unearths crimes which are impossible to ignore, such as those attributed to Harvey Weinstein, Bill Cosby, and Kevin Spacey, who have effectively been cancelled. Trial and prison, in their situation, is quite real, not speculative fiction (Gold, 2019).

Calling out someone who has great influence and then mass appealing to cancel that person wakes up American ghosts of yore with their scarlet letters, medieval pitch-fork mobs or witch hunting gatherings. Although the mob-mentality of cancel culture can be toxic, some defend it, arguing that cancellations are helpful for people of colour and LGBTQIA+ communities.

The new politically correct: novel paradigm or digital dictatorship?

The power of cancel culture cannot be understated. The pressure applied to those in the public eye from hordes of normal people, as well as activists, is considered by many as vastly important in identifying with actions that will not be accepted anymore (Dennis, 2019). “Woke”, a political term of African-American origin, widespread since 2014, and linked to the Black Lives Matter movement, refers to a perceived awareness of issues concerning social and racial justice. It is often used to refer to people who are connected to extreme forms of political correctness. Black Lives Matter activists frequently hold protests centred around issues such as police brutality, racial inequality, and racial profiling in the US. Recently, the world has witnessed the capacity of the movement to arouse protests on a global scale, during the quarantine of the Covid-19 pandemic, on the occasion of George Floyd’s murder in 2020, yet another black victim of police brutality (Bonhome, 2020).

One of the problems of living in a society that massively idolises celebrities is that their followers’ vicarious satisfaction triggers malicious feelings such as envy, on account of comparing unfavourably with others, and easily fuels the bandwagon of cancellation. Even former President Obama has recently reacted negatively to the power of youth groups calling out and finger pointing. For his part, Luu (2019) designates cancel culture as a chaotic god that empowers minority groups that historically have not had the luxury of speaking out, and yet it can be discounted as another misguided millennial invention. Semiramis (2019) suggests that cancel culture is about *re-thinking choices* and no longer spending money or time on materials or artists that have committed some kind of wrong.

Boasting 89 million followers on Twitter, Donald Trump has had his Twitter account permanently suspended after calling the rioters who stormed the US Capitol, on 6th January 2021, “patriots”. The company suspended his account “due to the risk of further incitement to violence” (BBC, 2021). Some lawmakers and celebrities had been calling for years for a ban on Mr. Trump (*idem*), but it was the raw violence of

the deep-right siege and break-in that put an end to his permanent encouragement of hate via Twitter. Curiously, his son Eric presented the family as victims of cancel culture: “We live in the age of cancel culture, but this isn’t something that started this week. It is something that they have been doing to us and others for years. If you disagree with them, if they don’t like you, they try and cancel you” (US News, 2021). Oddly, cancel culture’s chaotic god referred to by Luu seems to run amok when playing in the midst of the once powerful republicans. On the whole, the cancel culture phenomenon is complex and dangerously unstable and more and more a part of modern life.

Change of vision, change of vocabulary

Although the Internet has been around since 1969, it was really in the last decade that internet language came of age. Information is conveyed now not just through text, but through memes, emojis, gifs, and particularly through slang. Not only ‘woke’ became common, but ‘bae’ (before anything else), ‘flek’ (flawlessly styled), ‘lit’ (cool, fun), the flamboyant ‘enthuzimuzzy’, as an alternative to enthusiasm, and so many others. Twitter users are constantly creating neologisms that mean outsiders can only read the encrypted messages with the help of the Urban Dictionary. The ways of speaking have been racing ahead faster than many of us can keep up with (Luu, 2019). It is a change that encompasses the society we live in: chaotic, encrypted, transitional, and somewhat nonsensical.

The hashtag was born around 2007 and became a powerful element of online communication, expressing a community of people that discuss a certain topic. It adds nuance and meta-commentary to what is said (*idem*). In 2019, the Merriam-Webster Dictionary elected ‘they’ as word of the year. The singular “they” is a pronoun used to refer to a person whose gender identity is non-binary, a meaning that was added to the Merriam-Webster.com dictionary as a result of its use in the digital world, particularly in the Twitter community (Merriam-Webster, 2019). Digital speakers take up the linguistic trends used in their groups, changing the corpus of the language in a fast and viral manner, thus contributing to the strangeness of the times we are living in for those who do not understand the code. In order to illustrate this phenomenon, the last part of our study is a short glossary of the ‘new language’, our 2020 newspeak.

The 'lit' glossary of Millennial 'woke' language

Cancel culture is a product of social media, with most of the cancellations being born and taking place on Twitter. To keep up with the most recent cancellations, one has also to keep up with the language, since digital speakers create and spread neologisms at a rate never seen before. The short glossary we have assembled to illustrate this phenomenon contains words popularised by Twitter in 2019 and 2020, when we were faced with words that were barely comprehensible. When the brave new world of social media linguistics first began to be analysed, Millennials were the generation dominating the linguistic output on Twitter. The collection of words we present here does not attempt to be an exhaustive glossary of all the new words that are tweeted, retweeted, posted and shared. In fact, more recently a new wave of digital speakers – Generation Z – has taken the cybernetic world by storm, shaping new language in 280-character tweets by the minute. We acknowledge that by the time this study is published some of them might have already fallen out of fashion like many other Internet neologisms before.

Table 1. A Glossary of Millennial language

Term	Translation	Examples
<i>Bae</i>	N. Acronym for <i>Before Anyone Else</i> . Term of endearment, also used to address someone the user is passionate about.	“Johnny Depp is <i>bae</i> .” “See that boy coming over? That’s my <i>bae</i> .”
<i>Catfishing</i>	V. Creating a fake online persona, with fake personal data and even someone else’s pictures in order to attract online romantic attention.	“She’s <i>catfishing</i> in Tinder.”
<i>Dank</i>	Adj. Cool	“These are some <i>dank</i> memes.”
<i>Gag</i>	V. To be shocked about something.	“I’m gagging over the news.”
<i>Ghosting</i>	V. Cutting off contact with someone by disappearing from social media.	

Term	Translation	Examples
Fave	N. Celebrity / public figure dear to someone.	“Kanye West has stopped being my <i>fave</i> .”
Finsta	N. From ‘fake’ + ‘instagram’. A fake Instagram account used as a cover to someone’s real identity either to check on someone’s profile undetected or for <i>catfishing</i> .	“I just found out her finsta. What a stalker!”
Flex	V. Showing off your valuables in a non-humble way.	“Stop showing me your wallet. Don’t keep <i>flexing</i> on me!”
I live	Expression used to state ‘cannot do without’	“ <i>I live</i> for your haircut”
Lit	Adj. From ‘on fire’. Characterises something amazing/cool, that causes enthusiasm.	“That party was <i>lit</i> !” “It’s <i>lit</i> !”
Problematic	Adj./N. Someone whose actions, behaviour or social media interactions are not well accepted by social media users, usually due to accusations of racism, sexism or homophobia.	“Kevin Hart? He is so <i>problematic</i> ”
On fleek	Adj. Something that is very fashionable or that is really well done.	“Did you see her outfit? It was <i>on fleek</i> ” “My eyebrows are <i>on fleek</i> today”
Receipt	N. Proof of someone’s misdeeds, usually in the form of tweets, screenshots and pictures.	“Why is Kevin Hart cancelled? I’m going to need receipts on that.”
Salty	Adj. Describes someone’s bitterness or irritability about something	“I’m still <i>salty</i> with that movie ending”

Term	Translation	Examples
<i>Shady</i>	Adj. Someone who is fake or two faced	“She talks about you on your back. She’s really shady.”
<i>Sliding into DMs</i>	V. Describes an awkward or even creepy interaction in social media using direct messaging.	“That dude is such a creep. He keeps <i>sliding into my DMs</i> even after I cut him off.”
<i>Sus</i>	Adj. Shortening of ‘suspicious’ or ‘suspect’. Describes a dubious situation.	“I don’t know what to think. The whole thing was very <i>sus</i> to me”
<i>Stan</i>	Adj. Stalker + fan. Characterises someone who is very invested in a particular celebrity/music group.	“I got 0 patience for these Lady Gaga <i>stans</i> ”
<i>Tea</i>	N. Gossip or information, but can also mean ‘the truth’. Often part of ‘spilling the tea’ ‘serving the tea’ – gossiping about something or someone; ‘the tea is scalding’ – the gossip/information is really interesting.	“Here’s the <i>tea</i> on the new Youtuber scandals.”
<i>Thirst trap</i>	N. Photo or message posted in social media with the intent of soliciting a romantic response from someone without explicitly saying so.	“Another pic of his abs? That’s some <i>thirst trap</i> right there”
<i>Woke</i>	Adj./N. Someone who considers themselves politically and socially awake, and strives to stay educated and informed about current affairs to fight for social justice, against sexism, racism, homophobia, etc.	“Don’t let the government tell you what to think. Stay <i>woke</i> ”

Concluding remarks and future perspectives

As we have seen, digital technology and media are shaping current society. In our view, journalism maintains its importance in its essential role of keeping the powerful honest while making sense of the world and our place in it and retaining the value of the truth in the smörgåsbord of misinformation. In this world, facts matter more than they ever did and can be broadcast through a variety of media. The common denominator is the reader who has to be cultured enough to understand the mainstream newspapers, as well as the social media, with their multiple digital platforms where algorithms upend, distort, and rehabilitate the lives and careers of the powerful, and not so powerful. Cancel culture, despite all its apparent flaws, may be more than it seems. Important voices and movements are making their way from the fringes to the mainstream, trying to make people accountable for their words and actions, and giving ordinary people a voice in democracy. Moreover, the corpus of research on the subject is enriching the voices that shape it and have transformed it from a US to a world phenomenon, a growing area of research for future studies to which we intend to return.

Bibliographical references

- Albas, M. (2020). Cancel culture has made celebrities out of its victims. Attempts to censor some speakers have backfired enormously. *Spiked*. 21/02/2020.
- Angus, H. (2019). Cancel culture: Moral panic or reality? Medium.com 20/03/2019.
- Argentino, M. (2020). QAnon conspiracy theories about the coronavirus pandemic are a public health threat. *The conversation.com*. 8/04/2020.
- Azimov, J.J. (2002). *It's been a good life!* New York: Prometheus Books.
- Baccarella, C., Wagner, T.F., Kietzman, J. & McCarthy, I.P. (2018). It's serious! Understanding the dark side of social media. *European Management Journal*. 36, p. 431-438. DOI:10.1016/j.emj.2018.07.002.
- Bonhome, E. (2020). George Floyd, a survivor's guilt and a global Black Lives Matter. *Aljazeera*.
- Bromwich, J.E. (2018). Everyone is cancelled. It only takes one thing – and sometimes nothing – for fans to dump a celebrity. *New York Times*. 28/06/2018.
- BBC News (2020). What is 5 G and what will it mean to you? BBC 28/01/2020.
- _____ (2021). Twitter permanently suspends Trumps' account. 9/01/2021.
- Carr, N. (2008). Is Google making us stupid? What the internet is doing to our brains. *The Atlantic*, July/August Issue.

- Carroll, L. (2000). *Alice's adventures in wonderland & Through the looking glass*. London: Penguin Books.
- Chae, J. (2018). Explaining females' envy toward social media influencers. *Media Psychology* 21 (2), p. 246-262, DOI: 10.1080/152113269.2017.1328312.
- Chandler, D. & Munday, R. (2020). *Dictionary of media and communication*. 3rd edition, Oxford: Oxford University Press.
- CNN (2020). Facts first campaign. March 2020.
- Clement, J. (2020). Global social networks ranked by number of users 2020. *Statista*. 24/11/2020.
- Conboy, M. & Steel, J. (2008). The future of newspapers. Historical perspectives. *Journalism Studies*. 9 (5), p. 650-661.
- Condon, B. (2021). Trump Business Backlash Part of 'Cancel Culture,' Son Says Hits to President Donald Trump's business empire since the deadly riots at the US Capitol are part of a liberal "cancel culture." *US News*. 13/01/2021.
- Costa e Silva, E. (2017). Press and the digital revolution: The challenges of the Portuguese market. *Recherches en Communication*, 44, p .31-48.
- Dennis, D. (2019). 'Cancel culture' is a myth to silence marginalized voices. *Newsone*. 8/05/219.
- Doyle, G. (2013). Reinvention and survival: Newspapers in the era of digital multiplatform delivery. *Journal of Media Business Studies*, 10 (4), p.1-20. DOI.org/10.1080/16522354.2013.11073569.
- Esteves, F. & Sampaio, G. (2019). *Viral: A epidemia de fake news e a guerra da desinformação*. Porto: Edições Desassossego.
- Expresso online (2017). Gazeta da Restauração. 1/12/2017.
- Expresso (2020). Tiragem de 100 mil cópias. 18/04/20, p. 40.
- Fairchild, C. (2007). Building the authentic celebrity: The 'idol' phenomenon in the attention economy. *Popular Music and Society*. (30) 3, Routledge, p. 355-375. DOI/10.1080/03007760600835306.
- Floridi, L. (2014). *The 4th revolution and how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford: Oxford University Press.
- _____ (2017). Charting our AI future and reflecting on what makes us human. *The Straits Time* 21/01/2017.
- Franck, G. (2018). The economy of attention. *Journal of Sociology*. (6) 18, Sage Publications, DOI:10.1177/1440783318803997.
- Gandhi, M.K. (1968). *The selected works of Mahatma Gandhi*. Vol. 3, *Satyagraha in South Africa*. Navajivan: Navajivan Publishing House.
- Gold, L. (2018). The cancel monster. Social media 'mobs' are relatively powerless. Why is there so much fear of them? *Current Affairs. A Magazine of Politics & Culture*. 11/02/2018.

- Hatmaker, T. (2020). Coronavirus conspiracies like that bogus 5G claim are racing across the internet. *Internet & Technology News*. 10/04/2020.
- Hoffman, J. (2019). How anti-vaccine sentiment took hold in the United States. *The New York Times*. 23/9/ 2019.
- Jakob, M. (2020). COVID-19 accelerates local news trends, for bad and good. *Local News Initiative. Northwestern University*. 22/04/20.
- Koeze, E. & Popper, N. (2020) The virus changed the way we internet. *The New York Times*. 7/04/2020.
- Lewandowsky, S., Eckers, U.K.H. & Cook, J. (2017). Beyond misinformation: Understanding and coping with the 'post-truth' era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, 6. p. 353-369.
- Library Guides (2021). Filter bubbles. Centennial College Library Guides online.
- Lievrouw, L.A. & Livingstone, S. (eds.) (2006). *The handbook of new media: Social shaping and social consequences of ICTs*. London: Sage.
- Luu, C. (2019). Cancel culture is chaotic good. Cancel culture may prove to be the most memorable linguistic trend of the past decade. *JSTOR Daily*, 18/12/2019.
- Mahan, L. (2019). Youthsplaining: Everything you need to know about cancel culture. Everything is getting canceled, but is it even a real thing? *Insidehook* 20/08/2019.
- Merriam-Webster (2019). Merriam-Webster's Words of the Year 2019. 10/12/2019.
- Meyer, P. (2009). *The vanishing newspaper: saving journalism in the Information Age*, 2nd edition, Columbia University of Missouri Press.
- Novak, M. (2014). 1922: Radio will kill the newspaper star. *Gizmodo*, 23/09/2014.
- Oliveira da Silva, M. (2019). *Quem está contra a medicina?* Lisboa: Editorial Caminho.
- Ott, B.L. (2017). The age of Twitter: Donald Trump and the politics of debasement. *Critical Studies in Media Communication*, 34, p. 59-68. DOI/full/10.1080/15295036.2016.1266686.
- Oxford Living Dictionaries (2016). Oxford Living Dictionaries Word of the Year 2016.
- Picard, R.G. (2008). Shifts in newspaper advertising expenditure and their implications for the future of newspapers. *Journalism Studies*. 9 (5), p. 704-716. DOI.org/10.1080/14616700802207649.
- _____ (2014). Twilight or new dawn of journalism? Evidence from the changing news ecosystem. *Journalism Studies*. Routledge. DOI:10.1080/1461670X.2014.895530.
- Preston, P. (2004). Are newspapers burnt out? *The Guardian*. 21/11/2004.
- Romano, A. (2019). Why we can't stop fighting about cancel culture. Is cancel culture a mob mentality, or a long overdue way of speaking truth to power? *Vox*. 30/12/2019.
- Rosenfield, K. (2019). The real problem with cancel culture. It's not about celebrities. It's about us losing trust in each other. *Tablet Magazine*. 16/10/2019.

- Semíramis (2019). The untold truth about 'Cancel Culture'. <https://medium.com/@vcasaisvila/the-untold-truth-about-cancel-culture-3675cac983c3>. 10/04/2019.
- Schmidt, E. & Cohen, J. (2013). *The new digital age: Reshaping the future of people, nations, and business*. New York: Knopf Publishers.
- Schouten, A.P., Janssen, L. & Verspaget, M. (2020) Celebrity vs influencer endorsements in advertising: the role of identification, credibility and product-endorser fit. *International Journal of Advertising*.39 (2), Routledge, p.258-281. DOI: 10.1080/02650487.2019.1634898.
- Schwab, K. (2017). *The Fourth Industrial Revolution*. New York: Random House.
- Schwab, K.; Davies, N. (2018). *Shaping the future of the fourth industrial revolution. A guide to building a better world*. London: Penguin Books.
- Skretvedt, R. & Sterling, C.H. (2020). Radio, definition and history. *Encyclopaedia Britannica*.
- Susarla, A. (2020). Hate cancel culture? Blame algorithms. *Michigan State University News* 28/01/2020.
- Statista (2020). Daily time spent on social networking by internet users worldwide from 2012 to 2019.
- Tandoc, E.C., Lim, Z.W. & Ling, R. (2017). Defining 'Fake News': A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*. 6 (2) Routledge. DOI.org/10.1080/21670811.2017.1360143.
- Toolan, M.J. (1998). *Narrative: A critical linguistic introduction*. London: Routledge.
- Viner, K. (2017). How technology disrupted the truth. *The Guardian*. 12/07/2016.
- Weisinger, H. (2015). Pressure anxiety: A contemporary plague. *Psychology Today*. 29/03/2015.

SETE NÃO DITOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO ESPAÇO PÚBLICO FRANCÊS

SARAH OLIVEIRA CARNEIRO*

Introdução

O interesse em pesquisar e desenvolver reflexões sobre o deslocamento internacional de pessoas no planeta não é o mesmo nas diferentes partes do mundo, ainda que este fenômeno tenha uma significativa presença na história da humanidade e esteja inscrito na ordem das dramaticidades contemporâneas. Obviamente, os lugares¹ não são atravessados da mesma forma pelo fenômeno das migrações internacionais, e em sendo assim, alguns países são reconhecidos como detentores de uma tradição migratória, e outros não.

Dito isto, comunico que o presente artigo nasce do meu contato² com o fenômeno do deslocamento geográfico de pessoas, estando eu morando num país detentor de tradição migratória e, portanto, mais exposto às questões provocadas pela migração. Refiro-me à França, que, segundo Gilles Pison (2019, p. 2), “é um velho país de imigração, com imigrantes vindos no século XIX de países vizinhos – Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Suíça –, depois no século XX, após a Primeira Guerra Mundial, de Portugal, do Magrebe³, e depois mais recentemente da África Subsaariana e da Ásia”. A associação da França com a imigração também é encontrada nos escritos de François Héran (2016, p. 46), que vai um pouco mais adiante em sua observação, uma vez que

* Professora Adjunta do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECULT/UFRB).

1 Gilles Pison (2019) afirma que a proporção de imigrantes varia bastante de um país para outro, ultrapassando a metade em certos países, enquanto que é inferior a 0,1% noutros.

2 Entre novembro de 2018 e novembro de 2019, morei na França, pois estive em pós-doutoramento na Université Paris 8, e este artigo é inclusive um dos desdobramentos da pesquisa que realizei e que se chama “Cultura brasileira como eixo de fixação de imigrantes brasileiros na França; o fluxo migratório de brasileiros que moram na França e têm como fonte de renda o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas eminentemente brasileiras”.

3 Região noroeste da África, ou seja, Marrocos, Tunísia e Argélia. Pode-se considerar ainda como parte do grande Magrebe os países Mauritânia e Líbia.

criticamente declara: “nós somos um grande país de imigração, e de longa data, sem ser, no entanto, um grande país de asilo”.

A depender do histórico que um país acumule em torno do fenômeno da migração internacional, tal fenômeno estará mais ou menos visível em seu espaço público, e ter em tela esta percepção é importante, na medida em que é pertinente notar que a visibilidade ou não da migração como uma questão social para a qual, por exemplo, é preciso desenvolver políticas tem conexão também, mas não somente, com a particularidade de um país contar ou não contar com um número expressivo de estrangeiros em seus limites geográficos.

No entanto, não é porque em uma sociedade o fenômeno da migração internacional é mais intenso, e por isso mais visível, que o discurso massivo⁴ a seu respeito é aprofundado e contextualizado. Se observarmos, por exemplo, o debate público sobre a migração internacional na França, detectamos que a fala preponderante é inconsistente e está atravessada por não ditos, de modo que o objetivo deste artigo é justamente trazer à tona esta constatação, elucidando uma lista de sete não ditos que perpassam o discurso sobre migração internacional no espaço público francês.

Para tanto, o método utilizado foi o acompanhamento dos conteúdos sobre migração internacional que circulam no espaço público, e este acompanhamento se fez principalmente a partir da leitura de jornais impressos e observação de programas televisivos. Para chegar aos não ditos aqui apresentados, eu sistematizei as afirmativas mais comuns e mais repetidas nos espaços midiáticos examinados. Como o objetivo deste artigo é somente apontar as ideias gerais que carregam equívocos, não está identificada cada matéria lida ou assistida e, considerando que não se trata de analisar/criticar a produção discursiva de um meio de comunicação em particular, também não foram trazidos para cá os nomes dos veículos observados.

Vale ainda sublinhar que o acompanhamento dos conteúdos midiáticos foi feito em sintonia com a leitura de livros e artigos científicos com o interesse de encontrar elementos que serviriam para desconstruir as ideias massivas sobre migração internacional. É como se a leitura dos materiais teóricos que asseguram a produção reflexiva aqui apresentada tivesse sido feita com o auxílio de um “detector de dados e argumentos”

4 O que aqui está sendo chamado de discurso massivo diz respeito ao conjunto de enunciados que visivelmente prepondera numa sociedade, pois a maioria das pessoas os reproduz quando expressa suas opiniões, e assim o faz porque tende a repercutir as abordagens feitas pela mídia convencional e pela voz oficial do Estado.

que apitasse a cada achado científico com potencial para “desmascarar” os enunciados hegemônicos a respeito da migração internacional, mostrando assim o quanto o discurso massivo francês está descolado dos conhecimentos gerados pelas pesquisas acadêmicas.

Percepções desencontradas

A afirmativa de que a produção de sentidos é uma das dimensões da língua é uma constatação que não se pode negar, visto que se trata de um ponto pacífico nos campos das reflexões sobre discurso (Dijk, 2008; Pêcheux, 1988; Foucault, 2000; Wodak, 2010), dos estudos críticos da mídia (Downing, 2002; Gomes, 2004; Léon, 2005) e das referências que se conectam com os saberes alinhados à representatividade social (Moscovici, 2011). Afinal, as enunciações não se realizam no vácuo, são prenes de intencionalidades e portam múltiplas janelas de significação.

Em se tratando da produção discursiva acerca da imigração, Virginie Guiraudon (2016, p. 39) reconhece que a mídia ocupa um papel preponderante no quesito enunciação, e os políticos, segundo ela, ao falarem sobre o assunto, não trazem à tona as nuances necessárias e comunicam dados estatísticos falsos. Pensamento similar é expresso por Hervé Le Bras (2017, p. 5), que afirma que a percepção geral dispensada para a migração é desvinculada da realidade.

Em suas assertivas, Le Bras, para indicar o quanto tal desconexão é assustadoramente grande, traz como exemplo as características que compõem o olhar que, geralmente, a maior parcela da sociedade francesa lança para o imigrante, a saber: um olhar que o encerra no lugar do invasor, posto que ele é visto ainda como uma ameaça, como se estivesse a reeditar a ação dos bárbaros na invasão de Roma.

Abdelmalek Sayad (1999, p. 62) declara que “todo o estudo dos fenômenos migratórios negligencia as condições de origem dos emigrantes e faz uma abordagem parcial e etnocêntrica do fenômeno”. Sayad problematiza, portanto, a ótica adotada pela produção teórica sobre imigração, pois a reconhece como vaga e distante da multiplicidade de questões que perpassa a vida dos imigrantes.

Sayad tem razão, e se a teoria não dá conta da complexidade que caracteriza o ato de migrar, a produção massiva mostra-se ainda mais distanciada da dinâmica que contorna propriamente os fluxos migratórios. No entanto, ainda que o conjunto de teorias não capte por completo o objeto “migração”, as abordagens científicas acessam camadas bem mais profundas do que aquelas tocadas por jornalistas e ministros, por exemplo, de modo que é possível recorrermos ao suporte teórico como recurso para apontarmos os não ditos sobre migração no espaço público francês.

“Fronteira”, por exemplo, é uma das terminologias mais vulneráveis a interpretações vagas, tanto no discurso massivo quanto nos enunciados teóricos sobre migração, pois ainda que estudos a seu respeito venham sendo sistematicamente realizados por distintas áreas do conhecimento, nota-se que importantes aspectos que a contornam não costumam ser pauta em pesquisas, como é o caso das altas cifras⁵ gastas pelo Estado, seja na Europa ou nos Estados Unidos, para reforçá-la e impedir o trânsito de pessoas, contrariando assim, portanto, a ideia de que num mundo globalizado, com facilidades de transporte e conectado pelas possibilidades comunicacionais permitidas pela internet, a circulação das pessoas seria indistintamente mais facilitada. Vale dizer que Damien de Blic (2013) afirma que a França investe mais de 700 milhões de euros por ano nas políticas de expulsão e de recondução para as fronteiras.

Formulações acerca de “esfera pública” e “discurso”

Habermas (1997), empenhado em reformular as definições alusivas à democracia, retoma as noções relacionadas à razão instrumental e avança para a preparação de um esquema teórico que lança um olhar particular para o lugar da comunicação nas relações, e isso implica necessariamente desenvolver uma reflexão a respeito da intersubjetividade. Além disso, ele revisa os percursos da democracia, voltando-se a possíveis modalidades de experiência democrática.

Nesta observação, Habermas (1997, p. 19) busca ver como em cada uma delas transcorre o processo democrático e/ou a formação política da opinião, e constata que “na perspectiva liberal, o processo democrático se efetiva exclusivamente na forma de compromissos de interesses”, o que é consequência da normatização constitucional e democrática de uma sociedade calcada, segundo a visão republicana, na economia; “a formação política da opinião e da vontade das pessoas privadas constitui o *médium*, através do qual a sociedade se constitui como um todo estruturado politicamente” (Habermas, 1997, p. 20), de modo que, nesta lógica, a democracia torna-se sinônimo de auto-organização política da sociedade.

5 As altas cifras envolvem, por exemplo, a destinação feita, por parte de alguns países europeus, de recursos financeiros para a criação, em 2016, da Agence européenne de garde-frontières et de garde-côtes (Frontex), com sede em Varsóvia, na Polônia, e que tem a declarada missão de “ajudar” os Estados membros da União Europeia e do Espaço Schengen a fazerem a segurança nas fronteiras exteriores e, mais precisamente, controlar a imigração ilegal, conforme está expresso no site Toute l’Europe ([https://www.touteleurope.eu](https://www.toutteleurope.eu)), feito para abordar questões europeias.

Há, no entanto, outras experiências em que o processo democrático está mais contornado por conotações normativas do que o modelo liberal, de modo que o deslanchar da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente e sim da “institucionalização dos correspondentes processos e pressupostos comunicacionais, como também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formaram de modo informal” (Habermas, 1997, p. 21).

Neste caso, segundo Habermas (1997), a teoria do discurso propõe o conceito de democracia radical, na medida em que potencializa a intersubjetividade e absorve processos e pressupostos comunicativos da formação democrática da opinião e da vontade como a principal fonte para a racionalização discursiva das decisões de um governo e de uma administração vinculada ao direito e à lei. Portanto, o fluxo comunicacional ocupa uma posição estratégica dentro do jogo político, pois tem contribuições a oferecer no universo das tomadas de decisão.

Para substancializar suas reflexões, Habermas (1997) delineia então os conceitos de *sociedade civil* e de *esfera pública política*, sendo a *sociedade civil* “uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas” (Habermas, 1997, p. 99), e a *esfera pública* “uma ‘estrutura comunicacional’ do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o ‘espaço social’ gerado no agir comunicativo, não com as funções nem com os conteúdos da construção cotidiana” (Habermas, 1997, p. 92).

No livro *Direito e Democracia; entre facticidade e validade II* (1997), no qual o autor vai esculpindo processualmente os principais conceitos de sua proposta, vamos verificando significativos avanços reflexivos ao longo do trabalho. Habermas deixa transparecer que a esfera pública pode ser descrita como fenômeno social que não constitui uma estrutura normativa provida de uma capacidade para distinguir competências e papéis, nem muito menos regular uma modalidade de pertença a uma organização, mas, por outro lado, porta condições para operar como uma rede apropriada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões.

No arcabouço teórico de Hannah Arendt, a esfera pública é concebida como um lugar que, mesmo antes dos homens começarem a agir, se fazia necessário, pois se trata exatamente do espaço onde eles viriam a realizar suas ações. Logo, sua demarcação é condição fundante da vida em sociedade:

Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano,

enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz. (Arendt, 1999, p. 192)

Importante ressaltar que a esfera pública se caracteriza por contornos abertos, permeáveis e deslocáveis, e sua reprodução se concretiza por meio do agir comunicativo, o qual, segundo Habermas (1987, p. 92), se pauta pela razão comunicativa, que, a seu ver, é mais altruísta do que a razão instrumental: esta estaria muito mais concentrada no atendimento às demandas do horizonte individualizado frente a um campo objetivo e aquela mais alerta à existência de uma alteridade; logo se mostra muito mais disposta a colaborar com uma convivência embasada em pactos partilhados e acordados mutuamente. O agir comunicativo, engendrado “no mundo da vida”, compreendida pelo autor como “um reservatório para interações simples”, tem implicações no domínio de uma linguagem natural, posto que, no momento em que o circuito comunicacional adentra um terreno de sofisticada especialidade, o sistema político deve ser acionado.

Nancy Fraser (2005) comenta a obra de Habermas (1997), mas antes de adentrar mais detidamente em seus comentários, é pertinente deixar mencionados os alcances de Habermas ao falar em esfera pública. Ele salientou que a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode se restringir a percebê-los e a identificá-los; precisa, pois, abordá-los, problematizá-los e dramatizá-los, de maneira convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pela ambiência parlamentar. Em paralelo, Habermas também percebeu o poder da mídia e sua condição para possibilitar uma virtualidade capaz de estender o espaço público para além do contexto das interações simples e, neste sentido, ressaltou a disparidade entre os profissionais da informação e os atores coletivos, no que se refere aos recursos para intervenção na esfera pública:

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública, através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e associações, têm menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios. (Habermas, 1997, p. 110)

Esta passagem evidencia o desigual acesso ao ato de fala que se verifica na vida social. Contudo, vale dizer que os produtores da informação não necessariamente se

estabelecem na esfera pública porque portam profissionalismo. Em se tratando dos jornalistas, por exemplo, muitos descumprem o Código de Ética, e ainda assim se compõem como uma voz relevante. Habermas (1997, p. 94) atentou para a imbricação entre o nível discursivo e a qualidade da formação da opinião pública e também para a dimensão da “influência” que perpassa este processo, notando inclusive que “uma esfera pública encampada pelo poder exclui discussões fecundas e esclarecedoras”.

Fraser (2005) avança em relação ao que escreveu Habermas, pois ela toma como referência, para examinar o desenrolar da ação comunicativa, as sociedades estratificadas e as sociedades igualitárias, porém multiculturais. Em virtude da natureza do seu horizonte de observação, a autora chama a atenção para o fato de que as particularidades identitárias dos sujeitos falantes não podem ser postas entre parênteses, como insinua Habermas; pelo contrário, elas precisam ser verdadeiramente consideradas, pois tendem a interferir no ritmo e na abrangência dos fluxos comunicacionais transcorridos na esfera pública.

Na tentativa de dar um passo adiante em relação às contribuições de Habermas, Fraser se deixa influenciar pela historiografia recente que apanha os conflitos⁶ como constitutivos do espaço público e finaliza sua releitura acerca da esfera pública, sugerindo uma possível esfera pública pós-burguesa; esta iria mais adiante em relação ao modelo liberal do espaço público burguês, o qual Fraser avalia não estar adaptado à crítica dos limites da democracia realmente existente nas sociedades do capitalismo tardio. A sugestão da autora implica em refletirmos, segundo ela, sobre *públicos fortes* e sobre *públicos fracos*, assim como sobre sua mistura e, a partir deste impulso reflexivo, Fraser (2005, p. 143) acredita que é possível alargar “nossa capacidade de imaginar as possibilidades da democracia para além dos limites da democracia existente”.

Mas o que seriam *públicos fortes* e *públicos fracos*? Na medida em que se insiste numa evidente separação entre Estado e sociedade civil, se favorece a existência de *públicos fracos*, aqueles cujas práticas deliberativas se encerram na formação da opinião e não avançam para a tomada de decisão, e *públicos fortes*, aqueles que a um só tempo realizam discursos que portam a propriedade da formação da opinião e também da tomada de decisão. Nesta perspectiva, é por demais pertinente trazer para a discussão a contribuição de Pierre Bourdieu, esboçada no seu livro *A economia das trocas linguísticas – o que falar quer dizer* (1996). Sua abordagem é válida, pois ele

6 A potencialidade construtiva do “conflito” como uma dimensão favorável à constituição da sociedade é uma ideia devotada a Georg Simmel. Para saber mais, vd. Simmel (2003).

deixa evidente como linguagem e realidade se entrelaçam: “as categorias segundo as quais um grupo se pensa, e segundo as quais ele representa sua própria realidade, contribuem para a realidade desse mesmo grupo” (Bourdieu, 1996, p. 123).

As sociedades são contornadas por uma dimensão discursiva, e tal dimensão é perpassada por relações de poder que demarcam desigualdades e assimetrias no tocante ao acesso ao ato de fala, havendo, portanto, os/as que falam mais e os/as que falam menos, os/as que podem e os/as que não podem falar, a disponibilidade de um tempo maior de fala e a disponibilidade de um tempo menor de fala para os diferentes sujeitos no espaço público, etc.

Vale lembrar que a abordagem da categoria *discurso*, quando feita a partir exclusivamente das contribuições da linguística ou da teoria social isoladamente, resulta em análises restritivas, de modo que Norman Fairclough (2001) preconiza o entrelaçamento da linguística com a teoria social como a melhor opção para o encontro de respostas mais satisfatórias para questões que, de alguma maneira, se relacionam com as dinâmicas operadas no âmbito da linguagem.

Ruth Wodak (2010), que se volta ao desabrochar da Análise do Discurso Crítica (ADC) tendo o cuidado de fazer uma retrospectiva histórica da caminhada metodológica percorrida, informa que a ADC almeja investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso). Logo, o uso da linguagem está pleno de juízos de valor, de aspectos representacionais e muitos outros anúncios. Afinal, Foucault (2000, p. 401) declarou que a linguagem se enraíza no sujeito em sua atividade e lembremos também que, conforme nos sinaliza o pesquisador José Augusto França (2001, p. 21), “nós vivemos no meio de palavras e de ideias”. Sendo assim, não há como negarmos que o discurso é uma dimensão que forja nas sociedades apreciações e depreciações em relação a tudo e a todos.

Dijk (2008), mesmo sabendo que não há mecanismos de aferição muito bem desenvolvidos para isso, se interessa pelo fato da formação da mentalidade ser uma experiência bastante suscetível à ação dos discursos. Preocupação que também aparece no trabalho de Fairclough (2001), visto que seu olhar se volta para o encadeamento existente entre discurso, ideologia e lutas hegemônicas, mas ele não necessariamente fala em aspectos cognitivos e faz suas afirmações considerando sempre que não há uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética.

Sete não ditos detectados

Após o passeio pelas reflexões teóricas a respeito de “esfera pública” e “discurso”, importantes para compor o terreno que abriga o debate que aqui se desenvolve e que está, conforme exposto, associado à constatação de que o discurso massivo francês sobre migração internacional é perpassado por não ditos, é chegada a seção em que estes em si serão transcritos no presente texto.

Os não ditos foram identificados “dentro” das assertivas mais recorrentes ao longo dos 12 meses que, em Paris, acompanhei a mídia local e assisti a conferências sobre migração. A metodologia seguida para a detecção dos não ditos se estabeleceu, conforme mencionado, a partir do acompanhamento de materiais midiáticos com a leitura em paralelo de textos científicos que delimitam o circuito de afirmativas que têm subsídios para serem tomadas como corretas sobre o fenômeno da migração internacional.

Para comprovar que se trata de não ditos, recorri, como mencionado na introdução deste artigo, a subsídios científicos sobre migração, ou seja, eu me apoiei no que as pesquisas transmitem em relação aos assuntos que aparecem nas frases apresentadas, de modo que foi feita uma confrontação entre a abordagem massiva acerca da migração internacional e os dados revelados pelos estudos acadêmicos. Os subsídios científicos permitem afirmar que os discursos hegemônicos constroem uma narrativa distorcida. Vale ainda dizer que a estrutura para evidenciar os não ditos obedece à seguinte ordem: afirmativa massiva, não dito detectado e subsídio científico correspondente.

Afirmativa massiva: “os imigrantes reduzem os salários dos autóctones”. **Não dito detectado n.º 1:** não se pode comprovar que os imigrantes reduzem os salários dos autóctones. **Subsídio científico correspondente:** Piché (2013), Le Bras (2017) e Héran (2016) comunicam que inexistem pesquisas científicas que consigam afirmar com segurança que o imigrante contribua para baixar os salários da população dos não imigrantes. Piché (2013, p. 38), por exemplo, escreve: “a conclusão mais importante de Borjas [...] é que o arsenal metodológico da econometria moderna é incapaz de detectar uma única prova que mostre que os imigrantes teriam um impacto substancial e negativo sobre a remuneração e as oportunidades de emprego”.

Vale ainda dizer que Nicolas Fischer e Camille Hamidi (2016, p. 38) asseguram que a primeira questão que ocupa o essencial dos debates no espaço público francês diz respeito ao quanto a imigração pesa sobre o desemprego dos nativos e empurra o salário para baixo, não existindo, porém, conforme apontado acima, estudos que o comprovem. Trata-se de algo sério dentro das compreensões sobre a migração

porque seria este um dos pontos mais promotores de ruídos. Afinal, o mercado de trabalho é uma variável central no debate acerca da sobrevivência, e a perspectiva da sobrevivência é das mais fundantes no que diz respeito ao deslocamento das pessoas de um canto para outro do planeta, de modo que contornar o mercado de trabalho de uma perspectiva que coloca o imigrante como inimigo do bem-estar material do sujeito autóctone é uma ação perversa.

Afirmativa massiva: “a França tem prejuízos com os imigrantes ilegais, porque eles não pagam impostos e usam os serviços públicos de saúde e educação”. **Não dito detectado n.º 2:** o empresariado francês ganha bastante dinheiro com a imigração ilegal. **Subsídio científico correspondente:** George Tapinos (2000) problematiza a não consideração – nos discursos massivos sobre migração – dos ganhos que os empregadores têm com a imigração clandestina, os quais se beneficiam da situação precária do imigrante “ilegal” e de seu frágil poder de negociação. Nestes termos, o que se sabe é que a vulnerabilidade do imigrante o coloca na condição de aceitar toda e qualquer oferta de trabalho. Avançando nas reflexões, podemos identificar como empregador não somente o empresário, mas também uma família que contrata um pedreiro, por exemplo. É sabido que o setor da construção civil na França reúne muitos imigrantes sem documentos, cuja prestação de serviço fica mais barata para o contratante.

As pesquisas ainda não obtiveram números suficientes para demonstrar os ganhos da sociedade francesa com a migração ilegal. Chegar a este dado requer evidentemente um caminho investigativo sofisticado, o qual precisa integrar múltiplas variáveis. No entanto, Le Bras (2017) já nos deixou comunicado que é extremamente conveniente para o mercado francês contar com a disposição de um jovem que chega, por exemplo, do Senegal, com 20 anos de idade, completamente “pronto” para assumir um posto de trabalho, sem que a França tenha gasto, ao longo da sua conversão em força laboral, recursos com sua alimentação, educação, moradia e saúde.

Afirmativa massiva: “a França, ancorada nos pilares da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, é o país que mais concede asilo político no mundo”. **Não dito detectado n.º 3:** a França é extremamente burocrática e morosa com os processos de demanda de asilo. **Subsídio científico correspondente:** François Héran (2016) assegura que a França aprova somente entre 16 e 18% das demandas de asilo recebidas a cada ano. Em tempo: em 2014, na Alemanha, segundo Guiraudon (2016), o parlamento votou uma lei permitindo que os demandantes de asilo tenham direito a trabalhar após três

meses da chegada à Alemanha, enquanto na França o demandante de asilo deve esperar um ano e um contrato de trabalho para acessar uma autorização para trabalhar.

Em sendo assim, a impressão que fica é que a vida do demandante de asilo na França se desenvolve de forma descontinuada e desassociada de perspectivas mais concretas de como seu futuro vai se compor. Isso porque acontece de se estabelecer uma situação em que elaborar um dossiê administrativo se revela como um processo por demais complexo. Afinal, é difícil garantir um contrato de trabalho na França.

Afirmativa massiva: “é necessário distinguir a migração econômica da migração política, ou seja, existem os que migram para procurar trabalho e os que migram em virtude de conflitos políticos, é para os primeiros que a França tem que se fechar”. **Não dito detectado n.º 4:** é impossível fazer esta separação, pois uma guerra, motivada por razões políticas, por exemplo, gera episódios que afetam a economia, pois os bombardeios destroem supermercados, escolas, prédios, padarias, enfim, os espaços onde se realizam trocas econômicas e/ou simbólicas. **Subsídio científico correspondente:** Nader Vahabi (2018) diz que existe um impasse político, jurídico e filosófico contornando a realidade migratória, e Le Bras (2017, p. 124) salienta que não há como fazer uma distinção entre refugiados políticos e migrantes econômicos quando se fala de países como Iraque, Afeganistão, Eritreia e Sudão do Sul.

De um modo geral, na contemporaneidade, as dimensões da economia e da política estão extremamente imbricadas, tanto é que são muitas as demonstrações de que grupos econômicos pautam as questões políticas dos mais diferentes países. Se tomarmos por exemplo o Brasil, é visível o fato de que as políticas ambientais estão submetidas à lógica do capital, de modo que o crescente desmatamento que se realiza, sobretudo, na Amazônia tem a ver com interesses mercadológicos de corporações. Logo, a ideia de que política e economia têm seus contornos bem definidos, em se tratando de migração ou de qualquer outra esfera da vida global, não se sustenta na atual composição geopolítica do planeta.

Afirmativa massiva: “a França não pode abrigar todo mundo que chega porque vai gerar uma superpopulação”. **Não dito detectado n.º 5:** a emigração de franceses é equiparável à chegada de imigrantes. **Subsídio científico correspondente:** Le Bras (2017, p. 121) afirma que até 2015 as estatísticas das migrações na França contavam as entradas, mas não as saídas, pois faltava um dispositivo legal apropriado, e conclui: “sem a entrada de estrangeiros/as, o saldo migratório da França seria negativo e o

crescimento demográfico cessaria rapidamente”, pois, conforme Le Bras, a saída de franceses para outros países tem sido numerosa, algo em torno de três milhões por ano.

A França não se enxerga como um país que está também atravessado pelo fenômeno da emigração, e isso constitui um limite para as reflexões. Sabendo-se um país que desperta o interesse de muitas pessoas de diferentes culturas, a França se coloca como uma referência de recepção e deixa de se debruçar sobre a parcela da sua população que, disposta a viver fora dos seus contornos estruturados sobre o pragmatismo, se volta para o exterior e elabora caminhos que permitam sua fixação em outros países. Um olhar honesto sobre este contingente de franceses favoreceria uma configuração discursiva mais próxima da realidade da migração internacional na França.

Afirmativa massiva: “a França concede por ano 200 mil *tittres de séjour*” (documento que permite a permanência legal de imigrantes no país). **Não dito detectado n.º 6:** por ano, menos de 10% dos *tittres de séjour* na França são atribuídos na modalidade “competências e talentos”, a que dialoga mais diretamente com o mercado de trabalho. **Subsídio científico correspondente:** quando se informa midiaticamente que são 200 mil *tittres de séjour* concedidos por ano, a tendência é que a população passe a acreditar, por exemplo, que se trata de muitos imigrantes ilegais que foram convertidos em legais, graças à ação do Estado. No entanto, a maior parte desses 200 mil *tittres de séjour*, segundo Le Bras (2017), é destinada a estudantes em processo formativo, cientistas, cônjuges de franceses/as e demandantes de asilo político.

Sem dúvida, este é um dado facilmente manipulável a favor do discurso de que a França trata bem o imigrante que faz dela sua moradia definitiva. Afinal, o volume de 200 mil *tittres de séjour* por ano é significativo e contém um apelo humanitário. No entanto, como abordado no parágrafo anterior, neste montante estão os mais variados tipos de autorização para permanecer, sendo que alguns tipos estão associados a perfis que são rentáveis para o país, a exemplo daqueles pesquisadores que chegam à França com seus salários das universidades onde trabalham no país de origem, não geram custos para o Estado francês e, ao mesmo tempo, gastam seu dinheiro na França.

Afirmativa massiva: “a imigração no mundo chegou a um patamar incontrolável, é urgente fechar as fronteiras”. **Não dito detectado n.º 7:** considerando as conexões de transporte e comunicação que caracterizam o mundo contemporâneo, o movimento de pessoas no planeta pode ser considerado baixo. **Subsídio científico correspondente:** somente 3% da população mundial são imigrantes (Fischer & Hamidi, 2016).

Fomentar o pensamento de que a imigração no mundo se tornou uma realidade insustentável porque é muita gente se fixando fora das fronteiras dos seus países de origem é instalar uma ideia global de que a migração é em si mesmo um problema, o que gera uma ambiência desfavorável para a abordagem multifacetada do fenômeno, como de fato o fenômeno necessita, visto sua amplitude e sua composição diversa, em termos da quantidade de aspectos que o contorna.

Uma vez listados e analisados os sete não ditos, é de extrema importância retomarmos os princípios teóricos que estruturam o presente artigo e que estão ancorados nos conceitos de “esfera pública” e “discurso”. Os não ditos estão entranhados exatamente nesta camada da vida social, e tal camada tem força para definir ideias preponderantes, conceitos massivos e percepções hegemônicas.

Tendo em tela que, na empreitada de esquadrihar suas reflexões sobre a razão comunicativa, Habermas (1997, p. 107) alerta para a distinção entre organizadores, oradores e ouvintes – na tentativa de elucidar que, em se tratando de esfera pública, há um público espectador e os grupos de interesse – e reconhece que os movimentos sociais, ou melhor, os agrupamentos da sociedade civil, são sensíveis aos problemas, é urgente pluralizar as vozes sobre migração no espaço público.

Fraser (2005) alerta para a problemática do livre acesso ao espaço público e transita nos questionamentos que podem ser formulados a partir do direito desigual de fala que perpassa as sociedades estratificadas, problematização esta que serve de lastro teórico para as indagações que podem ser feitas a partir do olhar crítico sobre a abordagem acerca da migração internacional no espaço público francês. Lembremos que as assertivas de Habermas (1997, pp. 94-95), no quesito distribuição de responsabilidades, mostram a emissão da opinião como circunscrita à esfera pública e a tomada de posição como restrita às instituições que tomam resoluções.

Os aportes habermasianos são vistos por Fraser (2005, p. 109) como um recurso indispensável à teorização dos limites da democracia nas sociedades configuradas pelo capitalismo tardio, posto que, para ela, Habermas avança para a concepção conceitual de um espaço onde a participação política passa pela mediação da linguagem, na medida em que o espaço público é um “lugar de produção e circulação de discursos”.

Fraser (2005, p. 122) acredita que é preferível uma multidão de públicos a um espaço público único e, para superar o desajuste entre o poder de intervenção dos públicos – desajuste que nas sociedades estratificadas, onde as relações estruturais se configuram num eixo de dominação e subordinação, se estabelece na medida em

que o livre acesso à fala é afetado pelo gênero, pela raça e pela classe social, de modo que, mesmo não havendo uma exclusão formal, ninguém escuta os grupos subordinados e “eles estão reduzidos ao silêncio” –, propõe a edificação de contrapúblicos subalternos como contraponto aos desnivelamentos de fala.

Considerações finais

O caminho reflexivo adotado neste texto tem por consequência a exposição de nuances que perpassam a produção discursiva sobre migração internacional, de modo que fica explícito que há uma distância entre este fenômeno e as abordagens massivas a ele dispensadas. Compreender as motivações dessa condução exige uma investigação que privilegie observações múltiplas capazes de darem conta de contornar, a partir de diferentes pontos de vista, a dissonância entre as dinâmicas migratórias e as falas massivas a seu respeito.

Este artigo não buscou, todavia, adentrar profundamente tais motivações, localizando-as, enumerando-as e problematizando-as sistematicamente. Seu propósito foi expor que as falas mais recorrentes no espaço público francês sobre migração internacional estão eivadas de equívocos. Tais equívocos aparecem nos aspectos socioeconômicos, políticos, jurídicos, emocionais, históricos, biográficos, etc., e na medida em que não foram vasculhados os porquês de tais equívocos, o escopo aqui ficou circunscrito à afirmação de que são praticados não ditos no espaço público francês, quando o assunto é migração internacional.

Logo, tem-se aqui uma provocação que pode ser aprofundada, inclusive com a realização, por exemplo, de monitoramentos de mídia minuciosos e exaustivos, que pode se viabilizar pela eleição de um telejornal específico para ser acompanhado de forma sequenciada por um período de tempo determinado.

Inquieta detectarmos que a base científica que se forma a partir das incontáveis pesquisas sobre o fenômeno das migrações internacionais é pouco ou quase nada explorada na França por parte do *público forte*, na acepção de Fraser (2005), ou seja, por aqueles sujeitos cuja voz está antecipadamente legitimada para abordar determinado assunto, a exemplo, no caso das migrações internacionais, do ministro do Interior. Perguntas emergem desta constatação, a saber: seria o discurso científico intraduzível para o senso comum? Há má-fé entre os sujeitos que dominam a produção discursiva sobre migração internacional na sociedade francesa? Como mudar este quadro? Como permitir que os fluxos migratórios, os imigrantes e suas incontáveis dinâmicas recebam no espaço público considerações conectadas honestamente com suas características?

O presente artigo ousa dizer que um dos caminhos para que isso aconteça – o que, vale dizer, é urgente, visto que não ditos são terreno fértil para a produção de *fake news* – é a articulação de estratégias que democratizem a produção discursiva sobre migração internacional no espaço público. Uma das maneiras de se fazer isso é, seguramente, criando condições para converter imigrantes em interlocutores legítimos sobre o assunto, buscando transformar as organizações que os representam em *público forte* na esfera pública.

Sem dúvida, trata-se de um trabalho de fôlego e que requer uma série de ações, a exemplo do que os zapatistas chamam de “mesas de negociação” (Baschet, 2005), ou seja, encontros entre o governo e organizações da sociedade civil, para traçar ideias conjuntas e saídas coletivas. Está evidente que qualificar a enunciação discursiva sobre migração internacional na França contribuirá para evitar a emergência de uma conjuntura ainda mais propícia à veiculação de *fake news* que venham a manipular o fenômeno da imigração, simulando uma enunciação que nada tem de realidade, que favorece o crescimento da extrema-direita e a emergência de uma atmosfera de intolerância ao imigrante. É imprescindível, portanto, que os estudos científicos sobre migração internacional saiam da arena acadêmica e se popularizem na sociedade como um todo.

Referências bibliográficas

- Arendt, H. (1999). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Baschet, J. (2005). *La rébellion zapatiste. Insurrection indienne et résistance planétaire*. Paris: Flammarion.
- Blic, de D. (2013). Les immigrés, fardeau ou manne économique ?. *Revue Projet*, 4(4), 22-29. <https://doi.org/10.3917/pro.335.0022>.
- Borjas, G. J. & Bronars, S. G. (n. d.). *Immigration and the family*. (Manuscrito não publicado).
- Bourdieu, P. (1996). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp.
- Dijk, T. A. van. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Downing, J. D. H. (2002). *Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fischer, N., & Hamidi, C. (2016). *Les politiques migratoires*. Paris: La Découverte.
- Foucault, M. (2000). *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- França, J. A. (2001). Os discursos da cultura. In L. M. de Abreu & A. J. R. Miranda (Coords.), *O Discurso em Análise – Actas do 7º Encontro de Estudos Portugueses* (pp. 13-23). Aveiro: UA Editora.

- Fraser, N. (2005). *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et redistribution*. Trad. E. Ferrarese. Paris: La Découverte.
- Gomes, W. (2004). *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- Guiraudon, V. (2016). Il ne faut pas les mettre à part. In É. Fottorino (Dir.), *Pourquoi les migrants? Comprendre les flux de population* (pp. 39-40). Paris: Le 1/Philippe Rey.
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel: Critique de la raison fonctionnaliste*. [s.l.]: Fayard.
- _____ (1997). *Direito e democracia; entre facticidade e validade* (vol. 2, Biblioteca Tempo Universitário, 102). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Héran, F. (2016). Nous sommes un grand pays d'immigration, pas un pays d'asile. In É. Fottorino (Dir.), *Pourquoi les migrants? Comprendre les flux de population* (pp. 43-47). Paris: Le 1/Philippe Rey.
- Le Bras, H. (2017). *L'âge des migrations*. Paris: Éditions Autrement.
- Léon, O. (2005). Para uma agenda social em comunicação. In D. Moraes (Org.), *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder* (pp. 401-414). Rio de Janeiro / São Paulo: Record.
- Moscovici, S. (2011). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Pêcheux, M. (1988). *Language, semantics and ideology*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Piché, V. (2013). Les fondements des théories migratoires contemporaines. In V. Piché (Dir.), *Les théories de la migration* (pp. 19-60). Paris: INED.
- Pison, G. (2019). Le nombre et la part des immigrés dans la population: comparaisons internationales. *Population & Sociétés*, 563 (février), 1-5. Disponível em https://www.ined.fr/fichier/s_rubrique/28889/563.comparaison.internationale.immigre.2019.2.fr.pdf
- Qu'est-ce que l'Agence européenne de garde-frontières et de garde-côtes (Frontex)? (2019). Disponível em <https://www.touteurope.eu/actualite/qu-est-ce-que-l-agence-europeenne-de-garde-frontieres-et-de-garde-cotes-frontex.html>
- Sayad, A. (1999). *La double absence; des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Éditions du Seuil.
- Simmel, G. (2003). *Le conflit*. Belval: Les éditions Circé.
- Tapinos G. (2000). Les enjeux économiques et politiques des migrations clandestines. In OCDE, *Combattre l'emploi illégal d'étrangers* (pp. 13-44). Paris: OCDE.
- Vahabi, N. (2018). *La crise de l'accueil des réfugiés de 2015. Une pathologie du modernisme* (coll. Cultures sans frontières). Paris: L'Harmattan.
- Wodak, R. (2010). Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, 4, 223-243. Disponível em http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297

DA ESCRITA ENQUANTO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA AOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS UM OLHAR A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS

FRANCISCO WELLIGTON DE SOUSA BARBOSA JUNIOR*

MARIA MANUEL ROCHA TEIXEIRA BAPTISTA**

Introdução

Ao longo deste texto de caráter teórico buscamos caracterizar práticas de escrita enquanto resistência aos discursos hegemônicos, à luz dos Estudos Culturais. Para este fim realizamos uma revisão narrativa de literatura sobre modalidades de escrita enquanto práticas de resistência, a partir de escritos de autores que discorrem sobre a temática, como é o caso de Amatuzzi (1989), Brum (2014), Chiantaretto (2017), Foucault (2015), Freire (2015, 2017), Wright (1992), entre outros.

Uma vez que este texto ampara-se e é contemplado a partir do campo dos Estudos Culturais, em que os conceitos de poder, hegemonia e resistência lhe são fundamentais (assim como centrais em nosso texto), sentimos a necessidade de, em primeiro momento destes escritos, realizar a contextualização do referido campo e conceitos, o que nos possibilita melhores apreensões a respeito da temática aqui em discussão. Com esse fim, convocamos autores fundamentais para a compreensão dos Estudos Culturais e destes conceitos-chave, autores entre os quais citamos Baptista (2009), Barker e Jane (2016), Grossberg (2012) e Hall (1992, 2016).

Além disso, uma vez que as práticas de resistências ocorrem no seio do poder, onde se perfazem e se reproduzem as práticas e os discursos hegemônicos, faz-se interessante também compreender estas possibilidades hegemônicas. Assim, visando atender a tal possibilidade, convocamos no segundo momento deste texto autores importantes para esta discussão, tais como Calvet (2007), Foucault (2010b), Lledó (1998), entre outros, compreendendo-a em práticas nos mais diversos âmbitos sociais, desde a educação nas escolas ou universidades a algumas práticas religiosas.

* Universidade de Aveiro, Centro de Línguas, Literaturas e Culturas.

** Universidade de Aveiro, Centro de Línguas, Literaturas e Culturas.

Por fim, tomando como amparo os dois momentos citados, podemos, na terceira parte do texto, dedicarmo-nos ao objetivo central do presente capítulo: caracterizar práticas de escrita enquanto resistências aos discursos hegemônicos, orientados a partir do prisma apontado, os Estudos Culturais.

Dos Estudos Culturais: poder, hegemonia e resistências

Os Estudos Culturais surgiram institucionalmente em 1964, a partir da criação do CCCS (Centre for Contemporary Cultural Studies), na Universidade de Birmingham, Reino Unido (Baptista, 2009; Barker & Jane, 2016; Hall, 1992; Mattelart & Neveu, 2004). E eles se constituem como um campo gravitacional antidisciplinar e interdisciplinar. Isso porque não pretendem a disciplinarizações (ao contrário do que muitas áreas costumam fazer), mas sim à realização de diálogos a partir de conhecimentos diversos produzidos por disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, como Psicologia, Literatura, Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, entre outras (Baptista, 2009; Hall, 1992, 2016).

Esse campo, que concebe uma forte relação entre teoria e prática (Baptista, 2009; Grossberg, 2012), apresenta uma característica marcante em seus estudos: as resistências ao poder, a partir da contestação das concepções e limites que foram socialmente construídos e naturalizados, sejam acerca de gêneros, raças, idades, escolaridades, etc. (Baptista, 2009; Barker & Jane, 2016).

Temos desse modo que os Estudos Culturais compreendem uma política no sentido mais lato da palavra, a *polis*, e tratam de compreender as relações de poder e suas tensões, e como se constituem em termos ideológicos e práticos, e as práticas que possam ser consideradas como possíveis resistências daqueles grupos ou populações que vivem às margens ou são socialmente excluídos (Baptista, 2009). Isso nos leva a afirmar que os Estudos Culturais se apresentam como o que poderíamos chamar de uma proposta discursiva em um sentido foucaultiano (Hall, 1992).

Como podemos perceber, os Estudos Culturais centram seus estudos a partir de alguns conceitos-chave, entre os quais se encontram o poder e a resistência (Barker & James, 2016), também tratados a partir de uma perspectiva foucaultiana e que estão presentes em muitas obras desse autor, como *Em Defesa da Sociedade* (2010a), *História da Sexualidade* (1999), *Microfísica do Poder* (2012), *Vigiar e Punir* (2010b), entre outras.

Este primeiro conceito, o poder, refere-se a “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social” (Foucault, 2012, p. 8), e que sempre se dá em uma relação, na qual ele produz e é sustentado a partir de saberes que dizem sobre o Homem, saberes estes os

quais poderíamos afirmar como “verdades”, produzidos por campos diversos, como é o caso da medicina, por exemplo, e cujos fins não são outros que não a dominação, docilização dos corpos, os assujeitamentos, em que se busca extrair o máximo de sua força produtiva (Foucault, 2010b).

O poder, nesse caso, não é tão somente uma força negativa que afirma sim ou não e que tem uma repressão explícita e marcadamente expressa. Ele é mais do que isso: ele é uma forma de tecnologia, de economia que induz ao prazer, que produz discursos, que produz saber, e que ocorre, muitas vezes, nas sutilezas, passando como que “despercebido”. É esse o motivo de ele ser tão eficaz (Foucault, 2010a, 2010b, 2012).

E o poder está em todo lugar e por toda parte, ele a tudo permeia, atravessando e constituindo corpos, dominando-os, tornando-os dóceis, de tal modo que essas relações de poder ocorrem em âmbitos “grandes” e “pequenos”, a que podemos nos referir como macro e micro, os quais se encontram inter-relacionados (Foucault, 2010a, 2012). As macro-relações encontram-se de forma vertical, relacionadas, por exemplo, às ações do Estado e, de modo geral, aos indivíduos que a ele se encontram submissos; e as micro, que se encontram de forma vertical e horizontal, correspondem àquelas ações da vida comum, dos próprios cotidianos de cada indivíduo, desde as ações que consideramos mais íntimas, mais ínfimas e mais sem importância.

Desse modo, faz-nos possível afirmar que o poder pode organizar-se enquanto uma forma de dominação da formação social, em que ele se alonga, se prolonga a diversos grupos e realidades, ajustando-se e adaptando-se a eles, o que lhe permite penetrá-los, mobilizá-los, dominá-los. Pois a partir dessa configuração de poder se governa politicamente e se domina ideologicamente, tornando-se possível a criação de blocos que atravessam todas as classes ou até mesmo a sociedade como um todo, e cujos interesses não são outros que não atender àqueles de um grupo específico. É o que se concebe a partir do conceito de hegemonia (Hall, 2016).

Assim, uma vez que o poder domina principalmente nas sutilezas, sem que sequer o percebamos (Foucault, 2010a, 2010b), geralmente temos a sensação de nos sentirmos livres, ao mesmo instante em que as hegemonias são por nós vividas e seus discursos reproduzidos, produzindo-nos a todo momento e nos conduzindo ao constante atendimento de seus interesses. Assim, o que temos é que o pensamento hegemônico vai se inserindo nos poros de nossa consciência prática (Hall, 2016), o que nos faz crer que muitas vezes parece que vivemos o mito da caverna, de Platão (2004).

Gramsci (1978), um dos principais expoentes do conceito de hegemonia e aquele que formulou sobre a temática (Mattelart & Neveu, 2004), ao tratar sobre algumas relações

referentes a este conceito, afirma primeiramente que existe uma relação pedagógica, a qual se estende para além daquela entre professor e aluno. É uma relação em que as gerações entram em contato com as experiências das anteriores e seus valores, os quais são historicamente repassados. E é justamente nessa experiência que o sujeito se vai produzindo. Ou seja, o que temos é uma hegemonia, a qual, ainda segundo o autor, se dá desde um âmbito micro a macros, desde cidades a países e continentes.

E como isso é transmitido, afinal? Como são transmitidas essas experiências, das quais se produz hegemonia? Segundo o autor, é a partir da linguagem. É a linguagem que permite essa transmissão, que é a transmissão de uma cultura. E ao mesmo instante em que a linguagem transmite cultura, ela também se faz enquanto cultura (Gramsci, 1978), pois a linguagem “contém os elementos da concepção do mundo e de uma cultura” (p. 13).

Temos desse modo que a partir da linguagem uma cultura é apreendida e são produzidos, ou melhor, reproduzidos discursos, os quais contemplam concepções de mundo, ou de cada mundo, de cada realidade, ou seja, representações. E são estes discursos que vão dizer sobre cada um, sobre como ser e como não ser, sobre o que seguir e o que não seguir a partir dessas representações, as quais, como já podemos perceber, tanto são sociais quanto estão a nível de um âmbito simbólico (Woodward, 2011), representações estas que nos possibilitam classificações do mundo e nossas relações com este (Hall, 2011; Woodward, 2011).

Podemos assim afirmar que a linguagem e a cultura, e a reprodução destes discursos implicam, portanto, numa questão de produção de identidade, visto que a identidade se produz a partir de discursos específicos, em locais, instituições e momentos históricos específicos, que os produzem e que também são atravessados por estes e por práticas específicas (Hall, 2011).

E esses discursos permitem à identidade ser atravessada e constituída a partir da diferença. Por exemplo, se alguém é afirmado e se afirma pertencente a determinado grupo ou raça ou o que mais seja, ao mesmo instante ele está se afirmando como não pertencente a outros que sejam diferentes deste. Envolve uma questão de identificação (Hall, 2011; Silva, 2011; Woodward, 2011). E nesse ponto o que vemos é a existência de um olhar sobre o outro, permitindo-nos afirmar que o sujeito é “produzido ‘como um efeito’ do discurso e no discurso, no interior de formações discursivas específicas” (Hall, 2011, p. 120).

E como temos visto, são estes discursos que vão contribuir para a produção de corpos, discursos atravessados por relações de poder, e que também vão possibilitar

a criação de estigmas e de corpos estigmatizados, o outro a ser evitado – forma também de reafirmar a norma e suas hegemonias.

Já no que concerne às resistências, elas são justamente práticas existentes a partir de pontos que se encontram em toda parte no seio do próprio poder, e que não necessariamente vão de encontro a ele. Mas sim que, produzidas a partir do próprio poder e de suas “verdades”, buscam ser tomadas como formas de resistir às suas docilizações (Foucault, 2012). As resistências, portanto, não são uma recusa ao poder, mas são casos únicos, possibilidades, pensadas ou não pensadas, produzidas, e que se encontram nas próprias relações de poder (Foucault, 1999).

E uma vez que “onde há poder, há resistência” (Foucault, 1999, p. 91), as resistências podem apresentar-se em todo lugar, e se constituírem também enquanto uma contra-hegemonia. Mas com a particularidade de que elas se apresentam em um âmbito micro, em casos particulares, únicos, nas relações dos cotidianos entre os homens e suas práticas, levando-nos a considerá-las enquanto micro-resistências (Foucault, 2012).

Ressaltamos aqui que essas relações entre poder e resistências não são de exterioridades, contraposições e recusas. Isso porque as relações de poder, para que se afirmem e se mantenham, necessitam das resistências, ao mesmo instante em que essas não podem existir que não seja a partir do próprio poder (Foucault, 1999).

Um exemplo em que podemos perceber claramente a relação entre estes três conceitos é na produção de discursos hegemônicos a partir da escrita, prática à qual, muitas vezes, não nos atentamos, mas que desde antes de nossos processos de alfabetização nas escolas já nos acompanha, e que contribui para estes processos de docilização dos corpos. É o caso do que chamamos de escritas enquanto práticas hegemônicas.

Das escritas enquanto práticas hegemônicas

Sabemos que a escrita acompanha o homem em sua história há mais de cinco mil anos. Ela teve seu início com os primeiros pictógrafos, de onde têm origem os traços iniciais para, por exemplo, as escritas cuneiformes e tantas outras, processos que se foram complexificando e elaborando até chegar aos alfabetos que hoje temos (Calvet, 2007).

A escrita surgiu com o fim de recordar, transcrever e transmitir a palavra, pois, como sabemos, a comunicação oral é, por essência, fugaz. E embora as histórias das escritas das civilizações sejam diferentes entre si, elas apresentam esse traço em comum: essa busca pela elaboração e pelo registro de uma memória (Calvet, 2007; Lledó, 1998), o que também corresponde a uma busca por perpetuar uma lógica de poder.

Quando nos referimos à escrita, muitas vezes tratamo-la de forma literal, tomando em conta apenas sua realização enquanto uma atividade de decodificação das palavras da comunicação oral a partir de signos, e geralmente não nos atentamos que ela é atravessada por múltiplas formas de poder. Na cultura contemporânea ocidental, também ela contribui para docilizar os corpos e as mentes. Nesse caso, em prol de um sistema capitalista.

Um exemplo em que podemos encontrar a escrita enquanto potencial contributo para essa homogeneização é em alguns processos de educação que ocorrem na escola. Ao longo do processo educativo (cada vez mais longo no tempo atual) recebemos inúmeras informações a partir dos discursos hegemônicos de muitos professores (nem todos, ressaltamos) e livros, os quais devemos repetir e internalizar. São discursos que têm como fim nos tornar produtivos e úteis para o mercado de trabalho (Brasileiro, 2015; Mosé, 2013; Russell, 2002). E, como comprovação de que os conseguimos internalizar, temos a realização de inúmeras provas, onde devemos escrever o que nos foi ensinado ao longo de semanas, meses e até mesmo anos. Nessas provas devemos atingir uma nota mínima, a qual nada mais é do que a demarcação da norma, uma sanção normalizadora (Foucault, 2010b), que diz se estamos aptos ou não a seguir em frente, que nos diz se somos ou não desviantes, se necessitaremos ou não passar por processos em que precisaremos ser “corrigidos”.

O mesmo ocorre nos catecismos, em que aqueles ou aquelas que se afirmam professores ou professoras, fios condutores de uma suposta palavra sagrada, apresentam uma série de argumentos e questões, que devem ser por nós anotados, escritos, estudados e, em seguida, reproduzidos, pois somente assim poderemos receber aquilo a que nesse contexto é um corpo simbólico, uma vez que, somente assim, o acreditam estes, teremos salvação após a morte. E aqueles que não escreverem e se reproduzirem enquanto corpo que se faz a partir da “resposta correta”, não terão a salvação, deverão passar por processos de “correção”.

O mesmo se passa em muitas universidades, cujas práticas e saberes ainda muito se mantêm atrelados a um olhar positivista do ser humano, munidos de uma pseudo-ciência, distinta e distante da vida, que onde até aqueles discursos que parecem ser algumas resistências a estes na verdade não o são. São apenas discursos atravessados por discursos hegemônicos, e nada mais são do que alienantes.

Referimo-nos a isso tomando o exemplo da psicologia em muitas universidades, como bem ocorre na Europa e, em específico, em Portugal, em que, até os dias de hoje, ainda seguindo o exemplo de Wundt no século XIX, busca medir e classificar

sensações das experiências humanas a partir de testes, reflexos, escalas, experimentos com animais, etc., e disso faz uma espécie de totalitarismo científico (Figueiredo, 2007). Basta atentarmos às teorias amplamente difundidas, impostas e não questionadas nos cursos de psicologia das universidades portuguesas, em que se subjaz um alienante cognitivismo, a exemplo das teorias de Barlow (2014), que sob hipótese alguma devem ser questionadas em sala de aula. Caso contrário, haverá perseguições e punições àqueles que questionam. Transfigurações de práticas ditatoriais, agora em outros moldes.

E para não sermos menos irônicos, ao mesmo instante em que isso ocorre há alguns professores e até mesmo pesquisadores – salvo exceções – que orgulhosamente afirmam e defendem em seus discursos contemplar o outro, preocupar-se com este, olhar para este que está além da caixa de experimentos e das paredes do laboratório, o outro que está no mundo e que lhe é diferente (mais uma vez podemos referir o caso destes psicólogos neste território). Mas por detrás disso o que ocorre (embora alguns percebam, e a maioria não) nada mais é do que uma forma de olhar para o outro, atribuir-lhe o nome de “diverso” e fazer dele igual, contorná-lo, dar-lhe um suposto espaço sob o martelo impositivo de sua voz e de seus conhecimentos instituídos, desconsiderando, portanto, sua alteridade, e assim dominando-o. Há, inclusive, teorias que se propõem a isso. Basta consultarmos as teorias sobre a educação expressas por Weiner (1985) e Covington (1984), tão acirradamente defendidas e reproduzidas por Rosário (2005), em suas teorias sobre a psicologia escolar. Assim, enquanto todos pensam pensar e dedicar-se ao outro, no fim estão mesmo é pensando e mais uma vez afirmando o que lhe é igual, numa hegemonia, e perpetuando uma prática e um olhar (Han, 2018a).

E se formos um pouco mais incisivos e procurarmos bem, ainda há, até nos dias de hoje, aqueles que orgulhosamente se afirmam positivistas e que, diante de seu suposto lugar de professor, muitas vezes tentam impor o que pensam, e depois analisam se o decoramos (inclusive em ínfimos detalhes) a partir de uma escrita em que, mais do que nunca se evidencia, fica-nos aos olhos, uma verdadeira coerção. Meros positivistas alienados e violentos, assim como a exemplo das práticas de Wundt no século XIX e do cotidiano nas salas de aula em cursos de psicologia neste país, em uma verdadeira reprodução do poder disciplinar foucaultiano, como descrito em *Vigiar e Punir* (2010b). As teorias dos psicólogos apontados nos parágrafos anteriores contribuem para que visualizemos estes cenários, além de se fazerem saberes que fundamentam tais práticas. Afinal, é preciso saberes para que se efetuem práticas de poder, assim como o contrário (Foucault, 2010b).

E nesse espaço, a universidade, muitas vezes devemos escrever e absorver tudo o que nos é dito (e que se conduz a partir de discursos como os mencionados), para realizarmos testes, cujos fins não são outros que não, assim como na escola, a atribuição de uma nota que nos diga se somos aprovados ou não e possamos seguir em nossa busca frenética, incessante e tola por tão somente um lugar no mercado de trabalho, para trabalharmos cada vez mais, esquecendo que a vida humana é muito mais do que isso. Esquecendo que a vida e a experiência de ser humano envolve a potência de seus instintos e de suas paixões (Nietzsche, 2016).

O que podemos observar a partir desses mais variados exemplos é a escrita enquanto saber e prática de poder em diversos pontos e formas contribuindo para uma cultura hegemônica, seja a partir de uma coerção mais exposta, e por isso mais desagradável, ou a partir de sutilezas, que nos passam muito bem despercebidas e que “alegremente” aceitamos, reproduzimos e não questionamos.

Mas independente disso, de uma questão de coerção, o que temos é a escrita enquanto a reprodução de um discurso hegemônico e enquanto um exame, que divide, que separa os corpos dóceis dos não dóceis, produtivos dos não produtivos. É a escrita inter-relacionada às sanções normalizadoras, a atos de punição, de correção, de docilização dos corpos. É a escrita fazendo parte desse que é propriamente um processo de vigilância constante (Foucault, 2010b), em que ela se torna nada mais do que uma prática “espúria e mercenária” (Larrosa, 2014, p. 122).

Todos estes pontos aqui brevemente tratados contribuem, portanto, para produzir um corpo cujos discursos hegemônicos sejam seu ponto norteador, sua mais inquebrantável bússola ao longo da vida. Discursos que, entre outras coisas, contribuem para a produção de suas subjetividades, e sustentam suas práticas, que devem estar voltadas para aquilo que se espera em sua cultura, passado ao longo das gerações e que atende tão somente aos interesses do capital. No caso de nossas sociedades ocidentais, podemos citar o trabalho e o consumo em excesso, além de outras práticas, as quais também são atravessadas por questões de classe, racismo, xenofobia, preconceitos de gênero, entre outras. Práticas e discursos estes para os quais estas escritas contribuem incisivamente para reproduzi-los ao longo do corpo social.

A escrita, portanto, contribui para forjar um corpo, um corpo que mais parece igual a todos os outros, um corpo que mais parece sair de uma linha de montagem. Tomando agora de uma metáfora, seria um corpo como aqueles que vemos ao assistir ao videoclipe “Another brick in the wall”, de Pink Floyd: todos em uma infinita fila, com a mesma expressão, que na verdade não é expressão alguma, e que expressa

esta produção de um corpo dócil. E assim, para além do exemplo de Chaplin, em seu famoso *Tempos Modernos* (1936), o que temos é um corpo devorado pelas engrenagens que saem das escolas, da fábrica, das igrejas, das famílias, ou agora dos escritórios, e se tornam os órgãos enferrujados de cada um, que se vão quebrando e o corroem por dentro. Em outras palavras: corpos que se tornam nada mais do que ratos-humanos vivendo em sua caixa de Skinner (Moreira & Medeiros, 2006).

Da escrita enquanto resistência: uma prática contra-hegemônica

Diferente desse cenário e de práticas como essa, que contribuem para docilizações e naturalizações, reconhecemos, paralelamente, práticas de resistência a partir de pontos que se encontram em toda parte no seio do próprio poder, e que não necessariamente lhe são exteriores, mas que, produzidas a partir do próprio poder e de suas “verdades”, buscam ser tomadas como formas de resistir às suas determinações (Foucault, 2012).

Sabendo que “onde há poder, há resistência” (Foucault, 1999, p. 91), ou seja, que as resistências, assim como o poder, encontram-se em todo lugar, e que todos os discursos e práticas de poder são culturais, é a partir da compreensão da própria cultura e dos discursos que atravessam tais práticas – principalmente aqueles que se encontram implícitos –, que se podem detectar e produzir práticas de resistências, práticas contra-hegemônicas, tomadas neste sentido foucaultiano (Hall, 2016). Ou seja, para se fazer resistência é preciso compreender a prática e a cultura que nos atravessa e nos produz, pois a resistência é feita a partir das próprias práticas culturais, o que implica afirmar que ela feita a partir e no interior da própria cultura (Hall, 2016).

E é justamente neste contexto e nestas possibilidades que pretendemos pensar e convocar esta prática de uma escrita tomada enquanto possibilidade de resistência aos discursos e práticas hegemônicas, o que podemos notar a partir das ideias de alguns autores.

Sabemos que a escrita pode adquirir um caráter terapêutico, em que possibilita a expressão de emoções, pois o sujeito que escreve e dá sentido às suas experiências pode transformar seus sentimentos e emoções em uma linguagem escrita (Figueiras & Marcelino, 2008). E sabemos também que isso pode conduzi-lo à autorreflexão e à organização de seu olhar sobre os eventos (Smith & Pennebaker, 2001), o que, conseqüentemente, influencia a sua saúde física e mental (Baikie & Wilhelm, 2005; Pennebaker & Chung, 2009).

Mas, para além disso, como nos afirmam Amatuzzi (1989) e Paulo Freire (2015), este que é um dos representantes dos Estudos Culturais na América Latina (Mattelart & Neveu, 2004), a escrita pode ser uma possibilidade para que o homem expresse e se aproprie da sua fala autêntica: palavras, expressões, concepções, formas de ser e de estar no mundo, que nele estão presas e que foram sufocadas pelas imposições dos ditames culturais.

E quando nos referimos à fala autêntica, é importante esclarecermos que fala é essa: segundo Amatuzzi (1989) existem duas línguas, uma objetiva, em que os significados das palavras estão como que fixos, o que é expresso nos dicionários; e uma concreta e vivida, que está presente na fala dos falantes. É esta aquela que mais interessa neste texto, visto que se relaciona intimamente à existência humana.

Utilizando um exemplo apresentado pelo próprio autor, quando falo algo, o faço em relação a alguém com uma intenção, através do qual eu defino uma relação a mim próprio: “E [...] ao falar eu me falo” (Amatuzzi, 1989, p. 19).

O ato de falar, ainda segundo o autor, é uma comunicação ao mesmo instante política, simbólica e que carrega uma intenção, pois

a fala significa algo, faz signos a partir de uma intenção significativa [...], ela é também sinal de outras disposições do sujeito [...], ela determina ou tende a determinar as posições respectivas do falante e do ouvinte [...] em relação à rede de posições relativas no grupo maior em termos de poder. (Amatuzzi, 1989, p. 21)

Paulo Freire sublinha, igualmente, que existem duas palavras: a palavra do sujeito e a palavra alheia, a qual se sobrepõe à palavra do sujeito e o oprime. É a palavra do opressor e a do oprimido, portanto, criando no oprimido como que uma dualidade: sua palavra, que está oprimida, e a palavra do opressor, que agora lhe é interna também (Amatuzzi, 1989; Freire, 2015). Isso produz a seguinte questão: quando o oprimido fala, qual é a fala que ele está falando? É a sua ou a do opressor? Pois o oprimido está dividido entre uma fala que é sua, uma fala autêntica, e outra que não é sua, que lhe é externa e lhe fora imposta, uma fala inautêntica (Amatuzzi, 1989; Freire, 2015).

Deste modo, a escrita, juntamente à leitura, quando não são aquelas de um decorar e reproduzir palavras como “bê-á-bá”, mas sim aquelas relacionadas à realidade do homem, podem possibilitar-lhe compreendê-la melhor, conscientizar-se, como diz Paulo Freire (2015, 2017). Pois o analfabeto, segundo o autor, não é o que não sabe ler nem escrever. É o que não sabe ler nem escrever o mundo, ou seja, aquele que

não está consciente daquilo que se passa e lhe acontece. É o que o autor trata como o homem oprimido, aquele que não tem consciência crítica de sua realidade, e assim não pode lutar para libertar-se, para, como nos diz, *ser mais*. É aquele docilizado que não se percebe enquanto tal.

Algo semelhante nos apresenta Teixeira (2003) quando nos fala sobre a prática da escrita e o homem que escreve. De acordo com a autora, toda a prática de escrita é uma experiência em que o homem escreve sua própria história de vida, o que nada mais é do que um escrever-se. É o que ela define enquanto escrita autobiográfica.

Nessa prática o homem que escreve, segundo a autora, volta-se sobre sua própria história e se posiciona de modo a reconstruí-la, o que lhe possibilita tomar consciência de seu lugar no mundo, podendo, assim, ressignificar sua história e sair de uma posição alienada frente à História e se tornar a gente de si e do mundo.

Segundo Chiantaretto (2017), a escrita possibilita àquele que escreve determinar seu lugar, aqui compreendido enquanto lugar de ser e de estar. Para isso é necessário que o homem convoque uma confiança acerca das palavras, em que ele possa se fazer falar e escutar em direção ao outro em si mesmo, em meio à busca de sobrevivência à intrusão de si da necessidade do outro.

Quando se escreve, ainda de acordo com o autor, tem-se a garantia de uma voz e de uma escuta, que são uma voz e uma escuta do sujeito consigo próprio, entre aquilo que lhe estava sufocado e o que lhe está sufocando. Em outras palavras, essa escuta dá-se a partir de um interlocutor interno, o próprio sujeito. Nessa escrita, a que o autor nomeia como “escrita de si”, aquele que escreve sai de um lugar de “sobrevivência jamais sobrevivida” (p. 113), pois a escrita de si “permite criar, quer dizer, criar um lugar para viver, para fazer, apesar de tudo, a experiência de viver a vida” (p. 114).

A escrita, portanto, segundo o autor, convoca uma resistência à qual tanto ela – a escrita – é uma testemunha quanto no-la coloca à vista. É ao que ele se refere como “a resistência ao assassinato da interioridade, o assassinato da alma” (p. 119). Isso porque “as palavras [...] são o lugar do enigma do ser, enigma que, se ele contacta, autoriza a viver, quer dizer, a se liberar da condenação de sobreviver” (p. 119).

Já Brum (2014), ao falar-nos sobre a escrita, tanto remete a este lugar primeiro, em que podemos considerá-la a partir de uma possibilidade terapêutica, assim como também a considera uma prática que permite essa criação de um corpo singular, um corpo novo, um corpo que nasce.

Segundo a autora, existe uma língua, que é o primeiro território de cada pessoa. No entanto, a escrita abre outras possibilidades para além da língua, pois permite

que ela se faça enquanto um lugar do não-lugar (Brum, 2014), ou seja, um lugar não pré-estabelecido, um lugar novo, um lugar único, e por isso apontado enquanto sem lugar, sem nome.

Conforme nos afirma a própria autora, tomando agora de um exemplo pessoal,

A palavra escrita me encarnou em um corpo onde eu podia viver. O corpo-letra. Ao fazer marcas no papel, com a ponta dura da caneta, entrei no território das possibilidades. [...] A literalidade que assinala meu estar no mundo, fazendo de mim uma geografia em que os sentimentos escavam quase mortes, encontrou uma mediação. Pela palavra escrita eu tornava-me capaz de transcender o concreto, transformar impotência em potência. (Brum, 2014, p. 47)

Assim, na experiência com a palavra escrita, e como podemos perceber a partir da experiência da própria autora, existe a morte de um corpo para além do próprio corpo, para o nascimento de um novo, em que se liberam as potências do indivíduo, podendo inclusive aquele que escreve forjar um destino diferente do que lhe fora traçado. Daí a afirmação de que escrever pode tornar-se um parto para a vida (Brum, 2014).

E esta experiência, que a autora lhe afirma ser tão intrínseca, é fortemente apresentada na seguinte afirmação: “Sei que para mim não existe vida fora da palavra escrita. Só sei ser – por escrito” (Brum, 2014, p. 36), o que nos permite afirmar que a escrita, para a autora, parece ser mais do que um lugar de voz ou de resistência, mas sim um lugar de Ser e de produção de si, em que o corpo produzido, poderíamos assim afirmar, é um corpo indócil, um corpo que é a própria resistência e que faz resistência tanto ao escrever quanto em se produzir enquanto corpo-escrita. É um corpo que “é” e que se tornará. Pois nessa escrita em que se produz um corpo, a que chamamos de um corpo indócil, o que ocorre, segundo Brum (2014), é que aquilo que outrora era impotência se torna potência, fazendo, portanto, da escrita mais do que um ato, mas a possibilidade para a criação de um novo discurso, o que implica num lugar de Ser. É a criação de um novo Corpo-Palavra.

Isso nos remete também ao que Foucault (2015) nos fala ao tratar da escrita. Segundo o filósofo, “escrever é pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao Outro” (p. 150), dado que o papel da escrita é a constituição de um corpo, o qual não pode nem deve ser percebido como um corpo de doutrina, mas sim aquele que fez sua respectiva verdade, visto que “a escrita transforma a coisa vista ou ouvida ‘em forças e em sangue’” (p. 143).

E essa escrita, segundo Wright (1992), dá-se a partir de uma linguagem poética. O que se quer dizer com isso não é que apenas os poetas podem tomá-la ou apropriar-se dela. Mas antes que nessa escrita existe uma espécie de subversão de uma linguagem e de uma cultura, pois a cultura está na linguagem, esta é feita de cultura, como também nos afirma Gramsci (1978).

Desse modo, da palavra que o outro nos diz, que é uma palavra de uma cultura, podemos “abri-la”, poeticamente falando, e daí criar outras palavras a partir da escrita, palavras estas que liberem o que nos fora sufocado (Wright, 1992). O que de novo nos leva a enfatizar que a cultura, a linguagem, a palavra, e a escrita da palavra são constantemente atravessadas por relações de poder.

Algo semelhante ocorre com a escrita dos poetas, por exemplo, que parecem tirar palavras “de dentro” de outras, ou seja, a partir das palavras da gramática, palavras estas instituídas e presas entre os muros de normas. Com isso os poetas recriam-se, e a cada poema produzem seu corpo.

Manoel de Barros, poeta brasileiro, nos afirma sobre essa possibilidade quando, em alguns de seus poemas, se refere ao poeta e ao que ele trata enquanto os “desvarios da palavra”. Com isso o poeta nos diz sobre fatos que parecem absurdos a olho nu, fatos que nos parecem absurdos sem metáfora, ou seja, olhando-os tão somente a partir da palavra conforme a recebemos. Entre estes fatos estão “pegar água com a peneira” e “colocar o vento no bolso”, ou quando afirma que um dia viu um corredor de água que contornava sua casa, e que este corredor de água era para ele uma imagem de uma cobra de vidro mole fazendo volta ao redor de sua casa. Mas foi então que lhe disseram que aquilo tinha um nome, e se chamava “enseada”. A partir de então, segundo o poeta, a imagem de cobra de vidro mole fazendo volta ao redor da casa deixou de assim ser por ele percebida, passou a se chamar “enseada”, e perdeu qualquer graça ou encanto (Barros, 2013, 2018).

E assim, a partir do que diz o autor, podemos destacar aquilo a que já nos referimos: que a escrita é perpassada por relações de forças, em que: de um lado estão os discursos hegemônicos; e de outro um sujeito e a possibilidade para a criação de novos discursos, a exemplo das metáforas destacadas e da situação poética mencionada, em que o poeta nos aponta o desencanto diante da palavra do Outro que dominara a sua palavra.

Como vemos, existe um corpo próprio docilizado, que, a partir da escrita, pode questionar as práticas, os saberes e discursos hegemônicos que produzem este corpo, ao mesmo instante em que são construídos novos saberes e novos lugares de ser. Este

corpo que se faz a partir da escrita já não é mais aquele doutrinado, mas sim um novo corpo, um outro, que escapa a estes controles.

Em outras palavras, temos que a escrita a que nos referimos provoca como que uma subversão na linguagem e pode permitir a criação de novas práticas e saberes diferentes daqueles dos aparelhos ideológicos de poder (Althusser, 1980), do Estado e do capitalismo, que contribuem para docilizar um corpo. E essa prática, portanto, acreditamos ser de micro-resistência às hegemonias, de micro-resistências daqueles corpos domesticados, docilizados, dessubjetivados. É uma prática que conta com as possibilidades daqueles docilizados que escrevem, em que se produzem novos lugares para ser, novas formas de dizer sobre si mesmo, a partir da palavra escrita.

Considerações

Ao longo deste texto buscamos caracterizar práticas de escrita enquanto resistência aos discursos hegemônicos, a partir de um olhar pelo viés dos Estudos Culturais. Assim, frente ao apresentado a partir dos mais variados autores destacados, podemos afirmar que a escrita, seja ela enquanto prática de resistência ou hegemônica, é uma prática cultural intimamente relacionada à cultura onde se territorializa, onde a mesma é produzida, carrega e contribui para reproduzir seus valores, o que nos sugere que pensar sobre a escrita também é pensar sobre a cultura de um lugar e as relações de força que a atravessam.

Outro fator que se nos evidencia refere-se ao fato de que a escrita enquanto prática de resistência ocorre enquanto uma possibilidade de traçar um caminho de que derivam saberes que não se conduzem a partir dos discursos hegemônicos, mas saberes próprios no seio de cada sujeito e em sua relação com o entorno, com a cultura e com a cultura em si próprio, contribuindo para produzir seu corpo. É o que podemos interpretar a partir das diversas modalidades de escrita enquanto resistência, conforme destacado, em que percebemos que a escrita pode ser tomada enquanto uma prática em que subjazem as subjetividades daqueles corpos considerados docilizados, em que o que antes era uma voz contida torna-se um questionamento. Além disso, também se pode notar que a escrita possibilita a liberação da palavra autêntica, aquela palavra sufocada pelos ditames sociais, além de contribuir para o mergulhar do sujeito em si próprio e em suas realidades, podendo compreendê-las.

Outro fato importante de mencionar é que a partir da escrita um corpo docilizado pode questionar as práticas, os saberes e discursos hegemônicos que produzem este corpo, tal como destacado por alguns autores. Estes sujeitos, inclusive, saem de uma

condição de passividade frente a si, às suas histórias e à História, e se tornam agentes de si e do mundo, possibilitando-lhes intervenções em suas realidades.

E mais do que olhar para essas possibilidades, podemos também afirmar que a escrita, conforme apontado, permite ao sujeito traçar novas possibilidades para forjar lugares de ser diferentes daqueles que lhe foram atribuídos. Lugares que, por assim serem produzidos, já se fazem enquanto formas de resistência. Afinal, Ser em meio a um cenário e a uma cultura em que se valorizam (e se buscam perpetuar) as hegemônias, já é uma própria resistência.

Assim sendo, tal prática, independente da modalidade, apresenta-se enquanto uma subversão, evidenciando-se, explicitando-se seu caráter político. O que nos leva a reafirmar esta prática enquanto micro-resistência aos discursos hegemônicos, além de uma prática de intervenção social, contemplando e explicitando a proposta de ênfase política e social apresentada pelos Estudos Culturais.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes.
- Amatuzzi, M. M. (1989). *O resgate da fala autêntica*. Campinas, SP: Papyrus.
- Baikie, K. A., & Wilhelm, K. (2005). Emotional and physical health benefits of expressive writing. *Advances in Psychiatric Treatment*, 11, 338-346.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos Culturais: o quê e o como da investigação. *Carnets, Cultures littéraires: nouvelles performances et développement*, n° spécial, automne/ hiver, 451-461.
- Barker, K., & Jane, E. A. (2016). *Cultural studies: theory and practice*. Londres: Sage Publications.
- Barlow, D. (2014). *Clinical Handbook of Psychological Disorders*. New York: Guilford Press.
- Barros, M. (2013). *Poesia completa*. São Paulo: Leya Casa da Palavra.
- _____. (2018). *Memórias inventadas*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- Brasileiro, F. N. V. (2015). *Da Paideia à escola contemporânea: limites e possibilidades de uma educação pelo ócio e para o ócio*. (Tese de Doutorado) 177f. Fortaleza: Universidade de Fortaleza.
- Brum, E. (2014). *Meus desacontecimentos: a história da minha vida com as palavras*. São Paulo: Leya.
- Calvet, L. J. (2007). *Historia de la escritura: de Mesopotamia hasta nuestros días*. Barcelona: Edições Paidós Ibérica.
- Chaplin, C. (1936). *Tempos modernos* (Modern times). Estados Unidos. Produtora: Charles Chaplin Productions. Distribuidora: United Artists. 87 min.

- Chiantaretto, J. F. (2017). O testemunho interno: a escritura de si, trauma e psicopatologia dos limites. In D. M. Amparo, E. R. Lazzarini, I. M. Silva & L. Polejack. (Org.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* 3 (pp. 108-128). Brasília: Technopolitik.
- Convigton, M. V. (1984). The self-worth theory of achievement motivation: findings and implications. *Elementary School Journal*, 85, 5-20.
- Figueiras, M. J., & Marcelino, D. (2008). Escrita terapêutica em contexto de saúde: uma breve revisão. *Análise Psicológica*, 2(26), 327-334.
- Figueiredo, L. C. (2007). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação*. São Paulo: Escuta.
- Foucault, M. (1999). O dispositivo de sexualidade. In *História da sexualidade, v.1: A vontade de saber* (pp. 73-123) Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2010a). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- _____. (2010b). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2011). *O nascimento da clínica*. São Paulo: Forense Universitária.
- _____. (2012). Verdade e poder. In R. Machado (Org.). *Microfísica do poder* (pp. 01-14). São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (2015). A escrita de si. In *O que é um autor?* (pp. 129-160). Lisboa: Nova Veja.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia do oprimido*. 59.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2017). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Gramsci, A. (1978). *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Grossberg, L. (2012). *Estudios culturales en tiempo futuro: como es el trabajo intelectual que requiere el mundo de hoy*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Hall, S. (1992). Cultural Studies and its theoretical legacies. In L. Grossberg, C. Nelson & P. Treichler (Org.). *Cultural Studies* (pp. 277-294). New York and London: Routledge.
- _____. (2011). A produção social da identidade e da diferença. In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 73-102). São Paulo: Vozes.
- _____. (2016). *Cultural Studies 1983: a theoretical history*. J. D. Slack, & L. Grossberg (Ed.). Durham: Duke University Press.
- Han, B. C. (2018a). *La expulsión de lo distinto*. Barcelona: Herder Editorial.
- _____. (2018b). *La sociedad del cansancio*. Barcelona: Herder Editorial.
- Huxley, A. (2009). *Admirável mundo novo*. São Paulo: Globo.
- Larrosa, J. (2014). Ferido de realidade e em busca de realidade. Notas sobre as linguagens da experiência. In J. Larrosa (Org.). *Tremores: escritos sobre experiência* (pp. 73-122). Belo Horizonte: Autêntica.

- Lledó, E. (1998). *El silencio de la escritura*. Madrid: Epublibre.
- Mattelart, A., & Neveu, E. (2004). *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Moreira, M. B., & Medeiros, C. A. (2006). *Princípios básicos de análise do comportamento*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Mosé, V. (2013). *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nietzsche, F. (2016). *Genealogia da moral*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller Ltda.
- Platão. (2004). *A República*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Rosário, P. S. L. (2005). Motivação e aprendizagem: uma rota de Leitura. In M. C. Taveira (Coord.). *Psicologia escolar. Uma proposta científico-pedagógica* (pp. 23-60). Coimbra: Quarteto Editora.
- Russell, B. (2002). *O elogio ao ócio*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Silva, T. T. (2011). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. (pp. 07-72). São Paulo: Vozes.
- Smith, J. M., & Pennebaker, J. W. (2001). What are the health effects of Disclosure? In A. Baum, T. Revenson & J. Singer (Eds.). *Handbook of Health Psychology* (pp. 339-348). London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Teixeira, L. C. (2003). Escrita autobiográfica e construção subjetiva. *Psicologia USP*, 14(1), 37-64.
- Weiner, B. (1985). An attributional theory of achievement motivation and emotion. *Psychological Review*, 92, 548-573.
- Woodward, K. (2011). Quem precisa de identidade? In T. T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. (pp. 103-133). São Paulo: Vozes.
- Wright, E. (1992). Language. In W. Wright. (Org.). *Feminism and Psychoanalysis. A Critical Dictionary*. Oxford: Blackwell Publishers.

OUSAR DESAFIAR O STATU QUO

MARCUSE E AS PALAVRAS DE ORDEM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968

INÊS GAMELAS*

O movimento estudantil de 1968 revelou-se um fenómeno global sem precedentes. Na Europa Ocidental, a cultura de protesto dos *baby boomers* traduziu-se em expressões várias de dissidência. Para além das barricadas, da ocupação de edifícios universitários e das manifestações em massa, foi também através das palavras de ordem de 1968 que se espelhou o desejo dos jovens de se afirmarem como motor de uma nova ordem política e sociocultural. Esta visão da juventude, enquanto agente revolucionário, foi particularmente alimentada por Herbert Marcuse, um dos ideólogos da Escola de Frankfurt que mais apelou à intervenção das novas gerações na transformação da sociedade.

Assim, este artigo tem como objetivo a análise de algumas dessas palavras de ordem do movimento estudantil de 1968, procurando avaliar de que forma esses motes, apesar de escritos em diferentes línguas e oriundos de diversas democracias europeias, não só se inscrevem como elementos de uma retórica de resistência, mas também refletem os ideais de transformação e desafio ao *statu quo* propostos por Marcuse.

Introdução

A Europa Ocidental conheceu, na segunda metade da década de 1960, protestos de grande intensidade que despertaram a atenção da opinião pública para as reivindicações de mudança da juventude e contribuíram para tornar o movimento estudantil num tema de dimensão internacional. Nos países democráticos, particularmente na República Federal da Alemanha, em França, na Itália e no Reino Unido, o clima de agitação atingiu o seu clímax em 1968 – o ano em que os acontecimentos associados à convulsão académica e à luta antiautoritária dos jovens universitários (e não só) marcaram presença no espaço mediático e trouxeram para primeiro plano a vontade

* Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Universidade de Aveiro/ Universidade de Augsburg.

dos ativistas de desafiar as estruturas políticas e os códigos socioculturais vigentes. Na contracapa do livro *1968: On the edge of world revolution* (2018), um volume editado pelos historiadores Philipp Gassert e Martin Klimke para assinalar o quinquagésimo aniversário da revolta estudantil ao nível global, é destacada a singularidade das ações de protesto dos movimentos revolucionários de finais dos anos 60 e o simbolismo particular do ano supramencionado:

With the wildfire of uprisings and grassroots revolutions that shook governments and halted economies, 1968 was a year of seismic social and political change. The world would never be the same again. A fierce global community of students, workers, women, and national liberation movements with radically democratic instincts arose to challenge war, capitalism, colonialism, and patriarchy. (Gassert & Klimke, 2018)

Neste contexto de transformação, é notória a influência do pensamento de Herbert Marcuse, figura de proa no esboço das linhas orientadoras que nortearam os movimentos de protesto dos anos 60 na Europa e no mundo ocidental (cf. Roth, 1985, p. 17). Ele foi um dos pensadores da Escola de Frankfurt que mais se empenhou em incentivar os jovens a intervir. Nos seus textos e entrevistas – sobretudo, os que foram escritos e publicados ao longo da década de 1960 –, são vários os apelos à mudança política e ao desafio dos tabus sociais. Para a concretização da transformação almejada era imprescindível adotar um novo tipo de discurso, dirigido às massas e capaz de assimilar as ideias dos *novos tempos*. Na sua base encontram-se a irreverência e a provocação – duas características que fomentam aquele que é um dos traços distintivos da geração de 1968: a atitude de rejeição ao *statu quo* (cf. Tanner, 2008, p. 75). Inspirados por estas ideias, os jovens de 1968 optaram por manifestar a sua dissidência através de formas de protesto até então inéditas, como os *teach-ins*, os *go-ins* e os *happenings* nas universidades, ou ainda os *sit-ins* nas ruas das cidades. É também nestas ações reivindicativas, conhecidas por recorrerem a símbolos e expressões arrojadas com o intuito de divulgar com mais acutilância a mensagem de mudança radical do *establishment* (cf. Klimke & Scharloth, 2008, p. 5), que emergiram as palavras de ordem de 1968.

Deste modo, serão analisados, neste artigo, nove diferentes motes relativos a esse importante ano, todos eles oriundos e/ou amplamente difundidos nos meses de contestação da revolta estudantil de finais dos anos 60 na República Federal da

Alemanha, em França, em Itália e no Reino Unido. O seu estudo visa apresentar uma hermenêutica sociocultural dos ideais que cunharam o movimento estudantil. Mais concretamente, procurarei investigar a relevância do pensamento de Marcuse na cultura de protesto da geração dos *baby boomers* e quais as linhas orientadoras deste filósofo que marcaram presença efetiva nas palavras de ordem do movimento revolucionário da juventude.

A partir da aceção de Jean Baudrillard sobre a função das palavras de ordem e de como estas podem assumir o papel de “transmissoras de ideias” (Baudrillard, 2001, p. 9),¹ proponho-me indagar de que forma cada um dos exemplos selecionados se inscreve numa retórica de resistência e de dissidência ao *establishment*, dando expressão aos ideais de rutura e transformação alardeados por Marcuse e abraçados por muitos jovens naquela época.

Após uma contextualização histórica e sociocultural do movimento estudantil na Europa Ocidental, que se debruça também sobre Herbert Marcuse e o seu papel na revolta estudantil, serão apresentados os motes selecionados. Nesta explanação será destacada não só a mensagem contida em cada um deles, mas também se procurará escrutinar de que forma as palavras de ordem de 1968, aqui em apreço, são concordes com as ideias desse filósofo.

1968 na Europa Ocidental: Marcuse e a cultura de protesto juvenil

O movimento estudantil de 1968 e a cultura de protesto da juventude de finais dos anos 60 revelaram-se um fenómeno global sem precedentes (cf. Kraushaar, 2000, p. 19; Klimke & Scharloth, 2008, p. 1s.; Gassert & Klimke, 2018, p. 5). Protagonizado por uma geração nascida já depois da Segunda Guerra Mundial e educada no seio de uma sociedade de consumo pautada pela massificação, este fenómeno de dissidência e resistência contra o *statu quo* aproximou os jovens de vários países da Europa e

1 Jean Baudrillard refere que as palavras de ordem, quando inseridas num dado panorama sociocultural, cristalizam determinados princípios ideológicos e explana, da seguinte forma, a função que lhes atribui:

Palavras de ordem... A expressão parece-me definir muito bem uma forma quase iniciática de entrar no interior das coisas, sem todavia se estabelecer um catálogo. As palavras são portadoras e geradoras de ideias [...]. Operadores de charme, operadores mágicos, não transmitem apenas essas ideias e essas coisas, mas elas próprias se metaforizam e metabolizam umas nas outras, segundo uma espécie de evolução em espiral. É assim que se revelam como transmissoras de ideias. (Baudrillard, 2001, p. 9)

do mundo ocidental num contexto comum de brechas geracionais, socioculturais e ideológicas. Para a internacionalização do discurso juvenil de revolta muito contribuíram os media. Tanto a imprensa escrita como a rádio e, em particular, a televisão, assumiram um papel decisivo na transmissão das ações de protesto dos estudantes e dos ativistas à escala internacional (cf. Tanner, 2008, p. 77). Foi, aliás, esta veiculação ao nível global das ideias dos jovens de vários países que permitiu observar que, não obstante as diferenças nacionais e a pluralidade de motivações para a participação no movimento revolucionário, o ímpeto de contestação de 1968 era idêntico e ancorava-se na atitude provocatória da juventude e na sua vontade de transformar as sociedades em que viviam, democratizando-as. Graças a este espírito de dissidência, 1968 adquiriu um simbolismo único e é lembrado, historicamente, como um tempo explosivo de desafio aos valores instalados, um ano de um conflito geracional único, que opôs novos a velhos, dissidentes a defensores dos poderes instalados, conservadores a liberais, inconformados a instalados, e acabou por se tornar também num signo da própria libertação da juventude.²

Esta avidez de libertação, de rutura com o sistema instituído, encontrou expressão em vários domínios. No plano político, os jovens manifestaram, fora e dentro das universidades, o seu descontentamento com as matrizes ideológicas das sociedades ocidentais – sobretudo as mais industrializadas. O conservadorismo político, a aposta no modelo capitalista mais liberal e nos princípios reguladores da sociedade de abundância, orientados para a massificação dos hábitos de consumo e para a produtividade (em detrimento da implementação de políticas sociais), bem como a manutenção das tendências imperialistas apresentavam-se como traços que, aos olhos da geração jovem envolvida nestas lutas, prejudicavam os fundamentos democráticos dos vários

2 Ainda hoje é difícil encontrar consenso na comunidade académica quanto ao significado do ano de 1968 e à forma (ou às formas) como este é lembrado: enquanto alguns investigadores destacam os acontecimentos no plano político, referindo a importância da luta antiautoritária dos jovens e as suas consequências positivas, outros relevam os efeitos negativos – tanto ao nível coletivo, como ao nível mais privado ou no contexto familiar – que surgiram com a emergência da *contracultura*. Isso mesmo é corroborado por Martin Klimke e Joachim Scharloth. Na introdução do volume *1968 in Europe: A history of protest and dissent, 1956-1977* (2008), ambos se referem à disparidade com que os eventos históricos associados à revolta juvenil são observados na atualidade:

On the one hand, “1968” is blamed for the disintegration of traditional family structures – an atomization of society or even terrorism; on the other hand, it is used as a foundational date for a greater liberalization and democratization of society and for the enlargement of individual freedoms and as a forerunner for the fall of Communism in 1989. (Klimke & Scharloth, 2008, p. 7)

estados da Europa Ocidental e, como tal, deveriam ser postos em causa.³ No domínio sociocultural, essa juventude também se empenhou em questionar comportamentos e modos de vida cristalizados e estabelecidos. Inspirados pelo movimento *beat* e pelo *rock*, ao som das canções de protesto de Bob Dylan e Joan Baez e da irreverência dos The Beatles e dos The Rolling Stones (apenas para mencionar alguns exemplos), os jovens de 1968 procuraram encontrar alternativas para um *ethos* muito marcado pelo conservadorismo dos costumes, pela atenção ao decoro moral e pelo respeito pelas tradições que, regra geral, lhes fora transmitido pelos seus pais. Da música ao vestuário, das experiências com as drogas à adesão aos movimentos *hippies*, não esquecendo a vontade de vivenciar uma sexualidade despida de preconceitos e restrições – tudo serviu para afirmar a juventude como uma força de protesto e de mudança. Como é salientado no estudo *1968 in Europe: A history of protest and dissent, 1956-1977*:

The rise of alternative lifestyles and countercultures as additional forms of dissent was another truly transnational aspect of the protest movements in the late 1960s and 1970s. [...] Long hair, beards, colorful and exotic clothes, casual behavior, and a hedonistic search for pleasure and ostentatious informality became distinctive marks of a rebelling youth. The youths' belief that they were more sentient than their parent's generation, and the hope of building a new society founded on tenderness met with the search for the "new man" in psychedelic music and drug experiences, in "free" sexuality, and in new forms of living and communication. (Klimke & Scharloth, 2008, p. 6)

É certo que estes jovens *rebeldes*, da geração *sex, drugs & rock'n'roll*, eram oriundos de países com realidades socioculturais distintas e que em cada território nacional foram assumidos alvos de protesto particulares. No entanto, há traços convergentes,

3 Sobre a crítica dos estudantes às estruturas e às matrizes ideológicas das sociedades ocidentais de finais dos anos 60, leia-se a seguinte observação, que traz para primeiro plano o discurso de Tariq Ali, à época uma das principais figuras do movimento estudantil britânico:

Decrying the alienation and the lack of democratic participation in their societies, students from Western Europe largely blamed capitalism for the rise of technocratic and authoritarian structures. As Tariq Ali pointed out, "what unites us, those of us from capitalist societies, is our feeling that capitalism is humane and unjust and that we are all in favor of its overthrow". In this process, the universities could serve as "centers of revolutionary protest" to prevent domestic repression, connect to the working class, and transform the underlying roots of society [...]. (Klimke & Scharloth, 2008, p. 1)

supranacionais, que dão conta, não só uma de uma situação política e socioeconómica análoga nos países democráticos da Europa Ocidental,⁴ como também de uma estratégia de contestação idêntica seguida pela maior parte dos dissidentes. Na base deste espírito contestatário encontrava-se o desejo de denunciar e de debater abertamente as desigualdades sociais transversais a estes territórios e a convicta vontade de lutar contra o que muitos dos ativistas de esquerda de então perspetivavam como “uma ordem política e económica fundamentalmente injusta” (Klimke, 2010, p. 30).

Nos finais dos anos 60, a República Federal da Alemanha, o Reino Unido, a Itália e a França – os países economicamente mais desenvolvidos da Europa Ocidental – tinham à cabeça dos seus destinos políticos governos seguidores de uma linha liberal no plano económico e de uma orientação ideológica maioritariamente conservadora e de centro-direita,⁵ que os estudantes dissidentes criticavam, não só pela falta de políticas sociais de coesão, mas também por serem manipuladores e estéreis na produção de alternativas (cf. Wegs & Ladrech, 1996, p. 230). De facto, na ótica dos jovens alemães, ingleses, italianos e franceses daquela época, tanto os governos, como as universidades que frequentavam, eram vistos como instituições autoritárias e repressivas, longe, portanto, daquilo que consideravam ser exemplos de democracia e de igualdade, e a necessitar de reformas urgentes em prol de uma verdadeira democratização.

É precisamente nesses países, e sob a demanda de mais transparência e participação ativa da sociedade civil (estudantes e classes trabalhadoras), que as manifestações estudantis se fizeram sentir com mais intensidade.⁶ Este discurso questionador

4 Dimitrios Roussopoulos, ativista de 1968, explica por que razão os movimentos de protesto da juventude se tornaram um fenómeno transversal nas sociedades mais prósperas do mundo ocidental:

In 1968, all modern industrial societies, whether capitalist, socialist or social democratic, underwent upheavals under the advance of an onrushing revolutionary technology, with the most complex social and political problems arising from it. This jarred the international political and economic systems, in particular those which had grown up around industrial states. (Roussopoulos, 2018, p. vii)

5 No ano de 1968, o Reino Unido era o único destes países que não era governado por um partido de centro-direita. A atuação do governo trabalhista de Harold Wilson foi, contudo, fortemente criticada por muitos estudantes e ativistas de esquerda, não só devido à centralização do poder nas instituições governamentais sediadas em Londres (algo que impedia a democracia plural e participativa reclamada pelos jovens e por muitos elementos do movimento *New Left*), mas ainda por causa do apoio à campanha militar dos EUA no Vietname (cf. Nehring, 2008, p. 126).

6 Dos quatro territórios aqui apresentados, o Reino Unido foi aquele onde os protestos de 1968 se experienciaram de forma menos intensa. Diferentemente da onda de manifestações que se verificou na República Federal da Alemanha, em França e em Itália, a contestação juvenil fez-se sentir no Reino Unido

e contestatário ganhou expressão não só através de *sit-ins* e manifestações em massa, da ocupação de edifícios universitários ou da construção de barricadas – símbolos icônicos do movimento estudantil e da vontade da geração jovem de intervir diretamente na cena sociopolítica (cf. Klimke & Scharloth, 2008, p. 5) –, mas também através dos motes de 1968. Para além de terem sido entoadas nas mais diversas ações de protesto, essas palavras de ordem também se materializaram nas faixas e cartazes das manifestações, nos *graffiti* pintados nas paredes, ou até em inúmeros panfletos elaborados na época, enquanto formas de expressão de uma retórica de protesto que se queria original e apelativa.

Circulando de pólo universitário em pólo universitário (e de país em país, uma vez que a troca de ideias em rede era contínua e se realizava, por exemplo, através dos encontros frequentes entre as associações estudantis dos vários territórios), as palavras de ordem condensaram o espírito de revolta da juventude, apostada em despertar a atenção da opinião pública, tanto através da ousadia e da originalidade dos protestos, como dos temas escolhidos. Muito para além das críticas de foro doméstico, os estudantes uniram-se em torno de causas comuns. Manifestaram-se em defesa dos princípios democráticos (reclamando a extinção de ditaduras e da discriminação racial), protestaram contra a falta de liberdade de expressão e a manipulação da opinião pública pelos media, bateram-se pelos movimentos de libertação dos países do chamado Terceiro Mundo e condenaram fortemente a ação militar dos EUA no Vietname – ação essa, em parte, apoiada (ou pelo menos não censurada publicamente) pelos governos da República Federal da Alemanha, de França, Itália e do Reino Unido.⁷ Ao elegerem estes assuntos quentes da atualidade da época, que, claramente, transpunham as fronteiras nacionais, os ativistas pretendiam afirmar a

mais no plano cultural. Hans Kundnami refere que 1968 é considerado na Grã-Bretanha não como um ano de revolta política, mas como símbolo de um “*boom criativo*” nas áreas da música e da moda (cf. 2018, p. 207). A parca influência dos movimentos da esquerda radical nas associações estudantis, bem como a ausência de um conflito geracional que, como aconteceu na RFA e em França, resultasse de um fosso ideológico a separar pais e filhos, estudantes e professores, são as principais razões para a inexistência de uma verdadeira onda de contestação política no Reino Unido (cf. id., p. 206).

7 Como refere o historiador Arthur Marwick:

The Vietnam War – the attempt of the Americans to bolster the corrupt regime in South Vietnam against Communist North Vietnam and the Communist Vietcong in South Vietnam – waging a brutal campaign against ordinary villagers, killing hostages, using napalm, defoliants and other poisons, and then carrying the bombing raids to North Vietnam was the biggest single cause of protests and demonstrations [in the USA and Western Europe]. (Marwick, 1998, p. 15)

sua distância e demarcar-se das mundividências geopolíticas dos governantes, então, em exercício. Assim, procuraram apresentar novas propostas sociopolíticas que, entre outras, pusessem fim à divisão bipolarizada do mundo no contexto da Guerra Fria e aos traços autoritários do passado, ainda subsistentes nas sociedades onde viviam.

Na verdade, o apelo ao uso de estratégias de protesto criativas e a necessidade de abordar tópicos polémicos, que dissessem algo aos cidadãos do mundo ocidental, assumem-se também como traves-metras do pensamento de Herbert Marcuse, e da sua visão para um processo coletivo de consciencialização, tendo em vista a transformação sociopolítica da sociedade. Enquanto teórico da Escola de Frankfurt, este filósofo de origem alemã (Marcuse nasceu em Berlim em 1898, mas emigrou para os EUA para escapar à perseguição nazi por causa das suas raízes judaicas na década de 1930 e aí acabou por se naturalizar em 1940) dedicou-se, ao longo dos anos 60, a uma reavaliação ideológica das teorias marxistas e à questionação dos fundamentos capitalistas da sociedade de consumo, que inibiam o indivíduo e o impediam de pensar e agir em liberdade (Wiggershaus, 2008, p. 121s.). Estas ideias de mudança do *statu quo* revelaram-se, na época, particularmente aliciantes entre os estudantes, que o admiravam pela sua capacidade de apresentar caminhos alternativos, pela simplicidade na comunicação e pela vontade de estar próximo dos ativistas – particularmente daqueles empenhados no movimento de luta pelos direitos civis (nos EUA e não só) e nos protestos de oposição política às estruturas de poder vigentes (cf. Claussen, 1991, p. 278s.).

De facto, o, à data, quase septuagenário Marcuse adotou uma posição distinta daquela que era a prática corrente no seio das gerações mais velhas. Para além de se ter distanciado de grande parte dos intelectuais da época, que observavam o movimento estudantil de 1968 com curiosidade e interesse, mas, simultaneamente, olhavam para os jovens com desconfiança e um certo ceticismo, ele foi um dos primeiros vultos da *intelligentsia* ocidental a dar conta do tratamento difamatório em relação aos estudantes por parte de vários órgãos de comunicação social, nos finais dos anos 60. De entre eles, contam-se a Imprensa *Springer* alemã, o grupo editorial italiano *La Stampa* ou mesmo a televisão nacional francesa, vistos pelos contestatários como parte integrante dos meios de comunicação afetos aos poderes instituídos (cf. Werenksjold, 2011, p. 178). Expressões como: *vândalos* e *arruaceiros* (a caracterizar os ativistas), ou ainda *atos de terrorismo* (a descrever as ações de protesto) (veja-se, por exemplo, a capa do jornal *Bild* de 13 de abril de 1968, edição de Berlim) foram alguns dos epítetos que, nos meses quentes da contestação de 1968

(sobretudo entre março e maio), fizeram manchete em vários jornais e noticiários destes órgãos de comunicação.⁸

O filósofo de origem alemã, pelo contrário, repudiava esta descredibilização pública da juventude e insistia em compreender, divulgar e incentivar as suas ações de protesto. Para tal, e mesmo sem normalmente marcar presença nas manifestações de rua dos estudantes (cf. Joffrin, 2008, p. 81), deu palestras e participou em assembleias estudantis em várias universidades europeias, sobretudo, nos anos de 1967 e 1968. Esta troca de ideias contínua com os jovens levou mesmo Marcuse a atribuir aos estudantes ativistas dos anos 60 a tarefa de impulsionar o movimento revolucionário. As razões para considerar os jovens estudantes – e não os membros da classe operária – como “verdadeiros agentes da revolução” (Marwick, 1998, p. 14) foram apresentadas pelo próprio na entrevista “Ist die Idee der Revolution eine Mystifikation? Herbert Marcuse antwortet auf vier Fragen” [A ideia da revolução é uma mistificação? Herbert Marcuse responde a quatro perguntas], publicada na revista cultural alemã *Kursbuch* no ano de 1967:

Diese Jungen und Mädchen teilen nicht mehr die repressiven Bedürfnisse nach den Wohltaten und nach der Sicherheit der Herrschaft – in ihnen erscheint vielleicht ein neues Bewußtsein, ein neuer Typus mit einem anderen Instinkt für die Wirklichkeit, fürs Leben und fürs Glück; sie haben die Sensibilität für eine Freiheit, die mit den in der vergreisten Gesellschaft praktizierten Freiheiten nichts zu tun hat und nichts zu tun haben will. (Marcuse, 1967 b, p. 6)

[Estes rapazes e raparigas já não pactuam com as necessidades repressivas de acordo com os benefícios e a segurança garantidas pelo poder – há neles, porventura, uma nova consciência, um novo tipo com um outro instinto para a realidade, para a vida e para a felicidade; eles têm a sensibilidade para uma liberdade que nada tem a ver – e nada quer ter a ver – com as liberdades que se praticam na sociedade envelhecida. (tradução minha)]

8 A consulta das capas de jornais como o *Bild-Zeitung* alemão (disponível no site www.medienarchiv68.de) ou o *Corriere della sera* italiano durante este período permite observar a posição não-neutral assumida por estes órgãos de comunicação no modo como reportaram aos seus leitores os acontecimentos da revolta. Por um lado, verifica-se uma frequente condenação dos protestos dos jovens (mais do que informação, há comentários depreciativos); por outro, quase nenhum exemplar traz para as primeiras páginas a voz dos estudantes, de forma a transmitir à opinião pública quais as razões que os levaram à contestação nas universidades e na praça pública.

Este voto de confiança público na juventude fez com que muitos ativistas europeus olhassem para o filósofo como o *pai espiritual* da revolta estudantil de finais dos anos 60 (cf. Jansen, 2004, p. 10; Kraushaar, 2004, p. 24; Joffrin, 2008, p. 95), como alguém capaz de gizar o movimento estudantil, mas também de refletir criticamente sobre ele, avaliando os seus efeitos positivos e negativos, a curto e a longo prazo. Enquanto “mentor de movimentos de oposição” (Kraushaar, 2004, p. 15), Marcuse era um intelectual considerado, tanto nos EUA como na Europa Ocidental, pelo que não tardou a que os intelectuais e jovens europeus também aderissem às ideias de rutura com o *statu quo* que estão no cerne do seu pensamento sobre a revolta estudantil. Estas ideias encontram-se consubstanciadas em várias palavras de ordem, que apareciam, com frequência, nos diversos movimentos estudantis na RFA, em França, em Itália e no Reino Unido. Assim, de seguida será apresentada uma seleção dessas palavras de ordem, estruturada com base em quatro linhas orientadoras que definem o pensamento de Marcuse. São elas: o incentivo à luta contra o autoritarismo; a apologia da violência, encarada como um *dever moral*; a exaltação da emoção e dos instintos; e, por último, o apelo à criatividade e à imaginação.

Linhas orientadoras do pensamento de Marcuse nas palavras de ordem de 1968

a) Incentivo à luta contra o autoritarismo

Em 1964, na obra *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*, Marcuse traçou o diagnóstico do estado da sociedade ocidental dos anos 60 e referiu que o mundo contemporâneo se encontrava dominado por uma “linguagem ritual e autoritária” e pela tendência dos vários países – fossem eles democracias, ditaduras, tivessem uma orientação económica capitalista ou não – em “manipular e controlar” os cidadãos (Marcuse, 1964, p. 102s.).⁹ Para os estudantes de 68, esta realidade de controlo, de manipulação e de opressão social era um dado adquirido no seu quotidiano (cf. Kraushaar, 2004, p. 19) que, para além estar presente na cena

9 No texto original, lê-se:

The ritual-authoritarian language spreads over the contemporary world, through democratic and non-democratic, capitalist and non-capitalist countries. As the substance of the various regimes no longer appears in alternative modes of life, it comes to rest in alternative techniques of manipulation and control. (Marcuse, 1964, p. 102s.)

política, também se fazia sentir nas instituições acadêmicas, aquelas onde proliferavam há anos diversos sinais de autoritarismo e repressão. Estes sinais manifestavam-se principalmente com a manutenção de modelos pedagógicos retrógrados, pouco (ou nada) abertos aos temas dos novos tempos, bem como através do perpetuar da autoridade superior e incontestada dos professores.

Nos finais dessa década, vários estudantes ativistas insurgiram-se contra este clima de opressão e encetaram um grande movimento antiautoritário. Partindo das universidades para as estruturas dos vários estados ocidentais, ele teve como propósito o fim das interdições impostas pelas instituições (sobretudo ao nível da organização do sistema político, reclamando, por exemplo, a liberdade de voto a partir dos 18 anos – e não a partir dos 21) e a transformação da sociedade à luz dos princípios de igualdade e emancipação, alardeados pela Escola de Frankfurt e pelos grupos de esquerda. Na República Federal da Alemanha e em França, em particular, esta iniciativa antiautoritária deu expressão à vontade da juventude em regenerar as organizações dentro e fora dos muros académicos, democratizando-as, e substancializou-se, com particular incidência, nas palavras de ordem “Unter den Talaren der Muff von 1000 Jahren” [Sob as togas, o bolor de mil anos] e “Il est interdit d’interdire” [É proibido proibir].

A primeira composição de palavras de ordem teve origem na Universidade de Hamburgo e apresenta uma alusão óbvia (“mofo milenar”) à repressão e tirania de um passado nacional-socialista, ainda muito presente nas academias alemãs de finais dos anos 60.¹⁰ Recorrendo à simbologia do Terceiro Reich, marcado pela ditadura, pelo totalitarismo e pela censura na expressão livre dos pensamentos, os estudantes alemães condensaram nesta frase a sua determinação em extinguir os traços de autoritarismo por parte dos professores, que detinham, na época, um poder quase absoluto nas salas de aula e na administração das próprias universidades. Devido às referências à manipulação e à falta de liberdade sentidas pelos jovens no meio académico, este mote tornou-se num emblema da luta antiautoritária dos estudantes na Alemanha Ocidental (cf. Kraushaar, 2000, p. 196) e serviu como chamada de atenção para o défice democrático que, aos olhos da geração mais nova, imperava na sociedade alemã duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial.

10 Como refere Wolfgang Kraushaar, este mote foi apresentado pela primeira vez na Universidade de Hamburgo a 9 de Novembro de 1967 (precisamente 29 anos após a *Kristallnacht* [noite de cristal do Reich]), com o intuito não só de lembrar o clima de opressão vivido no regime nacional-socialista, como também de chamar a atenção para os traços de autoritarismo que, no meio académico e na sociedade em geral, ainda se verificavam na Alemanha Ocidental (cf. 2000, p. 196).

Por sua vez, o mote francês, “Il est interdit d’interdire”, marcou a contestação dos estudantes de Nanterre e da Sorbonne. Amplamente reproduzido nas paredes dos edifícios parisienses durante os confrontos que opuseram os estudantes às forças policiais durante os eventos do Maio de 68, transformou-se num ícone da revolta estudantil francesa. Através de uma clara reivindicação à abolição de um *establishment* opressivo, que insistia em proibir, os jovens contestatários franceses procuraram sublinhar a necessidade de se recuperarem “modos de vida alternativos” (Marcuse, 1964, p. 103) na convivência entre cidadãos e governantes, com espaço para a diferença e para o pensamento crítico.

Comum a estes dois motes é a mensagem – em linha com Marcuse – da necessidade de denunciar e combater a censura, o controlo e a manipulação veiculada pelos poderes instalados, fazendo oposição a tradições enraizadas de autoritarismo que impedem a formação de uma sociedade verdadeiramente livre, justa e democrática.

b) Apologia da violência, encarada como um “dever moral”

Na procura de uma remodelação sociocultural, os jovens de 68 recorreram amiúde à violência para acentuar os seus protestos. É certo que através dos *sit-ins*, das campanhas de sensibilização e dos *happenings* vanguardistas – organizados com uma evidente dimensão política – se proclamava uma mensagem de resistência pacífica, sem o recurso a medidas mais extremistas. Ainda assim, para muitos dos ativistas mais radicalizados, o recurso a meios violentos era visto como parte do processo de desconstrução das estruturas vigentes, um elemento-chave numa realidade em que a transgressão das normas instituídas se figurava como inevitável. Este mesmo entendimento é partilhado por Herbert Marcuse na sua obra *Kultur und Gesellschaft* [Cultura e sociedade], editada pela primeira vez em 1965. Evocando Robespierre e as noções do revolucionário francês do século XVIII sobre a relação entre tirania e liberdade, Marcuse realça a importância do papel da violência em momentos históricos na sociedade contemporânea e encara o seu uso como *conditio sine qua non* para a regeneração dos paradigmas estabelecidos:

politische Theorie und Praxis [anerkennen] geschichtliche Situationen, in denen Gewalt das notwendige und wesentliche Element des Fortschritts wird. Dieser Begriff wirkt mit in der politischen Theorie und Praxis der totalitären Demokratie. [...] im Kampf um Freiheit, im Interesse des Ganzen gegen partikuläre Interessen der Unterdrückung kann Terror zur Notwendigkeit und Verpflichtung werden.

Hier erscheint Gewalt, revolutionäre Gewalt, nicht nur als politisches Mittel, sondern als moralische Pflicht (Marcuse, 1967 a, p. 134).

[a teoria e a prática política [reconhecem] situações históricas em que a violência se torna o elemento necessário e essencial do progresso. Este conceito opera na teoria e na prática política da democracia totalitária. [...] na luta pela liberdade, no interesse do coletivo em detrimento de interesses particulares da opressão, o terror pode tornar-se uma necessidade e um dever. A violência, a violência revolucionária, apresenta-se aqui não só como meio político, mas também como dever moral. (tradução minha)]

Estas palavras de Marcuse foram interpretadas por muitos jovens ativistas como uma forma de legitimação das ações mais radicais que se verificaram um pouco por toda a Europa Ocidental, na segunda metade dos anos 60, e refletem-se também em dois motes de 1968: em “Contro la repressione, l’insurrezione” [Contra a repressão, a insurreição], do movimento estudantil italiano, e em “Macht kapput, was euch kaputt macht” [Destruam o *que* vos destrói], da revolta juvenil na RFA.

No caso do mote italiano, a invocação à insurreição mais radical surgiu num momento de particular tensão entre jovens ativistas e forças de autoridade, no contexto da revolta estudantil que teve lugar em Milão, sobretudo, nos primeiros meses de 1968. Este período ficou marcado por várias ocupações de faculdades, pelos pedidos constantes dos estudantes para a destituição do reitor da Università Statale (que se recusava a reunir com os porta-vozes das associações estudantis e a ouvir as suas reivindicações) e pelas ações da polícia, chamada a intervir pelas autoridades académicas e a repor a ordem através da força.¹¹ No mote “Contro la repressione, l’insurrezione”, os contestatários identificaram o *establishment* como sendo uma entidade repressiva, que lhes negava o direito a manifestarem-se livremente contra as políticas académicas e governativas e que recorria à violência policial para conter os seus protestos. Foi, aliás, como resposta direta a essa violência, que estas palavras de ordem ganharam notoriedade e surgiram em cartazes e *graffiti* nas paredes das faculdades milanesas.

“Macht kapput, was euch kaputt macht”, usado como crítica aos que apoiavam uma linha dura das forças de autoridade com vista a refrear as ações de protesto dos estudantes alemães, transmite-nos uma mensagem idêntica à do de origem italiana.

11 Na página <http://www.giornalismoestoria.it/1968-milano/> encontra-se uma cronologia dos protestos estudantis em Milão, que dá conta destes e de outros acontecimentos da revolta dos jovens na cidade.

E isto porque, também na Alemanha Ocidental, a contestação assumiu, por vezes, contornos mais violentos, com a polícia e os jovens a envolverem-se em confrontos nas ruas (cf. Uessler, 1998, p. 289s.). Fazendo eco das palavras de Marcuse, tanto o mote originário da Itália como o referente à Alemanha sublinham a necessidade de um radicalismo sem contemplações no processo de transformação da sociedade, reiterando, assim, a ideia de que o uso da violência é legítimo, sobretudo, quando se visa atingir um *establishment*, que, ele próprio, assenta em bases autoritárias e repressivas.

c) Exaltação da emoção e dos instintos

A luta antiautoritária não se focou, porém, apenas na determinação dos jovens em, de forma mais ou menos radical, regenerarem o sistema político, mas também se caracterizou pelo seu empenho em edificar uma sociedade não-repressiva no plano sociocultural. Para a juventude de finais dos anos 60, o fim do *statu quo* implicava uma alteração de mentalidades, uma libertação do estilo de vida e dos códigos morais burgueses em que cresceram e foram educados. A revolução sexual e de costumes é reveladora da sua vontade de romper com o *modus vivendi* conservador e apegado às tradições das gerações mais velhas e de afirmar a diferença através de comportamentos sociais alternativos. Quer na música, quer no vestuário, tanto na adesão ao *amor livre* e aos movimentos *hippie*, como nas experiências com drogas, os jovens procuraram encontrar formas de expressão disruptivas, apostadas em desafiar as convenções e, simultaneamente, em oferecer um novo quadro de valores sustentado na importância dos laços afetivos e na valorização da emoção e dos instintos.

Uma proposta idêntica fora já apresentada nos anos 50 por Marcuse em *Eros and civilization*, publicado pela primeira vez em 1955. Neste texto, que se revelou um sucesso entre o público universitário nos anos 60,¹² o filósofo da Escola de Frankfurt destaca que a emoção e a libido são os alicerces para a edificação de uma cultura não-repressiva, contrastante com os pressupostos da cultura de aparências e da sociedade de abundância (sobretudo no que diz respeito à sobrevalorização do capital e do estatuto social). E isto porque, na sua ótica, tanto estes pressupostos, como a exaltação da razão (em detrimento dos instintos), condicionam as relações entre os indivíduos,

12 *Eros and civilization* conheceu, no ano de 1966, uma nova edição, com grande tiragem nos EUA e na Europa Ocidental. Neste artigo, as citações e referências são retiradas da versão de 1987 da editora britânica ARK.

impedindo-os de agir e conviver livremente, sem tabus ou restrições de ordem moral ou sociocultural. Nas suas palavras:

This vision of a non-repressive culture [...] aims at a new relation between instincts and reason. The civilized morality is reversed by harmonizing instinctual freedom and order: liberated from the tyranny of repressive reason, the instincts tend toward free and lasting existential relations – they generate a new reality principle (Marcuse, 1987, p. 197).

Esta apologia dos instintos teve impacto considerável em muitos dos jovens de 68. A vivência do *carpe diem* hedonista focado na experiência do aqui e do agora, as experiências do *amor livre* e do sexo sem compromissos, bem como o abraçar da filosofia *hippie* são alguns dos traços da *contracultura* juvenil dos anos 60 que assinalam, do ponto de vista da juventude, a importância das emoções e dos sentimentos para uma convivência social harmoniosa. Mas esta afeição de harmonia e amor da geração de 68 também se mesclou com temas políticos. O ditame *Make love, not war* – que trouxe para primeiro plano a indignação contra a Guerra do Vietname, o imperialismo dos EUA e das superpotências ocidentais e ainda a violência exercida sobre os mais fracos, ao mesmo tempo que sublinha o desejo da juventude de coexistência pacífica (cf. Tanner, 2010, p. 72) – ou mesmo *peace & love* – lema do movimento *hippie* e da corrente *flower power* dos anos 60 – são palavras de ordem desta época que veiculam uma mensagem clara e urgente de pacifismo, aliada à exaltação dos laços afetivos entre os indivíduos. Deste modo, estes dois motes são também expressão da visão de Marcuse para uma cultura não-repressiva, que privilegie o amor, a fraternidade e a convivência pacífica face à tirania da razão (cf. Marcuse, 1987, p. 197).

d) Apelo à criatividade e à imaginação

Nas várias obras e entrevistas vindas a lume na segunda metade da década de 1960, é evidente a preocupação de Marcuse não só em descrever aos seus leitores as ações e os comportamentos da juventude dos *roaring sixties*, mas também em procurar explicar as razões para que os jovens do mundo ocidental tenham alvos de protesto comuns e, mesmo em países diferentes, encontrem idênticas formas de expressão de dissidência; das barricadas ao *amor livre*, dos *happenings* ao *rock'n'roll*. Nesses textos, ele parece também dirigir-se permanentemente aos jovens, louvando as suas iniciativas, a sua irreverência e a ousadia com que organizam e concretizam as ações

de protesto.¹³ Em *An essay on liberation*, um ensaio publicado após os eventos do Maio de 68 em França, em que o filósofo avança propostas para a desconstrução das estruturas repressivas da sociedade a partir do exemplo dos movimentos de protesto da juventude, não são poupados elogios aos jovens ativistas e ele encoraja-os a continuar a sua luta na procura de caminhos de libertação das políticas autoritárias e das convenções socioculturais conservadoras que oprimem os cidadãos na sua vida quotidiana (cf. 1969, p. viii-x). Para alcançar esse objetivo, define também como essencial a imaginação (cf. id., p. 37s.), imprescindível para a concretização do projeto de mudança radical da sociedade:

If now, in the rebellion of the young intelligentsia, the right and the truth of the imagination become the demands of political action, if surrealistic forms of protest and refusal spread throughout the movement, this apparently insignificant development may indicate a fundamental change in the situation. (Marcuse, 1969, p. 30)

Para além de destacar a importância da imaginação para o sucesso da revolta estudantil, Marcuse apela à capacidade criativa dos jovens, para que não deixem de ser originais nas suas formas de protesto e se perfilhem como alternativa ao *establishment* (cf. id., pp. 58-60). De certo modo, esta tónica no poder imaginativo e na criatividade apresenta-se também como uma das pedras de toque da contestação de 1968 na Europa Ocidental e encontra expressão em três exemplos de palavras de ordem: “Soyez réalistes, demandez l'impossible” [Sejam realistas, exijam o impossível], “Sous les pavés, la plage” [Sob as pedras da calçada, a praia] e “Imagination au pouvoir” [Imaginação ao poder].

Esses três motes são oriundos do Maio de 68, o período de protestos que o próprio Marcuse descreveu como a primeira e mais poderosa revolta a afrontar, por completo, os valores políticos e socioculturais da sociedade ocidental de finais dos anos 60 (cf. 1969, p. 22). Cada um, a seu modo, evidencia o apelo dos estudantes franceses à audácia, reclamando dos colegas (jovens e não-jovens) contributos inovadores para a materialização do ideal utópico de mudança do *statu quo*. Para além

13 *Repressive tolerance* (1965), a entrevista *Ist die Idee der Revolution eine Mystifikation? Herbert Marcuse antwortet auf vier Fragen* [A ideia da revolução é uma mistificação? Herbert Marcuse responde a quatro perguntas] (1967) e o ensaio *An essay on liberation* (1969) são os textos em que o elogio à ação política e sociocultural dos jovens ocidentais mais se evidencia.

disso, dão expressão à tentativa dos estudantes de trazer para o palco da contestação as tais “formas de protesto surrealistas” referidas por Marcuse (id., p. 30), que, pela sua natureza vanguardista e revolucionária, podem não só continuar a alimentar o sonho da revolta (regenerando-o permanentemente), mas também inaugurar um quadro de valores liberto de preocupações de ordem moral.

No fundo, a ênfase na imaginação, na capacidade de ser inovador e de procurar alternativas ao senso comum, assinalado nestes três ditames de 1968, pretende dar resposta àquele que, no ensaio *Repressive Tolerance*, vindo a lume pela primeira vez em 1965, Marcuse identificara como o principal problema da contemporaneidade: a falta de liberdade individual e coletiva, existente mesmo nos países onde vigoravam regimes democráticos (cf. 1970, p. 87).

Considerações finais

Em suma, o ano de 1968 apresenta-se como um marco na história do século XX. Por um lado, assinala a irrupção dos jovens no palco da contestação sociopolítica ao nível internacional. Por outro, é um símbolo da tentativa de desconstrução dos pilares ideológicos das estruturas políticas e do *ethos* tradicionalmente burguês e conservador presente nas vidas de muitos cidadãos dos países mais desenvolvidos da Europa Ocidental nos finais dos anos 60.

Neste quadro de contestação ao *establishment*, a figura e o pensamento de Herbert Marcuse são incontornáveis. Como procurei demonstrar, nenhum outro intelectual dessa década exerceu tamanha influência sobre os jovens, apoiando-os na sua campanha antiautoritária. Talvez por isso, não seja surpreendente verificar que muitas das suas propostas tenham assumido grande relevo no ideário dos movimentos estudantis da Alemanha Ocidental, de Itália, França e mesmo do Reino Unido. A crítica às estruturas autoritárias da sociedade, a legitimidade do recurso a estratégias mais radicais para erradicar a opressão, a sugestão de implementação de uma cultura não-repressiva baseada na afetividade e na coexistência pacífica, e a importância da imaginação para a concretização do sonho da revolta são algumas dessas ideias presentes nas várias palavras de ordem de 1968 analisadas. Não obstante as diferenças nos alvos de protesto, nas motivações individuais para participar na revolta e nas formas de contestação verificadas de país para país, destaca-se uma linha comum de oposição às interdições políticas e socioculturais das sociedades ocidentais de então, que revela a sintonia entre as mundividências do filósofo e as ações dos jovens contestatários.

Neste contexto de reflexão sobre o contributo ideológico do pensador de origem alemã para os motes de 1968, é igualmente importante sublinhar a ideia de que todos os exemplos apresentados dão conta da diversidade e do ecletismo que caracterizaram a revolta estudantil de finais dos anos 60 na Europa Ocidental. Focadas tanto em causas políticas fraturantes, como na necessidade de uma revolução de costumes, que privilegiasse a formação de modos de vida alternativos, cada uma das palavras de ordem observadas enquadra-se numa retórica de resistência aos poderes instalados e assume-se como, parafraseando Baudrillard, “transmissora” (cf. 2001, p. 9) da ideia de desafio ao *statu quo*, que definiu, simultaneamente, o pensamento de Marcuse e o espírito de dissidência do movimento estudantil de 1968.

As propostas de disrupção deste filósofo não são, contudo, marcas de um só tempo ou mesmo um legado exclusivo da geração dos *roaring sixties*. O apelo à insurreição, ao pensar *fora da caixa*, bem como a necessidade de questionar valores e hábitos instalados são traços do ideário sociotransformativo de Marcuse que se apresentam como elementos essenciais para compreender os protestos protagonizados por muitos jovens também na atualidade. O exemplo mais vívido é, talvez, o do movimento *Fridays for Future*, no qual jovens de diferentes países faltam às aulas, no mesmo dia, uma sexta-feira, como forma de protesto contra a falta de políticas que façam face às mudanças climáticas. Pela defesa do planeta, são sobretudo os mais novos que se insurgem contra os comportamentos das gerações mais velhas e reclamam o direito a ser ouvidos, a agir e a contribuir para a mudança, muito para além do foro ecológico. Tal como em 1968, não importa a língua ou o país de origem dos manifestantes; o que sobressai é uma atitude conjunta de rejeição das presentes linhas políticas e socioculturais que dá conta da premissa atemporal de Marcuse quanto à capacidade criativa da juventude na construção de uma sociedade assente em princípios alternativos aos já existentes e em vigor.

Referências bibliográficas

- Baudrillard, J. (2001). *Palavras de ordem*. Trad. Serafim Ferreira. Porto: Campo das Letras.
- Claussen, D. (1991). Herbert Marcuse (1898-1979). In W. Euchner (Eds.), *Klassiker des Sozialismus. Zweiter Band: Von Jaurès bis Marcuse* (pp. 268-280). München: Verlag C.H. Beck.
- Gassert, P. & Klimke, M. (2018). Introduction: 1968 from revolt to research. In P. Gassert & M. Klimke (Eds.), *1968: On the edge of world revolution* (pp. 5-24). Chicago: The University of Chicago Press/Black Rose Books.

- Jansen, P.E. (2004). Vorwort. In P.E. Jansen (Ed.), *Herbert Marcuse: Nachgelassene Schriften – Die Studentenbewegung und ihre Folgen*. Band 4 (pp. 7-14). Springe: Zu Klampen Verlag.
- Joffrin, L. (2008). *Mai 68. Une histoire du mouvement*. Édition avec une nouvelle préface de l'auteur. Paris: Éditions du Seuil.
- Klimke, M. (2010). Revisiting the revolution: 1968 in transnational cultural memory. In I. Cornils & S. Waters (Eds.), *Memories of 1968: International perspectives* (pp. 25-47). Bern: Peter Lang.
- Klimke, M. & Scharloth, J. (2008). 1968 in Europe: An introduction. In M. Klimke & J. Scharloth (Eds.), *1968 in Europe: A history of protest and activism, 1956-1977* (pp. 1-9). New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Kraushaar, W. (2000). *1968 als Mythos, Chiffre und Zäsur*. Hamburg: Hamburger Edition.
- _____ (2004). Einleitung: „Die Revolte der Lebenstriebe“ Marcuse als Mentor gegenkultureller Bewegungen. In P.E. Jansen (Ed.), *Herbert Marcuse: Nachgelassene Schriften – Die Studentenbewegung und ihre Folgen*. Band 4 (pp. 15-25). Springe: Zu Klampen Verlag.
- Kundnami, H. (2018). Great Britain: “No place for a street fighting man”. In P. Gassert & M. Klimke (Eds.), *1968: On the edge of world revolution* (pp. 205-208). Chicago: The University of Chicago Press/Black Rose Books.
- Marcuse, H. (1964). *One-dimensional man: Studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon Press.
- _____ (1967a). *Kultur und Gesellschaft*. Band 2. 4. Auflage. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- _____ (1967b). Ist die Idee der Revolution eine Mystifikation? Herbert Marcuse antwortet auf vier Fragen. In H. M. Enzensberger (Ed.), *Kursbuch 9: Vermutungen über die Revolution, Kontroversen über den Protest*. 4. Auflage (pp. 1-6). Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag.
- _____ (1969). *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press.
- _____ (1970). Repressive tolerance. In R. P. Wolff, B. Moore & H. Marcuse. *A critique of pure tolerance*. 4th ed. (pp. 81-117). Boston: Beacon Press.
- _____ (1987). *Eros and civilization: A philosophical inquiry into Freud*. London: ARK Edition.
- Marwick, A. (1998). *The Sixties: cultural revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Nehring, H. (2008). Great Britain: Chapter 10. In M. Klimke & J. Scharloth (Eds.), *1968 in Europe: A history of protest and activism, 1956-1977* (pp. 125-136). New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Roth, R. (1985). *Rebellische Subjektivität: Herbert Marcuse und die neuen Protestbewegungen*. Frankfurt am Main: Campus Verlag.

- Roussopoulos, D. (2018). Foreword. In P. Gassert & M. Klimke (Eds.), *1968: On the edge of world revolution* (pp. vii-xi). Chicago: The University of Chicago Press/Black Rose Books.
- Tanner, J. (2008). Motions and Emotions: Chapter 6. In M. Klimke & J. Scharloth (Eds.), *1968 in Europe: A history of protest and activism, 1956-1977* (pp. 71-81). New York/Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Uessler, R. (1998). *Die 68er: „Macht kaputt, was euch kaputt macht!“*. APO, Marx und freie Liebe. München: Heyne Verlag.
- Wegs, J. R. & Ladrech, R. (1996). *Europe since 1945. A concise history*. 4th ed. Boston/New York: Bedford/St. Martin's.
- Werenksjold, R. (2011). The revolution will be televised: The global 1968 protests in Norwegian television news: Chapter 11. In M. Klimke, J. Pekelder & J. Scharloth (Eds.), *Between Prague Spring and French May: Opposition and revolt in Europe, 1960-1980* (pp. 177-198). New York: Berghahn Books.
- Wiggershaus, R. (2008). *Die Frankfurter Schule. Geschichte, theoretische Entwicklung, politische Bedeutung*. 7. Auflage. München: Deutscher Taschenbuch Verlag.

AS TABERNAS NO ESTADO NOVO COMO ESPAÇO TRANSFORMADOR DE INDIZÍVEL EM DIZÍVEL

ANTÓNIO PERNAS*

Introdução

Este artigo parte da hipótese de as tabernas frequentadas pela população masculina portuguesa na época do Estado Novo terem servido como espaços transformadores de diversas narrações no quotidiano das populações, nomeadamente, de carácter social e político. Andrade (1991) cita o espaço da taberna como um lugar mediático, repleto de redes, ligações, de negociações sociais e sociológicas, de hábitos quotidianos abrangidos por simbologias.

Interroga-se a possibilidade desses locais serem ou não propícios a alterar a notícia que se dissemina de boca em boca, geralmente segredada, quando se pronuncia o nome de Salazar, pois o receio das represálias sobre quem falasse contra o regime era imenso (Pimentel, 2007). Esse medo é bem visível em *Os cães de Salazar*, livro da autoria de Moita Flores (2020), que ficciona sobre o único atentado que existiu contra a vida do ditador. Pretende-se compreender, se foi ou não possível, que tais áreas de lazer e de convívio regenerassem o indizível em dizível, consultando-se para esse entendimento alguns autores neorrealistas e concernentes representações literárias (Lourenço, 1994).

Considera-se indizível o trinómio constituído pelo medo que os cidadãos teriam da polícia política do regime salazarista, o não poder discutir abertamente e sem receio as questões de trabalho e o desafio às regras sociais (Rosas, 2015). Procura-se, simultaneamente, aprofundar a visibilidade e importância do espaço da taberna e todo um conjunto de práticas taticistas (Certeau, 2019) que se desenvolveram à volta da mesma, num contexto de ócio e lazer na sociedade portuguesa do século passado aos nossos dias (Cabeza & Amigo, 2014).

* Centro de Línguas, Literaturas e Culturas, Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Nas poucas tabernas que ainda resistem em Portugal são os mais idosos que as frequentam, prioritariamente. Conhecer este lugar *sagrado* é também comungar da avivada masculinidade dos nossos sujeitos. Coexistem num lugar que lhes é particularmente familiar nas relações que mantêm no dia a dia. Foi lá que construíram relações de afetividade e identidade que permanecem para o resto da vida.

Lugares de confraternização

Nas tabernas bebe-se vinho, joga-se e canta-se. Tudo em ritmo lento. Não existe a pressa, a velocidade de viver. Ficar algumas horas na taberna poderá indicar que se está a desfrutar de um momento de ócio. Gil e Baptista avaliam esta circunstância, descrevendo-a como “muito mais do que um tempo de descanso, [pois] o tempo de ócio é, na realidade, um espaço de infinitas possibilidades, é uma verdadeira experiência de desenvolvimento e de participação, que pode ser vivida calcorreando múltiplos caminhos” (2015, p. 279).

Será na taberna que muitos dos sujeitos que a frequentaram e ainda hoje lá convivem, diariamente, produzem discursos e práticas num ambiente de confraternização, rememorando o passado e atualizando o presente. O estabelecimento em causa “constitui para os frequentadores assíduos e cuja passagem se converte em estacionamento o seu principal local de encontro e de interconhecimento” (Magalhães, 2001, p. 111). Ouvir e comungar de algumas das narrações destes indivíduos permite uma aprendizagem de tradições orais (Pedroso, 2006), enquanto representação cultural de Portugal e suas regiões.

Ainda segundo Gil e Baptista e a propósito do tempo que se goza numa taberna, as autoras identificam o “ócio [como] um direito humano básico, uma vez que é expressão da identidade do indivíduo, onde a subjetividade e a emotividade de cada um assumem exponencial relevo” (2015, p. 279). Noutra possibilidade, Cabeza e Amigo (2014) entendem que de um ponto de vista humanista, a correlação entre ociosidade e cultura situa-se no domínio da criatividade. Afirmam que a cultura, analisada a partir da decisão pessoal do sujeito que a experimenta, permite ser considerada como uma formulação de ócio. Fazem, no entanto, uma distinção, frisando que nem a cultura como facto humano é toda ócio, nem o ócio é toda cultura, pois, este dá valor e sentido à vida e, por isso, é importante. Acaba por ser um valor dominante, não só por ser a ocasião em que se descansa do trabalho, mas também pela simples realização pessoal. O tempo passado na taberna insere-se nesse pressuposto, estando acoplado a diversas experiências. Dessa forma, compreendem Cabeza e Amigo que o

ócio criativo é como uma manifestação específica, caracterizada pela experiência de vivências criadoras no seu sentido mais global, como invenção e recriação (pp. 11-15).

Por vezes, o convívio dos sujeitos frequentadores da taberna assemelha-se à criação de uma encenação de tipo teatral. Existem atores e espetadores desempenhando os seus papéis, enquanto bebericam copos de vinho e se inspiram em cantos espontâneos. O alvo pode até ser o companheiro do lado, que acabou de pagar uma rodada.¹ A manifestação desta cultura popular expressa diversos saberes e permite-nos conhecer a realidade social (Crespi, 1997) e os mitos (Eliade, 1972) destes indivíduos, através dos períodos de ócio passados na taberna. Na observação de Dulce Magalhães, “a funcionalidade social da taberna é tanto mais patente quanto mais enraizado estiver o hábito de permanência prolongado” (2001, p. 116).

A troca de diálogos incide muitas vezes sobre aspetos da vida pessoal, num cruzamento de intimidades e experimentações de vida. Os dias são contados e recontados, pormenorizados. Enveredam até por superstições, como por exemplo que “duas batatas pequenas, trazidas no bolso, são boas para o reumatismo” (Vasconcelos, 2007, p. 206) ou que “a pessoa que beber o resto que outra pessoa deixou no copo fica-lhe sabendo os segredos” (Vasconcelos, 2007, p. 14). O tema da saúde é falado com a preocupação da idade, e os pequenos segredos da vida acautelados até à hora da morte.

A taberna funciona como um espaço de confraternização. O taberneiro é muitas vezes o gestor de diferentes emoções, principalmente, quando induzidas pelo vinho ingerido em excesso. Também o canto à desgarrada, desafiante, caraterístico da taberna e sempre pautado pelo excesso dos cantadores na linguagem utilizada, parece promover e desenvolver o que Monteagudo (*et al.*) considera ser “a satisfação que gera o sentimento de autodeterminação [e que se] acrescenta ao causado pelo sentimento de competição que emana da maioria dos comportamentos de ócio” (2014, p. 137).

Sucedem-se as gargalhadas, quando alguém se lembra de contar uma anedota *picante*,² quase sempre em torno do desenvolvimento de uma temática sexual. Mas muitas outras manifestações culturais (onde se integra a gastronomia) se desenrolam no tempo de lazer e ócio da taberna. Saboreiam-se, por exemplo, diversos petiscos, típicos da região: petinga frita, raia frita, ossinhos de coentrada, torresmos, etc.

1 Ação muito utilizada sempre que se pretende pagar bebida a várias pessoas.

2 Dimensão burlesca da cultura popular portuguesa, presente já desde a cultura barroca dos séculos XVII e XVIII.

A taberna correlaciona-se com um ócio, o qual Cabeza e Amigo (2014) dizem gerar sobre si mesmo uma cultura que cria redes e vínculos nas pessoas que o vivenciam. Poderá a taberna ser uma alternativa a outras ofertas de ócio de diverso caráter e profundidade variada (p. 12)?

Taticismos de taberna

A obra *Salazar: a retórica da invisibilidade* de José Gil (1995) expõe o período de convivência salazarista, baseando-se no clima de medo que, nessa época, reinava em Portugal. Justifica-o com a materialização de um poder oculto que a todos vigiava, tornando a realidade dos dias duplicada numa transcendência invisível (pp. 49-50).

Nos tempos em que a “sociedade [portuguesa estava] marcada pelo peso hegemónico de elites sociais e políticas ultraconservadoras” (Rosas, 2015, p. 166), a verdade, a notícia fácil e manipulada, a informação tendenciosa e outras histórias e falácias da palavra enunciada, caminhavam de mãos dadas pelos corredores do poder salazarista (Dacosta, 2016). Dessa época, Matos (2010) fala de uma sociedade que não reclama por ter medo da perda, que se arregimenta, cedendo o seu espaço de liberdade, inclusive, no domínio privado (p. 196).

A propaganda do Estado Novo era habilmente comandada por António Ferro. Orlando Raimundo (2015), na obra *António Ferro, o inventor do salazarismo*, coloca-o no comando do aparelho de propaganda. Dele, diz ser o leme, a proa e o mastro da nau salazarista. Teria como missão ideológica alegrar os pobres e proteger os ricos (p. 11). Vivia-se um período em que os pobres facilmente se alegravam nas romarias, as quais, Santos (2017) diz serem também locais de lazer, a par das tabernas. Subsequentemente, o autor faz a ligação deste tipo de estabelecimentos a hábitos operários. Afirma que se cometiam excessos com a ingestão de bebidas alcoólicas e problematiza o vício dos jogos a dinheiro. Eram por isso olhadas como locais nefastos (p. 21).

Contudo, de outro ponto de vista, talvez a taberna pudesse ser sentida à luz do pensamento de Certeau (2019), como uma prática quotidiana do tipo tática. Este autor sustenta que as táticas apresentam continuidades e permanências, numa manifestação de inteligência que é inseparável dos combates e dos prazeres quotidianos que articula (p. 46).

O lazer e o tempo livre associados a esta tática certeuniana (2019) de taberna, proporcionavam determinadas vivências. Um simples jogo de baralho, com regras formais e organizadas para os lances, é disso um exemplo. Estas ações constituem-se depois em memórias que articularão novos lances, consoante as ocasiões, e que acabam

por confluir nos relatos de partidas desses torneios, onde se discute o que se passou no dia anterior. Nesta particularidade da tática cruzam-se ainda contos e lendas que parecem ter o mesmo papel, pois desdobram-se, enquanto recreações, num espaço isolado das competições quotidianas, o do maravilhoso, do passado, das origens (p. 79).

Porém, esse taticismo não era suficiente para contrariar o que Gil chama de poder real e que se “concentrava nas mãos de quem intervinha diretamente nas consciências: Salazar” (1995, p. 49). Era notória a incapacidade desse povo para se opor a um exercício totalitário do poder salazarista. Podiam ser hábeis a definir uma tática para contar uma história ou ganhar um lance num jogo de mesa, mas inábeis para estrategicamente pensarem sobre política e contrariarem Salazar. Sobre esse poder, Rosas afirma ter estado oligarquizado com um “elitismo conservador e contrarrevolucionário que era o caldo da cultura das direitas autoritárias e corporativas [e onde] a verdadeira essência da «política nacional» era a despolitização e a desmobilização política” (2015, p. 32). Tais factos despertam algumas questões sociais importantes. Será que, daquele tempo aos nossos dias, essa identidade muito própria de estar na taberna, de cogitar e informar, de tentar o inarrável, de estabelecer a tática, de contar a história, de alertar a notícia, sofreu alguma transformação no atual contexto social português dos nossos sujeitos mais idosos? Em que é que consistia, na prática, essa interdição do que não podia ser dito?

Espaço do indizível?

No espaço rural, ou mesmo na cidade, o típico homem idoso, apesar de avançado nos anos, quase nunca dispensa o prazer de saborear um bom petisco e beber uns copos de vinho na *tasca* de sempre ou no atual *café/bar*. Era e continua a ser, por vezes, uma rotina diária, uma fonte de lazer, que permite até o desenvolvimento de atividades inesperadas, controladas, que vão desde a arte de cantar ao desafio, em forma de canto espontâneo e com quadras rimadas em estrofes de quatro versos, até ao fado castiço, repleto de ironias e de um abanar de ombros em jeito de valentia e provocação. Nesta tradição oral também não faltam as anedotas e até relatos e interpretações próprias de temas diversificados do quotidiano local e nacional.

Os sujeitos, aqui apresentados, nasceram numa época em que, de acordo com Vieira (1999), se defendiam insuspeitadas vantagens médicas no consumo de vinho. Existiam mesmo campanhas para impulsionar o seu consumo. Tal hipótese poderá levar-nos a acreditar no encobrimento habilidoso de um governo que iria defender tal causa, condicionando a produção e venda de aguardente e cerveja (p. 143). O consumo de

vinho constitui, assim, uma significativa realidade imagética junto dos espíritos que Salazar procura disciplinar em diversos momentos do quotidiano, mas com especial incidência nos espaços de lazer, querendo-os alicerçados “nos novos valores da ‘cultura popular’, nacional-ruralista e corporativa, ou seja, de acordo com os grandes esteios ideológicos do regime” (Rosas, 2015, p. 181).

As gerações, que frequentaram as tabernas na década de 60, ocupam, na atualidade, algum tempo livre nas poucas tabernas que Portugal ainda conserva. Visitámos uma delas com um nome peculiar: o Mijação. Embora não abrangida pela região específica que estudamos (a Gândara),³ situa-se no mesmo distrito (Santa Cruz, Coimbra). Encontramo-nos perante uma taberna com alvará desde 1939, conhecida por especializar-se na venda de bifanas e sandes de iscas. Este espaço foi remodelado em 2007, mas ainda existe alguma traça dos tempos de outrora e sempre alguém para contar as aventuras dos que ali vinham parar fugindo da PIDE e da PSP, bebendo à pressa um tinto, resistindo e voltando novamente à luta (Leite, 2015).

Segundo Magalhães (1996), essa será uma forma de rotina diária os clientes juntarem-se no espaço que circunscreve a taberna para conversar e conviver (*matar o tempo*), com amplo destaque para a terceira e quarta idades e para os desempregados. A autora dá também conta da existência de uma forte tendência para a desintegração e solidão da população em geral. Justifica a continuidade da existência destes espaços com a procura, cada vez mais restringida, de laços, de sociabilidades, que ainda vão sendo possíveis ao lado do balcão (p. 229).

Supõe-se que, no decorrer dessas horas tabernais, os sujeitos idosos comentem o dia a dia. Anima-os o espírito de contar ou inventar a história que ouviram ao vizinho da rua onde moram, recorrendo quase sempre a provérbios.⁴ São homens astutos, que avivam “nesses mesmos contos, os feitos, as astúcias e figuras de estilo, [...]

3 Na tese de doutoramento (1988) de Fernanda Cravidão é feita uma descrição da Gândara, a qual constitui uma subunidade regional no Centro Litoral Português que abrange cerca de 500 km², de morfologia plana e solos essencialmente arenosos, onde domina o clima mediterrânico com influência do Atlântico. Distribui-se por cinco concelhos (Vagos, Figueira da Foz, Mira, Cantanhede e Montemor-o-Velho). Outro autor, Mário Cupido (2006), na obra *Em busca de identidades*, fala de uma Gândara de alma imensa, temperamental e sensível, que tanto luta com o mar como labuta na terra, uma Gândara que une as pessoas e as irmana nos seus desígnios. A mesma compreensão tem João Reigota (2000) ao aclamar, na obra *A Gândara antiga*, aquilo a que chama as manifestações da Gândara. Afirma que as mesmas não nasceram por acaso numa bela manhã de nevoeiro. Poeticamente, descreve-as como companheiras de auroras, que testemunharam o brilho, o engenho, a luta e a evolução dos homens gandraeses ao longo dos tempos.

4 “Quem conta um conto acrescenta-lhe (aumenta-lhe) um ponto” (Parente, 2005, p. 581).

aliterações, inversões e trocadilhos, [e] participam também na colação dessas táticas” (Certeau, 2019, p. 80). Estimula-os um passado em que foram obrigados a conviver com uma ditadura. E, embora nessa época as histórias também fossem relatadas e forjadas, alguns (resistentes) faziam-no quase sempre em voz baixa e com olhares desconfiados. Em *Memórias de um resistente às ditaduras*, o autor, Manuel António Correia, descreve esse receio permanente: “na manhã do dia 2 de Outubro de 1938 [...] bateram à porta. Tive um pressentimento e disse a minha mulher: ‘É a polícia, Aurora, vamos preparar o esconderijo.’” (2011, p. 287).

Segundo Irene Pimentel (2007), a PIDE/DGS era constituída por dois grandes setores: o da informação e o da investigação. Enquanto o primeiro incluía a escuta telefónica, a interceção postal, os ficheiros, a vigilância direta e os informadores, o segundo era apenas formado pelos interrogatórios e a instrução dos processos (p. 308). A coação física e psicológica diária inseria-se num quadro de violência, confirmado pela mesma autora, ao assegurar que “antes de 1945, a PIDE foi responsável, direta ou indiretamente por muitas mortes” (2007, p. 387). De facto, assim acontecia, pois a autora, em *A história da PIDE*, assevera igualmente que, “além dos arquivos, era a rede de informadores da PIDE/DGS que constituía a força dos Serviços de Informação” (2007, p. 312).

Provavelmente, muitos dos nossos idosos ainda não esqueceram esses tempos difíceis e tenebrosos. Em *Ditadura e democracia: legados da memória*, Filipa Raimundo (2018) fala de um rompimento do passado que não está apagado. É verdade que se desenvolveram diversas ações no plano simbólico e museológico para que a democracia se legitimasse, tanto por oposição como por rejeição ao regime anterior. Na prática, segundo a autora, é que mesmo tapando ou decapitando as estátuas de Salazar, numa contribuição de rutura com o passado no plano simbólico, tais atos não conseguiam revolucionar as mentes de uma população socializada em ditadura durante mais de 40 anos (pp. 55-56).

Toda essa conjuntura social e política passada é também lembrada na criação da obra *O cavalo a tinta-da-china*, da autoria de Baptista-Bastos (2008). Com acuidade, questionando e respondendo, fala-se da vida e de pessoas e, em determinado momento da leitura, somos remetidos para o interior de uma taberna de outrora, localizada numa paragem próxima dos autocarros da carreira. O autor narra a ação, descrevendo fisicamente o locatário do estabelecimento que vende vinho tinto ao balcão. Era um homem a quem faltavam dois dedos na mão direita, mas o que mais desperta a atenção do cliente é o cordão que o homem traz em volta do pescoço, em

cuja extremidade pendia uma medalha com a efígie de Salazar (p. 161). O medo do regime, articulado pelo retrato de Salazar, é comparado, no interior daquela taberna, a uma personagem que simboliza o que o país, em termos ideológicos, sentia nessa época. Poderia o espaço do citado estabelecimento estar transformado em zona de censura? Arriscaria o arrendatário ou proprietário do estabelecimento ser uma das muitas fontes de informação, que Salazar procurava controlar com a PIDE e a sua rede de informadores?

Dizer, fazer e significar

A descrição que Baptista-Bastos (2008) faz das tabernas de antigamente, considerando-as sítios onde as pessoas falavam e eram ouvidas, locais de prazer onde existiam convívios entre os homens que as frequentavam com prazer e sem preocupações, transforma-se numa questão de segurança quando questiona porque é que Salazar, a certa altura, ordenou que as tabernas encerrassem a partir das dez da noite. O autor explica que se falava, às vezes, demais nas tabernas; os operários discutiam os problemas, as dificuldades, o modo de as resolver. Deduz, inclusivamente, que fechar a taberna àquelas horas não teria sido uma decisão risível, pois no fascismo nada era ridículo, dado que eles sabiam muito bem o que faziam (p. 233). Podemos considerar as pistas que Baptista-Bastos segue nesta questão, como pegadas líricas com potencial ou não para desenvolver. Porém, não deixam de falar em pessoas e lugares, que somente procuravam momentos de lazer para se sentirem felizes, mesmo que esses instantes se resumissem apenas ao prazer de conversar (Certeau, 2019). Quanto ao receio, esse existia na proporção do espaço social e político em que (sobre)viviam.

Cafés e tabernas eram muitas vezes considerados locais suspeitos onde se estabeleciam manobras para contrariar o regime político imposto. Manuel Videira e os companheiros de luta (Rocha *et al.*, 2017) falam de um desses locais em *Casa dos estudantes do império, 50 anos: testemunhos, vivências, documentos*, contando que, ao não terem um lugar para se encontrarem, os estudantes africanos daquele tempo frequentavam o café Montanha, em Coimbra. Estavam sempre lá dois agentes da PIDE conhecidos. Todos tinham a perfeita consciência de que não se deveriam chegar muito perto deles. Era nesse estabelecimento que trocavam, através de livros e mensagens, informações sobre acontecimentos mundiais que tivessem alguma incidência em África (p. 105). Supostamente, estas estratégias seriam repetidas um pouco por todo o país, em muitos locais de lazer e convívio. E, por isso, algumas das cautelas do

regime incidiam no que Rosas interpreta como uma das muitas tarefas da FNAT:⁵ a “inculcação ideológica no espaço dos tempos livres, dentro ou fora do local de trabalho, orientando as distrações, furtando-as à influência deletéria da «taberna» ou da ação subversiva, moldando-as no paradigma da «cultura popular»” (2001, p. 1046).

Os cidadãos, independentemente de frequentarem ou não as tabernas, eram pressionados, quase diariamente, pelas polícias do regime. Podemos detetar esse paradigma quando, em determinada passagem do romance *Cães de Salazar*, o autor (Moita Flores) descreve o diálogo do interrogatório de um polícia a um eventual suspeito do atentado à bomba a Salazar.⁶ Poderão as tabernas ter sido locais potenciadores para desenvolver hipotéticas rebeliões, revoltas, turbulências, à semelhança de diversos cafés? O sentido de “tática”, que Certeau afirma ter “constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ocasiões” (2019, p. 45), desenvolve-se na época do Estado Novo como uma verdadeira política de resistência pacífica, mas a verdade é que muitos dos conflitos ideológicos passados, lograram alcançar articulações específicas, como refere Matos:

O Estado Novo consagra-se como a exceção no mundo das ditaduras [...] Conseguir que um povo, que se supõe num canto do mundo, afirme e sinta que existe um

5 A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

6 “José Horta atravessou a avenida e dirigiu-se ao plantão de serviço à esquadra da Polícia de Segurança Pública...

– Não durmo há dois dias, senhor comandante. Sei que andam à minha procura para me prender... Isso que vem no jornal é tudo mentira. Ninguém dessa gente quer saber de política. Nem o Manel Pinhal, nem o António Silva, que são aqueles que conheço melhor, por serem pedreiros como eu. A vida deles é trabalho, do nascer ao pôr do sol, e depois jogam às cartas na tasca lá do bairro. O único defeito que lhes encontro é beberem demais. Não fazem mal a ninguém...

– Tu sabes ler e escrever?...

– Sei assinar.

– E política?

– ... Tenho vinte e quatro anos e trabalho que nem um galego para sustentar a casa. Quando era mais novo ... e ia, às vezes, com o meu pai à taberna, ouvi um homem dizer mal de Salazar. Um outro, uma vez, quis impingir-lhe um jornal proibido. Já nem me lembro o nome.

– Seria o *Avante*?

– Talvez, mas o meu pai quando bebia um copo, gostava era de cantar...

– E estes teus amigos?

– Esse meu amigo Pinhal diz uns disparates quando está com os copos. É mais revolta com a nossa miséria do que política a sério. Fala umas coisas da boca para fora contra Salazar, mas não faz mal a ninguém. É o vinho que lhe dá para embirrar. Nem cabeça tem para pensar em coisas sérias, quanto mais entrar num atentado à bomba.” (2020, pp. 24-25)

mundo português foi um dos momentos determinantes na vida de Salazar, no seu exercício do poder e na história do século XX português”. (2010, p. 244)

A recorrência a táticas que objetivassem o controlo do povo, principalmente, o mais rústico, privando-o de liberdade, pode também ser apreciada no estilo populista a que se referem Eatwell e Goodwin (2019) sempre que apontam aos nacionais-populistas uma propensão para demonstrar traços manipuladores e messiânicos (p. 61). O medo acaba por instalar-se e mesmo os que resistem ficam dependentes de uma ditadura que irá mostrar-se impiedosa.

Todavia, para Tabucchi (2016) a taberna pode ter muitos outros significados, desde o início ao fim de uma viagem, com encontros e desencontros, até à esperança e desilusão que o mar traz quando aporta ao cais. O autor descreve o Peter's Bar, um café no porto da Horta perto do clube naval. É um misto de taberna, ponto de encontro, agência de informações e estação de correios. Frequentam-no os baleeiros, mas também as gentes dos barcos que fazem a travessia do Atlântico ou outros percursos mais longos. Por lá se encontram bilhetes, telegramas e cartas que estão pregados ao balcão de madeira, à espera de que alguém os venha reclamar (pp. 49-50).

Nesta espécie de viagem de sensações pessoais por tascas,⁷ talvez possamos ficar com a perceção de que o espaço da taberna possa, casualmente, ter sido o sítio onde o indizível se tentou transformar em dizível. E, por isso, continua a ser a mesma casa de outrora, onde sempre se confidenciaram segredos masculinos sobre histórias de vida. Ali, as narrativas tanto podem ser sussurradas, como o boato alastrar a toda a aldeia. É o que acontece em *Uma abelha na chuva*. Desafiando as regras sociais neste romance neorrealista, Carlos Oliveira tenta confinar o estado de Salazar num apelo à mudança que não vai acontecer. Na taberna gandraesa de Montouro,⁸ confirmam-se e desmentem-se histórias, interpretam-se vidas oprimidas por uma ditadura. À volta do esconderijo do indizível, resiste-se para tornar possível o dizível de uma consciência social que o Estado Novo tentava evitar, obscurecer.

Desconstruindo lugares, Brito (1991) considera o espaço físico da taberna, normalmente anexo a uma mercearia da aldeia, observando que o lugar em causa não se limita apenas à venda de vinho. Ali se vendem também outros artigos, tais como produtos de drogaria, vestuário e alfaias, entre outros (p. 170). Os idosos socorrem-se

7 Termo usado, por vezes, com algum desdém.

8 Localidade onde se desenrola o romance e que está situada na região da Gândara.

com frequência da pequena mercearia, muitas vezes, incorporada numa taberna, para satisfazer alguns consumos imediatos e a que não podem recorrer em outras superfícies comerciais. A taberna/mercearia está sempre aberta, pois como continua a destacar o autor, quando alguém precisa de algo para comprar, basta ir a casa do proprietário. Ele virá, prontamente, mesmo que o edifício não fique perto da sua residência (p. 172).

Contudo, as histórias dos nossos sujeitos não se narram apenas na mercearia, padaria ou peixaria do espaço rural. Sobral (1995), em termos de memória e identidade social, refere que:

a taberna é um dos locais de produção da memória em meio rural. Esta circula através da interação constante entre os intervenientes que recordam os acontecimentos, que tanto podem ser os de hoje, como os de há décadas, como ainda (mais raros) mesmo os de tempos que ninguém ali viveu. As versões ouvidas são corrigidas e questionadas por todos, o que confere à rememoração um carácter coletivo. Tomam parte nela membros dos grupos mais humildes da aldeia, com várias ocupações, ligados por relações de amizade, parentesco e/ou vizinhança, que constroem e reproduzem nestes momentos absolutamente informais do quotidiano parte da sua vivência coletiva. (pp. 289-290)

A identidade da taberna

A taberna tem também uma identidade cultural, visual e social muito própria. Numa busca pela literatura portuguesa, encontrámos, por exemplo, em *O anjo ancorado*, o seguinte:

Logo adiante havia uma taberna – devia ser uma taberna por causa do ramo de louro à entrada. [...] os dois viajantes [...] tiveram tempo de ver no fundo da loja uma fila de pessoal alinhada contra o balcão, mas de olhos na porta. Quedos, mudos, e de olhos na porta. (Pires, 2015, p. 21)

Por sua vez, Pais de Brito (1991) argumenta em favor de uma relação entre o taberneiro e as pessoas da aldeia, que favorece a retórica do comércio. A neutralidade, aparentemente, será a marca que ele procura ter para todos os clientes, independentemente de se poder relacionar com os mesmos a título particular, quer numa relação de amizade, ou mesmo de antipatia. É a partir deste relacionamento, entre o homem que vende e o cliente que compra, que resultam saberes e segredos inerentes aos atos

da compra e que o tasqueiro omite perante os outros. As relações diárias podem ainda traduzir-se em empréstimos em dinheiro, pedidos para tratar algo na vila, etc. (p. 173). O dono da taberna está invariavelmente pronto “para atender um cliente a qualquer hora do dia” (1991, p. 174). E esse cliente tanto pode ser um homem como uma mulher. Não obstante, na apreciação crítica do mesmo autor (1991), a ida da mulher a tal local implica um comportamento no qual a descrição e a reserva são essenciais para comprar os géneros de que necessita para casa.

Que pensarão atualmente os homens da aldeia, quando, sentados estrategicamente no banco do jardim, e dispendo de um raio de visão para a taberna/mercearia mais próxima – transformada agora em café –, observam a deslocação das mulheres a tal local?

A mulher é responsável pelo lar e tem de fazer as compras para assegurar a normalidade diária dos consumos. No nosso entender, é assim que o homem octogenário pensa, tentando demonstrar todo um domínio hegemónico, que, no caso da taberna, está associado a um espaço maioritariamente masculino. Aos olhos de homens e mulheres, que por diferentes motivos a ela se ligam, este exercício de lazer, que se mistura ao comércio, é consumado numa perspetiva em que “a correspondência entre intenções e traços ou disposições do ator será tanto maior quanto mais invulgar for o efeito observado, ou seja, quanto mais efeitos não-comuns houver entre o comportamento e outros possíveis” (Amâncio, 2010, p. 91). O espaço da taberna é também enquadrado por estes “efeitos não-comuns”, pois a taberna é “um espaço permanente de encontro e sociabilidade para os que a frequentam como clientes ou para passar o tempo e conversar e jogar às cartas” (Brito, 1991, p. 173).

Também Fernando Pessoa (2006), no *Livro do desassossego*, descreve peculiarmente uma taberna, como se ela fosse um local não muito recomendável e algo sombrio. Fala, a esse propósito, de uma Lisboa com um pequeno número de restaurantes ou casas de pasto, em que, sobre uma loja com feitio de tasca decente, se ergue uma sobreloja com uma feição pesada e caseira de restaurante de vila sem comboios. Segundo ele, é frequente encontrarem-se por lá tipos curiosos, caras sem interesse (p. 31). Contudo, é igualmente bem conhecida a devoção que o poeta nutria pelo vinho. Em *Fausto*, uma obra de teor dramático, esse interesse manifesta-se, por vezes, paradoxalmente, nalgumas cenas da taberna: “O vinho o que dá? Alegria e mijo, e a vida não vale melhor. E se a vida é isto e a cova um horror, bebe-lhe, bebe-lhe, bom bebedor” (Pessoa, 2018, p. 294).

Para complementar um pouco esta ideia da taberna pessoana frequentada por fisionomias pouco estéticas (a começar pelos próprios taberneiros e os seus hábitos

desusados) e pessoas socialmente desalinhas, remetemos também para o diálogo de duas personagens, que passeiam de carro à beira de um rio, em *O anjo ancorado*:

«Ouça, importa-se de baixar mais o rádio?»

«Desculpe, tenho a mania de o pôr muito alto.»

«Como os taberneiros?»

«Como os apreciadores de jazz, também pode ser. Ou como as prostitutas baratas, se quiser. O rádio, Guida, é um vício de solitários, nunca reparou?». (Pires, 2015, p. 50)

A ligação do rádio, que se ouve em sonoridade máxima, no ambiente da taberna, contrasta com a do lar, escutada no volume mínimo. Carvalheiro e Silveirinha (2018) indicam que o rádio constituiria o refúgio onde alguns desenvolviam práticas de receção nitidamente políticas, tentando a procura de uma informação alternativa, mas correndo riscos, pois tratava-se de algo não totalmente seguro, tanto que o vizinho do lado poderia até ser informador da polícia política (2018, p. 204). Do medo da PIDE e das questões sociais e de trabalho que não se poderiam comentar no contexto social e político do Estado Novo, quer fosse na taberna ou no lar, poderemos, porventura, extrair a indizibilidade, enquanto forma inenarrável, cautelosa, do que não se poderia dizer. Poderá tal formato, por intermédio da chegada da democracia a Portugal (Lochery, 2017), ter-se transformado em dizível? Os narradores de histórias, escritores ou homens do povo, desmistificaram-na, não só no ambiente destes estabelecimentos, como em muitos outros. Talvez tivesse ajudado a transformar a identidade destes espaços em lugares plenos de significados e memórias com valor histórico, social e cultural.

Considerações finais

A taberna enquadra-se num imaginário cultural (Durand, 1996; Malrieu, 1997), que não se aprofunda neste artigo, dada a importância da temática estar sujeita a uma longa e importante reflexão. Por outro lado, não podemos esquecer que, durante o século XX, foi o Neorrealismo a corrente literária que melhor descreveu toda uma ruralidade onde a taberna ocupa um lugar muito próprio. A maioria dos autores neorrealistas referenciados neste artigo combinam o espaço tabernal com o que Joel Serrão (1975) descreve como uma solução estético-humanista, ao referenciar a novelística social da década de 1940. Entregam-se ao mundo dos outros, dos mais

pobres, camponeses, operários, artífices, na qualidade de vítimas de uma engrenagem socioeconómica injusta e desumana. Tentam abrir caminho a uma nova solidariedade entre os homens. O caminho para a taberna é também o atalho, onde o autor fala de uma geração que considerou como seu dever primordial intervir, pelo modo que lhe era possível, no aceleração de um processo histórico (pp. 238-239).

À referida geração, que conheceu a indizibilidade e o medo na época do Estado Novo, ligam-se os frequentadores de tabernas e cafés, articulados por figuras como a de José Horta, referenciado no romance *Os cães de Salazar* ou de Manuel Videira e dos respetivos companheiros de luta no café Montanha, em Coimbra, ou ainda os frequentadores da taberna do Mijação, na mesma cidade.

Muitos dos sujeitos que viveram a conturbação desses tempos são, hoje em dia, idosos, octogenários e nonagenários, cujo comportamento social em períodos de lazer não se alterou significativamente. Porém, o espaço social (taberna) onde continuam a conviver apresenta algumas mudanças. Muitas das conversas na conjuntura atual são produzidas no espaço público (em esplanadas que as tabernas, agora transformadas em cafés, vão oferecendo). Os temas sobre os quais dialogam vão desde as alterações nas estruturas sociais à meteorologia ou ao mexerico. Já não vivem somente momentos de encontro; vivem também ocasiões de experimentação de práticas, onde continuam a sobressair os relatos do passado, agora narradas sem receio de quem as oiça. Assim, a taberna acaba por ser o símbolo de um tempo no qual:

durante a ditadura do Estado Novo [...], pela mão de António Ferro e da sua Política do espírito, [...] [se] fez uma versão dos tipicismos regionais do povo português, da cultura popular, das festas e romarias, dos cortejos históricos, do *país-aldeia*. (Domingues, 2017, p. 51)

Presumindo que esse “país-aldeia” tenha desaparecido, dando lugar à hipótese de um país europeu, e que a interdição do que não podia ser dito à época se esfumou na revolução de Abril, porventura, em nosso entender, restarão às tabernas portuguesas a memória social, o património cultural e a identidade de um período em que foi possível, por vezes, dizer o indizível.

Referências bibliográficas

- Amâncio, L. (2010). *Masculino e feminino: a construção social da diferença* (E. Afrontamento, ed.). Porto.
- Andrade, P. (1991). A Taberna Mediática, Local Reticular de Negociações Sociais e Sociológicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33, 265-286.
- Baptista-Bastos. (2008). *O cavalo a tinta-da-china*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Brito, J. P. de. (1991). A taberna: lugar e revelador da aldeia. *Lugares de Aqui: atas do seminário Terrenos Portugueses* (pp. 167-199). Lisboa.
- Cabeza, M. C., & Amigo, M. C. (2014). O encontro entre o ócio e a cultura: reflexões sobre o ócio criativo desde a investigação empírica. *Do Ócio: Debates no Contexto Cultural Contemporâneo* (pp. 11-32). Coimbra: Grácio Editor.
- Carvalho, R., & Silveirinha, M. J. (2018). Género e Receção Mediática no Estado Novo. *Media, Comunicação e Género*, 199-213.
- Certeau, M. de. (2019). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: editora Vozes.
- Correia, M. A. (2011). *Memórias de um resistente às ditaduras*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Crespi, F. (1997). *Manual de sociologia da cultura*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Cupido, M. (2006). *Em busca de identidades: aspectos etnográfico-históricos de mira*. Figueira da Foz: Cemar.
- Dacosta, F. (2016). *Máscaras de Salazar*. 4.^a ed. Alfragide: Leya.
- Domingues, Á. (2017). *Volta a Portugal*. Lisboa: Contraponto.
- Durand, G. (1996). *Campos do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Eatwell, R., & Goodwin, M. (2019). *Populismo*. Porto Salvo: Saída de Emergência.
- Eliade, M. (1972). *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- Flores, F. M. (2020). *Os cães de Salazar*. Lisboa: Casa das Letras.
- Gil, J. (1995). *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Leite, O. (2015). *Guia das tascas e tabernas de Portugal*. Lisboa: M. Editora.
- Lochery, N. (2017). *Portugal saído das sombras*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lourenço, E. (1994). *O canto do signo: existência e literatura*. Lisboa: Editorial Presença.
- Magalhães, D. (1996). A Taberna: Usos do Espaço e do Tempo. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 213-229.
- _____ (2001). Consumos e Sociabilidades na Taberna: Estudo Preliminar de um Caso. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 107-119.
- Malrieu, P. (1997). *A construção do imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Matos, H. (2010). *Salazar: a propaganda (1934-1938)*. Lisboa: Temas & Debates.

- Monteagudo, M. J., Cuenca, J., Bayón, F., & Kleiber, D. A. (2014). Ócio ao longo da vida: as potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano. *Do Ócio – Debates no Contexto Cultural Contemporâneo* (pp. 135-149). Coimbra: Grácio Editor.
- O'Neill, B. J., Brito, J. P. de, & (orgs.). (1991). *Lugares de aqui: atas do seminário terrenos portugueses*. Lisboa: Dom Quixote.
- Parente, S. (2005). *O livro dos provérbios*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Pedroso, C. (2006). *Contos populares portugueses*. São Paulo: Landy Editora.
- Pessoa, F. (2006). *Livro do desassossego* (Richard Ze; C. de Leitores, ed.). Lisboa: Assírio & Alvim/ Círculo de Leitores.
- _____ (2018). *Fausto*. Lisboa: Tinta da China.
- Pimentel, I. F. (2007). *A história da PIDE* (C. de L. e T. e Debates, ed.). Lisboa.
- Pires, J. C. (2015). *O anjo ancorado*. Lisboa: R.D. Editores.
- Raimundo, F. (2018). *Ditadura e democracia: legados da memória*. Lisboa: F. F. M. dos Santos.
- Raimundo, O. (2015). *António Ferro: o inventor do salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Reigota, J. (2000). *A Gândara antiga*. Figueira da Foz: Cemar.
- Rocha, E., Mourão, F., Traça, H., Videira, M., Medeiros, T., & Magalhães, R. (2017). A Casa por Quem a Viveu. *A Casa dos Estudantes do Império, 50 anos: testemunhos, vivências, documentos*, 95-115.
- Rosas, F. (2001). O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV, 1031-1054.
- _____ (2015). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.
- Santos, L. (2017). *Cultura e lazer*. Porto: Afrontamento.
- Serrão, J. (1975). *Portugueses somos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Sobral, J. M. (1995). Memória e Identidades sociais: Dados de Um Estudo de caso num Espaço Rural. *Análise Social*, 131-132, xxx, 289-313.
- Sousa, J. G., & Baptista, M. M. (2015). Ócio e cultura na (Re)construção Identitária de Pessoas Idosas Institucionalizadas. *Revista Subjetividades*, 275-286.
- Tabucchi, A. (2016). *Mulher de Porto Pim*. Lisboa: Dom Quixote.
- Vasconcelos, J. L. de. (2007). *Etnografia Portuguesa. Vol. IX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vieira, J. (1999). *Portugal Século XX: crónica em imagens 1930-1940*. Lisboa: Círculo de Leitores.

O CASMURRO PORTUGUÊS DE TEOLINDA GERSÃO EM A CIDADE DE ULISSES

AUDREY CASTAÑÓN DE MATTOS*

AUSÊNCIA: Todo episódio de linguagem que põe em cena a ausência do objeto amado – quaisquer que sejam a causa e a duração – e tende a transformar essa ausência em prova de abandono. (Barthes, 1981, p. 27).

Introdução

O tema aqui abordado é parte de minha tese de doutoramento (Mattos, 2018), em que se investigou as formas do silêncio na prosa de ficção da escritora portuguesa Teolinda Gersão.

O silêncio como elemento inerente ao discurso e, portanto, dele participante como formador dos sentidos, foi objeto de um estudo feito por Eni Pucinelli Orlandi (2007), no qual defende a existência de uma dimensão política do silêncio, em cujo seio reconhece duas vertentes: o silêncio local e o silêncio constitutivo. Por silêncio local, a autora designa a censura e outros mecanismos de cassação da palavra, bem como a resistência às ações censoras. O silêncio constitutivo, por sua vez, será inerente a qualquer enunciado, considerando-se que toda enunciação resulta de um processo de escolha entre o que dizer e o que não dizer, de modo que, a todo enunciado, subjaz o sentido do que não foi dito, isto é, que foi preterido. O silêncio constitutivo difere do implícito na medida em que esse está em relação direta com o dizer (enunciado), e aquele diz respeito a sentidos apagados (não enunciados).

O recorte da tese aqui apresentado refere-se à hipótese de que o romance *A cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão (2013), não é apenas uma história de amor narrada de modo envolvente, mas um julgamento. Ao eleger a antiga companheira como interlocutora explícita das suas memórias, por meio do uso reiterado de seu nome como vocativo – de modo semelhante a uma carta – o narrador expõe-na ao julgamento

* Universidade Estadual Paulista – Unesp. Pesquisa financiada pela CAPES.

do leitor ao mesmo tempo em que procura, aos olhos desse, justificar as próprias atitudes e ser perdoado por elas. Daí considerá-lo, no âmbito deste estudo, um narrador suspeito, nos termos estabelecidos por Helen Caldwell (2002) para demonstrar a suspeição de Bento Santiago, o Bentinho, narrador do *Dom Casmurro* de Machado de Assis (2008): um narrador que advoga a própria causa, mas, simultaneamente, fornece pistas que permitem colocá-lo sob suspeição.

O romance é erigido sobre as memórias de um narrador autodiegético¹, Paulo Vaz, um artista plástico que, anos antes do momento da enunciação, vivera um relacionamento amoroso com Cecília Branco, também artista plástica. Conforme suas recordações, ambos formavam um casal perfeito – tinham “modos de ser, sentir e pensar estimulantes e compatíveis” (Gersão, 2013, p. 129) – até o momento em que Cecília comunicou uma gravidez que Paulo não desejava e foi fisicamente agredida por ele, o que lhe provocou um aborto. O gesto de Paulo também causou a separação irrevogável do casal. Vinte anos após esse episódio, Cecília morre em um acidente de viação e, na mesma altura², Paulo é convidado pela Fundação Calouste Gulbenkian a realizar uma exposição sobre Lisboa. O tema proposto pela Fundação é, coincidentemente, o mesmo de um projeto longamente acalentado por ele e Cecília, ao qual batizaram de “A cidade de Ulisses”, o que lhe espoleta as recordações que se leem no romance.

No julgamento que subjaz ao discurso, Cecília é a ré. No entanto, o agressor é o eu narrado, portanto, o ato de narrar configura-se como busca de perdão. Todavia, o processo da escrita³ não é veículo de reflexão para se chegar ao autoperdão. O que o narrador deseja é ser perdoado, não perdoar-se (pode-se inferir que, talvez, não se consiga perdoar), e, a fim de atingir esse objetivo junto ao leitor, único que ainda pode fazê-lo, uma vez que Cecília está morta, lança mão de procedimentos discursivos sofisticados (a sofisticação sob uma aparente simplicidade é uma forte marca

1 Portanto, há o desdobramento dessa entidade em um eu que narra e um eu narrado.

2 O romance é magistral em criar determinados efeitos pela manipulação da ordem de ocorrência dos episódios. Para fins da análise, optei por organizá-los linearmente no tempo, o que poderá escamotear a potência da narrativa. Tentarei, no decurso do artigo, mostrar, por outros meios, como esses efeitos foram agenciados pelo narrador de modo a criar um dos romances mais surpreendentes da autora.

3 Ainda que em nenhum momento o narrador declare estar a *escrever* suas memórias, tratamos por *escrita* o processo de exposição dessas memórias devido à sua apresentação em capítulos, estrutura própria do relato escrito: Capítulo I (subdivido em três partes): 1. Em volta de um convite; 2. Em volta de Lisboa; e 3. Em volta de nós. Capítulo II: Quatro anos com Cecília. Capítulo III: A cidade de Ulisses.

dos romances de Teolinda Gersão)⁴, por meio dos quais busca minimizar a agressão cometida e eximir-se da responsabilidade pela separação, imputando-a à inflexibilidade de Cecília em recusar o reatamento da relação. Nesse sentido, a narração apaixonada e a construção de uma envolvente história de amor, associada à sonegação, durante a maior parte da narrativa⁵, da morte de Cecília, contribuem para aliciar o leitor a seu favor e engajá-lo pela reconciliação do casal, sem saber que isso já não é possível.

Quando, também tardiamente⁶, o narrador relata a agressão praticada por ele, passa a acusar Cecília de intransigência, enfatizando-lhe a recusa perentória em encontrá-lo para que se pudesse explicar. Somadas aos elogios que, no entanto, não deixa de tecer à ex-companheira, as acusações manipulam de tal forma a receção do relato que Cecília passa a ser, simultaneamente, objeto de desejo e ré aos olhos do leitor que, projetado no narrador (identificado com ele), deseja a (re)união do casal e não tem escrúpulos em considerá-la responsável pelo que *julga* ser um adiamento da reconciliação.

Uma ponta de Casmurro⁷

Quando penso em um narrador suspeito, ocorre-me o Santiago, do *Dom Casmurro* de Machado de Assis, como um caso exemplar. Embora não tenha a intenção de comparar os dois romances, foi à obra machadiana que me remeti quando comecei a suspeitar das “verdadeiras” intenções do narrador de *A cidade de Ulisses*.

4 No entanto, trata-se de uma simplicidade enganadora, pois o discurso é tecido por meio de um intrincado sistema de anacronias narrativas – termo com que Genette (1995, p. 34) designa as discorências entre a ordem dos acontecimentos na história e a ordem em que são narrados – proporcionadas por silenciamentos do narrador. A esse respeito, pode-se dizer, de sua escrita, o que ele afirma sobre os quadros pintados por sua mãe: “A sua ordem escondia uma desordem, havia outras dimensões para além da superfície” (Gersão, 2013, p. 100, sublinhado meu). A relação entre a pintura e a escrita é um ponto importante desse romance de Teolinda Gersão e, por conseguinte, também desta análise.

5 Somente à página 199, de um total de 236, na edição consultada, o leitor é informado do acidente fatal; no entanto, ainda segue pensando que a narrativa começou a ser produzida *antes* disso, porque apenas depois de lamentar a morte de Cecília por três páginas, é que irá revelar (à página 202): “Foi por essa altura que recebi o convite do director do CAM [...]. Tenho estado a trabalhar [na exposição] há vários meses” (Gersão, 2013, p. 24).

6 Com “tardiamente” refiro-me à página em que as informações são reveladas ao leitor relativamente à quantidade total de páginas do romance. Para a economia do enredo, no entanto, tudo ocorre no tempo certo, o que reforça a magistralidade desse narrador.

7 Esse subtítulo é uma paródia do título do capítulo LXII de *Dom Casmurro*, chamado “Uma ponta de Iago”, com que Bento Santiago faz referência à peça *Otelo, o mouro de Veneza*, de Shakespeare, a cuja trama compara a própria história, torcendo, a seu favor, o texto shakespeariano.

Em ambos os romances há um casal que se separa irremediavelmente; em Machado, como em *Teolinda*, o narrador revive os anos de convivência com a companheira, procurando justificar, aos olhos do leitor, a separação, recorrendo ao estratagema de eximir-se totalmente da culpa, como o faz Santiago, ou minimizá-la tanto quanto possível, como faz Paulo. Ambos contam a história após a morte das respectivas ex-companheiras, de modo que seus relatos se erigem, desde sempre, sobre a ausência das vozes daquelas mulheres, silenciadas pela morte. Além disso, os dois optam pelo mesmo procedimento discursivo – sonegar informações – embora procurem atingir seu objetivo de maneira distinta: Bento Santiago escolhe a acusação frontal e, comparando a própria história à do Otelo de Shakespeare⁸, afirma que, no caso daquele, Desdémona era inocente, enquanto a sua esposa, Capitu, era culpada de adultério e merecedora da morte:

– E era inocente, vinha eu [Bento] dizendo rua abaixo; – que faria o público se ela de veras fosse culpada, *tão culpada como Capitu?* E que morte lhe daria o mouro? Um travesseiro não bastaria; era preciso sangue e fogo, um fogo intenso e vasto, que a consumisse de todo, e a reduzisse a pó e o pó seria lançado ao vento, como eterna extinção.⁹ (Assis, 2008, p. 309, sublinhado meu)

Já Paulo Vaz segue o caminho inverso e projeta aos olhos do leitor uma mulher quase perfeita, cuja perda ele nunca deixou de lamentar. Uma estratégia que redundava na naturalização da violência doméstica, concretizada na cooptação do leitor para a defesa de que Cecília deveria perdoar Paulo em nome de tão grande amor: “Um momento de loucura pode ser perdoado, quando estão quatro anos felizes no outro prato da balança?” (Gersão, 2013, p. 166).

Ao rememorar, o narrador consigna o relato à sistematização das informações necessárias para produzir as obras que irá expor:

Se agora imaginar um tempo contigo [Cecília] “em volta de Lisboa” é apenas como instrumento de trabalho, porque preciso de organização e de algum método. Mas sei que esse tempo nunca existiu assim, é agora que o *invento reunindo*

8 Da peça *Otelo, o mouro de Veneza*.

9 Essa passagem de *Dom Casmurro* tem alguma relação com o destino de Cecília Branco e, por isso, retomá-la-ei adiante.

fragmentos soltos, de modo a formarem um só bloco na memória. (Gersão, 2013, p. 37, sublinhado meu)

Tendo em vista que o tema da exposição é Lisboa, e não a vida pessoal do artista (que é o eu narrado) – na qual se inclui Cecília – considero a declaração acima como indício de que há uma íntima ligação entre as duas obras de Paulo Vaz, a pintura e a escrita. O que se diz de uma, por conseguinte, é aplicável à outra (a própria coincidência entre os títulos da exposição e do romance corrobora essa hipótese). Sendo assim, o primeiro indício de que se pode suspeitar desse narrador encontra-se no excerto transcrito acima, em que confessa *inventar* a partir de fragmentos soltos; mas há outras evidências, algumas das quais passo a citar:

Como sabe, é provavelmente assim que surgem as obras de arte: a partir de motivações pessoais, em geral egoístas, para prazer do criador, para que ele possa *exercer o seu domínio sobre o real, forçando-o a moldar-se ao seu desejo*.

[...]

As pessoas entram nas salas de exposição e veem coisas *na aparência objectivas*. Mas os criadores estão *dentro delas*, inteiros, vida, corpo, alma, tudo – *embora sob camuflagem*. Expor-se é também esconder-se. E também no disfarce os criadores são mestres, como é aliás do seu conhecimento.

Não irei portanto expor-me. Os artistas expõem, mas não se expõem. *Fingem sempre*. (Gersão, 2013, p. 18, sublinhados meus)

Considerando-se que é pelo processo de sistematização da realidade que o artista plástico/eu narrado transforma-se em narrador, e que essa sistematização é a matéria-prima para suas pinturas, constata-se o amalgamento entre as duas personagens, Paulo-eu narrado e Paulo-narrador, de forma que, se o que se diz da sua obra plástica é aplicável ao seu relato, também o que se diz de uma personagem aplica-se a outra, podendo-se, por conseguinte, supor que o narrador está investido, tanto quanto o eu narrado, em “exercer o seu domínio sobre o real, forçando-o a moldar-se ao seu desejo” e em apresentar (ao leitor) uma obra “na aparência objetiva” mas que camufla a própria subjetividade.

Estabelecido o vínculo entre as duas criações de Paulo, escrita e pintura, é possível apontar uma identidade entre os quadros produzidos para a exposição e o discurso do narrador:

[...] imagens desfocadas de Lisboa, em que a cidade se adivinhava mais do que se via. [...] Eu oferecia assim um *olhar oblíquo*, um tanto vesgo, *um olhar falso que reclamava um segundo e um terceiro olhar*. As telas exigiam novas leituras, que *desvendavam mais do que parecia oferecer-se inicialmente*, e nasciam do desejo de olhar mais. Lisboa surgia como uma cidade de desejo, uma cidade de que se andava à procura. (Gersão, 2013, p. 205, sublinhados meus)

A Lisboa pintada por Paulo surgiria como objeto de desejo (do espectador) assim como a Cecília descrita pelo narrador surge como objeto de desejo do leitor, além de dele mesmo. No entanto, o narrador alerta para o pormenor de que o que ele apresenta requer um segundo e um terceiro olhares, pois o seu é um olhar vesgo, falso, oblíquo. Saliente-se a escolha, provavelmente não casual, do sintagma “olhar oblíquo”, carregado da significação associada a uma das imagens mais icónicas do romance de Machado de Assis aqui referido, aquela em que Capitu é descrita como rapariga dos “olhos de cigana oblíqua e dissimulada” (Assis, 2008, p. 62). Pelo mesmo processo por meio do qual se recupera a sinonímia entre oblíquo e dissimulado, recupera-se a relação entre a narrativa do *Dom Casmurro* e o seu narrador, qual seja, o discurso daquela é produzido para favorecer a versão desse, assim como a de Paulo.

Nessa perspetiva de análise, considero importante destacar este outro momento do discurso, em que o narrador afirma:

Eu gostava, enquanto criador, de assumir uma posição autocrática: levar o espectador para dentro de *um mundo que eu construísse*, onde *quem ditava as regras era eu*. Ele podia manter a distância e a liberdade do seu juízo crítico, mas primeiro tinha de entrar dentro da obra [...] *E, tendo entrado, estava apanhado como um pássaro numa gaiola, até encontrar a porta de saída*. Enquanto estivesse dentro sujeitava-se a uma experiência, ou a uma vivência, que *até certo ponto eu determinava*. Aceitava *ver o que eu propunha*, de algum modo *através dos meus olhos*. Só depois era livre de *olhar outra vez com os seus, e recusar tudo* se quisesse. Era a sua vez de jogar, na segunda parte do jogo. Mas a primeira jogada era minha. (Gersão, 2013, p. 24, sublinhados meus)

Para apanhar o leitor, o Paulo-narrador constrói, a exemplo do Paulo-pintor (eu narrado), um mundo cujas regras são ditadas por ele. Para a construção desse mundo concorre a elaboração de uma história de amor cujas imperfeições são acobertadas

por dissimulações ou sonegações. Assim, num primeiro momento, o leitor é confrontado com as primeiras 155 páginas de uma narrativa cujo teor e paixão mais que o enlevam – enredam-no:

As longas conversas em que íamos falando do que calhava, ao sabor do vento. Éramos amantes carnis, mas também mentais, constatei. Algo de improvável, *que eu sempre pensara que não existia*, estava a acontecer-nos.

Fazer amor ou falar contigo tinham algo em comum: num caso ou noutro, deixávamo-nos ir, cedendo a uma espécie de *música interior*, excitávamo-nos mutuamente, num jogo de prazer em que a tensão crescia. E de repente, do encontro dos corpos ou das palavras, *algo explodia e brilhava* e se tornava imensamente claro: o amor, ou uma qualquer visão das coisas e do mundo.

Trocávamos experiências, descobertas, memórias, opiniões, que podiam ser coincidentes ou opostas. Passavam de um para o outro, circulavam. E tudo isso nos mudava e nos ia transformando. *Havia um antes e um depois de te encontrar*. (Gersão, 2013, p. 22, sublinhados meus)

Entre as sonegações importantes que ajudam a angariar a simpatia do leitor para a causa do narrador está a do motivo que levou à separação. Até o momento em que é revelado, o leitor apenas sabe que o casal está separado, informação que o narrador, habilmente, fornece logo ao início da narrativa. Com o avançar da leitura, o leitor resta confundido, sem atinar com o que poderia ter levado aquele casal harmonioso à rutura. Essa estratégia visa a engajá-lo no desejo de reconciliação de ambos. Além disso, o narrador lança mão de estratégias discursivas que criam a ilusão de que os momentos do enunciado e da enunciação são temporalmente próximos, fazendo parecer ao leitor que o fim do relacionamento é recente e, portanto, reversível. Entre os dois momentos, no entanto, o do enunciado e o da enunciação, decorreram vinte anos.

Essas estratégias produzem um discurso de tal modo magistral, no sentido de aliciar o leitor que, para esse, um final feliz entre Paulo e Cecília seria equivalente a um final feliz entre Romeu e Julieta, Abelardo e Heloísa, Tristão e Isolda, Noël Bouton e Mariana Alcoforado, Pedro e Inês, Baltasar e Blimunda. Portanto, é preciso que o motivo da separação apareça trágico, aos moldes daqueles que provocaram o fim dos grandes casos amorosos da História e da literatura, com as usuais componentes de traição, violência e morte, a fim de que o leitor, já enredado, não o consiga enxergar

como motivo justo o suficiente para pôr termo à história de amor do casal. Há, no entanto, um “porém”, o próprio Paulo foi o responsável pela separação:

De repente vi-te rolar pela escada abaixo, soube que antes de caíres *eu te tinha empurrado, sacudido pelos ombros e encostado contra o corrimão*, soube que te tinhas debatido e tentado soltar, que *te empurrei com mais força e te apertei contra o corrimão com os punhos cerrados, com os joelhos*, soube *que tinha desferido golpes contra ti, contra o teu ventre, antes de te empurrar pela escada* e de teres caído, depois do último degrau, e de ficares enrodilhada no chão, com sangue debaixo de ti, manchando-te o vestido [...]. (Gersão, 2013, p. 155, sublinhados meus)

Ao assumir-se como agressor, o narrador afasta-se do paradigma dos grandes casais da História e da literatura, cujos rompimentos foram provocados por terceiros. Na confissão acima há dois dos elementos recorrentes na história desses casais, violência e morte. Mas falta a traição, componente que é imputada a Cecília, por meio das reiteradas afirmações do narrador de que nunca quis filhos e que ela, mesmo ciente disso, deixou de tomar os contraceptivos sem lhe comunicar.

Obviamente, o leitor pode não alinhar com essa perspectiva e reconhecer como injusta e desproporcional a violência praticada pelo eu narrado. Assim, o narrador acautela-se, justificando-se e recrudescendo as acusações:

Era por orgulho que me enviavas um intermediário e desaparecias, por detrás das nuvens? Como se fosses Deus, tornavas-te invisível? Não te dignavas falar comigo, eu era indigno de te dirigir a palavra, ou mesmo de te olhar? A tua invisibilidade era uma humilhação que me impunhas – *eu, pecador, diante de ti me confesso?* Exageravas, Cecília, porque eu era tão pecador como tu. É verdade que te agredi e errei, mas também é verdade que me enganaste e mentiste. (Gersão, 2013, p. 167, sublinhado meu)

A intertextualidade entre o fragmento “eu, pecador, diante de ti me confesso” e os dois primeiros versos do poema “Livro de horas”, de Miguel Torga (1986), em que o sujeito poético confessa-se e aceita-se ambíguo, portador do bem e do mal, reforça a ideia de perdão, além de justificar o seu gesto, pois, como qualquer pessoa, também ele é um misto de bem e de mal:

Aqui, *diante de mim,*
Eu, pecador, me confesso
De ser assim como sou.
Me confesso o bom e o mau
Que vão ao leme da nau
Nesta deriva em que vou.
Me confesso
Possesso
De virtudes teologais,
Que são três,
E dos pecados mortais,
Que são sete,
Quando a terra não repete
Que são mais.
Me confesso
O dono das minhas horas.
O das facadas cegas e raivosas,
E o das ternuras lúcidas e mansas.
E de ser de qualquer modo
Andanças
Do mesmo todo.
Me confesso de ser charco
E luar de charco, à mistura.
De ser a corda do arco
Que atira setas acima
E abaixo da minha altura
Me confesso de ser tudo
Que possa nascer em mim.
De ter raízes no chão
Desta minha condição.
Me confesso de Abel e de Caim.
Me confesso de ser Homem.
De ser um anjo caído
Do tal Céu que Deus governa;
De ser um monstro saído

Do buraco mais fundo da caverna.
Me confesso de ser eu.
Eu, tal e qual como vim
Para dizer que sou eu
Aqui, diante de mim!
(Torga, 1986, p. 83, sublinhados meus)

Temos visto o quanto o narrador é hábil em tecer uma narrativa envolvente, cujos sentidos emanam muito mais do que não diz do que daquilo que é efetivamente enunciado. Sua história é muito bem urdida e pode produzir no leitor os efeitos que almeja: “Fasciná-lo, subjugá-lo, convencê-lo, assustá-lo, enervá-lo, provocá-lo, deleitá-lo – criar-lhe emoções e reações” (Gersão, 2013, p. 24).

Diante desse narrador que concebe o ato de criar como, “naturalmente, um exercício de poder” e que confessa o próprio desejo de “exercer poder sobre o espectador” (Gersão, 2013, p. 24), desconfiamos que o poema de Torga tem seu sentido deslocado para o silêncio constitutivo (uma vez que não participa do discurso como enunciado, mas como sugestão) para infundir no leitor sentimentos de piedade ou de compreensão que facilmente deslizariam para o perdão. Claro que, para isso, o narrador conta que o leitor conheça a semântica interna do texto torguiano.

Em “Livro de horas”, o eu poético confessa a própria ambiguidade, confessa-se “posseiro”, ao mesmo tempo “de virtudes teologais” e “dos pecados mortais”, sendo aquelas apenas três e esses, sete ou mais. Reconhece-se oscilante entre as “ternuras lúcidas e mansas” e as “facadas cegas e raivosas” e, principalmente, *aceita-se* tal como é, não com resignação, mas com altivez, aceita que o que vem dele o faz ser quem é e não se desespera nem questiona a imutabilidade disso, apenas a constata: “Me confesso de ser tudo / Que possa nascer em mim. / *De ter raízes* no chão / Desta minha condição” (Torga, 1986, p. 85, sublinhado meu).

Avançado o processo de revisitação do passado, o narrador, assim como o eu poético de Torga, aceita a própria ambiguidade e reconhece como parte de si mesmo o que dele provém (a virtude ou o pecado, a ternura ou a raiva). Mas, para que o mecanismo de distorcer a história funcione, o que se oferece de forma clara ao leitor são as recriações do amante (supostamente) atraído: “Pensavas que podias moldar-me, à minha vida e ao mundo, segundo o teu desejo?” (Gersão, 2013, p. 167). Claro que nem Cecília, nem ninguém, poderia moldá-lo, pois, assim como o eu poético torguiano, Paulo tem raízes no solo de sua condição dúbia.

Em profundidade, e de modo silencioso, o narrador expõe-se, e essa exposição é ambígua, tanto por remeter, pela intertextualidade, a um poema cujo tema não é outro senão a dubiedade da natureza humana, quanto porque o sentido da referência é inexato: será o reconhecimento da própria violência, ao admitir que nos homens habita, ao mesmo tempo, o bem e o mal – “Me confesso de ser Homem. / De ser um anjo caído / Do tal Céu que Deus governa; / De ser um monstro saído / Do buraco mais fundo da caverna” (Torga, 1986, p. 85) – ou simplesmente uma justificação do gesto violento, suportada pela ideia de que ao homem é impossível fugir a sua natureza? – “Me confesso de ser eu. / Eu, tal e qual como vim / Para dizer que sou eu / Aqui, diante de mim!” (Torga, 1986, p. 86).

Aparentemente, qualquer que seja o ponto de vista, Paulo resta redimido de seu “instante de loucura”, enquanto a Cecília cabe a responsabilidade de restabelecer a relação de ambos por meio do perdão: “Se me tivesses deixado falar-te, voltarias. Sabias isso e fugias” (Gersão, 2013, p. 166).

Habilmente, o narrador desloca de si o evento catártico de que o leitor necessita: a catarse não virá pela sua própria punição (ao final, ele que, tal como Ulisses, deambulou pelos Continentes durante vinte anos antes de retornar a Ítaca/Lisboa, também encontra a paz e uma “Penélope” à sua espera), nem pela reconciliação do casal (que só muito à frente o leitor descobrirá ser já impossível), mas pela morte de Cecília, momento que também é capitalizado pelo narrador para reforçar a sugestão de que a reconciliação dependia apenas da sua disposição para dialogar com ele: “Queria recuperar um instante contigo, como se tentasse recuperar uma parte de mim próprio. Não aceitava que tudo ficasse como afinal sempre ficara, ao longo dos anos: uma conversa inacabada” (Gersão, 2013, p. 201). A morte de Cecília que, num primeiro momento produz no leitor a sensação de ter sido roubado, espoliado, será, ao final, purgativa, pois o narrador partilhará com ele a ideia de que enterrá-la é o único modo de seguir em frente (como se ele não tivesse feito isso nos vinte anos que antecederam o momento da enunciação).

Uma história mal contada

Percebi que, se voltasses, eu ficaria sentado à tua frente *em silêncio e não poderia comunicar contigo*: haveria entre nós a barreira do tempo.

Porque não é possível alguém [...] contar o que sucedeu durante os anos de ausência, enquanto uma deusa faz com que a noite se prolongue e o dia tarde a

nascer para termos tempo de contar o tempo intermédio e tudo voltar a ser como era, desde o momento em que foi interrompido.

Nada disso era possível, a não ser *numa história mal contada*. (Gersão, 2013, p. 175, sublinhados meus)

Comentámos que o narrador se serve de estratégias que criam no leitor, durante grande parte do romance, a impressão de que os momentos da enunciação e do enunciado são temporalmente próximos, isto é, que a separação do casal é recente, portanto reversível. Como o próprio narrador admite no fragmento reproduzido acima, isso só seria possível em uma história mal contada. Irrepreensivelmente engendradora, mas mal contada, no sentido de que, para atingir o efeito pretendido, assenta-se em não ditos, em sonegação de informações e em distorções dos factos.

Um importante exemplo disso, além dos já apontados, refere-se à diluição, no discurso, de informações que permitem saber que a convivência do casal não era, afinal, tão harmoniosa quanto o narrador quer fazer parecer com declarações como esta, por exemplo: “Eu procurava, a todos os níveis, *uma interlocutora*, percebi. Era isso, finalmente, o que encontrara” (Gersão, 2013, p. 22, sublinhado meu). No entanto, entre ambos o diálogo e a confiança não eram plenos, e tais restrições partiam de Paulo.

Antes de analisar alguns casos, apresento a seguir as expressões indicativas da incomunicação entre eles, para que se tenha um panorama da distribuição dessas expressões ao longo do discurso, em pontos esparsos, de modo a atuarem discretamente, perceptíveis apenas ao olhar atento: “Mas isso *não te disse*, e tu não sabias” (Gersão, 2013, p. 27, sublinhado meu); “Mais tarde pensei ainda outras coisas, que *não te contei na altura* [...]” (Gersão, 2013, p. 45, sublinhado meu); “Tudo que te disse era rigorosamente verdadeiro, mas *referi-te apenas uma parte dos fatos* [...]” (Gersão, 2013, p. 81, sublinhado meu); “Mas isso *não te disse*” (Gersão, 2013, p. 94, sublinhado meu); “Esta foi *a versão que te dei das coisas*” (Gersão, 2013, p. 96, sublinhado meu); “*Também não te contei* que [...]” (Gersão, 2013, p. 96, sublinhado meu); “Mas *falei-te de tudo isso muito vagamente*, Cecília. E houve certas coisas que *nunca te contei*” (Gersão, 2013, p. 114, sublinhados meus).

Esses não-ditos que povoam a história referem-se, em geral, à dificuldade de Paulo em adaptar-se a uma relação estável:

Já tinha vivido tantas histórias de amor e deixado tantas coisas quebradas para trás. Havia sempre em mim uma insatisfação, uma errância, uma deriva. *Era a*

minha forma de ser, e não podia mudá-la. Mas isso não te disse, e tu não sabias. (Gersão, 2013, p. 27, sublinhado meu)

Verbalmente referidos de maneira discreta no decorrer do discurso, são pistas que contribuem para o desmascaramento do narrador, pois evidenciam a sua pouca disposição a discutir com Cecília assuntos que, em princípio, deveriam ser do interesse dela, principalmente se se considerar a natureza harmoniosa da relação, que ele tão enfaticamente refere.

Um dos não-ditos que merecem atenção refere-se à interpretação que Paulo faz do mito de Ulisses, segundo a qual a *Odisseia* “[...] falava do amor dos homens e das mulheres, da casa que constroem, da aventura arriscada de viverem juntos. *Dos álibis que os homens inventam para recuperarem a sua liberdade por inteiro*”. Nessa versão, que é introduzida pela afirmação “Mais tarde pensei ainda outras coisas, *que não te contei na altura [...]*”, o narrador discorre sobre como Ulisses, supostamente, teria “encontra[do] na guerra de Tróia um álibi perfeito para abandonar Penélope”, porque ela e o filho “tornaram-lhe a vida demasiado estreita” e, por isso, o herói homérico teria aceitado todos os riscos “em troca *do direito* de deixar Penélope e partir” (Gersão, 2013, p. 45, sublinhados meus)¹⁰.

O que nos parece ser prática comum de Paulo, silenciar a respeito de opiniões que deveriam ser partilhadas com Cecília, lembra-nos Afonso, de *O silêncio*, primeiro romance de Teolinda Gersão (1995), personagem que também se cala para não ter suas convicções postas em causa e não ferir a ordem aparente das coisas (tema caro à autora):

Um pequeno universo funcionando, confortável, ordenado, onde se podia viver e trabalhar *sem nada pôr em causa*, apenas isso, portanto, cumprir com rigor o pequeno ritual do dia-a-dia, aceitar as regras tácitas de bem conviver, uma espécie de gentileza aprendida *que mascara a agressividade latente [...]* *Não interromper, circular sem perturbar, não quebrar nunca o silêncio*, fingir que tudo está certo e caminhar pelos dias, repetindo os mesmos gestos, cumprir o horário de trabalho, saudar os conhecidos, desdobrar o guardanapo nos joelhos [...]. (Gersão, 1995, p. 77, sublinhados meus)

10 Convém anotar que Santiago, personagem de Dom Casmurro, interpreta o texto de Shakespeare também de forma conveniente para a própria versão de sua história com Capitu.

O fragmento acima mostra que não é apenas na recusa a debater convicções que as duas personagens, Paulo e Afonso, assemelham-se. Paulo (eu narrado) também cria um espaço em que Cecília não é livre para se movimentar e onde as regras são as suas e é ela a estranha. Compare-se o excerto abaixo, retirado de *A cidade de Ulisses*, ao transcrito acima, colhido em *O silêncio*. Em ambos, o espaço referido é a casa partilhada pelo casal:

Leve como um gato. E silenciosa. Assim era a tua presença-ausência, quando ficavas em casa e eu trabalhava. [...] Suave como um animal macio, que pertence ao lugar *mas não o invade. Sabias desaparecer*, e eras tão cuidadosa e sensível que eu podia absolutamente confiar em ti [...]. Passarias pelas coisas olhando-as, interrogando-as, *sem as invadir. E não irias quebrá-las* [...]. (Gersão, 2013, p. 128, sublinhados meus)

Quando olhamos com atenção para esse espaço partilhado, notamos que o convívio é perpassado pela desconfiança de Paulo. Por conseguinte, é preciso pesar o dito e o não-dito para entender as motivações do narrador quando franqueia ao leitor alguma informação.

Como parte da estratégia de fazer que se creia no casal extraordinário que formava com Cecília, o narrador menciona a história dos artistas plásticos Arpad e Vieira¹¹, a quem Cesariny¹² chamou *Le couple*, “a comunhão de corações entrelaçados”. Mas emenda: “O verdadeiro par, *Le Couple*, éramos nós, criadores e amantes” (Gersão, 2013, p. 132). Antes, porém, dessa referência romântica, menciona que sobre o casal Arpad-Vieira corria a história de que Vieira observava os estudos e esboços em que Arpad estivera experimentando algo novo para, depois, fazer surgir “as ideias dele transformadas, ampliadas, metamorfoseadas em ideias dela” (Gersão, 2013, p. 131).

11 Arpad Szenes (1897-1985), pintor, gravurista, ilustrador e desenhista húngaro, naturalizado francês e Maria Helena Vieira da Silva (1908-1992), pintora portuguesa, naturalizada francesa. O casal viveu no Brasil de 1940 a 1947, fugindo da perseguição nazista na Europa (Arpad era judeu húngaro). Nesse período, ambos continuaram a pintar e a expor, além de conviverem com intelectuais e artistas brasileiros. Fundaram o *Ateliê Silvestre*, que se transformou em ponto de encontro para discussões artísticas. A importância da obra de Vieira para o Brasil pode ser reconhecida nos painéis de azulejos realizados para projetos paisagísticos de Burle Marx e na influência na obra de Carlos Scliar e Athos Bulcão (Silva, 2018).

12 Referência ao poeta Mário Cesariny de Vasconcelos (1923-2006), principal representante do surrealismo português.

Duas páginas antes desse momento da narrativa, o narrador refere como eram as regras de convivência entre ele e Cecília:

Estabelecemos no entanto algumas regras, como *barreiras de protecção um contra o outro*.

[...] Estabelecemos também (*isso disse eu*) que, excepto nos casos em que decidíssemos trabalhar em conjunto, cada um só veria as obras do outro depois de terminadas. Não haveria interferências durante o processo da criação. [...] Eu queria salvaguardar-nos de situações desastrosas que sabia *ou imaginava* que existiam, noutros casos. (Gersão, 2013, p. 129, sublinhados meus)

Embora o narrador não admita diretamente que não confiava em Cecília, a proximidade, no texto, da história de Arpad e Vieira e das regras que ele e Cecília adotaram para conviver, mostra o suficiente. Aqui, entra em cena o implícito, modo de existir do silêncio que se diferencia do constitutivo por sua relação direta com o dizer.

Tendo em vista essa desconfiança, podemos afirmar que a história em que o narrador deseja que o leitor acredite não coincide plenamente com a vivida pelo eu narrado. Esse último tinha dificuldades em compartilhar o espaço e em pôr em causa opiniões que o obrigassem a rever as próprias convicções, como, por exemplo, as relativas ao casamento e à paternidade. Aquele, a fim de conquistar o perdão do leitor, tece uma narrativa em que um universo feliz e harmonioso aparece em primeiro plano, enquanto o casal comum, com problemas comuns que não são discutidos, é vislumbrado em imagens desfocadas, no segundo plano, tal como os seus quadros sobre Lisboa.

Espelhado nas telas sobre uma cidade onde “tudo era fragmentado”, o discurso que Paulo entretece é entremeado de lacunas e, assim como a Lisboa de seus quadros, de sua história “era preciso juntar pacientemente os pedaços para formar uma figura, [m]as faltariam sempre alguns, encontravam-se a cada passo *lacunas*, interrupções, ruturas” (Gersão, 2013, p. 65, sublinhado meu). Como na pintura, em que as imagens desfocadas ou incompletas demandam um segundo olhar, no discurso, essas lacunas, com que se constrói “uma história mal contada”, são o caminho para que se desenhem os procedimentos discursivos do narrador¹³.

13 Bento Santiago, narrador de *Dom Casmurro*, também confessa as lacunas de sua narrativa: “Nada se emenda bem nos livros confusos, mas tudo se pode meter nos livros omissos. [...] É que tudo se acha

Se, ao final da narrativa, o leitor não tiver conseguido voltar atrás e rever tudo sob outra perspectiva, como sugere o narrador nesta passagem: “[...] só depois era livre de olhar outra vez com os seus, e recusar tudo se quisesse. [...]” (Gersão, 2013, p. 24), o narrador terá conseguido seu intento e, para além disso, cassado em definitivo a voz a Cecília, reduzindo-a a pó: “O que restava de ti era uma obra. Um corpus¹⁴. Mas tu estavas morta. E *as tuas cinzas* espalhadas num cendário, misturadas com a terra de Lisboa” (Gersão, 2013, p. 235, sublinhado meu).

Concluo, destacando que as palavras acima mostram que, talvez não por coincidência, o narrador de *A cidade de Ulisses* realizou com Cecília aquilo que Bentinho, o narrador suspeito de *Dom Casmurro*, desejou fazer com Capitu: “[...] era preciso sangue e fogo, um fogo intenso e vasto, que a consumisse de todo, e a *reduzisse a pó e o pó seria lançado ao vento, como eterna extinção*” (Assis, 2008, p. 309, sublinhado meu).

Cabe ao leitor recusar tudo, reorganizar o lido e procurar *A [outra] cidade de Ulisses*, aquela em que Cecília não foi transformada em pó, mas sobrevive por meio de sua obra. Essa cidade pode ser entrevista por trás da versão enviesada do narrador que cria para si e para o leitor uma história comovente diante da qual a falta mais grave torna-se “uma pequena loucura”. A outra cidade, vista por Cecília, só pode ser encontrada nos silêncios com que se teceu o discurso. Lá a procuramos, esperamos tê-la trazido à tona.

Referências bibliográficas

- Assis, M. (2008). *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, Brasil: Nova fronteira.
- Barthes, R. (1981). *Fragmentos de um discurso amoroso*. Tradução de Hortênsia dos Santos. Rio de Janeiro, Brasil: Francisco Alves.
- Caldwell, H. (2002). *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. Cotia, Brasil: Ateliê Editorial.
- Genette, G. (1995). *Discurso da narrativa*. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa, Portugal: Vega.
- Gersão, T. (1995). *O silêncio*. Lisboa, Portugal: Dom Quixote.
- _____. (2013). *A cidade de Ulisses*. Lisboa, Portugal: 11 X 17.

fora de um livro falho, leitor amigo. Assim preencho as lacunas alheias; assim podes também preencher as minhas” (Assis, 2008, p. 144).

14 Referência ao espólio artístico de Cecília.

- Mattos, A. C. (2018). *O silêncio como produtor de sentidos na ficção de Teolinda Gersão*. (Tese de doutoramento, Unesp). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154562>.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, Brasil: Editora da Unicamp.
- Torga, M. (1986). Livro de horas. In M. Torga, *O outro livro de Job* (pp. 83-86, 5. ed.). Coimbra, Portugal: Gráfica de Coimbra.
- Silva, H. V. (2018). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9819/vieira-da-silva>. Acesso em 31 de março de 2018. Verbetes da Enciclopédia.

A CENSURA EM *DINOSSAURO EXCELENTÍSSIMO* (1972), DE JOSÉ CARDOSO PIRES

DANIELA CÔRTEZ MADURO*

Introdução

Para José Cardoso Pires, a censura terá sido “uma das armas mais importantes” colocadas à disposição de António Oliveira Salazar (Azevedo, 1999, p. 99). O autor da obra *Dinossauro Excelentíssimo* (1972) descreve as origens da censura que marcou a literatura portuguesa do século XX, retratando Portugal como um país onde sempre imperou a repressão:

Portugal, com 420 anos de Censura em cinco séculos de imprensa, representa uma experiência cultural à taxa de repressão de 84 por cento. Ao longo de gerações e gerações, através de monarquias e impérios; de inquisições, ditaduras; arrastando silêncios, arrastando exílios, uma lenta procissão de mártires desfilou por esse incalculável *corpus* de naufrágio que são os milhares de quilómetros de textos lançados às fogueiras e aos arquivos. Todo esse percurso tem a grandeza de uma resistência que se tornou histórica e dia a dia renovada com ardis e exemplos de insubmissão. Mas, dia a dia também, a Censura foi-se instituindo como uma tradição repressiva, cada vez mais apurada, que no regime de Salazar acabou por atingir uma coerência técnica bem definida. (Pires, 1999, p. 163)

A censura instituída por Salazar dependia de um poderoso sistema repressivo que podia tomar a forma de excertos cortados (o “lápiz azul”), mas também de violência e perseguição. Para além disso, os autores, permanentemente vigiados, eram obrigados a criar mecanismos de autocensura cujo impacto na produção literária nunca será possível medir. Ferreira de Castro refere-se ao processo de escrita como uma tortura, pois cada um dos escritores era forçado a colocar “um censor imaginário sobre

* Centro de Literatura Portuguesa, grupo de investigação “Mediação Digital e Materialidades da Literatura”, Universidade de Coimbra.

a mesa de trabalho” e a “mascarar” o seu pensamento (Castro *apud* Azevedo, 1997, p. 12). Cardoso Pires descreve a autocensura como uma “voz prudente que segreda fantasmas por cima do escritor” (Portela & Pires, 1991, p. 35). Segundo este autor, esta terá sido a razão pela qual terá publicado tão pouco durante a ditadura (*ibidem*). Talvez por causa do impacto da censura na sua obra, e na literatura portuguesa em geral, Cardoso Pires acabaria por escrever um conto que, ainda que protagonizado por Salazar, colocava a censura, ou a máquina “de torturar palavras”, como sua figura central. Em *Dinossauro Excelentíssimo*, o retrato da censura é desenhado partindo da experiência pessoal do seu autor, o que torna esta obra num importante documento sobre o aparelho censório do Portugal de Salazar.

A história do dinossauro imperador foi escrita no Natal de 1970 em Londres (Portela & Pires, 1991, p. 36). Em vez de recorrer à sua editora habitual, a Moraes, que estava obrigada por contrato a publicar tudo aquilo que escrevesse, Cardoso Pires optou por publicar este livro na editora Arcádia. Esta estava prestes a declarar falência e, por isso mesmo, não teria tanto a perder como a Moraes (Azevedo, 1999, p. 106). Na altura, Cardoso Pires vivia em Inglaterra e ensinava Literatura Portuguesa e Brasileira no King’s College, mas decidiu estar presente na apresentação deste livro, ainda que esperasse ser preso assim que pisasse solo português (*ibidem*). Tal só não aconteceu porque uma polémica na Assembleia Nacional haveria de criar um escudo protetor em torno de *Dinossauro Excelentíssimo*¹.

Esta obra vem acompanhada de ilustrações criadas por João Abel Manta, pintor e caricaturista crítico do regime, mas também dos “vira-casacas” (tal como alguns dos seus *cartoons* publicados em *João Abel Manta. Cartoons 1969-1975* [1975] demonstram) e das disputas que marcaram o pós-25 de Abril². Para Cardoso Pires, “[n]enhum pintor daqui e de agora resumiu com tantas subtilezas a temperatura social e política do fascismo agonizante” (1975, p. 6). Para isso, em vez de recorrer à galeria, João Abel Manta recorreu ao “jornal e ao cartaz; em vez do investimento plástico do cheque e da glória à vista, empenhou-se na crítica imediata da nossa

1 O deputado conservador Casal Ribeiro, em resposta à denúncia feita pelo deputado da “Ala Liberal” Miller Guerra, citou *Dinossauro Excelentíssimo* como prova de que existe liberdade de expressão em Portugal. O relato da sessão foi publicado nos jornais *República* e *Diário de Lisboa*, concedendo a este livro uma enorme visibilidade e forçando a censura a aceitar a sua circulação (Azevedo, 1999, p. 106-107). No entanto, Cardoso Pires terá sido mais tarde abordado e agredido por agentes da PIDE, aparentemente a mando de Casal Ribeiro (Azevedo, 1999, p. 108-109).

2 Veja-se, por exemplo, “acabem com isso antes que eu me zangue” (Manta, 1975, p. 127).

realidade de todos – o *cartoon*” (*ibidem*). Em *Dinossauro Excelentíssimo*, texto e imagem colaboram na denúncia e ridicularização de um regime decrépito e incapaz de garantir a sua sobrevivência³.

Dinossauro Excelentíssimo contou com duas versões publicadas pela Arcádia, em 1972, e pelo Círculo de Leitores, em 1979. No caso da versão de 1979, incluída na coletânea *O burro-em-pé* (1979), *Dinossauro Excelentíssimo* é transformado num conto que surge acompanhado por uma única ilustração de Júlio Pomar. Enquanto conto, foi ainda incluído na coletânea *A República dos Corvos* (1988), publicada pela Dom Quixote, onde surgiu sem ilustrações. A edição de 1979 apresenta diversas alterações, algumas delas profundas, em relação à edição de 1972. Uma análise comparativa entre as duas primeiras versões de *Dinossauro Excelentíssimo* foi parcialmente desenvolvida por Rui Sousa, em 2016, e por Eduarda Barata, em 2020. Como entre as duas edições de *Dinossauro Excelentíssimo* aconteceu o fim da ditadura, o que significa que ambas foram escritas em contextos sociopolíticos completamente diferentes, também reconhecemos a importância de efetuar este estudo comparativo. No entanto, dada a dimensão desta tarefa, que excederia largamente o espaço reservado a este artigo, e também porque pretendemos aqui centrar-nos no retrato do aparelho censório do Estado Novo desenhado por José Cardoso Pires, faremos uso da edição de 1972, a qual foi escrita num período em que a censura vigorava em Portugal.

O texto de *Dinossauro Excelentíssimo* tem sido analisado sob diversas perspetivas, sendo objeto de estudo de dissertações de mestrado, teses de doutoramento, ensaios e artigos científicos. Ainda que a temática da censura seja abordada, todos estes textos remetem frequentemente para segundo plano o retrato da censura efetuado por José Cardoso Pires, centrando-se, por exemplo, na representação da figura de Salazar enquanto símbolo de autoritarismo, poder e repressão (Paulo, 1996; Silva, 2007; 2013; Mariano, 2012; Sousa, 2016; Saggiolo, 2018; Fauri, 2016; Barata, 2020), no processo de carnavalização ou satirização do regime efetuado por *Dinossauro Excelentíssimo* (Carmo, 2008; Saggiolo, 2018), no carácter metaficcional e na estrutura narrativa de *Dinossauro Excelentíssimo* (Fernandez, 2012; Serpa, 2013; Barata, 2020), na intertextualidade de *Dinossauro Excelentíssimo* (Lepecki, 2003), na ligação entre literatura

3 Quando entrevistado por José Jorge Letria, João Abel Manta refere que quase foi preso por causa desta obra. Sobre Salazar, Manta comenta que “não era possível derrubá-lo com bonecos, mas que era um gajo muito ridículo” e que seria “possível transmitir esse ridículo através do desenho” (Letria & Manta, 2014, p. 80).

infantil e ditadura (Mariano, 2012), na obra de José Cardoso Pires enquanto literatura marginalizada (Sampaio, 2011) e na representação da identidade portuguesa em diversas obras de José Cardoso Pires (Hoffmann, 2012). Este artigo pretende juntar-se a todos estes estudos dedicados a esta obra, focando-se particularmente no retrato da censura desenhado pela sua narrativa. Nas próximas páginas, a análise de *Dinossauro Excelentíssimo* surgirá por isso articulada com a descrição dos diversos mecanismos que garantiram o funcionamento da máquina da censura instituída durante o Estado Novo, o que permitirá apresentar esta obra como um importante testemunho deste momento na história de Portugal. Como tal, começaremos por efetuar uma descrição do aparelho censório, para em seguida identificar a sua presença na narrativa de *Dinossauro Excelentíssimo*.

“A câmara de torturar palavras”: o aparelho censório

A ditadura construída por Salazar beneficiou de condições particularmente favoráveis à sua implementação. Portugal, um país ruralizado e debilitado por sucessivas revoltas, tinha acabado de enfrentar a Primeira Guerra Mundial. Um novo golpe militar (ou, segundo Cardoso Pires, “golpe censório” [1999, p. 167]) teve lugar a 28 de maio de 1926, instituindo uma ditadura militar que trouxe consigo um estado de exceção e, ainda que provisoriamente, a censura prévia, a qual incidia particularmente na imprensa⁴. Para resgatar o país da grave crise económica em que se encontrava mergulhado, Salazar foi convidado a assumir a pasta das Finanças em 1928. Quatro anos depois de ter surgido na cena política portuguesa, tornava-se Presidente do Conselho de Ministros.

Os primeiros anos da censura seriam marcados por dificuldades criadas pela revolta contra a ditadura militar. Porém, a partir de 1930, a censura começa a organizar-se, focando-se, mais uma vez, na imprensa. Em novembro de 1933 é criado o Regulamento dos Serviços da Censura que, de acordo com Graça Rodrigues, nunca chegou a ser publicado no *Diário do Governo* (Rodrigues, 1980, p. 71). Nele estipulava-se que “nenhuma publicação sujeita a censura prévia poderá ser fundada sem prévia autorização da Direcção dos Serviços de Censura, requerida pelo respectivo proprietário” (Rodrigues, 1980, p. 72). Também em 1933, surge o livro *Salazar: o homem e a sua obra* (1933), de António Ferro, uma coletânea de entrevistas publicadas em 1932 no

4 A partir do dia 24 de junho de 1926, todos os jornais seriam marcados pela frase “Este número foi visado pela Comissão de Censura” (Azevedo, 1999, p. 345).

*Diário de Notícias*⁵. Nesta obra, o entrevistado analisa o papel da censura, descrevendo-a como uma “instituição defeituosa, injusta”, mas um mal necessário⁶ que funciona como “elemento de elucidação, como correctivo” (Ferro & Salazar, 1935, p. 47).

A partir de 1930, o Estado começa igualmente a desenhar órgãos próprios que visam garantir um eficiente funcionamento da censura. Até 1933, “o exercício da censura estava a cargo das Comissões de Censura, de nomeação governamental, subordinadas ao Gabinete do Ministro do Interior, por intermédio da Comissão de Censura de Lisboa” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2006), mas a partir dessa data é criada a Direcção Geral dos Serviços de Censura (Direcção dos Serviços de Censura, a partir de 1935), sob a tutela do Ministério do Interior. Em 1936, este órgão amplia as suas funções e passa “a intervir na fundação, circulação, distribuição e venda de publicações, nomeadamente estrangeiras, que contivessem matérias cuja divulgação não fosse permitida em publicações portuguesas” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 2006). Em 1940, é criado o Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação que era dirigido pelo próprio Presidente do Conselho (Azevedo, 1997, p. 50). Em 1944, Salazar surgia como figura central do aparelho censório, criando o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular, ao qual presidia (*ibidem*, p. 51).

A partir de 1958, altura em que o general Humberto Delgado apresenta a sua candidatura, a censura intensifica-se (*ibidem*, p. 43). Em 1961, face ao agravamento da situação política em Portugal e nas colónias, a circular confidencial de 14 de julho de 1961 estabelece “Novas Diretivas Gerais de Censura”. Aqui proíbe-se “ataques pessoais” e declara-se que “atendendo que focam frequentemente problemas políticos”, as “páginas literárias continuam a ser sujeitas a censura” (*ibidem*, p. 44). Quando Marcelo Caetano sobe ao poder em 1968, a esperança de uma futura democratização é renovada. No entanto, ainda que o Secretariado Nacional de Informação e Cultura Popular acabe por ser extinto, os serviços de censura, no seu conjunto, são absorvidos

5 Segundo Fernando Rosas, Ferro “[n]ão toma apontamentos das conversas com Salazar, retém ideias e encena-as”, pelo que “não estamos, em rigor, perante a transcrição de uma entrevista, mas de um discurso teatralizado, de um diálogo onde laboriosamente se trabalham as ideias e o perfil do ‘Chefe’. O jornalista não é neutro nem jornalista. Ele próprio se assume como o ‘intermediário’ de Salazar ‘junto do povo’” (2013, p. 163).

6 De acordo com Cardoso Pires, Salazar almejava tornar a censura “um hábito social, uma prática familiar de dissuasão, por assim dizer. Chamava-lhe resignadamente ‘um mal necessário’, como toda a gente sabe” (Portela & Pires, 1991, p. 38).

pela Secretaria de Estado da Informação e Turismo (*ibidem*, p. 57)⁷, e a PIDE é substituída pela Direcção Geral de Segurança. No despacho de 14 de outubro de 1968, determinava-se que não seria permitida a publicação de textos que ofendessem os “órgãos de soberania nacional”, as Forças Armadas e “a moral cristã tradicional do país”. Proibia-se igualmente publicações que colocassem em causa a “política adoptada quanto ao Ultramar Português”, que fizessem “perigar a formação das novas gerações” e que atingissem Salazar ou promovessem “incitamento à subversão, nomeadamente através da divulgação das doutrinas marxistas ou de propaganda das atividades comunistas” (*ibidem*, p. 59-60). O mesmo despacho pretendia proteger os órgãos de soberania nacional (e o próprio Salazar), mas também expandir o alcance da ditadura para além das suas fronteiras físicas. Este documento tinha igualmente como intenção prolongar o poder do governo para além do seu tempo de vida, assegurando que as “novas gerações” eram incluídas no seu projeto.

Em 1972, a Direcção dos Serviços de Censura seria transformada na Direcção Geral da Informação (*ibidem*, p. 58) e a frase “Este número foi visado pela Comissão de Censura”, que, como referido anteriormente, surgiu nas primeiras páginas dos jornais em 1926, era substituída por “este jornal foi sujeito a Exame Prévio” (*ibidem*, p. 29). Quanto à censura literária, segundo Cândido de Azevedo, entre maio de 1926 e abril de 1933, esta “manteve um carácter restrito” (*ibidem*, p. 52), agindo sobretudo baseada em denúncias por parte da Polícia Internacional (mais tarde PIDE e, finalmente, DGS), ou por parte de proprietários de livrarias, tipografias, quiosques ou tabacarias (Azevedo, 1999, p. 493)⁸. De acordo com Graça Rodrigues, os livros não eram sujeitos a censura prévia (apenas quando remetiam para assuntos políticos e sociais), mas podiam ser apreendidos. Assim que isso acontecesse, os meios de comunicação social eram impedidos de mencionar esses livros (Rodrigues, 1980, p. 80). Por exemplo, o livro de José Cardoso Pires *O hóspede de Job* (1967) foi autorizado a circular, mas a imprensa foi proibida de mencioná-lo (Azevedo, 1997, p. 112-113). Era assim que a censura conseguia remeter diversos autores ao anonimato ou ao “catálogo dos irrecuperáveis” (Pires, 1999, p. 186). Para além disso, as tipografias eram obrigadas a enviar um exemplar de todos os livros impressos antes de estes serem colocados

7 Para Cardoso Pires, esta ligação entre propaganda e turismo representa uma tentativa de “silenciar a verdade e exportar a mentira” (1999, p. 164).

8 A circular de 21 de fevereiro de 1934 apelava a que os donos destes estabelecimentos se tornassem em “colaboradores preciosos” da censura (Azevedo, 1997, p. 54).

em circulação; a DGS tinha poder para encerrá-las ou para apreender material; os correios controlavam a circulação de livros e a Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos condicionava o acesso a livros (Rodrigues, 1980, p. 73). Foi neste contexto de repressão implacável que *Dinossauro Excelentíssimo* se apresentou aos leitores.

A censura e *Dinossauro Excelentíssimo* (1972)

Antes da publicação de *Dinossauro Excelentíssimo*, Cardoso Pires já tinha conhecido os efeitos nocivos da censura literária. O seu livro *Histórias de Amor* foi proibido em 1952 (Azevedo, 1999, p. 100) e, por causa dele, Cardoso Pires chegou a ser detido pela PIDE (*ibidem*, p. 101). Mais tarde, como já referido, o seu livro *O hóspede de Job* (1967) não seria mencionado nas páginas dos jornais após a sua publicação. Cardoso Pires acabaria por pertencer ao grupo de autores, tais como Natália Correia, Urbano Tavares Rodrigues ou Alves Redol, cuja obra havia sido intercetada pela censura. *Dinossauro Excelentíssimo* surgiu num período de profunda desilusão a que Cardoso Pires chamou “inverno ‘liberal’” (1999, p. 194) em vez de “primavera marcelista”. Publicado no início da década de setenta, praticamente no final da ditadura, seria de esperar que este autor tivesse beneficiado de um afrouxamento das medidas repressivas. Porém, como acima explicitado, a esperança de alguma liberalização foi cruelmente frustrada. Meses depois de *Novas Cartas Portuguesas* (abril de 1972) e *Dinossauro Excelentíssimo* (junho de 1972) serem apresentados aos leitores, era publicado um despacho (3 de novembro de 1972) que incumbia a Direção Geral de Segurança de: identificar tipografias que se dedicavam à impressão de livros suspeitos, isto é, livros “pornográficos e subversivos”; fazer visitas regulares a tipografias “recorrendo a brigadas para impedir a impressão de textos que possam vir a ser proibidos”; controlar “publicações pornográficas e suspeitas” estrangeiras e informar “Grémios das Artes Gráficas e dos Editores e Livreiros da acção de repressão que será desencadeada” (Azevedo, 1997, p. 65-66).

Em outubro de 1973, a poucos passos da Revolução de Abril, Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno seriam julgadas pela publicação de *Novas Cartas Portuguesas* (a sua prisão apenas seria evitada pelo eclodir da Revolução de Abril). Talvez porque esta acutilante denúncia do regime havia sido mascarada de literatura infantil, o livro *Dinossauro Excelentíssimo* conseguiu escapar ileso por entre os dedos da censura⁹. Na verdade, nesta obra, Cardoso Pires joga com estratégias

9 Como já aqui frisado, a história do velho dinossauro foi também resgatada das mãos da censura graças à célebre disputa na Assembleia Nacional. Porém, tal como *Novas Cartas Portuguesas*, ficaria conhecida

de aproximação ao conto para crianças a vários níveis: na relação entre narrador e narratária (Ritinha, uma criança, é a interlocutora), na marcação de um tom oral de narração, na exploração de figuras de linguagem apelativas e geradoras de efeitos de cômico, como onomatopeias, na construção de um mundo irreal que remete para a fábula, na própria opção por personagens planas, previsíveis no seu comportamento e no seu papel na orgânica da ação. Acresce a isto a opção por uma edição ilustrada, que reforça a aproximação ao livro para crianças. A primeira edição inclui 21 ilustrações de João Abel Manta que, não seguindo de todo o registo estético mais tradicional da ilustração para a infância, acompanham o texto na “operação” de camuflagem. No posfácio à edição de 1979, ao mesmo tempo que estabelece uma crítica ao regime, Cardoso Pires faz a ponte com a fábula, afirmando que *Dinossauro Excelentíssimo* se refere a um tempo “em que os animais falavam e os homens sufocavam” (1979, p. 120). Portugal é descrito como um reino que “naquela época tremia de frio e desconfiança. Tinha-se deslocado mais para a beira-mar, não se sabe bem porquê mas calcula-se: fome” (Pires, 1972, p. 25). Partindo do trabalho de Luís Reis Torgal, Carina Infante do Carmo sublinha que “[t]ambém a fábula era, a par das canções e histórias exemplares, um género privilegiado pelo discurso escolar do Estado Novo, ao veicular a soberania da nação, da religião e da família” (2008, p. 171). A fim de alcançar a população portuguesa, Cardoso Pires recorre aos mesmos canais de comunicação usados pelo regime. Helenice Silva considera que “a fábula, como género literário, foi escolhida conscientemente para ‘revelar sem dizer’, possibilitando através de *exemplum* – a alegoria da história de um Dinossauro – uma discussão sobre as verdades soterradas no passado histórico” (2007, p. 59). Para além do poder inclusivo e disseminador da fábula, não podemos esquecer que a disputa na Assembleia Nacional, já aqui aludida, fez com que esta obra beneficiasse de franca notoriedade (de acordo com Cardoso Pires, a Arcádia foi salva da falência graças ao sucesso de vendas deste livro [1999, p. 108]), pelo que, apesar da iliteracia generalizada, ela pode ter sido realmente lida por muitos leitores¹⁰.

como uma investida contra um sistema repressivo e moribundo que, obstinadamente, tentava esconder o seu estado de decadência.

10 Mesmo que tal não tenha acontecido, a história do debate da Assembleia andou de boca em boca, contribuindo assim, paralelamente, para a interrogação e descredibilização do regime. Segundo Cardoso Pires, este episódio da política portuguesa terá sido tão difundido que esta obra ficou conhecida como o “livro da Assembleia” (Azevedo, 1999, p. 108).

Em *Dinossauro Excelentíssimo*, a sociedade portuguesa está dividida em mexilhões, camponeses e “dê-erres”¹¹. Os mexilhões, “só tripa e casca”, resistiam ao embate das ondas nas rochas, alimentavam-se de “água e sal, do sumo da pedra ou de milagres” (p. 26), mastigavam os beiços quando não havia comida e, virados para o mar, ficavam com rugas e velhos antes do tempo “de tanto fitarem o além” (p. 26-27). Os padres, “escuros como eles”, eram também considerados como mexilhões. Já os camponeses, “tinham a barriga curtida, eram cardos” que “se cravavam na terra como uns danados, à dentada. Acocoravam-se nas tocas e nas dobras das montanhas” para se protegerem da ventania e “pareciam calhaus, seres empedernidos” (p. 25). Nesta obra, a população portuguesa surge representada como um conjunto de pessoas que esgravatam o chão para matar a fome e que, vergadas pelo medo, são condenadas à bestialidade.

Como figura central desta obra, encontramos novamente um animal: o excelentíssimo Senhor Douktor Dinossauro (ou Salazar). Segundo António Ferro, Salazar era frequentemente retratado como o “papão”, um “senhor carrancudo” e um “político áspero e mal encarado” (Ferro & Salazar, 1935, p. 132), pelo que, desde muito cedo, o pensador da “política de espírito” começa a desenhar uma imagem alternativa deste governante¹², apresentando-o como um homem modesto e dedicado ao seu trabalho. Em *Dinossauro Excelentíssimo*, porém, Cardoso Pires desenha um “retrato grotesco de Salazar” (Portela & Pires, 1991, p. 36), que surge como a antítese dessa imagem. Carina Infante do Carmo refere-se a esta obra como o “símbolo maior da dessacralização do regime e do seu ditador” (2008, p. 165). De certa forma, *Dinossauro Excelentíssimo* pode ser vista como uma paródia do retrato que havia sido cuidadosamente desenhado por Ferro, desmascarando Salazar e descrevendo este governante como ambicioso, obstinado, estagnado no tempo, vingativo e cruel (ou mesmo monstruoso).

De acordo com Fernando Rosas, antes de conhecer António Ferro, Salazar era uma figura obscura, com “um perfil severo, de dirigente católico, até há pouco próximo do episcopado, com tiques de lente coimbrão, de conservador elitista avesso

11 Os “dê-erres” são filhos e netos de camponeses que enriqueceram. São “uma raça híbrida apurada em movimentos migratórios entre a sebeta e o catecismo” e uma mistura entre “os mexilhões do litoral e do interior que, no contacto com as leis e a administração, adquiriram vícios típicos e porte bem definido” (p. 40). O seu *habitat* natural localiza-se nas “áreas das secretarias” e lutam “contra as maiorias dos mexilhões, dominando-as pelo cantar gargarejado com manobras de ponto e vírgula” (p. 40).

12 João Abel Manta criou um retrato de António Ferro em que este surge com o perfil de Salazar a ser construído em pano de fundo (Manta, 1975, p. 172).

à rua e às massas em geral” (2013, p. 161). Em *Dinossauro Excelentíssimo*, Salazar é retratado de forma semelhante. O narrador conta que ele ignorava a luz do dia, “[g]ente, a menos possível. [...] O Povo lembrava-se dele pelos retratos oficiais, pelos bustos de jardim ou, mais dificilmente, pelas notas de banco” (Pires, 1972, p. 45). É também referido que o imperador, “na ânsia de purificar as palavras, acabou por ficar entrevado com a paralisia da mentira”¹³ (p. 9). Salazar referiu, num dos seus discursos, que “a mentira pode ser mais agradável que a verdade” e que “o povo gosta que lhe mintam” (Salazar, 1951, p. 487). Num tempo que se apresenta como a era da pós-verdade, em que as *fake news* ocupam um espaço proeminente de antena, a manipulação das palavras volta a ser apresentada como banalizada e inofensiva, quase necessária, fazendo com que a verdade surja novamente como feita de uma matéria maleável e adaptável às circunstâncias.

A centralidade das palavras na vida do dinossauro é repetidamente enfatizada nesta obra. Ao longo de *Dinossauro Excelentíssimo*, é partilhada com o leitor a história de um dinossauro que começou por dominar um complexo vocabulário técnico para em seguida despojar a linguagem, assim como todos os portugueses, de ímpetos revolucionários ou dissidentes. Na primeira parte, por exemplo, é explicado ao leitor como o dinossauro chegou a Coimbra e como subiu na escada do poder graças ao seu domínio sobre uma linguagem próxima dos “alfarrábios, uma maneira de discorrer tão encarreirada a aparato burocrático” (p. 24).

É na segunda parte desta obra que a máquina de torturar palavras começa a ser esquematizada. Como referido na primeira secção deste artigo, a partir de um certo momento do processo de construção do aparelho censório, Salazar começa a concentrar em si todo o poder sobre a censura, tornando-se na sua figura central. Segundo

13 Esta referência à “mentira” está ligada ao facto de Salazar ter governado um país que apenas existia na sua mente, impondo essa miragem (ou “os mitos que inventaram” [Pires, 1972, p. 71]) aos portugueses durante mais de quarenta anos. Também o momento da sua morte foi envolto em mentira, pois Salazar terá falecido sem saber que já não governava. Segundo Meneses, fazia-se “de conta que continuava no poder” e, “cumprindo ordens de [Américo] Tomás, quando Salazar saiu do seu coma não foi informado de que tinha sido substituído por Caetano” (2011, p. 648). Contudo, o governante pode ter suspeitado de algo, pois, em privado, terá lamentado que não falassem com ele sobre “assuntos políticos” (*ibidem*, p. 651). Um dos seus médicos, Eduardo Coelho, refere que “[n]a mentira em que o fizeram viver, Salazar viveu meses à espera que chegasse o seu dia. De morte? Não. O dia de integração no seu pensamento político, o dia em que retomasse a chefia da administração pública, o dia do regresso à sua atividade, do regresso ao poder. E assim se convenceu enquanto se não cerraram os seus olhos. Fizeram dele o exilado de si próprio. Foi este o grande drama da vida de Salazar” (Meneses, 2011, p. 651-652).

o contador de histórias, o dinossauro dormia com as palavras desde criança “e agora que estava sentado a governar começou a magicar um plano para pôr o Reino a falar numa língua limpa e severa” (p. 32). Despojada de ambiguidade e expressividade, a linguagem seria colocada ao serviço do governo. Este processo de depuração é aliás associado à destruição de livros promovida pela Inquisição e por regimes ditatoriais: “[p]alavras correntes, mais vivas ou menos próprias, fogueira com elas porque pingavam de certeza veneno nas entrelinhas” (p. 32). A linguagem seria assim usada apenas para fins burocráticos e repressivos, isto é, para manter “a ordem e [o] bom-senso” (p. 33), e o dinossauro gastaria anos da sua vida para se “ver livre das palavras que o incomodavam” (p. 35). A dado momento, projetou um sistema de vigilância para assegurar que este processo de depuração era finalizado de forma mais rápida e eficiente. Este dependia de bandos “de espiões [que] batiam as ruas¹⁴ com o encargo de denunciar a língua” (p. 35). O contador de histórias refere que a “fala dos mexilhões era passada a crivo, havia orelhas de morcego a caçá-la nas dobras da sombra” (p. 35). Cardoso Pires descreveu a censura como “uma máquina de corrupção e de terrorismo cultural em ligação direta com a Administração e com a polícia política” (Portela & Pires, 1991, p. 38). E é assim, como uma máquina, que a censura é descrita em *Dinossauro Excelentíssimo*:

Reunido no gabinete com alguns mágicos sem passaporte, ligou lâmpadas e megalâmpadas, instalou labirintos, olhos electrónicos, cabelos de platina, deu instruções secretas a computadores de inconcebível crueldade – e ao ver a máquina a funcionar, esfregou as mãos: agora sim, a música ia ser outra. [...] Aquilo que até ali não passava de um modesto gabinete¹⁵ sem nada de especial iria ser conhecido por **A CÂMARA DE TORTURAR PALAVRAS** onde verbos e substantivos, cedilhas e restante população dos dicionários sofreriam tratamentos em último grau. (Pires, 1972, p. 35-36)

14 Cardoso Pires, afirmou que a censura tinha muitos rostos e que, após publicar *Dinossauro Excelentíssimo*, o general Câmara Pina, “com mais uns velhinhos frequentadores do Chiado, andavam pelas livrarias da Baixa em acções de denúncia e de intimidação” (Azevedo, 1999, p. 110).

15 Azevedo menciona a existência de um Gabinete de Leitura Especializada que atuou durante o governo de Marcelo Caetano (1999, p. 507). Cardoso Pires referiu-se a um *Gabinete Fantasma* dirigido por Paulo Rodrigues, responsável pelo “consulado do terror” (Azevedo, 1999, p. 516).

Esta “câmara de torturar palavras” efetua uma representação do aparelho censório do Estado Novo. Os censores, seus fiéis representantes, eram sobretudo oficiais do Exército de baixa patente, reformados ou na reserva (Azevedo, 1999, p. 379). Os critérios seguidos por estes eram “demasiado vagos e subjectivos” (*ibidem*, p. 538), pelo que muitos livros terão sido condenados ao silêncio por mero desconhecimento e medo de represálias, mas também porque, segundo o próprio Salazar, este processo dependia do livre-arbítrio, humor e temperamento do censor (Ferro & Salazar, 1935, p. 46). Após concluírem a leitura dos livros, os censores escreviam um relatório onde determinavam se a obra era *Autorizada*, *Proibida* ou *Autorizada com Cortes* (Azevedo, 1999, p. 546). O diretor dos Serviços de Censura tomava a decisão final “em conformidade, ou não” com este relatório e, em certos casos raros, “o assunto podia chegar às mãos do Secretário de Estado da Presidência do Conselho” (*ibidem*, p. 546). Sendo assim, a censura era estruturada de acordo com uma hierarquia que se estendia do censor a Salazar.

A câmara de torturar palavras surge na narrativa como um instrumento de vigilância eletrónico, semelhante aos sistemas digitais de monitorização usados atualmente, que mantinha um registo dos diferentes usos das palavras efetuados pela população. Em *Dinossauro Excelentíssimo*, o processo de “torturar palavras” era constituído por seis fases. A primeira fase, intitulada a) *grupo de registos de leitura*, referia-se à receção dos livros que haviam sido intercetados. Em seguida, as palavras apreendidas passavam imediatamente ao b) *Sistema de Seleções Progressivas*, onde se obtinham “os sinónimos e as intenções mais ocultas de cada palavra”¹⁶. Num terceiro momento, o c) *Grupo Complementar* tinha como finalidade informar “sobre as raízes árabes, gregas, latinas ou de antepassados mais duvidosos”. Nas d) *Câmaras Alfa, Beta e Beta Um*, as palavras eram “[d]evidamente desdobradas nas suas origens e significados” (Pires, 1972, p. 36) e, por isso, assistimos à transformação da palavra “mendigos” em “inadaptados” ou da palavra “impostos” em “donativos” (p. 33-34)¹⁷. Depois desta fase, o “produto obtido, a reminiscência, a sílaba, ia sendo anotado” numa “e) *Fita de registo* contínuo e simultaneamente enviado” para o “f) *Complexo de Recuperação* (lavagem e filtros) que, depois de purificar a palavra, a recompunha e transmitia aos g) *Ficheiros Automáticos*” (p. 36-37). Para completar este processo, o dinossauro recorria a “bacharéis estremunhados”

16 Cardoso Pires refere que toda a frase podia conter “os ópios da clandestinidade” (1999, p. 169).

17 Os jornalistas mantinham um “prontuário dos censores”. Neste documento, o termo “classes menos favorecidas” substituíva “pobres ou indigentes” (Azevedo, 1999, p. 30).

que “limpavam terreno” e que eram responsáveis pelas “palavras que o Imperador ia abatendo lá no seu gabinete” (p. 49). A ilustração de João Abel Manta que apresenta a “câmara de torturar palavras” ao leitor revela a imagem de sete circuitos por onde as palavras e a pontuação circulavam, apresentando a censura como um processo de depuração e de tortura em que as palavras são separadas do seu significado, surgindo como uma cascata de letras ilegível e, conseqüentemente, desprovida de intenções.

O narrador conta que os “mexilhões descontentes” protestavam, mas o Imperador respondia massacrando ainda mais palavras. Segundo o contador de histórias, ele queria “desempestar o Império e as consciências queimando o termo grosseiro e a frase manhosa” e “colocando os mexilhões a falar praticamente por sinais” (p. 47). A censura tinha como objetivo tornar a linguagem verbal numa ferramenta estéril e inadequada para a luta contra o regime. O narrador de *Dinossauro Excelentíssimo* salienta que os mexilhões “não compreendiam a língua” dos “dê-erres” (p. 27) e que, depois de invadidos, foram derrotados por estes, recebendo um “golpe de misericórdia com rajadas de discursos” (p. 27). Subjugados, os mexilhões recorriam a provérbios e à sabedoria popular, construindo uma espécie de linguagem codificada que permitia resistir a esta vaga burocrática e repressiva que ameaçava engolir o reino. Para Cardoso Pires, o calão seria “uma forma de defesa e de coesão das comunidades perseguidas” (1999, p. 174) e o nome atribuído ao utensílio de cozinha usado para evitar desperdício, o “salazar”, é prova viva desse uso da linguagem como instrumento de resistência coletiva.

Em *Dinossauro Excelentíssimo*, a insolência da linguagem popular que, mesmo perseguida, não deixa de efetuar uma crítica sardónica ao regime surge enaltecida pela reformulação de diversos provérbios: face a guerras ou subida de preços “quem pagava eram os mexilhões” (p. 26) e quanto à cortiça do Alentejo e aos diamantes de Angola “[c]ada terra dá o que tem, a mais não é obrigada” (p. 20). O narrador afirma que há “muita verdade no provérbio” (p. 26) e o final da vida do dinossauro é aliás explicado recorrendo a um deles. Segundo os gregos, que escreviam fábulas e lendas, “quem muito se olha cega e quem muito se ouve perde a voz” (p. 71). Porém, os gregos não terão ouvido os próprios ensinamentos e “morreram sob o peso dos mitos que inventaram” ou sob “as imagens com que tentaram explicar-se fora do tempo e só para a Eternidade” (p. 71). Obcecado em alcançar uma imagem do país por si desenhada, o dinossauro haveria de cair sob o peso da sua própria teia.

Na terceira parte (“As palavras”) desta “alegoria satírica à censura das palavras” (Fauri, 2016, p. 120), o contador de histórias refere que o Imperador, perante a indiferença dos camponeses excursionistas, dos habitantes da capital e dos países estrangeiros, com quem

tentava estabelecer contacto através dos seus discursos, “atirou-se com raiva dobrada às palavras” (Pires, 1972, p. 59). Tal como um animal à espera de uma oportunidade para atacar, o dinossauro, “[s]em estremecer, um olho na teia, outro na tira de papel [...] e com uma agilidade inesperada [...] saltava sobre a palavra e devorava-a”, fazendo com que a voz de mais um mexilhão fosse silenciada (p. 60-61). A pontuação também representava um perigo, porque “nas mãos dos mexilhões anarquistas podia muito bem transformar-se em rasteiras” (p. 61). As reticências, por exemplo, seriam “como um rastilho para conclusões inconfessáveis” e “o ponto de interrogação” funcionaria como “uma granada mais a prumo do que um ponto de exclamação” (p. 61). E assim, “sempre de guarda à teia” e “devorando palavras atrás de palavras” (p. 68), envelheceria o “imperador ermitão”, perdendo gradualmente a forma humana.

No entanto, um certo dia, cai um substantivo na rede que perturbará o funcionamento da engrenagem. Pronto a investir sobre a palavra, o Imperador “[v]iu-a passar no circuito” (p. 72). Descontrolada, ora ela se apresentava como “Demo”, como “Ordem”, como “Morde”, ou então como uma sequência incompreensível de letras. A fita de registo serpenteava pelo chão e, incontrolável, silvava enroscando-se nas pernas e nos punhos do Douktor. A palavra “ordem”, tão pura, transformara-se em “medo” (p. 73). Segundo o narrador, o “vício da ordem” era a fraqueza dos “dê-erres” (p. 41). Seria justamente a recombinação aleatória da palavra “ordem” que, após instalar o caos, ditaria o fim da máquina da censura.

O dinossauro ainda tentou fugir, mas consigo arrastava metros e metros de palavras. Foi debaixo do seu “irmão de bronze”, uma estátua criada em sua homenagem, que acabaria por ser encontrado (p. 75). Porém, tal como Salazar após a sua queda, o dinossauro não morreu e, na quarta parte desta fábula, o epílogo, é referido que os médicos, “apertados no difícil limite entre a vida e a morte” (p. 80), trabalharam dia e noite para salvá-lo. Ainda conseguiram ressuscitá-lo, mas os conselheiros já tinham colocado outro imperador no trono (p. 80) e temiam agora uma vingança (p. 82). Por este motivo, todos decidiram tratar o Imperador como se ele ainda estivesse no trono. A máquina das palavras continuaria “a lavar os mexilhões e o Douktor a cavalgar nas caixas altas dos jornais” (p. 82)¹⁸. Próximo do final da história, o dinossauro é descrito a Ritinha como alguém que excedeu o seu tempo de vida e que, esquecendo que estava vivo, faleceu (p. 93).

18 As notícias sobre a sua condição, embora manipuladas (segundo Meneses, “foram autorizadas notícias sobre a operação de Salazar, ainda que em versão aligeirada para evitar dramatismos” [2011, p. 645]), eram transmitidas nos jornais em “caixas altas”.

Conclusão

Ainda que em *Dinossauro Excelentíssimo* as palavras surjam retratadas como um poderoso instrumento de repressão difundida através de decretos e discursos, foram elas que, em uníssono, desmantelaram a máquina da censura no final desta história. O mesmo viria a acontecer dois anos mais tarde, em Portugal, quando a população, unida, anunciaria a queda do regime. Escrita num período em que a ditadura se encontrava em derrocada iminente, a “obra da Assembleia” terá desferido um dos derradeiros golpes num regime que, em desespero, assistia à sua própria ruína. Esta fábula jocosa ridicularizava a ditadura no momento em que esta tentava, recorrendo a todas as armas, conservar o seu poder. Para além de denunciar um sistema injusto, violento e castrador, *Dinossauro Excelentíssimo* apelava aos seus leitores que ousassem rejeitar um regime que apenas existia para garantir a sua própria sobrevivência.

Helenice Silva refere que, em *Dinossauro Excelentíssimo*, “Cardoso Pires procura desmascarar os fatos encobertos pelo discurso oficial, e, para realizar tal ação, o autor se afasta do ‘discurso centralizado’, buscando a margem para encontrar a história escamoteada” (2013, p. 135). Como sabemos, os escritores recorriam frequentemente às infinitas possibilidades de significação da linguagem verbal para conseguirem expressar o indizível. José Cardoso Pires referiu-se ao uso de um “estilo *clandestino*” que recorria a determinadas metáforas que, no final dos anos 40, “conferiram à prosa (e à poesia) do após-guerra aquele halo romântico que a caracterizava” (1999, p. 174). *Aurora* seria sinónimo de “socialismo nascente”, *primavera* representaria “Revolução”, *papoula* corresponderia a “comunista”, *companheiro* seria “camarada de luta”, *vampiro* surgia em vez de “bufo e informador” (*ibidem*, p. 174). Cardoso Pires sublinha que “a linguagem escrita substituía as imagens convencionais por outras que ia recolher ao prontuário subterrâneo da juventude politizada e à poesia de combate” (*ibidem*, p. 174)¹⁹. Seria necessário, tal como salienta Maria Lúcia Lepecki, referindo-se a *Delfim* (1968) e a outros livros de José Cardoso Pires, um “leitor manhoso” que fosse capaz de “verticalizar as propostas significativas” (1977, p. 101). Porém, segundo Lepecki, os seus textos não eram dirigidos a um erudito ou a uma elite²⁰, mas sim ao leitor

19 Os escritores usavam metáforas para contornar a censura, mas Cardoso Pires considerava que este método era, também ele, castrador. Adicionalmente, Pires acreditava que serviria para desresponsabilizar os escritores (Portela & Pires, 1991, p. 36).

20 Numa narração acerca de um dos seus encontros com a PIDE, Cardoso Pires refere-se à atitude paternalista da mesma. Segundo o representante que o recebeu nas instalações da PIDE, “a censura não pretendia acabar com a literatura, o que pretendia era que ela não fosse tão agressiva como o estava a ser,

atento, àquele que “labora” (1977, p. 102) e que participa no “jogo do olho vivo” que é a leitura dos seus textos. Sendo assim, estes não eram dirigidos às elites intelectuais, mas à “vanguarda da consciência de classe”, isto é, aos “trabalhadores em saber concreto” e aos “burgueses em opção de esquerda” (*ibidem*, p. 102). Carina Infante do Carmo considera que *Dinossauro Excelentíssimo* foi um “[b]est-seller no nosso parco mercado livreiro, com seis edições até 1974”²¹ e “respondeu ao fascínio de um certo público pelo fruto proibido: o de ver rebaixado o regime corporativo, reconhecível nos exageros daquela fábula zoomórfica” (2008, p. 165). De acordo com Carmo, este público estava “familiarizado com a literatura de resistência” (*ibidem*, p. 165) encontrando-se por isso receptivo a textos subversivos. Para além deste fator, como vimos, Cardoso Pires recorre à linguagem popular e à tradição oral, aumentando assim as hipóteses de chegar a um grupo mais vasto de leitores.

Como foi possível verificar, *Dinossauro Excelentíssimo* surge como um importante documento que permite conhecer a censura a partir da perspectiva de um escritor. Nesta obra, é possível encontrar uma descrição de muitos dos seus mecanismos, contribuindo assim para o estudo desta técnica de silenciamento. Adicionalmente, *Dinossauro Excelentíssimo* torna claro que, mesmo depois da morte de Salazar e da ascensão de um novo chefe de estado, a censura continuava ativa.

Passaram quase cinquenta anos desde a publicação desta obra, pelo que a ditadura surge para muitos como uma memória distante, cujo impacto não se verifica no presente. No posfácio à reedição de *Dinossauro Excelentíssimo*, Cardoso Pires refere que, ao escrever esta história, ele “sabia que a memória política é frágil” e que “conta com isso para repetir o erro histórico e apagar analogias”, passando “uma esponja sobre o passado” (1979, p. 120). Obras como *Dinossauro Excelentíssimo*, que ousaram desafiar um regime repressivo que parecia eterno, surgem como ecos de um passado aparentemente adormecido, cuja relação com a atualidade parece ter sido suprimida pelo tempo. Porém, *Dinossauro Excelentíssimo* não deixa esquecer que, embora com diferentes protagonistas e fazendo uso de redobrados instrumentos, a história pode repetir-se.

porque isso desmoralizava a Nação” (Azevedo, 1999, p. 103). Para este agente da PIDE, as “pessoas cultas e ricas” percebiam que o autor não estava contra o país, mas os pobres “que constituíam a maioria da Nação, não tinham essa capacidade de discernir e viam nesses livros um incitamento à revolta” (*ibidem*, p. 103).

21 Cardoso Pires conta que esta obra teve três edições em 1972, duas edições em 1973 e uma nova edição em 1974 (1979, p. 55). Carlos Reis refere que, até 1973, foram “atingidos os 25 mil exemplares de tiragem” (2016, p. 10).

Referências bibliográficas

- Arquivo Nacional Torre do Tombo (2006). *Direcção dos Serviços de Censura*. DigitArq: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4326865>.
- Azevedo, C. (1997). *Mutiladas e proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*. Lisboa: Caminho.
- _____. (1999). *A censura de Salazar a Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*. Lisboa: Caminho.
- Barata, E. (2020). *A retórica do poder em Dinossauro Excelentíssimo de José Cardoso Pires e El otoño del patriarca de Gabriel García Márquez* (tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal). Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/104270>.
- Carmo, C. I. do (2008). O Ditador Vai Nu: Uma Leitura Bakhtiniana de *Dinossauro Excelentíssimo* de Cardoso Pires. In A. A. S. de Carvalho (ed.), *O jogo no jogo : divertimento, experimentalismo, problematização do literário: actas, I Colóquio de Literaturas Românicas* (pp. 165-181). Roma Editora.
- Fauri, A. L. (2016). *O Escritor nas Garras da PIDE: Literatura, Sociedade e Repressão no Contexto do Estado Novo* (tese de doutoramento, Brown University, Providence, Estados Unidos da América). Disponível em: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:674355/PDF/>.
- Fernandez, S. R. F. da S. V. (2012). *A metaficção no romance pós-modernista português* (tese de doutoramento, Universidade do Algarve, Faro, Portugal). Disponível em: [https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/6709/1/TESE%20COMPLETA%20\(1\).pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/6709/1/TESE%20COMPLETA%20(1).pdf).
- Ferro, A. & Salazar, A. de O. (1935 [1933]). *Salazar, o homem e a sua obra*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Hoffmann, R. (2012). *Faces e contrafaces da identidade portuguesa em textos de Cardoso Pires* (tese de doutoramento, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103700>.
- Lepecki, M. L. (1977). *José Cardoso Pires*. Lisboa: Moraes Editores.
- _____. (2003). O intertexto evangélico em *Dinossauro Excelentíssimo*. In M. L. Lepecki (ed.), *José Cardoso Pires, uma vírgula na paisagem* (pp. 139-157). Roma: Bulzoni Editore.
- Letria, J. J. & Manta, J. A. (2014). *João Abel Manta: Não se distorce a cara de um homem*. Lisboa: Guerra e Paz.
- Manta, J. A. (1975). *João Abel Manta. Cartoons 1969-1975*. Lisboa: Edições “O Jornal”.
- Mariano, J. C. (2012). *A literatura infantil e o autoritarismo no século XX: um estudo comparativo entre Ruth Rocha e José Cardoso Pires* (dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103700>.
- Meneses, F. R. de (2011). *Salazar, Biografia definitiva*. Alfragide: Leya.

- Paulo, H. de J. (1996). Salazar: a elaboração de uma imagem. *Revista de História das Ideias*, 18, 245-275.
- Pires, J. C. (1972). *Dinossauro Excelentíssimo*. Lisboa: Arcádia.
- ____ (1975). Prefácio. In J. A. Manta, *João Abel Manta. Cartoons 1969-1975* (pp. 5-7). Lisboa: Edições “O Jornal”.
- ____ (1979). *O Burro-em-Pé*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ____ (1988). *A república dos corvos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ____ (1999). *E agora, José?*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Portela, A. & Pires, J. C. (1991). *Cardoso Pires por Cardoso Pires. Entrevista de Artur Portela*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Reis, C. (2016). Prefácio. In J. C. Pires, *Dinossauro Excelentíssimo* (pp. 7-13). Alfragide: Leya.
- Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.
- Saggiaro, A. A. F. (2018). *Algumas reflexões sobre a sátira em Dinossauro Excelentíssimo de José Cardoso Pires* [poster]. *Anais – Simpósio Internacional de Linguagens Educativas*. Universidade do Sagrado Coração, Bauru, Brasil. Disponível em: <https://unisagrado.edu.br/anaisile/>.
- Salazar, A. O. (1951). *Discursos e notas políticas IV, 1943-1950*. Coimbra: Coimbra Editora, L.^{da}.
- Sampaio, M. L. S. (2011). As margens no centro: lugares de desatenção na obra de José Cardoso Pires. In I. Morujão & Z. C. Santos (eds.), *Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil. Homenagem a Arnaldo Saraiva* (pp. 246-258). Porto: CITCEM e Edições Afrontamento.
- Serpa, A. I. (2013). *A narrativa de José Cardoso Pires: personagem, tempo e memória* (tese de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, Portugal). Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2894/3/TeseDoutoramentoAnaIsabelSerpaVF2014.pdf>.
- Silva, H. N. da C. S. (2007). *A rede de palavras e a máscara de imperador em Dinossauro Excelentíssimo* (dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil). Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO-1_da854972f7dd1f79f544c1533b8bc1c3.
- ____ (2013). *O imperador-dinossauro no reino das palavras de José Cardoso Pires* (tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil). Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912710_2013_completo.pdf.
- Sousa, R. M. C. de (2016). *A (re)construção do ditador em Dinossauro Excelentíssimo e El Otoño del Patriarca* (dissertação de mestrado, Universidade de Évora, Évora, Portugal). Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/19619>.

ORALIDADE E RESISTÊNCIA NO ROMANCE *UALALAPI*, DE UNGULANI BA KA KHOSA

EDUARDO IVÁN VIVEROS MORALES*

***Ualalapi* e a reescrita ficcional da História**

Em 1985, o governo de Moçambique solicitou ao Estado português o retorno das ossadas de Ngungunhane para comemorar o décimo aniversário da independência do país. Esta petição foi uma das ações levadas a cabo pelo governo moçambicano para fazer desta personagem um herói nacional. Este guerreiro foi o líder da tribo nguni, a qual saiu do sul de África em meados do século XIX e subjugou os povos que viviam na parte sul do que agora é Moçambique. Apesar deste antecedente histórico, o governo moçambicano insistiu em considerá-lo um herói, tudo isto com o propósito de ter símbolos nacionais que ajudassem a dar identidade ao país. Esta ação acabou por silenciar a opinião dos descendentes das tribos que foram dominadas pelo imperador nguni e que o consideravam um ditador.

O objetivo deste trabalho é analisar os elementos de oralidade presentes no romance *Ualalapi* para elucidar que Ungulani Ba Ka Khosa, neste livro, produz uma retórica da resistência recorrendo a ela. Essa oralidade está patente no depoimento ficcional das comunidades que foram colonizadas pelos ngunis e o seu rei Ngungunhane, antes que o império português tomasse conta da região, no final do século XIX. Para isso, o autor utiliza a representação dos karinganas, a presença de provérbios e outros elementos orais. O seu intuito é fornecer-nos uma visão contrária à oficial e, de algum modo, reescrever ficcionalmente a História do seu país.

Oralidade e Literatura Africana

Ualalapi é constituído por contos, epígrafes e trechos de textos históricos. Os seis textos contísticos estão interligados e dão-nos a ilusão de uma ordem linear do tempo, sobretudo, devido à temática do texto inicial e final. Assim, o primeiro aborda o começo do reinado de Ngungunhane e o último o seu cativo e exílio para os Açores, após ter

* Universidad Nacional Autónoma de México.

sido derrotado pelo exército português, comandado por Mouzinho de Albuquerque. Os outros contos, por sua vez, não respeitam a ordem cronológica e tratam de diferentes personagens e momentos do império nguni. Cada uma destas narrativas é antecedida por um texto intitulado “Fragmentos do fim”, que inclui trechos de cartas, relatórios e transcrições de discursos dos colonos portugueses.

O romance, aqui em apreço, tem uma relação particular com a oralidade e os géneros e elementos que provêm dela, mas esta ligação não é exclusiva desta obra. Diferentes teóricos, como Salvato Trigo, Ana Mafalda Leite, Abiola Irele (1990), Abouine Tine (1985) e Chantai Zabus, reconhecem a estreita relação entre a literatura africana e os elementos orais. No entanto, a maior parte deles questiona a forma como este vínculo tem sido concretizado e o papel efetivo que a oralidade adquire nesta relação. No seu livro, *Oralidades e Escritas*, Ana Mafalda Leite afirma que existem duas formas em que os intertextos orais se manifestam na literatura africana: uma é a continuidade e a outra é a transformação. A escritora considera que a transformação é a relação mais produtiva porque:

Esta pressupõe o uso de vários instrumentos possíveis, um infra-estrutural, a língua, enquanto primeiro nível de manipulação, e os géneros enquanto nível super-estrutural. A. Tine nos fala em “oralidade fingida” e Abiola Irele em “re-interpretação” e em “transposição”. Termos que se prestam melhor ao processo de recriação que a literatura pressupõe. (Leite, 2014, p. 29)

A recriação, à qual Leite faz menção, é importante porque remete para uma relação entre os intertextos em que é produzido algo novo com elementos das diferentes culturas e não apenas uma passagem de um género para outro. Para Salvato Trigo, esta relação entre a oralidade e a literatura africana não pode ser reduzida ao facto de expor os rasgos exóticos das culturas; tem de ser justificada (1981, p. 179). Deste modo, este uso da oralidade tem um carácter ideológico que ultrapassa a mera representação do contacto das diferentes culturas:

O ritmo torna-se, assim, o responsável pela atitude consciente de grande parte dos escritores africanos modernos em forjarem um instrumento linguístico apropriado para, à falta de melhor, servir de suporte a uma literatura cuja função primeira é a intervenção social. (Trigo, 1981, p. 186)

Assim, a função da literatura é a de transportar o ritmo e, com isso, ter uma intervenção social. O teórico português considera a questão rítmica, com tudo aquilo que representa a africanidade. Para que esta peculiaridade não se perca é preciso, portanto, conservar a forma de significar do colonizado, aproveitando os recursos que oferece a língua do colonizador. Forçar de alguma maneira a linguagem do colonizador a incorporar em si a forma de ver e a identidade do mundo africano. Estas ideias de Trigo estão em consonância com aquilo que Chantal Zabus denomina “relexification”, ao referir-se à oralidade na literatura africana:

This is a more radical method of inscribing language and ideological variance in a text in that it forces English to carry the weight of the colonized culture and attempts to convey indigenous concepts, thought-patterns, structures, and rhythms, and even linguistic features of the mother tongue. (Zabus, 1996, p. 35)

Os dois conceitos assinalam a existência de uma postura ideológica por trás do uso destas estratégias. Ambos as concepções facilitam a categorização do que acontece na obra de Khosa e de outros autores africanos. Como veremos adiante em *Ualalapi*, os elementos orais presentes não têm só por objetivo fornecer à língua portuguesa rasgos culturais africanos (em concreto, elementos bantos), senão expor os diferentes matizes da colonização que houve na vasta região que, agora, é Moçambique. Pois, antes do domínio português nesses territórios, os nguni já tinham colonizado outras tribos, entre as que se encontravam os tsongas e os machope.

Intertextualidade oral em *Ualalapi*

Tendo em conta os conceitos teóricos expostos anteriormente, é possível afirmar que o romance de Ungulani Ba Ka Khosa elabora, a partir da oralidade, uma retórica da resistência, na qual são visados, de modo ficcional, aspetos negativos do imperador Ngungunhane, os quais se prestam a uma reescrita da História de Moçambique. Assim, a análise aqui feita tem um carácter duplo. Por um lado, focalizar-se-á nos recursos que o autor emprega para nos transmitir a impressão de oralidade, e, por outro, estudará o discurso que subjaz nesses elementos.

O autor utiliza diferentes técnicas para recuperar intertextos orais e nos dar a sensação de coloquialidade. Estes intertextos possuem informação sobre o agir de Ngungunhane como chefe nguni e o controlo que exerceu nas tribos que moraram no sul de Moçambique, especificamente os tsongas e os machope. Khosa elabora uma

retórica da oralidade através dos seguintes aspetos: a tradição oral como tema principal do romance, onde emprega o discurso direto para criar uma impressão de imediatez e de se estar a participar num evento deste tipo; o uso de provérbios e empréstimos bantos que subjazem ao português; e, por fim, o uso da parataxe e o encadeamento de orações subordinadas para dar o carácter acumulativo e de aparente desordem do discurso livre utilizado na oralidade.

Numa primeira instância, a representação do coloquial põe em foco outra fonte de informação e outros depoimentos sobre Ngungunhane, para além das oficiais. Neles é exposta a sua falta de escrúpulos para obter o poder e o manter. Com o discurso direto é questionada a suposta coragem dos soberanos nguni, além de expor a forma como o imperador mandou assassinar o seu irmão Mafemane para ficar com o poder da tribo. Por sua vez, os provérbios ajudam a fornecer uma útil panorâmica sobre as culturas bantas, subjacentes no romance, que viveram sob a colonização nguni durante o período anterior à colonização portuguesa. Com os empréstimos da língua tsonga e as referências aos machope é evidenciado a subjugação que sofreram estes povos. Por último, a parataxe e as orações subordinadas substantivas servem também para fornecer exemplos dos atropelos levados a cabo pelos nguni sobre as tribos mencionadas anteriormente, além de colocarem em evidência o discurso colonialista de Ngungunhane.

O conto final, “O último discurso de Ngungunhane”, tem um cariz importante para a nossa análise porque é neste texto que nos é veiculada a informação de que todos os contos foram transmitidos por meio da tradição oral, pois foram narrados por um velho a um jovem, à volta de uma fogueira. E foi este último que, depois, os transpôs para linguagem escrita: “– Há pormenores que o tempo vai esboroando – disse o velho, tossindo. Colocou duas achas no fogo e soprou. Novelos de fumo passaram pelo rosto. Pequenas lágrimas saíram dos olhos cansados e tocaram na pele coberta de escamas. Afastei os papéis. Olhei-o. Era noite” (Khosa, 1990, p. 116). É a personagem que transcreve os relatos sobre Ngungunhane é a mesma que nos revela, no último conto, como obteve a informação. Essas mesmas histórias tinham sido transmitidas ao velho pelo seu avô, o qual se chamava Somapunga:

– Era miúdo ainda – prosseguiu – quando o meu avô me contava histórias de Ngungunhane. E eu tinha medo. Um medo que hoje não consigo explicar. Mas era medo. Quando dormia sonhava sempre com lanças e escudos a chocarem-se na planície, numa planície sem guerreiros, mas com escudos e lanças que

se movimentavam, chocando-se constantemente. Nunca contei ao meu avô os meus sonhos. Receava que ele parasse de contar as histórias de Ngungunhane. (Khosa, 1990, p. 16)

Portanto, em *Ualalapi* é representada a tradição oral, a qual se materializa em redor duma fogueira em que um adulto relata narrativas a um grupo de pessoas que o escuta atentamente. Os contos recebem diferentes denominações dependendo da região de Moçambique em que são narrados: karinganas, ntreketo, xihitana ou nsungu (Machado, 2009, p. 82). Os contos são relatados respeitando diferentes protocolos conforme a região do país. No romance, porém, nenhuma personagem menciona o nome de alguma tradição em que se compartilhe informação de maneira oral, nem é nos é dito o título que aí recebem os contos. Só é possível ver partes do seu desenvolvimento durante a diegese. Deduz-se que existe um diálogo deste tipo quando reconhecemos o cenário e as ações que há nesta tradição, como foi o caso da citação suprarreferida, em que o neto de Somapunga conta histórias ao jovem que as põe por escrito.

Elementos usados pelo autor na recriação literária da oralidade

Khosa não se compromete com uma denominação específica da tradição oral e dos contos orais. Possivelmente, fá-lo por precaução, tentando não cometer o mesmo erro do discurso oficial do governo moçambicano quando deu prioridade a um elemento da História e da cultura do país sobre outros. Ou seja, não prioriza o uso de vocabulário karingana, ntreketo, xihitana ou nsungu para não invisibilizar outras denominações para esse tipo de relatos. Até certo ponto, faz descrições da tradição oral e impregna o seu discurso de uma atmosfera sociolinguística e cultural bantu. Só, no começo do romance, o autor emprega o termo “estórias” para se referir aos contos, numa nota de autor.

Além de ter como eixo temático os karinganas, o autor socorre-se de outros recursos para envolver o leitor no ambiente de oralidade e nele dar outra perspectiva sobre os nguni e o seu imperador Ngungunhane. Há, portanto, a evocação da imediatez comunicativa da oralidade, o que gera no leitor a sensação de estar perante própria a testemunha que desfia a diegese. O primeiro desses elementos, aos quais o autor recorre, é o discurso direto:

No plano expressivo, a força da narração em discurso direto provém essencialmente da sua capacidade de atualizar o episódio, fazendo emergir da situação a personagem, tornando-a viva para o ouvinte, à maneira de uma cena teatral, em que o narrador desempenha a mera função de indicador das falas. Estas, na reprodução direta, ganham naturalidade e vivacidade, enriquecidas pelos elementos linguísticos tais como exclamações, interrogações, vocativos e imperativos, que costumam impregnar de emotividade a expressão oral [...] Daí ser esta a forma de relatar preferentemente adotada nos atos diários de comunicação e nos estilos narrativos em que os autores pretendem representar diante dos que os leem “a comédia humana, com a maior naturalidade possível” (E. Zola). (Cunha, 2016, p. 651)

Neste contexto, repare-se que, *grosso modo*, os diálogos não são acompanhados por comentários do narrador; sobretudo nos três primeiros contos. Esta estratégia autoral produz no leitor a sensação de os presenciar *in loco*, já que é possível perceber perfeitamente a voz dos interlocutores sem que a do narrador interfira. Eis o diálogo entre o guerreiro Ualalapi e Mputa:

- O que é que se passa, Mputa?
- Morreu Muzila.
- Como?
- Dizem que morreu de doença, pois há várias noites que não tirava os olhos do tecto da sua casa.
- Uma morte desumana para um nguni.
- Há quem afirme que o pai morreu da mesma forma.
- Não era o desejo deles, Mputa.
- Conheço poucos reis que morreram em batalhas. (Khosa, 1990, p. 27)

No trecho citado em cima, as personagens discorrem sobre as condições em que morreu Muzila, o rei nguni nessa altura e pai do futuro imperador. Ualalapi foi o guerreiro encarregue de assassinar o irmão de Ngungunhane para que este ficasse com o trono vacante. Mputa, por seu turno, trabalha como cozinheiro do novo rei e, noutra momento do romance, será condenado à morte, apesar de ser inocente, sob a acusação de ter vituperado à rainha Damboia. Como se observou, no diálogo não há nenhuma informação fornecida pelo narrador. Este limita-se a descrever os

movimentos que fizeram cada uma das personagens para ficarem mais próximas uma da outra, de modo a iniciarem a conversa.

Estes diálogos, ao mesmo tempo que evocam uma situação de comunicação oral, ajudam a mostrar os pensamentos de cada uma das personagens e a caracterizá-las:

En la forma directa de presentación del discurso de los personajes, oímos su voz. Por el hecho de no estar mediado por la voz del narrador, quedamos frente a la “historia” en proceso, tenemos acceso directo a la conciencia de los personajes, o bien recibimos la información narrativa de manera fragmentaria, no ya de la sola fuente vocal que es el narrador principal, sino de estos personajes convertidos momentáneamente en narradores delegados (de ahí, por ejemplo, la fuerte impresión de fragmentariedad, pero también de oralidad, en Pedro Páramo). (Pimentel, 1998, p. 91)

No caso de *Ualalapi*, é possível notar que ele acredita na coragem dos guerreiros e dos reis da sua tribo e, por isso, afirma que falecer deitado numa cama é uma “morte desumana” para um nguni porque, assim, não morre numa batalha a lutar. A sua confiança nas elites leva-o a obedecer à ordem de Ngungunhane e, apesar das intuições negativas da sua mulher, mata Mafemane. Em contraposição, Mputa duvida das ideias de honorabilidade dos reis nguni e diz “Há quem afirme que o pai morreu da mesma forma”, pondo em causa a suposta coragem do pai e do avô de Ngungunane, já que eles não morreram lutando numa guerra, como seria de esperar, segundo o código de honra guerreira da sua tribo.

Noutro diálogo, agora entre Ngungunhane e Damboia, o autor volta a recorrer à mesma estratégia de evocar a imediatez comunicativa gerada pelo discurso direto:

- Tens o hábito de subires as árvores pelos ramos, Mudungazi.
- Entenderam, Damboia.
- Duvido.
- A um guerreiro só se mostra o alvo.
- E por que não indicaste o homem que deve executá-lo?
- Fá-lo-ei ao raiar do dia. E não te preocupes com Mafemane: os abutres já se preparam para devorá-lo. Bebamos o doro pela minha ascensão ao poder deste império.
- À tua saúde, Ngungunhane.

– É isso, Ngungunhane. Serei para todo sempre Ngungunhane e morrerei de velhice. Assim o quiseram os espíritos. (Khosa, 1990, p. 31)

O imperador manda assassinar a única personagem que tem o mesmo direito ao trono que ele: o seu irmão Mafemane. Os dois são filhos de Muzila, mas de mães de diferentes tribos e, por conseguinte, com diferentes direitos consuetudinários. Astuta e cruelmente, Ngungunhane antecipa-se a qualquer controvérsia e manda executar o seu possível rival. Como se pode observar na transcrição anterior, o futuro rei fala com Damboia (a sua tia e concubina) e demonstra a sua desmedida ambição pelo poder.

Oralidade, provérbios e traduções

Nos diálogos de Ba Ka Khosa é possível ainda encontrar outro elemento fulcral da oralidade: os provérbios. Eles traduzem situações e experiências da vida quotidiana que se guardam na memória coletiva e constituem uma espécie de senso comum que rege o comportamento de uma dada comunidade. De um modo geral, eles relevam da tentativa de definir o lugar do homem no universo, a sua conduta moral e social e o sentido da sua existência, assumem uma forma de metacomentário, pois, comentam a lógica da cultura e do seu discurso. Providenciam censura, orientação e instrução, mas também disponibilizam um texto cultural a partir do qual os indivíduos podem aceder às regras que regem determinada sociedade. São afirmações de carácter moral ou filosófico reduzidas a poucas palavras, constituindo um estratagema mnemónico, proveniente de sociedades em que tudo o que era relevante para o quotidiano dos seus membros estava confinado à memória (Ferreira, 2005, p. 379).

Além disso, os provérbios contêm uma parte poética e outra filosófica, que não se devem apreciar separadas. Para o escritor nigeriano Chinua Achebe, dividi-los nestas duas categorias é uma atitude ocidental em desacordo com o pensamento africano, pois, nele, eles são constituídos por imagens e conhecimento em simultâneo (Achebe, 2012). Nesse sentido, formam parte de um modo simbólico de ver o mundo, no qual também está presente a aprendizagem (Ogbaa, 1981, p. 5). Por este motivo têm um peso cultural importante:

Como quer que seja, o provérbio, o conto ou a adivinha, são manifestações usuais da oratura na escrita africana moderna e visam, nos autores mais experientes e representativos, não a coloração exótica do discurso ou do texto, como forma de condescendência aos seus destinatários ocidentais, mas, sim, a africanidade,

isto é, são processos de africanizar a linguagem e os géneros literários. (Trigo, 1981, p. 176)

Assim, com a inclusão de provérbios em obras literárias, é procurada a modificação da língua do colonizador e o destabilizar de géneros já estabelecidos. No romance, aqui em análise, eles adquirem a função mencionada por Salvato Trigo na citação anterior. A sua presença ajuda a reforçar a evocação de cenas comunicativas referentes à oralidade. É por este motivo que surgem inseridos nos diálogos:

- Crapulosa?
- Não ligués. São palavras do vulgo. Não têm fundamento. Damboia teve a vida mais sã que eu conheci.
- Para onde vai o fumo, vai o fogo, Malule.
- Nunca há-de encontrar água raspando uma pedra. Deixa-me falar. Eu conheço a verdade. Vivi na corte...
- Mas qual é o homem que não tem ranho no nariz, Malule?
- Se Damboia teve erros não foram de grande monta. Ela meteu-se com homens como qualquer mulher. E nisso não nos devemos meter. O tecto da casa conhece o dono.
- Mas o caracol deixa baba por onde passa.
- É tudo mentira o que ouviste por aí. Da boca dessa gente, só saem chifres de caracol. Inventam histórias, fazem correr palavras, dormem com elas, defecam-nas em todo o lado. É tudo mentira. Eu vivi na corte...
- Mesmo que caminhes numa baixa, a corcunda há-de ver-se, Malule. (Khosa, 1990, p. 65)

Note-se como há uma espécie de batalha verbal em que as personagens empregam estas construções, tendo em vista sustentar de maneira efetiva as suas perspetivas. Neste caso, é discutida a vida e a honorabilidade de Damboia. Enquanto Malule desqualifica as opiniões do povo sobre a rainha e afirma que estão baseadas em mentiras; o seu interlocutor, por sua vez, assevera que se o povo fala sobre a vida da rainha é porque ela podia ter deixado provas dos seus atos, estabelecendo, constantemente, uma relação de causalidade com as suas frases.

Na verdade, os provérbios refletem uma moral na qual a personagem que age mal acaba por ser punida. Khosa usa recorrentemente provérbios na sua obra; existem

frases da citação anterior que se repetem em outros dos seus livros. Por exemplo, “Para onde vai o fumo vai o fogo” aparecerá também em *Choriro* (Khosa, 2009, p. 111), e “Não se encontra água raspando uma pedra” é usada num trecho de *No Reino dos Abutres* (Khosa, 2002, p. 41). Ao mesmo tempo que evidenciam o conhecimento africano, os provérbios, em *Ulalalapi*, sinalizam matizes das culturas africanas. De acordo com o crítico Nataniel Ngomane, a oralidade que Khosa apresenta advém das culturas bantas:

O segundo aspecto tem a ver com a presença das línguas e da cultura bantu nas suas obras, situação que, de acordo com a mesma Gonçalves, é instaurada por uma espécie de tradução literal de certas expressões e ditados populares. Neste caso, afirma essa autora, o escritor elabora um discurso literário em Português a partir do substrato linguístico bantu. (Ngomane, 1996, p. 23)

Este teórico moçambicano sustenta-se em Perpétua Gonçalves para assinalar que Ungulani Ba Ka Khosa faz uma espécie de tradução literal de frases e ditados populares nos seus textos. Apesar da dificuldade de reprodução formal nas traduções, que, muitas vezes, faz que as frases não façam sentido na língua meta, ele elabora um discurso literário em português por meio de um substrato linguístico banto. Com este tipo de transposições, o autor não procura uma semelhança de sentido propriamente dita, senão um outro modo de significar nessa língua. Dado que nele há um predomínio da cultura banta, Nataniel Ngomane denomina este recurso de “bantucização”:

Trata-se de um fenómeno que, manifestando-se através de uma mistura do Português com diversos segmentos linguísticos de origem bantu, apresenta como produto a convergência das respectivas culturas, com um predomínio da cultura bantu [...]. É por via desse processo que Khosa logra uma série de efeitos estéticos fundamentais nas suas obras, tais como a linguagem misturada que caracteriza as suas narrativas e a conseqüente impregnação do Português dos seus textos de uma densa atmosfera sociocultural e linguística bantu, num elevado grau de transculturação. (Ngomane, 2012, p. 248)

Perpétua Gonçalves identifica este processo como um substrato linguístico banto (Gonçalves, 1996). É um empréstimo que se leva a cabo por meio da tradução literal de expressões nas línguas bantas, que mantêm em português os seus traços semânticos,

os quais recorrentemente não existem na semântica da língua portuguesa. O uso desta estratégia é constante nos escritores africanos quando incorporam a oralidade nas suas obras e dão visibilidade às culturas que subjazem ao colonizador. A este tipo de tradução, que visa conservar a forma de significar numa língua dentro de outra, Salvato Trigo chama-a de tradução retórica (Trigo, 1981).

Assim, esse ritmo, essa musicalidade, subjacente à oratura incorporada nos textos africanos modernos, perder-se-ia se o escritor se limitasse a uma tradução interlingual, que traduzisse somente conteúdos e não as formas de os exprimir; isto é, o seu “sentido de expressão” (Trigo, 1981, p. 186). Para isso, o escritor necessita de forçar as estruturas linguísticas da língua em que escreve, de modo que a sintaxe visível, no segmento ou texto traduzidos, seja, de algum modo, ou remeta para a língua banto nos seus moldes orais originais (*ibidem*). Assim:

O emprego de provérbios é um elemento recorrente na literatura africana. Autores de língua inglesa, francesa e portuguesa empregam-nos para criar um ambiente de oralidade nos seus textos. Chinua Achebe faz uso desta estratégia nas suas obras e em *Things Fall Apart* os provérbios aparecem para mostrar a cultura igbo que está por baixo do inglês e o papel fundamental que têm os provérbios na retórica e no discurso dessa comunidade (Ferreira, 2005, p. 217). Acontece uma situação semelhante em *Les Soleils des Indépendances* do escritor marfinense Amadou Kourouma em que os provérbios são traduzidos sem se apegar à forma original (2005, p. 391). Whole Soyinka emprega a mesma técnica em *Death and the King's Horseman* (Gates, 2003, p. 160).

Os enquadramentos teóricos de Nataniel Ngomane, Salvato Trigo e Chantai Zabus são relevantes porque refletem a intenção dos autores africanos em darem a conhecer culturas que subjazem a outra dominante. É preciso sublinhar as consequências culturais e ideológicas que implica o uso dos provérbios e dos empréstimos bantos por parte de Khosa. Considero, por isso, que o termo “bantucização”, empregue por Ngomane, descreve, de maneira mais efetiva, a situação das tribos do sul de Moçambique, no que se refere à relação de domínio que sofreram por parte dos nguni. Essa situação manifesta-se literariamente através dos empréstimos tsonga e das referências aos machope que são visíveis na obra. Durante a época de colonialismo português, em *Ualalapi*, existe uma relação de troca entre os portugueses e a região sul de Moçambique, e também um intercâmbio cultural que se reflete nos vocábulos pertencentes a tribos

diferentes; em particular nos empréstimos nguni (língua falada pelos colonizadores africanos) e o tsonga (língua falada por uma das tribos dominadas pelos nguni).

Empréstimos e reescritas da História

Além da tradução *literal* de provérbios e expressões populares, Khosa também introduz referências provenientes de diferentes línguas bantas. No início da obra, é mencionada uma bebida alcoólica de nome “doro”:

Ualalapi, à frente dos guerreiros, percorreu com o olhar a aldeia e pensou no doro, nome que leva o pombe preparado nestas terras dos mundau, a entrar pelas goelas abaixo, com um bom naco de carne, à sombra da frondosa árvore, tendo defronte a mulher atiçando o fogo e o filho brincando, enquanto a noite entrava, calma, trazendo consigo a Lua cortada e às vozes mais distantes de outros homens que seroavam, pervagando pelo mundo dos feitos nguni, em tempos de guerra e de paz. (Khosa, 1990, p. 23)

O narrador diz que essa bebida tem outra denominação nas terras dos mundau, onde é conhecida como pombe. No mesmo corpo do texto, é possível encontrar ainda outros nomes equivalentes para ela. Essas referências estão sustentadas no contacto entre tribos como resultado da invasão dos nguni. “Doro” é a palavra bantu para chamar à cerveja tradicional na língua ndau que se fala no centro do país, enquanto a palavra “pombe” vem do dialeto cisená. A certa altura, no romance, Ngungunhane e Damboia bebem doro para comemorar a ascensão do primeiro ao trono dos ngunis (Khosa, 1990, p. 31). A este recurso expressivo, Nataniel Ngomane chama-o empréstimo simples, pois o significado das palavras de origem bantu pode ser inferido pelo contexto em que o termo aparece (Ngomane, 2012). O uso desta estratégia ajuda a que em *Ualalapi* não haja necessidade de um glossário, o que não sucede em outras obras do mesmo autor, caso de *Choriro* e também *Os Sobreviventes da Noite* (Khosa, 2008).

Khosa recorre a um termo bantu para explicar outro do mesmo grupo de línguas, com origem similar. É um paralelismo em relação ao que ele faz ao dar voz às tribos que ficaram fora do discurso oficial, quando Ngungunhane, apesar de não ser aceite pelos descendentes das tribos que subjugou, foi eleito como herói nacional. O autor acaba por exprimir a História de um povo banto através da História de outros povos bantos. Ngomane considera que os empréstimos têm por objetivo preencher espaços culturais entre as referências moçambicanas e a língua portuguesa. No caso das

estórias, o depoimento ficcional das outras tribos prende-se com a necessidade de colmatar vazios históricos em que não foram consideradas as palavras dos outros.

A inclusão deste tipo de empréstimos é um estilema característico das literaturas africanas. Para Salvato Trigo, a sua presença deve ser justificada muito para além da peculiaridade cultural de que provém a obra literária: “A lexicalização africana da escrita não pode, portanto, reduzir-se ao uso de palavras bantas disseminadas pelo texto. É necessário que tal disseminação, a existir, possa ser justificável e seja justificada” (Trigo, 1981, p. 179). Por sua vez, Zabus pensa que esta justificação parte duma intenção ideológica que ultrapassa a simples representação do contacto entre diferentes culturas:

Yet the inscription of variants within a text often goes beyond the mere recording of such a transformation. The writer then no longer imitates what is happening as a result of social change but uses language variance as an alibi to convey ideological variance. (Zabus, 1996, p. 34)

Neste sentido, em *Ualalapi*, a existência de empréstimos da língua tsonga tem uma intenção ideológica que não pretende apenas mostrar o substrato banto na língua portuguesa ao que se refere Ngomane. Numa primeira aproximação, a presença do léxico africano estabelece uma relação metonímica com as línguas bantas e o português, que evidencia a existência de um substrato africano no fundo do romance. Mas também o faz entre as tribos africanas, tendo em vista salientar as diferenças de poder que houve entre os povos do sul de Moçambique.

Os empréstimos não são unicamente lexicais, senão vazios históricos de culturas específicas, vazios da relação dos povos com os seus colonizadores, que foram tanto ngunis quanto portugueses. No caso dos tsongas, existe uma necessidade de mostrar o léxico proveniente da sua língua, das suas tradições e hábitos; com os machope, os pormenores de uma batalha, em que sobressai a diferença entre a quantidade de guerreiros nguni e machope, uma disparidade que provocou a massacre desta tribo. No romance, o colonizador, tanto africano quanto português, justifica o domínio exercido sobre os outros povos com um discurso que desumaniza estas populações.

Os empréstimos do tsonga são importantes porque demonstram a presença de um substrato seu dentro da cultura nguni. É assim que é possível encontrar, na obra em análise, a palavra tsonga correspondente a aguardente: “Manua acordou. Escreveu na areia o seu nome e recolheu à cubata. Trouxeram-lhe vinte litros de sope, nome

que leva a aguardente preparada nestas terras tsongas. Bebeu” (Khosa, 1990, p. 107). É relevante a inclusão do referido vocábulo, mas, dado que o narrador fala de um termo num território ao que Manua não pertence, é mais importante o sentido de ocupação que há na citação: “nome que leva a aguardente preparada nestas terras tsongas”.

Outra palavra de origem tsonga mostra a relação desta tribo com o seu colonizador africano, pois denomina a escrava ou subordinada que é conhecida como “tinlhoco”, que significa a função de vassalagem que esse povo cumpriu ao longo do império de Ngungunhane. É isto o que acontece quando uma das testemunhas do que aconteceu com Damboia fala sobre os rumores que houve em torno da doença da rainha:

A violência que Ngungunhane utilizou para sustá-las [às palavras] não surtiu efeito. Elas percorriam as distâncias à velocidade do vento. E tudo por causa dessas tinlhoco – nomeação em tsonga dos servos – que saíam da casa de Damboia com os sacos cheios de palavras que as lançavam ao vento. (Khosa, 1990, p. 65)

Práticas culturais e resistência

Noutro momento da diegese, são-nos mostrados alguns hábitos ou práticas culturais dos tsongas que foram assimiladas pelos ngunis, ou que estes últimos conheciam. Exemplo disso é a “mbhangui” que é o “nome que leva a «cannabis espontânea», muito fumada pelos tsongas, pensando na desventura que tocara a sua casa” (Khosa, 1990, p. 51) e que o próprio imperador africano costumava utilizar no seu tempo livre e nos momentos de crise. Esse trecho ilustra a assimilação de hábitos dos povos submetidos, que, usualmente, acontece numa relação colonizador-colonizado. Outra prática cultural tem a ver com um tipo de punição que os tsongas costumavam levar a cabo. Este castigo é sugerido pelo tio de Ngungunhane para punir a Mputa, um cozinheiro acusado de insultar Damboia. A transcrição mostra-nos a presença efetiva que têm os tsongas na cultura do colonizador africano, e, simultaneamente, o desprezo que estes últimos sentem pelos tsongas pelo facto de eles pertencerem a “tempos que não importa recordar” (Khosa, 1990, p. 47), nos quais esse povo estava fora da ordem levada pelos nguni:

um castigo brutal e memorável na mente dos súbditos; por que não cegá-lo como faziam os tsongas em tempos que não importa recordar? Caso faças isso o teu poder imperial sairá fortificado nestes tempos tumultuosos em que os homens da cor de cabrito esfolado assediam o teu reino basto. (*ibidem*)

Desde a publicação de *Oralidad y Escritura*, Walter Ong tem assinalado o caráter acumulativo da oralidade. Esta característica foi considerada negativa pelo teórico, sinónimo de menor planificação e densidade nas ideias. Para Ong “Con la ausencia total de toda escritura, no hay nada fuera del pensador, ningún texto, que le facilite producir el mismo curso de pensamiento otra vez, o aun verificar si lo ha hecho o no” (2006, p. 40). Esta situação dificulta a que o falante elabore construções complexas no momento de emitir a sua mensagem e, por esse motivo, tem inclinação para acumular orações numa estrutura coordenada em vez de usar a subordinação, mais afim com o texto literário (2006, p. 44). Concordo com a ideia acumulativa da oralidade de Ong, mas não com o facto da oralidade não ser útil para construir frases complexas, como acontece com a escrita. Parece-me que esta afirmação parte do caráter evolucionista das suas ideias, pois, considera a oralidade um estágio anterior à escrita. Koch e Oesterreicher também refutam estes conceitos, quando afirmam que o grau de planificação não depende do meio em que será transmitida a mensagem, senão da distância comunicativa em que tenha sido concebida pelo seu criador (2007, p. 20). Esta diferenciação é relevante porque acaba com o preconceito que Ong tem sobre a escrita e faz possível, tendo em conta o grau de planificação ou distância, a ideia de oratura como um discurso artístico dentro da oralidade que possui um nível equivalente à literatura, já que manifesta uma distância comunicativa, mas é levado a cabo de forma oral. Assim, de acordo com as ideias de concepção e distância comunicativa, é possível encontrar estruturas verbais próprias da oralidade, na obra de Ba Ka Khosa, que atestam a concepção escrita de uma mensagem oral, ou, dito de outro modo, que são produto da oralidade concepcional. Estas estratégias baseiam-se numa estrutura acumulativa:

De este escasso grado de planificación se siguen otras características del discurso propio de la oralidad concepcional como, por ejemplo, su carácter efímero y de construcción en marcha o en proceso. Esto conduce, por una parte, a una verbalización parca, moderada o parsimoniosa, podríamos decir, y, por otra, a una configuración formal del discurso frecuentemente extensiva, lineal y agregativa (enunciados ‘incompletos’, parataxis, etc.). Por este motivo, en la inmediatez comunicativa se da, comparativamente, una menor densidade informativa del discurso. (Koch, 2007, p. 33)

Parataxe e denuncia

Em diferentes passos diegéticos de *Ualalpi*, o autor emprega a parataxe como estratégia discursiva para dar um caráter acumulativo ao discurso. Para Salvato Trigo, esta é uma técnica narrativa que é favorável à oratura da literatura africana:

A parataxe é o processo de sintaxe textual que melhor convém, de facto, a uma narrativa que se pretenda, em certo sentido, enquadrada na oratura africana. Porque a parataxe possibilita uma escrita imediatista, impressionista, espontânea, de transição directa de um momento narrativo para outro sem a interferência de relações discursivas complicadas que diminuiriam, obviamente, o prazer de narrar e, ao mesmo tempo, de escutar (ler). (Trigo, 1981, p. 222)

Por essa razão, escritores africanos, como Chinua Achebe e Luandino Vieira, recorrem a ela quando querem mimetizar a oralidade nos seus romances. Khosa também faz algo similar quando alterna orações coordenadas e subordinadas. Com o uso destes dois elementos é exposta a forma vantajosa com os nguni invadiram os machope e qual era a opinião que Ngungunhane tinha sobre as tribos que subjogou, e demonstram a falta de honra dos chefes e dos guerreiros nguni durante as batalhas que travaram, além, claro, do discurso colonial com o que o imperador e os seus subalternos justificavam todo o tipo de abusos. Na citação seguinte, predominam orações do mesmo nível e sem subordinação:

Um dos guerreiros aventura-se a trepar o cercado de vários metros. Sobe pelos troncos, hesita, escorrega, volta a subir, atinge as pontas pontiagudas, espreita, demora-se uns minutos. Os outros aguardam. Estão impacientes. O guerreiro desce. Tem os olhos fora das órbitas. Treme.

– Perdeu a fala – diz um. A frase arrasta-se de boca em boca. É envolvida pela saliva, é enxertada, cresce, ganha novas dimensões e chega aos ouvidos de Maguiguane:
– Enlouquecidos pela fome os homens devoram as mulheres e as mulheres devoram as crianças. O rei e os maiores apontam a dedo a carne para o repasto. Ninguém fala no kocolene. (Khosa, 1990, p. 83)

Aqui, somos informados acerca das condições em que ficaram os machope depois de serem sitiados durante trinta dias, impedidos de procurar alimento e água. No trecho, prevalecem as orações simples e sem subordinação. Dentro das orações assindéticas

só é possível encontrar a coordenada sindética: “os homens devoram as mulheres e as mulheres devoram as crianças”. Neste fragmento, é descrito o espanto que provoca nos guerreiros nguni as condições em que sobrevivem os machope. A fome é tanta que os integrantes da tribo começam a comer os outros membros da comunidade para sobreviver. Também é salientada a falta de coragem dos nguni em encararem a realidade a que submeteram aos seus rivais. É possível, igualmente, reparar na diferença entre o número de homens entre ambos os exércitos:

Maguiguane ri. Os trinta mil guerreiros riem. Macanhangane dorme. E a frase volta ao princípio.

– E verdade?

– Não sabemos. Este homem perdeu a fala. Queres tentar subir?

– Não. Ainda quero contar isto aos meus filhos.

– E tu? (Khosa, 1990, p. 83)

As tropas de Ngungunhane eram constituídas por 30 mil homens e, apesar da diferença entre o número de guerreiros, Maguiguane, o chefe do exército, é completamente insensível à morte dos inimigos. A situação é tão precária que, para os nguni, se torna quase inacreditável. Muitos deles não têm a coragem de a ver mais além do cercado, como o homem da citação anterior que ficou mudo. A coragem e a honra destes guerreiros é posta em causa, nesta passagem, pois eles lutam numa guerra com uma vantagem enorme. Além disso, preferem fugir da realidade para continuar a idealizar as suas batalhas, ou conservar o juízo que lhes permita contar a anedota aos seus descendentes. Esta forma de negar as evidências continua no passo seguinte:

A guerra de todos os séculos aproxima-se. O rei, a milhas de distância, acorda bem disposto e pergunta pela guerra. Maguiguane está satisfeito. Macanhangana sente que as mãos não tremem. Os guerreiros treinam. As lanças sibilam. Os escudos chocam-se.

– Atacamos amanhã, Macanhangana.

– Já devem estar mortos.

– As gerações vindouras regozijar-se-ão dos nossos feitos guerreiros. (Khosa, 1990, p. 85)

Repare-se como Machangana teima em considerar honrosa a sua luta apesar de os inimigos com os quais vão lutar se encontrarem esfaimados e fracos. A luta desvantajosa entre os machope e os nguni problematiza a visão idealizada, segundo a qual se crê que os guerreiros nguni só morrem de forma honrosa durante a guerra (Khosa, 1990, p. 27). Este questionamento atinge as elites, mas não Ngungunhane, que não participou na batalha contra os machope, e só pergunta pelo resultado desta após acordar em sua casa. Os detalhes, nesta cena, não são concordantes com as afirmações sobre a coragem e honorabilidade mencionada por Ualalapi no seu diálogo com Mputa nas páginas iniciais do romance. Existe um tratamento irónico, quando são expostos os feitos memoráveis dos nguni dos quais “As gerações vindouras regozijar-se-ão”, pois, na verdade, acabam por ser a prova cabal da cobardia e da manipulação, tentando transformar algo ruim e vergonhoso em algo heroico e nobre.

Ungulani Ba Ka Khosa emprega outra estratégia para provocar um efeito acumulativo no discurso, a qual também emula a aparente desordem e espontaneidade da oralidade. O autor junta orações subordinadas e orações coordenadas numa ideia extensa na que a subordinação acrescenta mais detalhes à diegese. Esta ilusão de parataxe é levada a cabo também por outros escritores, como Amadou Kourouma no seu romance *Les Soleils des Indépendances* quando escreve longas frases com o auxílio da preposição coordenativa “et” (Ferreira, 2005, p. 262). De modo específico, Khosa alterna orações subordinadas adjetivas restritivas (Cunha, 2016, p. 618) e orações coordenadas para concretizar uma estrutura maior:

podeis rir, homens, podeis aviltar-me, mas ficai sabendo que a noite voltará a cair nesta terra amaldiçoada que só teve momentos felizes com a chegada dos nguni que vos tiraram dos abismos infindáveis da cegueira e da devassidão. Fomos nós, homens, que vos tirámos da noite que vos tolhia à entrada ao mundo da luz e da felicidade. As nossas lanças tiraram as cataratas fossilizadas que ostentavam e os nossos escudos esconjuraram os males de séculos e séculos que carregavam no corpo putrefacto. E hoje, corja de assassinos e cobardes, ousais achincalhar-me com toda a força dos pulmões rotos que tendes. É a paga, eu sei, dos bens que os nguni fizeram. (Khosa, 1990, pp. 115-116)

A citação supratranscrita inicia-se com duas orações coordenadas assindéticas e uma adversativa. Depois, continua o discurso com uma subordinada substantiva objetiva direta, e, em seguida, só tem orações subordinadas adjetivas restritivas.

Maioritariamente, elas servem para detalhar características dos diferentes elementos: a terra, os nguni, a noite, as cataratas, os males, os pulmões. Neste fragmento, Ngungunhane tenta justificar o domínio da sua tribo salientando as vantagens que levaram os nguni aos povos subjugados. Este discurso é similar ao usado pelos europeus para, de algum modo, validarem o controlo que exerceram sobre os povos africanos e americanos depois da era das Viagens Marítimas, entre o século XIV e XI. Existe um argumentário constante nas palavras de Ngungunhane, relacionada com a incapacidade de ver e a escuridão em que viviam os tsongas e os machope antes da sua invasão. Para o imperador, foram os nguni que os tiraram dos “abismos infindáveis da cegueira e da devassidão” e as suas armas tiraram “as cataratas fossilizadas que ostentavam e os nossos escudos esconjuraram os males de séculos e séculos que carregavam no corpo putrefacto”. Com a saída dos nguni, estas comunidades voltarão à “noite que vos tolhia à entrada ao mundo da luz e da felicidade”, segundo ele. Mais do que os dominar, para Ngungunhane, os nguni ensinaram-lhes a viver, pois esses povos, na sua perspetiva, existiam fora da civilização antes de serem dominados. Ngungunhane reclama da ingratidão destes povos que celebram a queda do império nguni. No discurso do Leão de Gaza, existe uma constante desumanização dos povos invadidos e um questionamento da sua moral. Denomina-os “corja de assassinos e cobardes”. Este julgamento repete-se quando os nguni vão atacar os machopes e o chefe militar expressa isto aos seus guerreiros: “Não pensem que haverá guerra. Não, não haverá guerra. Nós não lutamos com animais. Nós matamos os animais [...] Por isso, preparem-se, guerreiros, não para a guerra, mas para matarem esses animais selvagens que se chamam machope” (Khosa, 1990, p. 87).

Considerações finais

Em suma, e fazendo um balanço do que foi analisado ao longo deste texto, o romance *Ualalapi* mantém uma relação de proximidade intertextual com a oralidade. E essa contiguidade vai para além do facto de nos oferecer elementos peculiares das culturas africanas através dela. Relaciona-se com uma perspetiva ideológica, em que a língua do colonizador transporta elementos das culturas colonizadas; neste caso, o português incorpora aspetos culturais das culturas bantas.

O autor, além de construir um discurso em que o português tem um substrato linguístico bantu, oferece matizes dentro das relações que os próprios povos bantos tiveram antes que império português tomasse conta da região. Khosa emprega a oralidade para expor a colonização nguni e dar a perspetiva ficcional de povos que

foram subjugados por estes. É por esse motivo que os elementos orais adquirem um tom particularmente relevante, pois, reconstroem a imagem do rei Ngununhane a partir de outra perspectiva. O prosador emprega, como eixo do romance, a tradição oral, em que estão envolvidos os contos conhecidos como karinganas, ntreketo, xihi-tana ou nsungu, para, deste modo, colocar em foco outra fonte de informação e nos dar a perspectiva mencionada anteriormente. Além destas narrativas breves, o autor emprega o discurso direto para mostrar a falta de coragem dos governantes nguni e a cobiça que impele Ngungunhane a dar ordens para assassinar o seu próprio irmão.

O escritor moçambicano usa também os provérbios para mostrar o substrato bantu, em que os empréstimos do tsonga, a parataxe, as orações coordenadas e as subordinadas servem para caracterizar o imperador nguni e a sua corte. Além da forma em que os nguni assimilaram os costumes destes últimos, os empréstimos demonstram a situação de vassalagem em que se encontravam os tsongas.

Por outro lado, com a parataxe e as orações coordenadas exhibe-se o discurso colonialista de Ngungunhane e a guerra desequilibrada que realizaram os ngunis contra os machope. Os primeiros ultrapassavam amplamente o número de guerreiros do seu rival. No entanto, não demonstraram nenhum remorso em a levar a cabo.

Finalmente, com a oralidade, é-nos exposta uma visão negativa do imperador nguni, pois nela é salientada a sua falta de escrúpulos para obter o poder e os atropelos que cometeu sobre as outras tribos que moravam no sul do que, atualmente, é o território de Moçambique. A versão ficcional da História contida em *Ualalapi* é contrária à imagem oficial desta personagem construída pelo governo de Moçambique, na década de 80, na qual Ngungunhane era considerado um herói nacional.

Referências bibliográficas

- Achebe, C. (2012). *Todo se desmorona*. Trad. de Juan Manuel Álvarez Flórez. Colombia: Debolsillo.
- Cunha, C. & Cintra, L. (2016). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon.
- Ferreira, C. (2005). *O processo de descolonização literária em África – os casos de Chinua Achebe, Ahmadou Kourouma e Mia Couto* (tese de doutoramento no ramo do conhecimento da Literatura). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Gates, H. L. (2003). Being, the will and the semantics of death. In Simon Gikandi (ed.), *Death and the King's Horseman: Authoritative Text: Backgrounds and Contexts, Criticism* (pp. 155-164). New York: Norton Critical Editions.

- Gonçalves, P. (1996). *Português de Moçambique: uma variedade em formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Irele, A. (1990). *The african imagination. Literature in Africa and the black diaspora*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Koch, P. & Oesterreicher, W. (2007). *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Gredos.
- Khosa, U. B. K. (1990). *Ualalapi*. Lisboa: Caminho.
- _____ (2002). *No reino dos abutres*. Maputo: Imprensa Universitária.
- _____ (2008). *Os sobreviventes da noite*. Maputo: Texto Editores.
- _____ (2009). *Choriro*. Maputo: Alcance Editores.
- Leite, A. M. (2014). *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Colibri.
- Machado, S. (2009). *A milenar arte da oratura angolana e moçambicana*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Ngomane, N. (2012). Do empréstimo à bantucização do Português em Ungulani, Ba Ka Khosa. In Silva, Teresa Cruz e & Coelho, João Paulo Borges & Souto, Amélia Neves de, *Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas* (pp. 247-261). Senegal, Dakar: CLACSO.
- Ogba, K. (1981). An Interview with Chinua Achebe. In *Research in African Literatures*, núm. 1. vol. 12. spring, pp. 1-13
- Ong, W. (2006). *Oralidad y escritura. Tecnologías de la palabra*. Trad. de Angélica Scherp. Buenos Aires: FCE.
- Pimentel, L. A. (1998). *El relato en perspectiva. estudio de teoría narrativa*. Ciudad de México: UNAM/ Siglo XXI Editores.
- Tine, A. (1985). Pour Une Théorie de La Littérature Africaine Écrite. *Présence Africaine*, n.º 133-134, 99-121.
- Trigo, S. (1981). *Do logotetismo ao genotetismo: José Luandino Vieira – o percurso duma escrita* (tese de doutoramento em Literatura de Expressão Portuguesa: Literatura Africana). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Zabus, C. (1996). Language, orality and literature. In Bruce King (ed.), *New National and Post-Colonial Literatures: An Introduction* (pp. 29-45). Oxford: Clarendon Press.

COMO SE DIZ O INDIZÍVEL? O TABU DA MORTE NA LÍNGUA PORTUGUESA

MAFALDA FRADE*

Introdução

Constituindo a morte um tabu, pela inquietação que acarreta (Caputo, 2008, p. 73), por norma não é referida abertamente: é comum os falantes recorrerem a metáforas e eufemismos para evitar a menção direta a uma circunstância que suscita temor. Neste âmbito, o epitáfio parece desempenhar um papel importante na expressão do sofrimento, pois é no silêncio da pedra que frequentemente se manifesta a dor interior. Assim sendo, pretendo analisar este tipo de texto de modo a observar que ideias culturais veicula a nível linguístico e o que revela sobre a sociedade portuguesa ao longo dos tempos.

Em termos metodológicos, analisei um *corpus* de epitáfios recolhidos em cemitérios de capitais de distrito portuguesas¹, selecionando 736 epitáfios, datados do período compreendido entre 1836² e a atualidade, tendo em conta características relevantes, como particularidades semânticas e diferenciação das mensagens. Tal seleção foi necessária por se verificar a existência de inscrições que apenas citavam dados biográficos (nome, datas, etc.) e expressões formulares (como P NAM³, “Eterna Saudade”, “À memória de...”, etc.). Após a constituição do *corpus*, os epitáfios foram divididos em vários períodos, sendo posteriormente analisadas as aceções culturais veiculadas, no sentido de verificar a evolução do conceito de morte na sociedade portuguesa.

* CLLC, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro.

1 Os epitáfios recolhidos foram catalogados de acordo com o local de origem, sendo-lhes atribuído um número específico. Para este trabalho, são identificados por esse número e abreviatura do local: Aveiro – Av, Castelo Branco – CB, Évora – E, Lisboa (Alto de São João) – Lx-SJ, Porto (Prado do Repouso) – P-PR, Porto (Agramonte) – P-Agr, Santarém – S, Viseu – V.

2 Só em 1833 começaram a surgir enterramentos fora do espaço das igrejas e em espaços próprios (Catroga, 1999, pp. 54-59), pelo que é natural que não haja inscrições cemiteriais anteriores.

3 Pai-Nosso, Ave-Maria.

A linguagem da morte

A morte na cultura ocidental

A partir dos séculos XI-XII, a morte deixou de ser considerada natural e passou a ser encarada com temor, devido ao desenvolvimento da concepção cristã do Juízo Final, que provocou incertezas sobre a misericórdia divina e o futuro *post mortem* (Ariès, 1975, pp. 25-35). A este temor alia-se, nos séculos XIV-XVI, o interesse pela corrupção corporal, induzindo, já no século XVIII, a uma mudança de mentalidades em relação aos enterramentos nas igrejas: o tratamento indigno dos corpos e questões de salubridade conduzem, na época iluminista, à criação de cemitérios, mais adequados para inumações. Tal situação, contudo, não evitou a curiosidade pela morte, que se acentua no Romantismo, cujo tom melodramático se compraz com as suas características macabras. A isto juntam-se as transformações sociais europeias no século XVIII, que produzem mudanças familiares profundas⁴, refletindo-se na circunstância da morte: perante o desaparecimento dos entes queridos, a família (e a sociedade) passa a reagir dramaticamente e com manifestações visíveis de sofrimento. A par disto, dá-se uma progressiva personalização das exéquias e a sepultura torna-se uma forma de culto da memória, criando-se a sensação de imortalização (Catroga, 1999, pp. 16, 42-45; Ariès, 1975, pp. 49-50).

No século XX, o tabu fortalece-se, dada a valorização social de sentimentos positivos (prazer, felicidade), que retiram espaço à dor e ao sofrimento, tornando-se comum a dissimulação da condição do moribundo, para poupar todos à agonia final. A isto acrescem os avanços da medicina, que criam duas situações distintas: por um lado, a melhoria dos cuidados médicos cria a ilusão de que a morte é controlável, tornando difícil a aceitação de que é natural e expectável; por outro lado, o espaço da morte passa a ser o hospital e, assim, ela tornou-se menos visível, dando azo ao afastamento da família e à solidão do moribundo (Abud, 2008, pp. 2-3; Ariès, 1975, pp. 55-56; Macedo, 2004, pp. 10-12; Caputo, 2008, p. 79; Cunha, 1999, pp. 110-112).

4 “Com o advento da industrialização assiste-se a uma mudança por muitos considerada radical: a separação do local de trabalho do local de residência familiar. O trabalho passa a desenrolar-se exteriormente ao contexto familiar e isto influencia de diversas formas a organização e dinâmica familiar. A família torna-se pela primeira vez num espaço privado. Os interesses comunitários transferem-se para os interesses individuais e a família passa a centrar-se no pai, mãe e filhos. [...] A estrutura familiar passa a estar relacionada com a atracção sexual, com o amor e companheirismo” (Cunha, 2005, p. 12).

Com estas mudanças, a morte passa a ser olhada com distanciamento e há consequências evidentes: por um lado, os rituais fúnebres tornam-se rápidos e discretos e realizam-se longe do espaço familiar, como se o cadáver não fosse tolerado. Por outro, os mais fracos (como as crianças) são afastados desses rituais, “como se a morte tivesse sido proscrita do palco da vida social” (Cunha, 1999, p. 118), e o luto passa a reservar-se para a intimidade, pois a expressão descontrolada de sentimentos perturba a sociedade. Desenvolve-se, assim, uma conduta de repressão pública de sentimentos que acaba frequentemente por prolongar o processo de luto (Ariès, 1975, p. 58; Carvalho, 2007, pp. 10-11; Caputo, 2008, p. 78; Cunha, 1999, pp. 111-112; Abud, 2008, p. 2).

De facto, o sofrimento não desaparece, mas torna-se necessário expressá-lo de formas diferentes. Uma delas implica o recurso ao epitáfio que assume preponderância à hora de evocar quem morreu, podendo veicular dois tipos de mensagem:

- por um lado, funciona como um panegírico que exalta a personalidade e feitos do defunto, numa espécie de “julgamento póstumo” (Catroga, 1999, p. 31) em que as virtudes contribuem para consolidar o prestígio familiar;
- por outro, permite veicular variados pensamentos e emoções, sendo campo fértil para eufemismos e metáforas, que permitem evitar a verdade nua e crua da separação física e decomposição corporal.

Linguagem metafórica e eufemística no campo da morte

Linguisticamente, são várias as expressões eufemísticas que atenuam a realidade da morte: segundo Kroll (1984, pp. 19-23), ela é *sono eterno, descanso, último suspiro*; “morrer” é *adormecer, finar-se, falecer, ser chamado por Deus*; o morto é *finado, defunto*; “cadáver” é *corpo, restos mortais*; “sepultura” é *campa, última morada*. Ao eufemismo associa-se a metáfora⁵, que, no caso da morte, e porque as vivências culturais ou religiosas são distintas⁶, “mostra uma forma diferente de compreendermos vida e morte” (Andrade, 2008, p. 37)⁷.

5 “As soon as one gets away from concrete physical experience and start talking about abstractions or emotions, metaphorical understanding is the norm” (Lakoff & Johnson, 2003, p. 3).

6 A título exemplificativo, um cristão olha a morte como passagem para uma vida de felicidade. Já um ateu pode pensar nela como uma separação definitiva e eterna.

7 Veja-se também Crespo Fernández (2008, pp. 86ss).

Neste sentido, uma das metáforas mais recorrentes é a da morte como uma **viagem**, associando-se à viagem em si, ao caminho, à impossibilidade do regresso ou à partida para outro lugar, classificado sem referência espacial – casa, morada – ou colocado num plano superior (lá em cima, no céu)⁸, surgindo por vezes características não humanas que ajudam a concretizar a subida: voa-se. A partida implica por vezes movimento: parte-se, vai-se, sobe-se.

Neste processo o agente pode variar: ora é o defunto, sendo-lhe pedido, por vezes, que espere pelos vivos; ora é a morte (Lakoff & Johnson, 2003, p. 27), personificada como entidade que leva o defunto contra vontade ou que faz o tempo passar, como adversário vencedor ou como agente que destrói a vida (que, frequentemente, é identificada com a natureza: “flor da idade”, “Primavera da vida”).

Por oposição, por vezes, a vida é que é metaforizada como viagem, sendo a morte o **destino final** e revelando duas faces:

- é “**morada final**”, onde se habitará eternamente, num processo irrevogável: não há espaço para esperar os vivos;
- é **separação definitiva** do bem que é a vida, traduzindo-se em sofrimento para quem fica (e eventualmente para quem morre).

Para além disto, a morte também é olhada como uma **vida num plano diferente**, podendo assumir outras formas:

- é **descanso**, permitindo ao defunto permanecer num estado pacífico (*dormir, descansar, repousar*);
- é **vida no Paraíso**, onde Deus aguarda e a felicidade é constante, podendo surgir como **recompensa** destinada a premiar boas ações realizadas em vida (metaforizada como um lugar negativo – “vale de lágrimas”);
- implica **viver na memória**, colocando-se o defunto num plano diferente, em que permanece vivo nos outros. Neste caso, a morte é entendida como processo que não apaga a identidade do defunto, surgindo promessas de recordação e descrições do seu carácter ou vida profissional, por exemplo.

8 Lakoff e Johnson (2003, p. 34) explicam que “more is up” e “less is down” (por exemplo, estar mal é “estar em baixo”). Neste sentido, o Paraíso é perspetivado como o lugar mais alto.

A morte nas inscrições tumulares portuguesas

Século XIX: culto da memória

Nem todas estas representações estão presentes em simultâneo na cultura portuguesa, revelando a existência de uma evolução do conceito da morte em Portugal.

Em meados do século XIX, nota-se, nos epitáfios analisados, uma preferência por dois campos: o da exaltação da memória e o da morte como viagem.

O campo mais representativo é o da recordação (viver na memória), presente de duas formas: na vontade explícita em homenagear o defunto e na exaltação das características deste. Relativamente ao primeiro caso, temos textos bastante contidos, onde apenas se expressa a vontade de honrar quem morreu (“testemunho de”, “consagração”, etc.):

Tributo que à memoria de Luiza Angelica de Freitas Soares e Mello, que nasceo em 3 de Dezembro de 1771, e morreo em 27 d’ Abril de 1841, lhe consagrão seus filhos em testemunho d’amor filial, respeito e gratidão⁹. (Av-080)

Já relativamente à exaltação do desaparecido, perpetuado na memória coletiva, a contenção é menor e varia consoante o género. Assim, a mulher é especialmente exaltada como modelo maternal, conjugal e doméstico:

A saudosa memoria de D. Casimira da Silva Schindler que passou d’esta a melhor vida no dia 20 de Dezembro de 1858 na idade de 62 annos.

Modello das esposas e das mães foi perante Deos gosar o premio das virtudes christaas que sempre practicou durante a sua vida. (Lx.SJ-011)

D. Marianna Rosa de Mello e Lima

Nasceu em 20 de Janeiro de 1786 Falleceu em 24(?) de Dezembro de 1856.

Aqui descançam as cinzas da esposa e mãe desvelada que soube ser cara aos seus e dos pobres sempre amada (V-084)

⁹ Não se atualizou nem corrigiu a grafia dos epitáfios, ainda que se assinalem alguns casos mais invulgares por (*sic*).

Já o papel reservado aos homens relaciona-se sobretudo com capacidades profissionais e cívicas e com o seu carácter:

Aqui repousam os despojos mortaes do D. João Bernardo da Rocha
Foi o Redactor do Portuguez em Londres premeiro, addido a Legação Portugueza em Madrid Chronista Mor do Reino deputado da nação em varias legislaturas sob o regimen da Constituição de 1822 da Carta Constitucional e da Constituição de 1838 [...]

O amor da Pátria a rigidez de principios e independencia de carácter trouxeram-lhe as persiguições e pobreza em que somente o não desampararam alguns poucos mas generosos amigos e um parente affectuoso. (Lx.SJ-010a-c)

Aqui jaz João Pinheiro de Almeida

Nasceu a 12 de Março de 1804 e morreu a 13 de Maio de 1868

sendo cirurgiao em chefe reformado official da Torre e Espada Cavalheiro d'Aviz e condecorado com a medalha de tantas campanhas da liberdade

Viveu ajoelhado aos sentimentos do dever e morreu sem mancha (S-040a-c)

Por fim, é de realçar a exaltação em epitáfios de crianças:

Á memoria de João Alfredo Ribeiro Serrão

N. a 11 de Novembro de 1847 M. a 15 de Janeiro de 1850

Anjo de graça e candura

Qual flor viveu e passou

Não o choreis, está no Ceo

Chorai os Paes que deixou (CB-SF01)

Aqui se exploram características infantis e a metáfora da morte como viagem – a criança, comparada a um anjo, assume características da natureza (flor), “passou” e “está no Ceo”, “deixou” os pais, não havendo referências a um possível reencontro.

Outros epitáfios remetem também para esta ideia de movimento, colocando no alto (note-se os verbos *subir* e *descer*) o destino para onde se “vai” (ou onde Deus está):

Aqui repousam os restos mortaes de Augusto Barbosa de ?

Nasceu a 13 de Agosto de 1844 e falleceu no 1 de Março de 1867

Um modelo d'irmão nesta manção repousa
 Da Primavera o Sol crestou-lhe a vida em flor
 Subindo para Deus lembrou-lhe o seu amor...
 Amantes esparci rozas sobre esta louza.
 Tributo de amizade (*sic*) fraternal (V-SF01)

Aqui descansão os restos mortaes de D. Joanna Paula de Casal Guerreiro falecida
 aos 8 de Marco de 1847

A bencção do Senhor desca sobre a sua alma (Lx.SJ-202a-d)

Para além disto, note-se, em V-SF01, a clara ligação entre morte e natureza: a vida surge metaforizada como natureza pujante que a morte destrói. E, por norma, descrições como “flor da idade”, “Primavera da vida” ou “verdes anos” relacionam-se com a morte de crianças ou jovens, metaforicamente associados à floração da natureza e à estação do ano em que ela ocorre (“Da Primavera o Sol crestou-lhe a vida em flor”).

Por fim, há ainda dois campos a realçar. Um é o da possibilidade de reencontro, pela presença de laços afetivos inquebrantáveis:

Á memoria de Jose Luiz do Amaral Guimarães
 Nasceo a 9 de Janeiro de 1821 e falleceo a 21 de Fevereiro de 1871.
 Os que separar não poude
 a vida – a morte junctou.
 Vede a firmeza do affecto
 que nem a morte quebrou. (V-033a-h)

Outro remete para a morte como libertação do sofrimento e passagem para uma vida pacífica, onde metaforicamente a morte é “descanso” justo:

Aqui jaz o cadáver de D. Angela Clara dos Serafins Xavier esposa casta e mãe carinhosa que depois de longos e dolorosos padecimentos passou a gosar do descanso eterno aos 24 de Janeiro de 1837 pelas nove horas e meia da noite (Lx.SJ-203)

A 13 de Janeiro de 1853 acabarão os penosos sofrimentos da S.A.R. D. Maria Ignez de Oliveira e aqui descansão os seus restos mortaes. (Lx.SJ-SF-02)

Observe-se já nesta fase eufemismos como “restos mortaes”, “jaz”, “falleceo”, “descanço eterno”, etc., embora ainda haja testemunhos lexicais diretos como “morrer” ou “cadáver” (Av-080, S-040a-c, Lx.SJ-203). Isto significa que a morte, ao tempo, já não era encarada como algo completamente normal.

O dramatismo

No fim do século XIX, o tom não muda muito e a homenagem aos defuntos – por gratidão, amor ou disposições testamentárias – é o tipo de texto mais representado:

Aqui repousão os restos mortaes de Manoel B Oliveira e Silva Portugal
Nasceu a 12 de Março de 1851 E falleceu a 14 de Abril de 1887.
Em testemunho de Gratidão de sua Mãe Rosa Maria da Silva (P.PR-053)

Aqui jaz D. Maria Emilia Ferreira Pimenta
Fallecida em 16 de Fevereiro de 1895
Por gratidão de seus Testamenteiros (P.Agr.-120)

Note-se a presença, em P.PR-053, do verbo *repousar*, permitindo compreender que a metaforização da morte como descanso se mantém.

Para além disto, continuamos a assistir à exaltação das características individuais, também exploradas de forma diferente para homens e mulheres:

1809 1887 Manoel Jose Mendes Leite
Combateu e soffreu pela liberdade nas batalhas, nas emigrações, no parlamento e na imprensa. Servio bem a pátria como soldado, legislador e funcionario Foi seu timbre o desinteresse, viveu e morreu sem honrarias. (Av-049c-d)

Á memoria de D. Maria Felicia Pelejão que nasceu no dia 1º de Outubro de 1817 e morreu em 3 d’Abril 1872 foi esposa modelo e mai carinhosa
O Major Francisco da Silva nasceu em 6 d’Abril 1781 e falleceu em 11 d’Abril 1875 Soldado corajoso foi galardoado com varias condecorações pelos seus serviços (CB-004a-b)

Note-se, a este nível, que novas profissões surgem, como burgueses comerciantes (a atividade comercial proliferava), permitindo eternizar a memória e marcar a condição de um novo tipo de defunto:

Aqui jazem os restos mortaes de Eduardo Jose Guedes negociante da Praça da Cidade da Bahia nasceu em Lisboa e falleceu nesta mesma cidade em 3 de Novembro de 1850 (Lx.SJ-SF-03)

Aqui jaz Manoel Ferreira da Silva Negociante que foi na cidade de S. Luiz do Maranhão Imperio do Brazil Nasceu a 6 de Setembro de 1833, falleceu nesta cidade a 25 d’Abril de 1881. (P.Agr.-112)

Há, contudo, uma mudança: pelo tom dramático de alguns epitáfios (típico da época romântica), que usam uma linguagem mais concreta e melodramática, apercebemo-nos de que há consciência da decomposição física que o *rigor mortis* provoca, luto pela perda e noção da separação definitiva que provoca sofrimento:

Aqui jaz Guelhermina Rosa de Jesus Falleceu a 20 de Dezbrº de 1878 [...]

Que profunda magoa a minha

ver-te tam nova morrer

sentir-te gelada e fria

nas convulsoes da agonia

a penar, filha, a soffrer

Ja q’eu não posso mais ver-te

nen colher os risos teus

unico laco de amor.

Pede por nos ao Senhor,

tu que estas perto de Deus. (Av-046a-e)

MDCCCCI

O navio foi a pique n’este sorvedouro fatal! Mas ao naufrágio da vida e a vora-gem da sepultura alguma cousa escapa sempre e entra em porto de salvamento: – a Virtude conduzindo a Alma e ancorando venturosamente nos Céos!, [...]

As cinzas que aqui repousam, são cinzas humanas, cinzas immortaes. A morte as engendrou desfazendo frágeis corpos, mas a morte que pulverisa a argilla do corpo não attinge nem extingue a essência da Alma.

O sepulchro não é o aniquilamento, o nada – é o principio do fim de uma vida sem fim. Balisa entre vivos e finados, a campa falla a dois mundos: aponta o tempo que acaba e a eternidade que começa. (P.PR-127a-b)

Note-se que, em P.PR-127a-b, a vida é metaforizada como naufrágio e o corpo como navio destruído. Neste caso, a morte, embora responsável pela destruição (*desfazendo*, *pulverisa*), permite a chegada ao “porto de salvamento”, sendo passagem para “uma vida sem fim” (o Paraíso). Deste modo, tanto é metáfora de destruição, como sinal de nova vida, pacífica.

A ligação à natureza pode ainda processar-se como anteriormente, pois surgem expressões que designam a natureza em flor (“flôr da idade”), metáfora da vida que a morte, metaforizada como lugar inferior (“baixou ao tumulo”), destrói:

Aqui jaz Joaquim Duarte de Carvalho e Sousa
Estudante, filho obediente môço bondoso e infeliz.
Fallecido na flôr da idade pois nasceu a 20 d’Agosto de 1856
e baixou ao tumulo a 13 de Março de 1874! (CB-005)

A morte como passagem para outro lado, situado nas alturas, surge em outros epitáfios, em que o Paraíso é novamente associado ao alto (*alturas*, *voou*):

Meu pae: abençoai-me d’essas alturas
onde Deus te levou a gosar venturas
António Monteiro Peste
Nasceu em Santarém Aos 8 de Dezembro de 1855
E faleceu na mesma cidade No dia 21 de Novembro de 1899 (S-075 a-b)

Aqui descança o corpo do virtuosissimo João Malachias Carretero
Alumno do 3º An. Theol. e Presidente da Congregação de Maria Immaculada
no Seminário Patriarchal. Sua alma voou para Deus a 11 de Dezembro de 1884
tinha 28 annos. (S-054)

Pode, ainda, dar-se o caso de os epitáfios exprimirem a dureza da vida, que nem a morte consegue colmatar. Em Av-066, não há qualquer esperança numa vida feliz após a morte (embora a inscrição latina transmita essa possibilidade):

Aqui jaz um velho infeliz

Nasceu em 19 de Novembro de 1818 Falleceu em 15 de Junho de 1897

Requiscat In Pace Et Lux Perpetua Luceat Ei (Av-066)

Século XX: o intimismo

No início do século XX, a exaltação das capacidades profissionais diminui, embora continue a identificação por ligações familiares (Av-054a-d) ou profissões possivelmente prestigiantes (E-SF-07, E-SF-05):

Aqui jaz Elvira de Jesus sobrinha de (Guimaria de Jesus e Manoel Gonçalves Maia) Falleceu em 27-4-1908 com 22 anos de idade (Av-054a-d)

Aqui jaz D. Ana Julia Palma Professora oficial

Nasceu em 5-4-1853 Falleceu em 20-9-1926 (E-SF-07)

Aqui jaz José M. Fernandes Pesquisador de correntes d'água

N.a 7-9-1868 e F.a 16-1-1923 (E-SF-05)

Em E-SF-07 e E-SF-05, é notória a importância dos cargos: numa época em que às mulheres estavam reservadas, sobretudo, as lides domésticas, uma professora possuiria estatuto; o mesmo acontece com um “pesquisador de correntes d'água” numa zona onde esta faltaria (Alentejo).

Por outro lado, aumenta o intimismo na descrição dos defuntos, a que não será alheia a crescente importância da família, que começa a ser exaltada:

Aqui jaz Dr. Jose Lopes Marçal nascido a 9 de Fev. de 1845

e falecido a 15 de Nov. de 1930

Medico e professor curou e ensinou. Á Família e ao trabalho dignificante consagrou toda a sua vida. Foi um justo, um crente um bom. (E-SF-01)

D. Henriqueta Didier Marçal falecida em 10 de Ag. de 1923.

Aqui repousa finalmente da lida incessante de completa dona de casa e de solícita companheira durante 43 anos. Dedicar-lhe este testemunho de merecida gratidão seu marido (E-SF-02)

A memória de Augusto da Silva Lopes

N. a 29 de Novembro de 1903 F. a 14 de Setembro de 1940

Bom marido bom pai bom amigo

Passou no mundo a praticar o bem

Lançai flores ao orar em seu jazigo

Todos como ele foi serem também (P.Agr.-022)

Note-se a exaltação das virtudes – *bom, solícita*, etc. –, permitindo concluir que a morte é utilizada para perpetuação da memória. A isto acrescenta-se a exteriorização de sentimentos (sobretudo no amor familiar), mantendo-se o tom melodramático:

À memória de José Amadeu Moreira de castro

Nasceu a 12 de Fevereiro de 1911 Faleceu a 1 de Agosto de 1931

Cobriu-nos de luto a sorte

Que te levou desta lida

Num doloroso transporte!

Pobre filho a tua morte

É (?) a morte da nossa vida (P.Agr.-021a)

A seu nunca esquecido filho e irmão Manuel Joaquim Mendes

Nasceu a 13 de Janeiro de 1923 Faleceu por um desastre horroroso que nos afundou no desespero e na amargura em 22 de Outubro de 1940 (E-051)

Fazei Virgem Santíssima com que no vosso seio de mãe repouse eternamente

Um anjo do sofrimento

À nossa querida filhinha Catarina Rosa R. Aguincha Calhau

nascida a 1-7-922 e falecida a 10-3-940

Ultimo adeus de seus pães e família que sobre a sua campa

choram desfolhando lagrimas de saudade (E-052a-c)

A memoria de Mecia de Miranda Simao falecida em 4-11-1910 [...]
 A beira da campa
 Não tem alívio a dor em que vivemos
 Alma irmã da nossa!... Aqui repousas
 No frio sepulcral de algumas lousas
 em sono eterno. Oh! Santa que perdemos
 Na dor que nos (...?)
 Espírito suave que aqui repousas
 De quem ves as lagrimas saudosas
 Vertidas pela perda que sofremos
 Porem se ao repouso (...?)
 A mágoa sem igual e a dor sentida
 Que nos ficou de ti com tal saudade!...
 Por esta dor suprema dor imensa.
 Terás a eterna paz da Santa Crença
 Na célica mansão da eternidade. (Av-SF-01)

Registe-se o tom amargurado de quem encara a morte como partida definitiva e irreversível, sem possibilidade de reencontro, o que é fonte de dor: em E-052a-c, o adjetivo “último” marca a irreversibilidade da perda; em P.Agr.-021a dá-se “a morte da vida”; há “desespero e amargura” (E-051), “mágoa sem igual”, “dor suprema, dor imensa” (A-SF-01).

O mesmo sucede nos epitáfios seguintes, onde a morte é metaforizada como passagem, pela presença do verbo *voar* e de referências angélicas (E-052a-c):

À nossa querida Maria Adelaide Que tam cedo voou para junto de Deus
 Nasceu a 28 de Fevereiro de 1925 Faleceu a 27 de Abril de 1926 (P.Agr.-052a-f)

À saudosa memória De Emília da Conceição Teixeira Pimentel
 N.a 29-8-1804 Fa 10-7-1931
 Eras um anjo Cheio de pureza e bondade
 Assim deixas-te tua mãe chorando
 E voas-te para iternidade (P.PR-071)

Note-se, nestes casos, como a morte é explicitamente metaforizada como vida num plano diferente, associando-se à vida no Paraíso.

Contudo, nesta época é mais visível a sua metaforização como descanso, começando a surgir referências eufemísticas como “sono eterno”, “repouso”, “paz eterna”, mostrando que a ideia do desaparecimento era já difícil de aceitar:

Santissima Virgem Maria Protegei estas bemditas almas
Dailhes, Senhor,
o eterno descanso entre os resplendores da luz perpetua
Amen
General José António Domingues
N. em Beja 26-12-1853 F. em 12-2-1926 (Av-051a-c)

Aqui dorme o sono eterno Manoel Melo Alvim
Nasceu a 16-12-1920 Faleceu a 7-12-1924 (Av-004)

A memoria de João Francisco de Matos F. 3-11-938 [...]
Dorme na paz de Deus P.A.S.A.¹⁰ (E-062)

Aqui repousam os restos mortaes de Roberto da Cunha Baptista
Nasceu a 16 de Setembro de 1826 e falleceu a 31 de Dezembro de 1912
(Lx.SJ-187)

Novas formas de encarar a morte

Em meados do século XX, volta a referência à morte como viagem, ainda que varie o agente responsável pela ida. Assim, a “viagem” tanto pode ser por vontade de quem morre (parte-se livremente) como pode ser fruto da intervenção da morte, personificada como ladra “traioeira” que separa famílias (S-065):

Enfim descanso do trabalho
que eu gostava
mas cansava.
O espirito não morreu

10 Paz à sua alma.

Mudou de lugar, adormeceu.
 Quem corre por gosto não cansa.
 Descansa.
 Meu corpo vem descansar
 minha alma foi viajar
 foi pró reino da verdade
 leva consigo a saudade
 Emigrou não finou
 mas pró corpo foi o fim.
 Enfim! [...]
 N.13-12-1918 F.2-4-1974 (CB-080)

Alcina Morgado Moura Mendonça
 Coimbra, 23-3-1915 C. Branco, 15-2-1960 [...]
 Foste na vida só bondade,
 Cheia de amor e sofrimento.
 Deixaste na morte a saudade,
 P'ro Céu Partiste teu Intento. (CB-032a-b)

Eterna recordação João da Costa Patriarca
 A que a morte traiçoeira e repentina roubou ao convívio dos seus
 29-8-1906 26-6-1943 (S-065)

Note-se, ainda, em CB-080, novas estratégias lexicais para exprimir movimento: o corpo “mudou de lugar”, “foi viajar”, “emigrou” (a viagem é resultado da vontade do defunto, que chega a dizer “Quem corre por gosto não cansa”).

Por fim, a viagem pode ser feita, como anteriormente, a “voar” ou dá-se a extinção do viço (a “flor” que é a criança é eufemisticamente “desfolhada”), no caso de crianças:

Lá no céu para onde voas-te saudosa Belinha
 pede a Deus pelos teus pais, irmão, tios e primos
 N.a 27-3-939 F.a 19-4-944 (V-144)

Faustinho
 Eras o emlevo dos teus pais como cravo de casto perfume desfolhou-se

nos braços de Jesus deichando um aroma que perfuma de esperança
 as nossas saudades teus pais
 N.a 23-9-51 Fa 2-7-55 (V-004)

Isto não significa, contudo, que a passagem seja negativa: há possibilidade de zelar para que a vida eterna se concretize por intercessão da família – através de lágrimas e orações –, que assume a tarefa de pedir a Deus a entrada do defunto no Céu (conceção da morte como vida no Paraíso):

Á saudável memória De Emilia de Jesus dos Santos Figueirêdo
 N.a 24-2-1868 Fa 5-6-1943 [...]
 Nós que tanto a amamos durante a vida não a abandonaremos sem
 que, pelas nossas lagrimas e orações, a tenhamos introduzido no céu.
 Suas filhas (V-041a-b)

A memória de Maria de Almeida N.a 25-10-1869 Fa 23-11-1962
 Misericordioso Jesus dai-lhe no Céu tudo quanto ela nos deu na terra.
 E que eternamente descanse em paz Junto de Vós. (V-057)

Mário Vieira d'Oliveira N.a 6-12-1922 – Fa 4-10-1954
 Sentida homenagem De sua estremosa mãe E de suas irmãs muito queridas
 Que Deus lhe conceda o gozo Da eterna luz
 Paz á alma do que na terra era o anjo (S-070)

Por outro lado, pode ser o próprio defunto que espera a entrada no Céu, sinal de morte metaforizada como passagem, mas sem implicar movimento. Assim, o caminho não é espacial, mas sim temporal, como demonstram formas verbais como “esperam” ou “aguardando”:

Guilherme Guedes de Amorim 6-X-1883 3-5-1970
 Adilia Rodrigues Guedes de Amorim 25-I-1888 31-7-1947
 Guilherme Guedes de Amorim 5-12-1916 20-12-1944
 Aqui esperam a ressurreição (S-018)

Aqui se encontra João Maria José Pereira
 Nascido em Ovar no dia 31 de Janeiro de 1891
 e falecido em Viseu em 13 de Junho de 1966
 aguardando a segunda Vinda de Jesus (V-122a-b)

Esta conceção da morte como passagem para o Paraíso aproxima-se da ideia da morte como recompensa, nesta época mais visível, chegando a ser diretamente mencionada (CB-072 e CB-077) ou apresentada como “gozo do Paraíso” (CB-077) ou “feliz Além na eternidade” (Av-SF-02), reforçando-se a metáfora da morte como vida noutra plano:

À memória de Ana do Nascimento Rosa Carrilho
 N.17.4.1914 F.27.6.1975 [...]

Maezinha te adorava-mos (*sic*) fizemos tudo para te salvar

Nada foi possível porque Deus quis-te levar

Mãezinha passaste pela terra fazendo só bem

espera a recompensa que Deus lá tem (CB-072)

À memória de Carmelinda da Conceição N.27.12.1900 F.14.11.1974 [...]

Mãe! Passaste pela terra

fazendo só bem

Espera a recompensa

que Deus lá tem

Tu estejas com Deus

no gozo do Paraíso

como a vossa alma

vive sempre contigo (CB-077)

Aqui jaz Emilia de Deus da Loura 1905-1958

Se a nossa vida é um sonho

A morte uma realidade

Só te tornaste feliz

Além na eternidade (Av-SF-02)

Esta noção diferente de “vida” não se manifesta apenas na ideia do Paraíso como recompensa, mas surge também ao mencionar-se a crença no reencontro (a morte não é encarada como uma partida definitiva), surgindo pedidos para o defunto esperar pelos vivos:

Luisa
 Quando o meu corpo, enfim,
 Repousar junto do teu,
 Praza a Deus também assim,
 Lado a lado, em pleno Céu,
 Nossas almas redimidas,
 No antigo amor unidas,
 Se enlacem, fiquem unidas
 Pelos séculos sem fim (V-102a-b)

Mario da Costa David N.15-4-1922 F.2-5-1975
 Espera por mim Eterna Saudade de sua esposa (CB-075)

A memória de Francisco António N.a 8-9-1922 Fa 19-12-1971
 Está aqui abre-te triste campã fria
 Que eu para esta terra quero entrar
 Está comendo meu querido esposo
 E eu juntinha a ela quero ficar (E-020)

A este movimento de súplica, que deixa entrever as dificuldades em despedir-se, juntam-se agora negações da morte, metaforizada como vida, através da promessa de recordação. Note-se que, pelo que analisámos, este é um recurso recente, denunciando a existência de uma modificação no pensamento social:

Porque o amor a honra e o trabalho são imortais;
 porque amaste, honraste e trabalhaste és imortal. [...]
 C.B.1-9-1974 (CB-083)

Ao nosso saudoso filho José António Batista Gonçalves
 N.2.2.1947 F.1.11.1974

Para alguém sou o lírio
entre os abrolhos
e tenho as formas
ideais de Cristo.
Para alguém sou a vida
e a luz dos olhos
e se na terra existe
é porque existo. (S-008a)

Não morreste Candida
Foste apenas uma flor que desabrochou da vida para estar entre
estes dois amores perfeitos que eram os nossos queridos filhos
Ao despertares
Desse teu longo dormir
Unido a teu lado
Me hás-de sentir
N.a 10-8-1906 F.a 30-8-1961 (V-088a-c)

À memória de Luís Felipe Pereira Mendes Semião
N.em 20.2.84 F.em 1.10.85
Anjo querido viverás sempre no nosso coração (E-SF-18)

Não chorem por mim porque eu não morri
estou no Céu a pedir pelos meus pais e irmã
N.a 2-10-?? F.a 24-8-1961 (V-005a)

Não chorem. Continuaremos a amar-vos na noutra vida.
O amor está na alma e a alma não morre.
N.a 28-6-1901 F.a 13-5-1961 (V-89a-b)

Note-se as asserções perentórias que defendem a existência de vida – “és imortal”, “não morri”, “a alma não morre”, “Não morreste”, “existo” – a que podemos juntar promessas: “viverás sempre no nosso coração”, “Unido a teu lado Me hás-de sentir”, “Continuaremos a amar-vos na noutra vida” – que reforçam a vontade de manter presente a memória dos defuntos. Estas afirmações são frequentemente acompanhadas

pela exaltação de características pessoais e por declarações de amor e dor que reforçam a convicção do amor sentido e da vontade em o perpetuar. De facto, a constatação das qualidades dos defuntos permite cultivar a ideia da impossibilidade de viver sem a sua recordação (a morte conduz à vida na memória). É por isso que surgem expressões como “Jamais poderá ser esquecido” e referências à saudade:

Aqui repousa Desde 1-5-61 D. Virgínia da Silva Ferreira

N.24.4.1885 F.27.11.1958

Filha, esposa, mãe e avó exemplar Saudade e dor da família, cuja vida viveu, sofreu e amou (SJ-081)

Alfredo Lucena

Nasceu em 18 de Abril de 1872 Faleceu em 28 de Setembro de 1957

Jamais poderá ser esquecido por seus filhos aquele que foi o melhor dos pais (P.Agr.-046a)

Aqui repousa Vítor Manuel Andrade Arraiano

Filho irmão marido e pai exemplar saudade e dor da família

N.17-8-1035 F.3-9-1961 (SJ-072)

Há, contudo, uma diferença a assinalar: agora há bastantes epitáfios em que se exaltam também virtudes bélicas. Tal não é de estranhar se pensarmos que, nesta época, Portugal participou em conflitos bélicos. Nestes casos, a exaltação dá-se pela descrição das características dos homens como soldados, conferindo-lhes um carácter heroico:

General João de Almeida (Herói dos Dembos) 5-X-1873 5-V-1953

[...] O homem honradamente glorioso

que, para nosso exemplo, só a morte venceu ao serviço da Pátria (Av-050a-c)

Jorge Manuel Duarte Ferreira

N.20-8-1943 F.31-10-1968 [...]

Para ti querido Jó que morreste em defesa da pátria, vão as lágrimas sentidas, das tias, tios, primas e primos que jamais te esquecem

Descansa em paz (V-143a-b)

Aqui repousa o capitão José Fernandes falecido em 26-7-1970
que foi militar brioso e bom chefe de família (E-SF-14)

Joaquim de Matos Antunes 25-2-1950 15-4-74
Partiste paizinho querido
Para mim fartilidade¹¹ (*sic*)
Nunca tive teu amor
Nem carinho nem amizade.
Paizinho tanto sofreste
A mim tanto me dói
Morreste pela nossa pátria
Sofreste foste herói
Meu coração fica de luto
E sem nunca te poder ver
Eu nasci para ser órfã
E tu para morrer.
Adeus querido paizinho
Despeço-me em paixão
Tua alma foi para o céu
Mas tu no meu coração. (CB-SF-03)

Note-se que, mesmo aqui, a metáfora da morte como descanso está presente. De facto, as expressões eufemísticas são agora extremamente frequentes, marcando o novo estado do defunto: já não há apenas “Eterno Descanso” ou “sono profundo”, mas sono que produz um “coração liberto”, feito “na mão de Deus”, podendo-se adormecer “docemente” e “na paz do Senhor”:

Por tua alma José de Almeida rezamos ao Supremo pelo teu Eterno Descanso
[...] N.a 20-6-1874 F.a 14-11-1950 (V-125a-b)

À memória de Maria do Rosário Domingos Soares
N.3.3.1912 F.10.10.1974 [...]
As lágrimas são o nosso coração a sangrar

11 Fatalidade?

Recebeias Senhor em sufrágio daquela que adormeceu docemente em vós
(CB-068)

Aqui adormeceu num sono profundo Francisco Garcia Morão
N-27-12-1953 F-12-9-1973 (CB-085)

José Campos Tavares N.12-3-1946 F.28-1-1969
Levaste contigo a alegria de tua mãe mas viverás eternamente
com saudade no meu coração e de toda a família (P-PR)

Aqui jaz Alfredo Marques N.a 13-9-1911 F.a 23-3-1965
Dorme o teu sono coração liberto dorme na mão de Deus eternamente (E-029a-b)

A atualidade e os sentimentos emotivos

As últimas décadas caracterizaram-se pela prolixidade, fonte talvez da necessidade de exprimir sentimentos que não podem ser expostos abertamente (dada a tendência para a discrição no luto).

Seja ou não esta a razão, o facto é que quem percorra as zonas mais recentes dos cemitérios em análise depara-se com campas cobertas de epitáfios que reproduzem todas as noções até agora estudadas.

Uma das ideias presentes é a da morte como viagem, que pode implicar uma “subida”, materializada, metaforicamente, no voo:

Carlos Alberto Crisóstomo Martins Lino
N.01-08-1969 F.10-05-2005
A tua alma para o céu voou mas nos nossos corações
a saudade para sempre ficou (CB-073)

Sílvia Maria Maia Nestal
N.11-05-1973 F.05-01-2007
Sei que não nos deixaste apenas voaste aos Céus e esperas por nós
Iremos ter contigo... (S-064a-c)

João Manuel Alexandre Rodrigues
15-3-1985 21-8-1989

Joãozinho que nos fugiste e para o Céu voaste
são tantas as saudades que em nossos corações deixaste (V-006)

O Miguel Jorge foi para Deus
N.25-2-1972 F.24-11-1986 (Lx.SJ-133)

Repare-se, porém, que o caminho assume características ligeiramente diferentes das já observadas. Por um lado, há movimento puro – “foi para Deus” (Lx.SJ-133) –, mas também fuga (V-006) que, no caso de uma criança (e aliado ao diminutivo), soa a queixa carinhosa.

Note-se depois que, em CB-073 e S-064a-c, já não estamos perante crianças, mas sim perante adultos, a quem também são associadas características da natureza (voam), o que indicia que, hoje, qualquer defunto pode ser metaforizado como parte da natureza:

À memória de Maria Helena Caeiro Condeço
N.a 24-7-65 * Fa 13-3-83 [...]
Filhinha
Choram os teus com saudade
A perda do teu amor
Quem na flor da idade
Descansa na paz do Senhor.
Saudade angústia
Vivendo na ilusão
De te querer e não te ter
Sente o nosso coração.
Que estejas junto de Deus
Filhinha do coração
Oferecemos-te toda a vida
Uma linda oração. (E-009a-c)

A visão da morte como passagem arrasta consigo a ideia da morada perpétua e definitiva ou a ideia do eterno descanso, em que a morte é encarada como “sono”, continuando a vida de outra forma:

A memória de Jose Francisco Magalhaes Quaresma

Nasceu em 23-1-1928 Faleceu em 9-9-1981

É a ultima homenagem de sua esposa, filhos, netas, irmãos, sogros e sobrinhos enfim, de todos quantos deixaste com profundo desgosto e eterna saudade

Querido sempre sonhaste ter a tua casa própria mas Deus não quis. Uma vez que o teu sonho não foi realizado em vida eis agora a tua casa para repousares na eternidade Deus te tenha no Céu meu amor! (E-008a-c)

Dr. Fernando Manuel de Mira Canelas

Regressou à casa do Pai no dia 31 de Março de 2007

O amor e a saudade da tua família e dos teus amigos (Lx.SJ-082)

Carlos Alberto Cardoso Lourenço

*20-07-1962 † 13-07-1995

Dormes o sono da paz

Vives nos corações de tua esposa e filhas (V-012)

À memória de Joaquim Antunes Barata

N-15-8-1921 F-2-4-1977 [...]

Enquanto dormes tua esposa e filhos oram por ti

Deus esteja contigo e te de uma vida eterna (CB-057)

Veja-se, em E-008a-c, como a morada eterna, associada ao Paraíso, substitui a terrena: uma vida substitui outra vida. Por outro lado, repare-se como, em Lx.SJ-082, não estamos perante uma nova morada, mas sim um *regresso*, o que indicia a conceptualização da morte como a vida antes do nascimento e à qual agora se regressa, em busca da eternidade e da paz (CB-057, V-012).

Para alguns, contudo, o caminho não permite o contacto com a vida terrena e tudo é definitivo. Nestes casos, a morte é olhada negativamente, pois separa famílias, e as escolhas lexicais demonstram-no – a separação produz escuridão, desilusão, tristeza, solidão, dor:

À memória de Carlos Alves Vieira 13-7-1930 9-9-81

Ultimas palavras

Um adeus. Até logo.

Forte do teu coração.
 Tu partiste para a morte:
 E eu fiquei na escuridão...
 E fiquei na escuridão... Para o resto da minha vida:
 Um adeus e um até logo:
 Foi a tua despedida. (E-006)

José Mendes da Silva N.9/4/1908 F.15/7/1978
 Vós Senhor deste-mo por marido para fazer a minha felicidade
 Vós o reclamaste
 Eu vo-lo entrego sem revolta
 mas com o coração despedaçado de dor (CB-086)

Manuel Fernando Pinto de Sousa *19-12-1929 †3-8-1988
 Maria do Pilar de Jesus *6-6-1931 †14-8-1996
 Eis a desilusão mais triste da minha vida Sem pais!... (P.PR-161)

Em muitos casos, há mesmo negação da morte, comportamento que não se verificou anteriormente, o que comprova a crescente dificuldade em lidar com a separação: morrer é permanecer vivo na memória dos familiares e amigos, defendendo-se intransigentemente a continuação da vida – através de afirmações do tipo “Não morreu”, “Só morre quem é esquecido”, “A vida não acaba, apenas se transforma” – e surgindo inúmeras promessas de não esquecimento – “Não pode ter morrido quem tão vivo está nos nossos corações”, “Tu no nosso coração Para sempre viverás”, “nunca serão esquecidos”:

Agostinha da Natividade Carneiro
 N.24.12.1914 F.28.08.2004
 Não pode ter morrido quem tão vivo está nos nossos corações
 (CB-011)

Luisa Salgueira Figueiredo N.4.10.1923 F.21.2.2004 [...]
 Não morreu
 Levanta o olhar para lá das nuvens
 da tristeza e da saudade e solidão...
 Verás que aquele que amas

continua teu porque está vivo!...

Adorreceu. (CB-015)

Só morre quem é esquecido

Que Deus guarde a nossa querida Ana Sofia Ramalinho Sampaio

Nasceu 5-10-1972 Adorreceu no Senhor 1-2-1998 (Lx.SJ-048)

Maria Etelvina * 4-11-1932 † 24-3-2007

A vida não acaba com a morte apenas se transforma misteriosamente...

(P.PR-126)

Não Lino

Não morreste partiste

somente para o Além

em busca do que nunca

encontraste nesta

terra de ninguém

27-3-1944 25-2-1984 (V-104a-b)

Cármem do Céu Ribeiro da Costa

N.25-10-1938 F.22-10-1999

Não se morre. (P.PR-015)

Maria Perpétua da Luz e Sousa F. em 1990 com 77 anos e

José Rodrigues Tavares F. em 1993 com 84 anos

Foram pais muito queridos corações cheios de amor

nunca serão esquecidos descansem na páz do Senhor (Av-030a)

27-7-99 M. da Luz

Nos teus olhos tinhas

A alegria de viver

Dedicaste a tua vida

A ajudar-nos a crescer

E embora separados

Tu no nosso coração

Para sempre viverás
Em eterna recordação (V-015)

A vida não acaba, apenas se transforma
Á memória de António Duarte Patrício
N.a 3-11-1901 F.a 4-3-1976 (S-006/S-006b)

A estas certezas e promessas alia-se a convicção do reencontro, também muito presente atualmente, substituindo o sofrimento pela esperança:

És e serás sempre a estrela cujo brilho iluminará o nosso caminho
e nos guiará até ti no dia em que voltaremos a estar juntos
Com muito amor e saudade da tua esposa e filhos
N.27-10-1951 F.11-06-2004 (CB-009a-b)

Henrique Manuel Chitas do Rosário Falé
N.A 19-12-1964 F.A 31-1-2010
Filho querido que tão cedo partiste
Deixando-nos cegos de dor e de saudade
Repousa no seio de Deus que te chamou
Que a nós a única luz que nos ficou
Foi a esperança de rever-te na eternidade. (E-029a-b)

Luís Esmeraldo de Gouveia N.12-08-1939 F.07-09-1998
Junto nos encontraremos no céu (P.Agr.-063)

Justina dos Anjos Monteiro de Oliveira
N.17-10-1926 F.10-7-2006
Mãe tu partis-te deixas-te saudades um dia encontramo-nos quando
só Deus é quem sabe (P.PR-118)

Repare-se como o próprio defunto, de novo metaforizado como elemento da natureza (CB-009a-b), tem um papel de guia do caminho neste reencontro. E voltamos a associar o lugar da nova vida às alturas – onde estão as estrelas – e ao céu (P.Agr.-063). Esta certeza de reencontro é acompanhada da certeza, para muitos, na vida eterna

junto de Deus – referida de novo como tendo lugar no alto (céu) –, junto de quem se deseja que o defunto esteja em paz:

Gracinda Ribeiro Mendes F.26 06 2004

Para mim eras esposa

Para nós eras mãe

Davas muito amor

Agora no Céu és feliz

Assim quiz o Senhor (CB-012)

José Luis Mourinha N.1.10.1913 F.5.12.1972

Maria José Martins N.25.3.1912 F.17.1.1987

Restituímos a Deus os pais que Ele nos deu. (CB-SF-04)

Irene Forte Acolhei-a Senhor que em Vós confiava

1908 1985 (Lx.SJ-105)

Antonio Moreira da Silva *13-10-1942 †31-12-2003

Pai Santo tende piedade deste vosso filho Antonio que adormeceu na esperança de alcançar a vida eterna

Dai-lhe o eterno descanso para descansar em paz (P.PR-081)

Os que na vida amaram desejam que estejam na paz de Deus

Josué Pascoal 1903-1980 Carolina Pascoal 1904-1986 (E-018)

A morte surge, assim, como uma recompensa referida diretamente (“recompense”, “merecido”), e através da qual se procura mitigar o sofrimento da vida ou premiar o bom caráter:

Umbelina de Jesus *4-2-1903 †11-11-1992

Mãe

Pelo muito que sofreste na vida terrena que Deus te recompense no Reino da Glória (V-113)

Laurinda Ferreira Silva Tavares N:15.03.1930 F:06.05.2004
 Que Deus te conceda no céu o descanso merecido
 Por todo o bem feito na Terra (Lx.SJ-130)

Felicidade Ascensão Goulão N.5-5-1932 F.17-7-2003
 Paz a sua alma
 Por todo o sofrimento que tiveste na terra
 Deus te recompensa no Céu. (CB-026)

As referências diretas às virtudes do defunto, sobretudo familiares, continuam presentes e há mesmo casos em que ao defunto se agradece o que foi (em particular nobreza de caráter, pureza, paz, amor, carinho, bondade, etc.). Por vezes, o agradecimento é dirigido a Deus, exaltando ainda mais o caráter de quem faleceu:

Celeste da Conceição Agostinho Pires N.14 02 1949 F.12 12 2003
 Pelo prazer que nos deste e ensinaste o nosso bem haja (CB-17a-c)

José Gonçalves Martins N.18-4-1929 F.18-11-1995
 À tua memória
 Nosso muito amado
 Melhor e mais querido amigo, companheiro, pai
 Tão nobre a tua alma, tão puro o teu coração (Lx.SJ-092)

Manuel António Carvalho 1912-1988
 Tu que foste um bom Pai e um bom Marido
 Descansa em Paz (Av-052)

Dr. António Aires de Matos Falecido em 28-5-1984
 Aqui repousa o homem justo e bom
 Meu querido António foste paz e amor fomos
 felizes caminhando ao teu lado eu e os nossos filhos (V-070a)

À memória de Zilda Maria da Silva Penteado
 N.a.14-07-1962 F.a.29-04-2008 [...]
 Obrigado pelo o teu carinho e pelo o teu amor e pelo o teu sorriso
 que ficarão sempre no nosso coração (E-003)

Maria Evelise Viegas Costa Pereira dos Santos

Nasceu em Tavira a 15-7-1939 Faleceu em Évora a 22-12-2003

Obrigado Senhor pelo tempo que tivemos a nossa Lise (E-046)

Dando-se especial relevância a esta descrição de caráter, tornaram-se raras as referências à vida profissional (quando existem, relacionam-se claramente com o prestígio a ela associado), sendo agora mais frequente a referência a atividades de voluntariado ou tempos livres:

Aqui jaz o poeta ensaísta e viajante do mundo Luís Miguel Nava.

De nome completo Luís Miguel Oliveira Perry Nava, nascido na cidade de Viseu, a 29 de Setembro de 1957 e Falecido tragicamente em Bruxelas,

a 8 de Maio 1995. Exerceu funções universitárias em Lisboa e Oxford, Inglaterra.

Ultimamente, por ocasião da sua morte, era funcionário do

Quadro Linguístico do Conselho da Comunidade Europeia. (V-101)

José de Pinho Nascimento 1903-1985

Sócio Fundador do Sport Clube Beira-Mar (Av-007)

Lúcio de Jesus Lemos N.26.03.1931 F.19.02.2007

Homenagem dos Bombeiros da Portucel (Cacia)

dos quais fazias parte com muita saudade (Av-075)

Engenheiro Alberto Aguiar Silva

7-10-1909 2-4-1979 (S-072)

Eduardo Figueiredo (Advogado)

8-4-1904 A 28-7-1983 (S-025)

Nota-se, assim, por tudo isto, que neste momento o tabu da morte assumiu diversas formas, atingindo um grau de complexidade bastante interessante.

Conclusões

Procurámos, neste trabalho, investigar as concepções metafóricas e eufemísticas do tabu da morte, agrupando-as, de forma geral, em três grandes tópicos – a morte como viagem, como destino final e como vida num plano diferente. Depois, elaborámos um *corpus* de epitáfios portugueses e, tendo dividido cronologicamente os textos em períodos específicos desde 1836 até à atualidade, procurámos analisar cada época, tentando encontrar pontos de contacto entre os textos recolhidos e as concepções identificadas.

Reparámos, assim, que houve uma evolução do conceito da morte ao longo do tempo em Portugal. De facto, na última metade do século XIX, ela surge ligada à recordação do ser desaparecido, com exaltação de virtudes profissionais, sociais ou domésticas e familiares. Nesta época, há ainda vestígios da metáfora da morte como descanso, que se reforça nas últimas décadas, adquirindo os textos um tom mais dramático e de exaltação de sentimentos, próprio do Romantismo. Surgem também epitáfios ligados à burguesia, deixando entrever que o estatuto influenciava a posse de um túmulo.

No início do século XX, diminui a exaltação de virtudes exteriores à família, embora as profissões socialmente importantes continuem a ser mencionadas. A par da perpetuação da memória, assiste-se ainda a um maior aproveitamento das metáforas da morte como partida definitiva, viagem ou descanso eterno.

A meio do século, reforça-se a noção da morte como viagem/passagem para nova vida, passando a mencionar-se claramente a esperança da vida no Paraíso. Ao mesmo tempo, torna-se explícita a negação da morte, sobrepondo-se-lhe a certeza da vida na memória dos entes queridos.

No período mais recente, nota-se uma maior propensão para a exploração do sofrimento nos textos, sinal do seu uso para expurgar a dor. Nesse sentido, abundam testemunhos que privilegiam a metáfora da vida na memória, do descanso e da esperança de vida em Deus. Ao mesmo tempo, continua presente a morte como caminho/viagem em direção à morada eterna, agora com referência clara à recompensa e ao bom carácter do defunto.

Por fim, interessante é o facto de o movimento de “voar” (e também os anjos) ser associado, em todas as épocas, à morte infantil. Nota-se que é uma ideia transversal, em termos cronológicos, mas que hoje se alargou, pois já engloba jovens adultos. O mesmo acontece, aliás, com a metaforização dos defuntos como elementos da flora: surge em todas as épocas, conservando o cariz de juventude a eles associado.

Parece-me, assim, evidente que houve uma evolução no que diz respeito ao tabu da morte em Portugal, mas que este se mantém bem vivo e deriva do medo de nos expormos à nossa própria finitude e corrupção corporal.

Referências bibliográficas

- Abud, C. (2008). *A cultura da morte e da mortalidade nas organizações hospitalares*. Disponível em <http://www.pqv.unifesp.br/crisadub.pdf>.
- Andrade, V. L. V. (2008). *Sobre a Identidade da Metáfora Literária*. Rio de Janeiro: P.U.C.
- Ariès, P. (1975). *Sobre a História da Morte no Ocidente*. Lisboa: Teorema.
- Caputo, R. F. (2008). O Homem e suas representações sobre a morte e o morrer: um percurso histórico. *Saber Acadêmico*, 6, 73-80.
- Carvalho, C. D. R. (2007). *Luto e Religiosidade*. Disponível em <http://psicologiadareligiao.files.wordpress.com/2007/12/luto-e-religiosidade.pdf>.
- Catroga, F. (1999). *O céu da memória*. Coimbra: Minerva.
- Crespo Fernández, E. (2008). La conceptualización metafórica del eufemismo en epitafios. *Estudios Filológicos*, 43, 83-100.
- Cunha, S. (2005). *Todos Juntos para Sempre – Representações e Expectativas sobre a Família e a Adaptação em Crianças e Jovens Institucionalizados* (Dissertação de Licenciatura, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa).
- Cunha, V. (1999). A Morte do Outro – mudança e diversidade nas atitudes perante a morte. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 31, 103-128.
- Kroll, H. (1984). *O eufemismo e o disfemismo no português moderno*. Lisboa: I.C.L.P.
- Lakoff, G. & Johnson, M. (2003). *Metaphors we live by*. London: University of Chicago Press.
- Macedo, J. C. G. M. (2004). *Elisabeth Kübler-Ross: a necessidade de uma educação para a morte* (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Minho). Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/947>.

OS AUTORES

ANTÓNIO JOSÉ DOS SANTOS PERNAS é doutorando em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro, mestre em Estudos Comparados pela Universidade Aberta de Lisboa e licenciado em Estudos Portugueses e Lusófonos pela mesma universidade. É investigador do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro e membro do Grupo de Estudos Género e Performance. A tese de doutoramento visa investigar, nos idosos da nossa atualidade, a hipótese de uma persistência das matrizes ideológicas do Salazarismo dos anos 1930 e 40, especificamente em relação às suas práticas e discursos políticos.

AUDREY CASTAÑÓN DE MATTOS é doutorada em Estudos Literários, com ênfase em Literatura Portuguesa contemporânea, pela Universidade Estadual Paulista, Unesp. Leciona Língua Portuguesa e Língua Inglesa na Educação Básica. Tem publicações no âmbito da crítica da narrativa e da poesia, sobre José Cardoso Pires, Teolinda Gersão,

Lídia Jorge, Donizete Galvão e Nelson Ascher. Atualmente, dedica-se a investigar as figurações da sexualidade feminina nas Literaturas Africanas em língua portuguesa, a nível pós-doutoral, na Universidade de Coimbra.

BAHAR ŞAHINSOY is a Ph.D. student on the Communications Science Programme at Hacettepe University, Turkey. She completed her master's thesis entitled "Qualitative Transformation on News Discourses: Forms of Relating News as a Secular Narrative Type to the Language of the Intimacy", in 2018, in which she deals with news discourse and fake news within the transformation of public discourse. Her research interests focus on fake news in the digital age, gender studies, new media theories and practice. She has worked as a communication specialist on European Union projects.

DANIELA CÔRTEZ MADURO é mestre em Estudos Anglo-Americanos e doutorada em Materialidades da Literatura pela Universidade de Coimbra. Faz parte

da equipa de investigação responsável pela criação do Arquivo Digital do *Livro do Desassossego* e é colaboradora do Po-ex.net, Arquivo Digital da Literatura Experimental Portuguesa. Foi investigadora de pós-doutoramento na Universidade de Bremen e editou, em 2017, a antologia *Digital Media and Textuality. From Creation to Archiving* ([transcript] Verlag). É membro integrado do Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, onde desenvolve o seu trabalho de investigação.

EDUARDO IVÁN VIVEROS MORALES

é licenciado em Língua e Literaturas Modernas Portuguesas pela Universidad Nacional Autónoma de México. A sua dissertação final consistiu num estudo monográfico sobre um conto da autoria de Mia Couto. Por sua vez, o seu mestrado, em Letras Modernas Portuguesas na UNAM, culminou num estudo sobre a oralidade em *Ualalapi*. Eduardo Morales foi também bolseiro no Instituto Camões no México e participou, ativamente, em diversos projetos relacionados com expressões idiomáticas e a cultura dos países da CPLP. Tem também atividade como tradutor. Nesse âmbito, em 2018, traduziu vários contos para o Espanhol, disponíveis na antologia *Sobre Un Comba*, de Manuel Rui, publicada pela Universidad Veracruzana.

FRANCISCO WELLIGTON DE SOUSA

BARBOSA JUNIOR é doutorando em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro, mestre em Literatura pela Universidade de Évora e graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (Brasil). É membro do Otium – Grupo de Estudos Multidisciplinares sobre Ócio e Tempo Livre, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza, e membro do Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio (NECO), do Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro.

GASPARI TRAPANI é Professor Auxiliar convidado da Faculdade de Ciências Humanas (FCH). Doutorou-se em Estudos de Cultura, pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, com uma tese sobre a comunicação verbal e não verbal de Silvio Berlusconi. Investigador no CECC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura), tradutor, leciona Língua Italiana na Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, Práticas de Tradução na Universidade de Lisboa e Literatura Italiana no Instituto Italiano de Cultura. Licenciou-se em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade de Milão e obteve, em 2007, o grau de Mestre em Línguas Estrangeiras Aplicadas – Estudos de Cultura pela

Universidade Católica Portuguesa. Os seus interesses, como investigador, variam da Literatura ao Cinema Italiano, da Linguística à Comunicação Política, da Tradução à Literatura Comparada.

HELDER MACEDO é Professor Catedrático Emérito da Universidade de Londres, King's College, onde foi diretor do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros e titular, de 1982 a 2004, da Cátedra Camões. É também Research Fellow da Universidade de Oxford. Foi Professor Visitante na Universidade de Harvard, na área de Português e Literatura Comparada; na Universidade da Califórnia, Berkeley, onde foi Professor Visitante e Escritor Residente; e na École de Hautes Études En Sciences Sociales, em Paris. É também romancista, poeta e ensaísta. Com o romance *Sem Nome* venceu o Prémio do PEN Club Português e com *Camões e Outros Contemporâneos* foi distinguido com o Prémio Literário Dom Diniz e com o Grande Prémio de Ensaio Eduardo Prado Coelho. Recebeu ainda o William Haytor Award, em 1975, e foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem de Santiago de Espada, em 1993.

INÊS GAMELAS é investigadora do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Em 2020, concluiu o doutoramento, em cotutela internacional, em Estudos Culturais (Univ. Aveiro) e em Allgemeine und Vergleichende Literatur- und Kulturwissenschaft [Estudos Gerais e Comparados de Literatura e Cultura] (Univ. Justus-Liebig de Gießen, Alemanha). A sua tese centra-se nas representações literárias do conflito de gerações e na contestação estudantil de 1968 na Europa Ocidental. Atualmente, leciona Literatura Portuguesa e Literatura Comparada, na Universidade de Augsburg.

LUÍS CARLOS S. BRANCO é bolseiro de doutoramento em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro e docente no Departamento de Línguas e Culturas da mesma instituição. Fez várias comunicações e publicou diversos trabalhos nas suas áreas de interesse de investigação; nomeadamente, em Neuro-humanidades, Estudos de Música Pop-Rock e Literatura e Cultura Portuguesa e Anglófona. Como dramaturgo e poeta, representou Portugal em diversos certames literários e teatrais internacionais, e tem obra dispersa publicada.

MAFALDA FRADE é membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. É doutorada

em Literatura e tem desenvolvido a sua investigação não apenas no âmbito literário, mas também a nível da História da Língua Portuguesa e da Sociolinguística Histórica, campo em que tem trabalhado questões ligadas à linguagem sobre a morte.

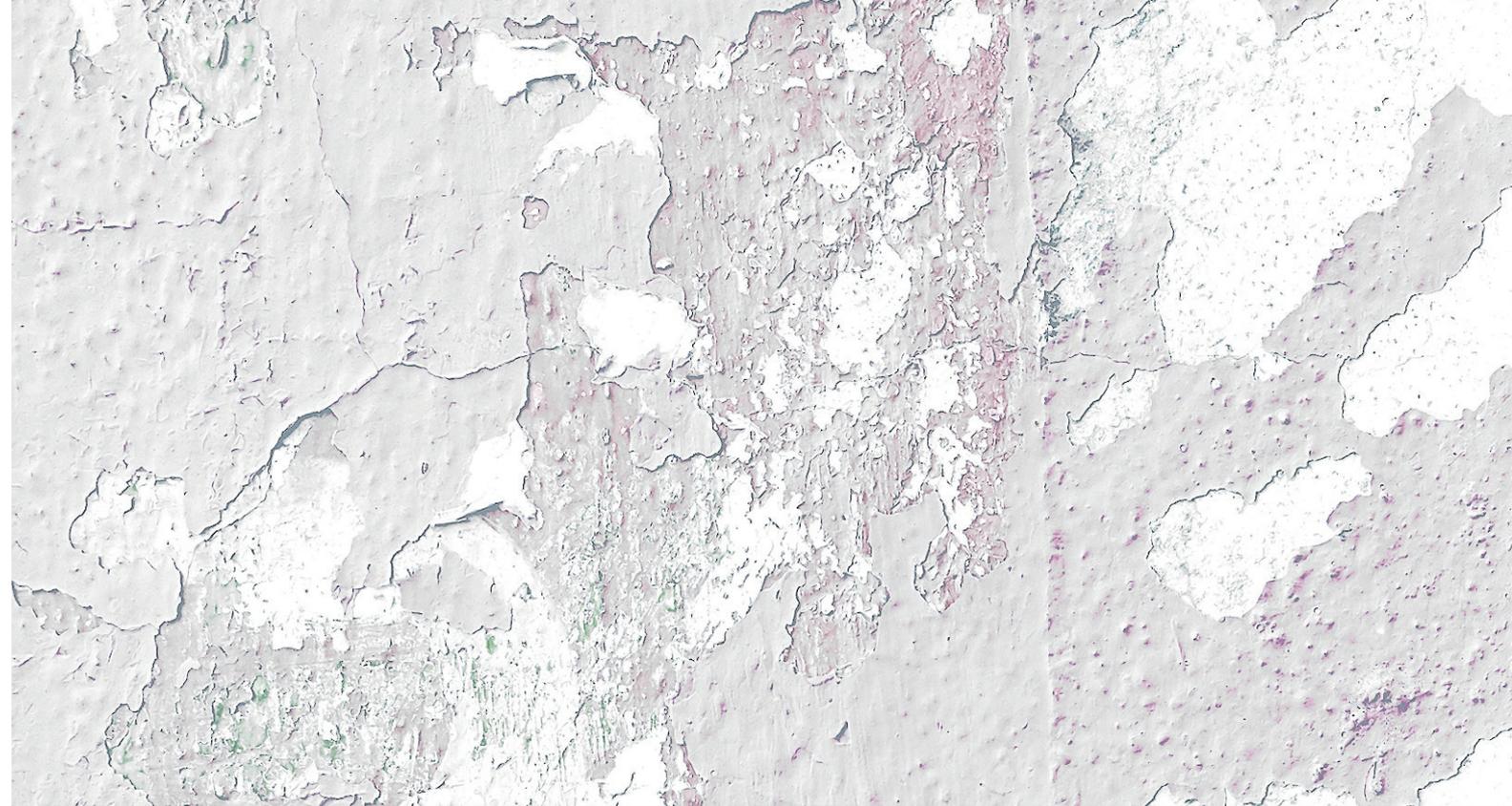
MARIA MANUEL ROCHA TEIXEIRA BAPTISTA é Professora Catedrática no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, doutora em Cultura, pela mesma universidade, mestre em Psicologia da Educação, pela Universidade de Coimbra, e licenciada em Filosofia, pela Universidade do Porto. Atua na área dos Estudos Culturais e interessa-se particularmente por projetos interdisciplinares, alguns em execução e outros em preparação, em Portugal e nos países Lusófonos, muito particularmente no Brasil.

MÓNICA DIAS has a BA in Modern Languages (English and German) with a *minor* in History of Art. She is a post-graduate student on the MA in Modern Cultures, Literature and Languages at the Faculdade de Letras of the University of Coimbra. She worked as a technician for the Tourism Division of the University of Coimbra. Her research interests focus on contemporary cultural studies, postcolonial studies, religious impact

in modern society, and millennials' metalanguage.

NOÉMIA BÁRBARA has a BA Honours Degree in Modern Languages and Literature, a MA in Anglo-American Studies and a PhD in Didactics. Adjunct Professor at the Escola Superior Agrária – Polytechnic Institute of Coimbra – since 1989, she has mainly been teaching English for Specific Purposes to engineering and tourism degrees and has published national and internationally in the field. Her research interests include culture, creativity, autonomous language learning, tourism studies, digital communication, and social media.

SARAH ROBERTA DE OLIVEIRA CARNEIRO é jornalista pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestra e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com estágio doutoral na Université de Strasbourg e pós-doutorado na Université Paris 8. É professora do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e suas pesquisas versam sobre cultura, movimentos sociais, democratização da voz no espaço público e migração.



ISBN 978-989-755-727-9



9 789897 557279

 **cllc**
universidade de aveiro
centro de línguas, literaturas e culturas

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

